

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOSÉ DANIEL SOUSA OLIVA

**COMPORTAMENTO ELEITORAL:
O DILEMA ENTRE HONESTIDADE E COMPETÊNCIA NAS ELEIÇÕES 2018 NO
BRASIL E NO MÉXICO**

**PORTO ALEGRE
2021**

JOSÉ DANIEL SOUSA OLIVA

**COMPORTAMENTO ELEITORAL:
O DILEMA ENTRE HONESTIDADE E COMPETÊNCIA NAS ELEIÇÕES 2018 NO
BRASIL E NO MÉXICO**

Tese de Doutorado em Ciência Política, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González.

**PORTO ALEGRE
2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patrícia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Fabiano Pellin Mielniczuk

COORDENADOR-SUBSTITUTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA

Silvana Krause

CIP - Catalogação na Publicação

Oliva, José Daniel Sousa
Comportamento eleitoral: o dilema entre honestidade
e competência nas eleições 2018 no Brasil e no México
/ José Daniel Sousa Oliva. -- 2021.
217 f.
Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Comportamento eleitoral. 2. Cultura política. 3.
Democracia. 4. Brasil. 5. México. I. González, Rodrigo
Stumpf, orient. II. Título.

JOSÉ DANIEL SOUSA OLIVA

**COMPORTAMENTO ELEITORAL: O DILEMA ENTRE HONESTIDADE E
COMPETÊNCIA NAS ELEIÇÕES 2018 NO BRASIL E NO MÉXICO**

Tese de Doutorado em Ciência Política,
apresentada como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 23 de abril de 2021.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González (UFRGS)

Prof. Dr. Alejandro Moreno Álvarez (ITAM, México)

Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome (UFRGS)

Prof. Dr. Everton Rodrigo Dos Santos (FEEVALE)

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro (UFRGS)

*Esta tese é dedicada à memória da professora
Sonia Maria Ranincheski.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos professores que orientaram esta pesquisa. Inicialmente, à professora Sonia María Ranincheski, a quem dedico esta tese. Quando a Sonia partiu, eu sempre pensei que a melhor homenagem que eu poderia fazer para ela é finalizar e defender esta pesquisa que começamos desenhando juntos. A Sonia é dos poucos professores que ensinam além das salas de aula e cuja sabedoria fica sempre na memória de seus alunos, a quem tratava como verdadeiros discípulos e, em muitos casos, como filhas e filhos queridos. Entre os estudantes ela sempre foi conhecida por aquela frase revolucionária “*Estudar, estudar, estudar*”, mas, para mim, ela sempre falava “*Refletir, refletir e refletir*”, tentando me fazer compreender que uma tese de doutorado, diferente de uma dissertação, é um processo reflexivo que implica um maior esforço intelectual, justamente para contribuir ao desenvolvimento das teorias, criar novas abordagens e novos conceitos para compreender e explicar a realidade, a qual, como ela costumava dizer, “é tão complexa que nunca se apresenta como ela realmente é”. Eu espero que este trabalho cumpra com esses requisitos da Sonia. Obrigado professora.

Agradeço infinitamente ao professor Rodrigo Stumpf Ganzález, que, em momentos difíceis, aceitou me orientar. A contribuição do Rodrigo levou a pesquisa por novos caminhos que enriqueceram grandemente o trabalho. Sempre disposto a me guiar, paciente mas também crítico (o que eu agradeço), me brindou com ideias geniais para inovar teórica e metodologicamente esta pesquisa. Ele me mostrou a saída para todas as dúvidas, confusões e desafios presentes no processo investigativo, incluindo a coleta de dados qualitativa, que precisou se adaptar criativamente ao contexto do COVID-19. Suas aulas foram decisivas para eu compreender com maior profundidade a cultura política e as diferentes abordagens do comportamento eleitoral e entender melhor o Brasil. E, além da tese, eu agradeço por seus conselhos e sugestões para diversos trabalhos acadêmicos. O Rodrigo me motivou sempre a cumprir os meus objetivos, terminar, virar doutor e voltar para o México com “*taça no armário e faixa no peito*”.

Um agradecimento especial ao professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro; suas maravilhosas aulas, cheias de gauchismos, me levaram para o mundo da opinião pública, para a utilização de métodos quantitativos nas minhas pesquisas, e, sobretudo, para me adentrar no “Brasil profundo”. O Henrique me permitiu fazer parte, entre outros grupos de pesquisa, da *World Values Survey* (WVS) Brasil e incluir no questionário da sétima onda uma pergunta específica para esta tese (a variável dependente), a qual abre a possibilidade de gerar futuras pesquisas. No mesmo sentido, agradeço ao professor Alejandro Moreno Álvarez (ITAM), Vice-presidente de *World Values Survey Association* WWSA, por incluir também a referida pergunta no questionário do México, o que possibilitou a comparação entre ambos os países. Adicionalmente, agradeço-lhe por fazer parte da banca examinadora da tese e contribuir no desenvolvimento teórico e empírico por meio de seus magníficos livros e suas valiosas sugestões. Aos membros da banca, professores César Marcello Baquero Jácome (UFRGS) e Everton Rodrigo Dos Santos (FEEVALE), agradeço pelos comentários enriquecedores para este trabalho.

Agradeço também as bases de dados das pesquisas pós eleitorais disponibilizadas para esta tese pelas parcerias do estudo *Comparative Study of Electoral Systems Project* (CSES), do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado pelos Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade de Campinas sob a coordenação da Dra. Rachel Meneguello, no Brasil, e do *Estudio Nacional Electoral Mexicano* (ENEM), implementado pelo *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (CIDE) e coordenado pelo Dr. Rodrigo Castro Cornejo, no México.

Estudar o doutorado com dedicação exclusiva fora do meu país implicou muitos sacrifícios pessoais, familiares e econômicos. Esta experiência definitivamente mudou minha vida. Agradeço à minha família, ao meu pai, José María Morelos Sousa Hernández (E.P.D), à minha mãe, María del Rocío, à minha irmã Rossy e aos meus filhos Johann Daniel e Leonardo Daniel. Meus estudos de doutorado não teriam sido possíveis sem o apoio da bolsa CAPES, do governo do Brasil, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e do financiamento de CONACYT, que permitiram a realização de grupos focais em todas as regiões do Brasil e do México.

Aos meus professores, com quem aprendi muito e que marcaram positivamente minha passagem pelas salas de aula: Leonardo Granato, Paulo Sergio Péres, Fabiano Engelmann, Paulo Dabdab Waquil, Carla Mendonça, Elvis Tambe e Milán Arroyo. Também aos meus colegas com quem muito aprendi e que sempre me ajudaram: Ian Rebouças, Igor Schirmer, Adriana Albanus, Lauro Almeida, Jessica Da Silva, Giovanni Roggia, Felipe Zorzi, Maíra Costa, Tiago Vier, Flávio Busnello, Juliana Foernges, Jorge Branco, Marielli Bittencourt Prestes e Roberto Pinto.

À organização dos Grupos Focais agradeço a ajuda para o recrutamento dos entrevistados: a Elisabet Meireles, no Brasil, a Alondra Valerio, Ramón e Manuel Ángel Rodríguez Edeza, no México, e para os grupos piloto agradeço a Maíra Costa e a Rosângela Maria Siqueira Conde. Agradeço muito a *voz off* para as vinhetas em vídeo realizadas por Danielle Frangelli, Produções Viralata (RJ, Brasil), o colega Giovanni Roggia e a jornalista Yamiri Rodríguez Madrid (Veracruz, México). À professora Sofia Vizcarra (Unisinos) pelas dicas para o desenho do roteiro. A Gabrielle Sirianni, pela revisão profissional da escrita em português.

Finalmente, sou muito grato à UFRGS e ao PPG em Ciência Política, pois acredito que um bom programa deve te transformar, e este programa verdadeiramente me transformou acadêmica e profissionalmente. A universidade, por meio da sua infraestrutura e de apoios financeiros para pesquisa, permite realmente um desenvolvimento dos alunos como pesquisadores no âmbito internacional. À gestão da secretaria do PPG, por meio do valioso LUCAS, que sempre resolveu na hora qualquer assunto; também ao firme apoio do RU, o qual é uma bênção para qualquer estudante. A UFRGS ficará sempre presente nos meus projetos acadêmicos internacionais.

RESUMO

A presente tese dedica-se a compreender e explicar o dilema eleitoral “*Desonestos, mas competentes*” e “*Honestos, mas incompetentes*” no Brasil e no México. As perguntas que orientaram a pesquisa são: Como os eleitores desses países decidem seu voto diante desse dilema? e Por que há eleitores nesses países que votam em “candidatos desonestos”? A perspectiva teórica é a Psicologia Social através de duas ferramentas analíticas, o Funil da Causalidade e o Modelo Tripartido das Atitudes. A abordagem metodológica é mista: quantitativa e qualitativa, utilizando modelos estatísticos com dados das pesquisas internacionais *World Values Survey* e *Comparative Studies of Electoral Systems* e Grupos Focais na modalidade *online*. O trabalho dá conta também do caráter do brasileiro e do mexicano, suas culturas políticas e trajetórias históricas, analisando num período entre 1981-2018 a evolução das atitudes, valores e crenças a respeito da política e da moralidade, tanto no âmbito público quanto na esfera privada, o que permite compreender e explicar o comportamento dos eleitores diante de dilemas específicos. Desse modo, são propostas quatro categorias de eleitor: *moralista, moralista-moderado, pragmático-moderado e pragmático*. Os argumentos da tese são: primeiro, que independentemente das diferenças culturais, há um “eleitor afetivo”, “não- racional”, que toma decisões com base em emoções e intuição, demonstrando-se que os componentes afetivos das atitudes são mais relevantes do que os componentes cognitivos na escolha eleitoral; segundo, que o voto em candidatos “desonestos” é determinado sob uma influência maior de “fatores de curto prazo”, como as características dos candidatos e eventos conjunturais, ao invés de “fatores de longo prazo”, como lealdades partidárias e ideologia. Adicionalmente, a tese oferece algumas reflexões e recomendações para medir, de forma mais específica, as atitudes sobre as características dos candidatos diante de novos fenômenos eleitorais que desafiam as democracias, principalmente as de recente criação.

Palavras-chave: Comportamento eleitoral, Cultura política, Democracia, Brasil, México.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to understanding and explaining the electoral dilemma “Dishonest, but competent” and “Honest, but incompetent” in Brazil and Mexico. The research questions that guided the investigation are how do voters in these countries decide their vote in the face of this dilemma? And why are there voters in those countries who vote for “dishonest candidates”? The theoretical perspective is Social Psychology through two analytical tools, the Causality Funnel and the Tripartite Model of Attitudes. The methodological approach is mixed: quantitative and qualitative, using statistical models with data from the international surveys World Values Survey and Comparative Studies of Electoral Systems and Focus Groups in the online modality. The work also discusses the character of Brazilians and Mexicans, their political cultures and historical trajectories, analyzing in a period between 1981-2018 the evolution of attitudes, Values and beliefs regarding politics and morality in the public and private spheres, which it allows understanding and explaining the behavior of voters in the face of specific dilemmas. In this way, four categories of voter are proposed: moralist, moralist-moderate, pragmatic-moderate and pragmatic. The arguments of the thesis are: first, that regardless of cultural differences, there is an “affective voter” “non-rational” who makes decisions based on emotions and intuition, demonstrating that the affective components of attitudes are more relevant than the cognitive ones in electoral choice; second, that voting for “dishonest” candidates is determined under a greater influence of “short-term factors” such as candidate characteristics and short-term events rather than “long-term factors” such as party loyalties and ideology. Additionally, the thesis offers some reflections and recommendations to more specifically measure attitudes about the characteristics of candidates in the face of new and electoral phenomena that challenge democracies, especially those of recent creation.

Keywords: Electoral behavior, Political culture, Democracy, Brazil, Mexico.

RESUMEN

La presente tesis se dedica a comprender y explicar el dilema electoral “Deshonestos, pero competentes” y “Honestos, pero incompetentes” en Brasil y México. Las preguntas que orientan la investigación son: ¿Cómo los electores de esos países deciden su voto ante ese dilema? Y ¿Por qué hay electores en esos países que votan en candidatos “deshonestos”? La perspectiva teórica de la cual se parte es la Psicología Social a través de dos herramientas analíticas, el Embudo de la Causalidad y el Modelo Tripartito de las Actitudes. El abordaje metodológico es mixto: cuantitativo y cualitativo, utilizando modelos estadísticos con datos de las encuestas internacionales *World Values Survey* y *Comparative Studies of Electoral Systems* y mediante la aplicación de Grupos Focales en su modalidad *online*. El trabajo da cuenta también del carácter del brasileño y del mexicano, sus culturas políticas y trayectorias históricas analizando entre el periodo 1981-2018 la evolución de los valores, actitudes y creencias con respecto a la política y a la moral, tanto en el ámbito público como en la esfera privada, lo que permite comprender y explicar el comportamiento de los electores frente a dilemas específicos. De ese modo, se proponen cuatro categorías de elector: *moralista*, *moralista-moderado*, *pragmático-moderado* y *pragmático*. Los argumentos de la tesis son: primero, que independientemente de las diferencias culturales, hay un “elector afectivo”, “no-racional”, que toma decisiones con base a las emociones y la intuición, demostrándose que los componentes afectivos de las actitudes son más relevantes que los componentes cognitivos en la elección electoral; segundo, que el voto en candidatos “deshonestos” es determinado bajo una mayor influencia de “factores de corto plazo”, como las características de los candidatos y los eventos coyunturales que los “factores de largo plazo”, como las lealtades partidarias y la ideología. Adicionalmente, la tesis ofrece algunas reflexiones y recomendaciones para medir, de forma más específica las actitudes sobre las características de los candidatos frente a nuevos fenómenos electorales que desafían a las democracias, principalmente a las de reciente creación.

Palabras-clave: Comportamiento electoral, Cultura política, Democracia, Brasil, México.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Funil da Causalidade	33
Figura 2 – Modelo Atitudinal Tripartido	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Identificação partidária no Brasil e no México (2000-2018)	79
Gráfico 2 – Diminuição do poder explicativo do partidarismo no voto (México e Brasil 2000-2018).....	82
Gráfico 3 – Evolução da esquerda e direita no México e no Brasil (1990-2019)	85
Gráfico 4 – Ideologia e voto em partido no México 2018 (%).....	87
Gráfico 5 – Ideologia e preferência partidária no Brasil 2018	87
Gráfico 6 – Intenção de voto em candidato presidencial 2018 no México e o médio que o eleitor usa “diariamente” para se informar (%)	92
Gráfico 7 – Intenção de voto em candidato presidencial 2018 no Brasil e o meio que o eleitor usa “diariamente” para se informar (%).....	93
Gráfico 8 – Voto em candidato presidencial 2018 no Brasil e o meio que o eleitor usa para se informar (%)	93
Gráfico 9 – Diferença do comportamento dos valores sociais e dos valores pessoais no Brasil 1989-2019	103
Gráfico 10 – Comportamento dos Valores Morais no México 1981-2019	106
Gráfico 11 – Escolha entre um líder político honesto e um líder político competente no Brasil e no México 2018 (%).....	123
Gráfico 12 – <i>Status</i> Socioeconômico e preferência por honesto/eficiente no Brasil.....	125
Gráfico 13 – <i>Status</i> Socioeconômico e preferência por honesto/eficiente no México	126
Gráfico 14 – Ideologia e preferência por honesto/eficiente no Brasil e no México (%)	127
Gráfico 15 – Intenção de voto em partido e preferência por honesto/eficiente no Brasil	128
Gráfico 16 – Intenção de voto em partido e preferência por honesto/eficiente no México	129
Gráfico 17 – Intenção de voto em candidato e preferência por honesto/eficiente no Brasil	130
Gráfico 18 – Intenção de voto em candidato e preferência por honesto/eficiente no México	131
Gráfico 19 – Preferência honesto/eficiente e tipo mídia consultada diariamente (Brasil e México)	132
Gráfico 20 – Seguidores autoritários e ideologia	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação em manifestações pacíficas Brasil e México (%)	60
Tabela 2 – Importância da Tolerância e Obediência no Brasil e no México 1990-2019 (%)	61
Tabela 3 – Confiança nas instituições no Brasil e no México (%).....	65
Tabela 4 – Confiança na maioria das pessoas Brasil e México 1990-2019 (%)	66
Tabela 5 – Confiança Interpessoal no Brasil e no México 2005-2019 (%).....	67
Tabela 6 – Índice de Confiança no Brasil e no México 2005-2019	67
Tabela 7 – Diminuição do poder explicativo do partidarismo no voto (México 2000-2012)	81
Tabela 8 – Capacidade explicativa dos fatores do Funil da Causalidade no voto mexicano	82
Tabela 9 – Autocolocação político-ideológica no México 1981-2019 (%).....	84
Tabela 10 – Autocolocação político-ideológica no Brasil 1991-2019 (%)	85
Tabela 11 – Autocolocação político-ideológica no México e no Brasil em eleições presidenciais (%)	85
Tabela 12 – O poder explicativo da ideologia no voto (México 2000-2012).....	90
Tabela 13 – O poder explicativo da ideologia no voto (Brasil 2002-2018)	90
Tabela 14 – Valores morais no Brasil por onda WVS 1982-2019	104
Tabela 15 – Valores Morais no México por onda WVS 1982-2018.....	107
Tabela 16 – Índice de Avaliação da Moral Brasil e México 1981-2019	108
Tabela 17 – Correlação bivariada entre tipos de lideranças políticas e os valores morais no Brasil (2018).....	111
Tabela 18 – Correlação bivariada entre tipos de lideranças políticas e os valores morais México (2018).....	111
Tabela 19 – Diminuição do “Rouba, mas faz” 2002 e 2018 no Brasil (%).....	119
Tabela 20 – Atitudes dos eleitores sobre os políticos e voto em candidatos a presidência no Brasil e México 2018 (%)	120
Tabela 21 – Apoio ao regime democrático e preferência entre honestidade e resultados (%)....	133
Tabela 22 – Apoio a um regime militar e preferência entre honestidade e resultados (%).....	133
Tabela 23 – Variáveis do estudo quantitativo	136
Tabela 24 – Análise bivariada dos fatores de longo prazo com “Desonesto, mas eficiente”	137
Tabela 25 – Análise bivariada dos fatores de curto prazo com “Desonesto, mas eficiente”.....	138
Tabela 26 – Regressão Linear Múltipla, determinantes da preferência de “Desonesto, mas eficiente”	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Réus da Lava Jato eleitos em 2018 (Brasil)	18
Quadro 2 – Deputados denunciados pela PGR eleitos (Brasil) 2018	18
Quadro 3 – Senadores reeleitos com denúncia de desonestidade.....	19
Quadro 4 – Abordagens da Teoria do Voto.....	32
Quadro 5 – Reeleição no México (nível local) 2018.....	72
Quadro 6 – Senadores reeleitos com denúncia de desonestidade.....	73
Quadro 7 – Variáveis de valores morais no Brasil e no México	100
Quadro 8 – Área geográfica dos participantes dos Grupos Focais.....	147
Quadro 9 – Atitudes cognitivas sobre honestidade e resultados	154
Quadro 10 – Atitudes e graus intermediários de tolerância para um “Desonesto, mas competente” e “Honesto, mas incompetente” no Brasil e no México	155
Quadro 11 – Tipos de eleitores por grupos.....	168

SUMÁRIO

1	CANDIDATOS DESONESTOS E COMPORTAMENTO ELEITORAL	16
1.1	INTRODUÇÃO	16
1.2	METODOLOGIA	24
1.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	25
1.4	ESTRUTURA DA TESE	29
2	TEORIA DO ELEITOR	31
2.1	ABORDAGENS TEÓRICAS DA TEORIA DO ELEITOR	31
2.2	IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	35
2.3	POSIÇÕES POLÍTICAS	36
2.4	CARACTERÍSTICAS DOS CANDIDATOS	37
2.5	EMOÇÕES E A ESCOLHA	39
2.6	ATITUDES E A ESCOLHA ELEITORAL	40
2.7	DISCUSSÃO E FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE	42
3	CULTURA POLÍTICA E ELEITORES NO BRASIL E NO MÉXICO	46
3.1	O CARÁTER DO MEXICANO E DO BRASILEIRO	46
3.2	CULTURA POLÍTICA, DEMOCRACIA E VALORES AUTORITÁRIOS	57
3.3	ELEIÇÕES 2018 E A MUDANÇA ELEITORAL NO BRASIL E NO MÉXICO	68
3.3.1	Eleições 2018	70
3.4	O VOTANTE MEXICANO E O VOTANTE BRASILEIRO: APARTIDÁRIOS, IDEOLOGIZADOS E INTERNETIZADOS	76
4	MORALIDADE E COMPORTAMENTO POLÍTICO	94
4.1	ABORDAGEM TEÓRICA-CONCEITUAL DOS VALORES MORAIS	94
4.2	VALORES MORAIS NO BRASIL E NO MÉXICO 1981-2019	101
4.3	MORALIDADE E ESCOLHAS DE LIDERANÇAS POLÍTICAS	110
5	DETERMINANTES DA ESCOLHA “DESONESTO, MAS COMPETENTE”	115
5.1	O QUE É VALORIZADO EM UM LÍDER POLÍTICO?	115
5.2	A ESCOLHA DE LIDERANÇAS POLÍTICAS: HONESTIDADE <i>VERSUS</i> COMPETÊNCIA	121
5.3	DETERMINANTES DA ESCOLHA “DESONESTO, MAS COMPETENTE”	134
6	O DILEMA ENTRE HONESTIDADE E COMPETÊNCIA NAS ESCOLHAS POLÍTICAS	142
6.1	GRUPOS FOCAIS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS ATITUDES POLÍTICO-ELEITORAIS	142

6.2	HONESTIDADE <i>VERSUS</i> COMPETÊNCIA: DO ABSTRATO AO CONCRETO ..	151
6.3	TIPOLOGIAS DO ELEITOR.....	164
6.4	MORALIDADE E ESCOLHA ELEITORAL.....	168
6.5	COMO O ELEITOR DECIDE SEU VOTO?.....	171
7	CONCLUSÕES	175
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
	ANEXO A – Aspectos sociodemográficos da amostra Brasil e México 2018.....	193
	ANEXO B – Análise Fatorial dos valores morais (Capítulo 4)	197
	ANEXO C – Questionário para medir o nível de “Seguidor autoritário”	199
	ANEXO D – Roteiro e vinhetas dos Grupos Focais do Brasil.....	201
	ANEXO E – Guía y viñetas de los Grupos Focales de México	208
	ANEXO F – Proposta de variáveis para medir atitudes sobre as características dos candidatos.....	215

1 CANDIDATOS DESONESTOS E COMPORTAMENTO ELEITORAL

1.1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980 até hoje, os estudos de opinião pública e comportamento eleitoral têm perguntado aos eleitores sobre as principais características que definem “um bom político”, e, em geral, os cidadãos respondem “honestidade” e “competência” como as mais valorizadas (KINDER et al., 1980; KINDER, 1983; FUNK, 1999; MARTÍNEZ, 2016). Paradoxalmente, na maioria das democracias do mundo, recentes ou consolidadas, os resultados eleitorais se afastam do perfil do bom político e há cada vez mais casos em que políticos com histórico de desonestidade, escândalos de corrupção e ligações em atividades criminosas ganham apoio em vez de reprovação nas urnas. Eles conseguem se eleger e, inclusive, obter diferenças significativas na votação (RUNDQUIST; STROM; PETERS, 1977; OCKEY, 1998; BESLEY, 2005; HIDE, 2010; CHANG; GOLDEN; HILL, 2010; VAISHNAV, 2011).

Embora no sudeste da Ásia e na Europa haja casos mais notórios que atraíram a atenção de cientistas sociais, a América Latina não escapa desse fenômeno o qual tem sido pouco estudado, de modo que é importante avaliar este fenômeno em democracias de consolidação mais recente ou mesmo incompleta. O Brasil e o México estão entre as dez maiores democracias do mundo (quarta e nona, respectivamente) e são os maiores países da América, excluindo os Estados Unidos. Em um período recente, a escolha de presidentes com retóricas populistas e comportamentos autoritários chamou a atenção para ambos os países, que têm grande poder em termos de influência regional, seja pela questão econômica, seja por efeito de demonstração. A comparação entre esses países se justifica pelo fato de descobrir como, nessas culturas políticas diferentes, se produz um fenômeno similar: o voto em “candidatos desonestos”, o que permite compreender e explicar como as pessoas decidem seu voto.

Segundo a pesquisa *World Values Survey* (WVS), de 2018, no Brasil a maioria dos entrevistados (62,4%) disse preferir um líder político “honesto” a um líder “que dê resultados” (19,9%), enquanto que no México ocorre o contrário, os cidadãos preferem, em sua maioria, um líder político “que dê resultados” (54,7%) a um “honesto” (28,8%). No entanto, de maneira paradoxal, em ambos os países, é possível observar casos de candidatos que foram envolvidos em escândalos de corrupção e crimes e que, apesar de acusações midiáticas, processos judiciais e, em alguns casos, de terem cumprido pena na prisão, ganharam apoio eleitoral. No Brasil, apesar

dos esforços do Estado, como a Lei da Ficha Limpa¹, para impedir a participação de candidatos com histórico de corrupção e crime no processo formal democrático, ainda houve casos de candidatos de diversos partidos políticos com tais antecedentes e que foram eleitos ou reeleitos em diferentes níveis das eleições de 2018 (ver quadros 1, 2 e 3). Alguns dos casos com repercussão nacional foram os seguintes:

1) O político Aécio Neves da Cunha (PSDB), com ampla trajetória na política como deputado, senador e governador, foi eleito como deputado federal, apesar de ser réu da “Lava Jato”. Segundo informação oficial, o político foi denunciado pela PGR² pelos crimes de corrupção passiva, organização criminosa, na qual teve recebimentos indevidos de, pelo menos, dois milhões de reais, e tentativa de obstruir as investigações da justiça.

2) Jader Barbalho (MDB) foi preso em 2002 por desvio de verbas públicas. O político teve também diversas denúncias por corrupção, malversação de recursos públicos, e, em 2018, um relatório da Polícia Federal apontou indícios de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No entanto, ele foi eleito senador da República.

3) Marcos Abrahão (PTdoB) foi acusado e absolvido em primeira instância pelo homicídio de um colega parlamentar, em 2003. Ele ganhou as eleições e atualmente está no segundo ano do seu terceiro mandato como deputado estadual na Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro (ALERJ).

4) Renan Calheiros Filho (MDB) teve denúncias por atos de corrupção passiva e ativa e lavagem de dinheiro. Ele também era suspeito de ter recebido “pagamento de vantagem indevida” (R\$ 800 mil) da Odebrecht para sua campanha eleitoral em 2014, no entanto, foi reeleito como governador de Alagoas.

5) José Nobre Guimarães (PT) foi envolvido em escândalos de corrupção: réu pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro (incluindo R\$ 97 mil em propinas). Sua trajetória foi marcada também pelo fato de que, em 2005, seu assessor, José Adalberto Vieira, foi flagrado no aeroporto de São Paulo com 100 mil dólares escondidos na cueca e mais de R\$ 209 mil numa maleta de mão, motivo pelo qual o assessor foi preso. O fato ocorreu em meio aos

¹ A Lei da Ficha Limpa torna inelegível por oito anos candidatos que foram condenados em segunda instância ou tiveram o mandato cassado, que renunciaram para evitar a cassação ou que foram condenados por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz), mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos. Porém, o fato de responder a ações ou inquéritos não inviabiliza a candidatura destes políticos.

² Procuradoria Geral da República. Inquérito n. 4.506/DF. N° 138546/2017/GTLJ-PGR. Relator Ministro Marco Aurélio, 02-06-2017. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2017/06/02/INQ_4506_N_138546-2017.pdf?_ga=2.160462270.263644840.1601652743-578917412.1601652742. Acesso em: 02 out. 2020.

desdobramentos do escândalo do “Mensalão”, um esquema que envolvia transporte de dinheiro em malas para compra de deputados. Mesmo assim, José Nobre Guimarães foi reeleito para o quarto mandato consecutivo como deputado federal.

Quadro 1 – Réus da Lava Jato eleitos em 2018 (Brasil)

Nome	Partido	Estado	Cargo	Inquérito	Eleitos
Aécio Neves	PSDB	MG	Deputado Federal	Réu em ação penal no STF	Sim
Arthur Lira	PP	AL	Deputado Federal	Réu em ação de improbidade no Paraná	Sim
Eduardo da Fonte	PP	PE	Deputado Federal	Réu em ação penal no STF	Sim
Mário Silvio Méndez Negromonte Jr.	PP	BA	Deputado Federal	Réu em ação de improbidade no Paraná	Sim
Vander Loubet	PT	MS	Deputado Federal	Réu em ação penal no STF	Sim

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Quadro 2 – Deputados denunciados pela PGR eleitos (Brasil) 2018

Nome	Partido	Estado	Denúncia de desonestidade
Aguinaldo Ribeiro	PP	PB	Organização criminosa ³ e citado no esquema de corrupção na delação da empresa Odebrecht.
Gleisi Hoffmann	PT	PR	Corrupção passiva e recebimento de propina por contratos da Petrobras ⁴ .
Odair Cunha	PT	MG	Desvio de recursos públicos para campanha eleitoral ⁵ .

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

³ Fonte: Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República (PGR). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/lava-jato-pgr-defende-recebimento-integral-de-denuncia-contra-politicos-do-pp-por-organizacao-criminosa>. Acesso em: 17 dez. 2020.

⁴ BORGES, L. *PF indicia Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo por corrupção*. (31-03-2016). Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160403043130/http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/gleisi-hoffman-e-paulo-bernardo-sao-indiciados-pela-pf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

⁵ Fonte: Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República (PGR). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-pede-que-stf-mantenha-inquerito-que-investiga-desvios-de-recursos-da-cnt-na-justica-de-brasilia>. Acesso em: 17 dez. 2020.

Quadro 3 – Senadores reeleitos com denúncia de desonestidade

Nome	Partido	Estado	Denúncia de desonestidade
Sergio Petecão	PSD	AC	Denúncia da PGR por desvio de recursos públicos ⁶ .
Ciro Nogueira	PP	PI	Denunciado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, obstrução da justiça e organização criminosa. Alvo da operação Lava-Jato ⁷ em cinco inquéritos no Supremo Tribunal de Justiça (STJ).
Eduardo Braga	MDB	AM	Corrupção, lavagem de dinheiro e advocacia administrativa ⁸ . Foi denunciado por receber pagamentos indevidos da Odebrecht ⁹ .
Jader Barbalho	MDB	PA	Preso em 2002 por desvio de verbas públicas ¹⁰ . Teve diversas denúncias por corrupção e malversação de recursos públicos. Em 2018, um relatório da Polícia Federal apontou indícios de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.
Humberto Costa	PT	PE	Suspeito de receber pagamentos indevidos da Odebrecht ¹¹ .
Renan Calheiros	MDB	AL	Denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro e alvo de outras nove investigações ligadas à Lava Jato.

Fonte: Elaboração própria.

Um dos desafios desta pesquisa é a impossibilidade de conseguir quantificar a ocorrência deste fenômeno para o caso mexicano. Ao contrário do Brasil, no México não há uma sistematização dos casos de corrupção como tem sido feito pelo Tribunal Superior Eleitoral brasileiro ou uma Lei da Ficha Limpa que permita acompanhar os casos com informação institucional. No entanto, é possível citar vários exemplos nesse país de *outsiders*¹² com antecedentes criminais, indicados por partidos políticos e que foram eleitos: tal é o caso do prefeito José Luis Abarca (PRD), que, além de ser político, foi um dos líderes dos *Guerreros Unidos*, um grupo criminoso que esteve envolvido no desaparecimento de estudantes de

⁶ JENSEN, M. *PGR denuncia o senador Sérgio Petecão por desvio de dinheiro de recursos públicos*. Jornal Gazeta do Acre, 21-12-2017. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2017/12/pgr-denuncia-o-senador-sergio-petecao-por-desvio-de-dinheiro-de-recursos-publicos/>. Acesso em: 11 set. 2020.

⁷ Jornal Zero Horas. *Presidente do PP pela terceira vez, Ciro Nogueira responde a cinco inquéritos no STF*. 24-4-2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/04/presidente-do-pp-pela-terceira-vez-ciro-nogueira-responde-a-cinco-inqueritos-no-stf-cjgdy17mw02uz01qlvgefape1.html>. Acesso em: 11 set. 2020.

⁸ O crime de advocacia administrativa consiste em “patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”. A pena é de detenção, de um a três meses, ou multa; se o interesse envolvido for ilegítimo, a detenção é de três meses a um ano, além da multa. Artigo 321 do Código Penal Brasileiro.

⁹ Jornal Globo G1. 11-14-2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/delacao-da-odebrecht-eduardo-braga-pmdb-am-e-suspeito-de-receber-r-1-milhao-da-empiteira.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2020.

¹⁰ Folha São Paulo. *Jader Barbalho é preso e, Belém pela Polícia Federal*. 16-02-2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u29246.shtml>. Acesso em: 11 set. 2020.

¹¹ Jornal Globo G1. *Humberto Costa, do PT, é suspeito de receber propina da Odebrecht*. 12-04-2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/humberto-costa-do-pt-e-suspeito-de-receber-propina-da-odebrecht.html>. Acesso em: 11 set. 2020.

¹² Refere-se aos candidatos que, antes de serem indicados pelo partido político para a competição eleitoral, não tinham relação com a política. Ou seja, não tem militância política ou formação ideológica de partido.

Ayotzinapa, em 2014; Julio César Godoy, irmão do então governador Leonel Godoy, era deputado federal do PRD quando foi indiciado por suas ligações com o grupo narcotraficante *La Familia Michoacana*; o ex-governador de Quintana Roo, Mario Villanueva, quem teve vínculos com o cartel de Juárez¹³.

Entretanto, nas eleições de 2018, houve candidatos que conseguiram ser eleitos tendo alguns episódios de “desonestidade”:

1) Ricardo Monreal (MORENA), anteriormente militante dos partidos PRI, PRD e PT, foi governador de Zacatecas (1998-2004) e Jefe Delegacional de Cuauhtémoc (prefeito). Foi acusado de colocar parentes em cargos importantes no governo de Zacatecas na época em que foi governador; sua esposa e seus filhos foram acusados de receber contratos ou concessões de obras por meio de terceiros. Durante sua gestão como Delegado de Cuauhtémoc, foram concedidas licenças para transações comerciais em troca de dinheiro. Ele ganhou relevância quando Pedro Pablo de Antuñano, diretor jurídico e governamental de Cuauhtémoc, foi preso com 600 mil pesos em dinheiro. O fato foi difundido pela mídia nacional e pela associação civil *Mexicanos contra la Corrupción y la Impunidad*¹⁴, no entanto, Ricardo Monreal foi eleito como Senador da República em 2018.

2) Cuauhtémoc Blanco (MORENA, PT, PES) é um ex-jogador de futebol e, durante a sua gestão como prefeito de Cuernavaca, foi acusado de desviar mensalmente dinheiro público para oito parentes. Além disso, em 2017, foi acusado de estar envolvido no assassinato de um empresário¹⁵. Nas eleições de 2018, Cuauhtémoc Blanco foi eleito governador do estado de Morelos.

3) Mauricio Vila Dosal (PAN-MC) foi denunciado por desviar 219 milhões de pesos (por volta de R\$58 milhões) para empresas fantasmas quando foi prefeito de Mérida, cargo anterior¹⁶. Em 2018, o político teve cinco denúncias: quatro na *Fiscalía General de Justicia*, no estado de

¹³ Fonte: Reporte Índigo. Disponível em: <https://www.reporteindigo.com/reporte/narco-candidatos-urnas-en-riesgo/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

¹⁴ Gobierno de la Cuauhtémoc da contratos por 27 mdp a amigos de la hija de Moneal: MCCI. Revista Proceso 02-27-2017. Disponível em: <https://www.proceso.com.mx/nacional/cdmx/2017/2/27/gobierno-de-la-cuauhtemoc-da-contratos-por-27-mdp-amigos-de-la-hija-de-monreal-mcci-179624.html>. Acesso em: 19 nov. 2020.

¹⁵ Jesús Castillo. *Acusan a Cuauhtémoc Blanco de estar implicado en muerte de empresario*. Jornal El Financiero. Disponível em: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/acusan-a-blanco-de-estar-involucrado-en-muerte-de-empresario>. Acesso em: 19 nov. 2020.

¹⁶ Yoissi Moguel. *Denuncian a Mauricio Vila por empresas fantasma en Yucatán*. Jornal el Financiero. 03-05-2018. Disponível em: <https://www.elfinanciero.com.mx/elecciones-2018/denuncian-a-mauricio-vila-por-empresas-fantasma-en-yucatan>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Yucatán, e uma na Procuradoria Geral da República (PGR)¹⁷. Nesse mesmo ano, Mauricio Vila foi eleito governador de Yucatán com uma vantagem de mais de 3% dos votos do segundo colocado, Mauricio Sahuí Romero (PRI), e quase o dobro de votos de Joaquín Díaz Mena (Morena), candidato do mesmo partido do Presidente. Os exemplos anteriores relatam um fenômeno que motiva os pesquisadores sociais a se perguntarem o que leva os eleitores a punir em algumas ocasiões, e, em outras circunstâncias, a tolerar ou ignorar a falta de retidão de seus candidatos. No caso específico do Brasil, se a maioria das pessoas preferem líderes políticos honestos a líderes políticos competentes, segundo os dados já colocados da WVS 2018, por que em diversos casos políticos com histórico de desonestidade foram bem sucedidos nas eleições? E no caso do México, o fato de preferir, na sua maioria, líderes políticos competentes implica uma tolerância de certos graus de desonestidade? Para tanto, seria necessário analisar os diferentes componentes das atitudes políticas (cognitivo, afetivo e comportamental) e medir a força dessas atitudes (*attitude strenght*) para conhecer se o que leva aos eleitores a votarem nesse tipo de candidatos é influenciado em grande medida por aspectos afetivos (sentimentos e emoções) do que pelo aspecto cognitivo (valores e crenças).

Diante disso, o **problema de pesquisa** a ser investigado nesta tese é *como os eleitores desses países decidem seu voto ante o dilema de honestidade/competência? E por que há eleitores no México e no Brasil que votam em candidatos desonestos?* Assim, o **objeto de estudo** é o eleitor do Brasil e do México, exposto ao dilema da escolha entre lideranças políticas e candidatos “honestos, mas incompetentes” e “competentes, mas desonestos”.

O argumento desta tese é de que, independente das características históricas próprias de cada país, existe um “eleitor afetivo”, “não-racional”, cujo comportamento eleitoral é marcado por decisões motivadas por elementos afetivos e emocionais, os quais têm um peso maior do que os aspectos cognitivos, entendidos como valores e crenças. Portanto, em determinadas situações, todos os eleitores poderiam mudar a orientação de voto, inclusive indo de encontro a seus princípios. Por outro lado, o que leva o eleitor a eleger um líder político desonesto diante do dilema “*desonesto, mas competente*” e “*honesto, mas incompetente*” é o fato de que existe uma parcela do eleitorado que é caracterizada por ser pragmática e por admitir graus de tolerância de desonestidade à medida que um candidato se apresenta como competente. Nesse sentido, a

¹⁷ CABADAS, María. *Acusan al panista Mauricio Vila por empresas fantasma y desvíos multimillonarios*. Journal La Razón de México. 05-06-2018. Disponível em: <https://www.razon.com.mx/mexico/con-franelero-mauricio-vila-desvio-otros-6-mdp/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

orientação desses eleitores está voltada para fatores de curto prazo, como identificação pessoal com o candidato, laços afetivos e emocionais, avaliação do governo e percepção da economia, os quais são mais influentes do que os fatores de longo prazo, como os aspectos sociodemográficos, a identidade partidária e a ideologia no comportamento eleitoral desses países.

Portanto, primeiro, partimos do fato de que a decisão do voto (y) em geral é determinada mais por variáveis de curto prazo (características dos candidatos, x_3) do que por variáveis de longo prazo (partidarismo, x_1 , e posições político-ideológicas, x_2). Para responder de maneira direta às perguntas que norteiam a pesquisa, foram formuladas as seguintes hipóteses, que são derivadas de uma revisão teórica que o leitor pode encontrar no capítulo 2 e que serão testadas quantitativa e qualitativamente nos capítulos 5 e 6:

H1. O voto em candidatos “desonestos” (y) ocorre em maior medida quando os políticos são apresentados como “eficientes” e “competentes” (x_3) ante um eleitorado mais influenciado pelas variáveis de curto prazo do que pelas variáveis de longo prazo (x_1 partidarismo, x_2 posições político-ideológicas).

Por outro lado, para responder à pergunta “Como os eleitores desses países decidem seu voto ante o dilema de honestidade/competência?”, a hipótese é de que:

H2. A escolha entre o dilema “desonestos, mas competentes” e “honestos, mas incompetentes” (y) é determinada mais por elementos atitudinais afetivos do que pelos aspectos cognitivos das atitudes políticas.

O **objetivo geral** desta pesquisa é compreender e explicar o fenômeno eleitoral da escolha entre honestidade e competência no México e no Brasil em 2018. Como consequência do anterior, a pesquisa procura realizar contribuições teóricas sobre o que leva os eleitores a votarem em candidatos desonestos analisando as atitudes dos votantes desses países e a forma com a qual decidem seu voto diante do dilema da honestidade ou da eficiência.

Como **objetivos específicos**, a presente pesquisa busca:

1. Analisar e discutir as abordagens da teoria do eleitor para explicar a decisão de votar em candidatos “desonestos, mas competentes” ou “honestos, mas incompetentes”.
2. Comparar de maneira empírica valores, atitudes e crenças dos eleitores mexicanos e brasileiros com respeito à desonestidade e moralidade e sua relação com a política.

3. Identificar, comparar e analisar, através da aplicação de um *survey*, as preferências dos eleitores brasileiros e mexicanos sobre honestidade e competência.
4. Identificar e analisar, mediante um estudo quantitativo do voto retrospectivo, quais fatores são relevantes no apoio a candidatos desonestos. Variáveis de curto prazo (avaliação do governo, percepção da economia, preferências eleitorais) e de longo prazo (ideologia, partidarismo e fatores socioeconômicas) serão analisadas.
5. Compreender e explicar os fatores determinantes do apoio a candidatos desonestos (obtidos no estudo quantitativo) através da aplicação de grupos focais com eleitores no México e no Brasil.
6. Contribuir para a teoria de comportamento eleitoral, especificamente para a abordagem de direcionamento do voto, com respeito à escolha de políticos desonestos.

Em relação ao **período** e ao **nível da análise**, é preciso dizer que, para alguns capítulos, foram utilizados dados quantitativos de todas as ondas da pesquisa mundial de valores, *World Values Survey* (WVS), de 1981 até 2018, assim como da pesquisa pós-eleitoral *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES), das eleições entre os anos 2000 e 2018, com a finalidade de aprofundar-se na cultura política desses países. No entanto, para realizar os testes, foram analisadas as eleições gerais de 2018 em ambos os países, ano em que foi implementada a sétima onda da pesquisa da WVS na qual se incluiu uma pergunta, que foi desenvolvida para esta tese e para futuras pesquisas, que mede a preferência entre honestidade e resultados (ver em Metodologia).

O ano de 2018, por sua vez, se justifica pela importância crucial das eleições em ambos os países. No Brasil, é a primeira eleição após o impeachment de Dilma Rousseff e, no México, são as eleições mais ideologizadas desde a consolidação do PRI no poder político. Apesar do destaque da eleição presidencial, em 2018, como sendo um recorte temporal importante, é necessário frisar que a conjuntura econômica igualmente se apresenta, em ambos países, como um fator relevante. Esta conjuntura de conflitos políticos e dificuldades econômicas poderia dar informações importantes para o eleitor orientar seu voto para o candidato que possa resolver o problema imediato. Por outro lado, a análise qualitativa, através de Grupos Focais, contemplou casos de políticos com escândalos de corrupção que foram eleitos em 2018 para diferentes níveis de eleição.

1.2 METODOLOGIA

A pesquisa é comparativa entre dois países, Brasil e México, através de uma abordagem metodológica mista em duas fases, de forma sequencial, sendo a primeira quantitativa e a segunda qualitativa. Autores como Rodrigues, Francisco e Guedes (2009) consideram que a complementariedade de métodos permite uma melhor compreensão dos fenômenos sociais. Deste modo, para esta investigação, uma abordagem qualitativa permite aprofundar e enriquecer as explicações dos achados na primeira fase (HYDE, 2000), mas também permite conhecer outros aspectos que não podem ser mensuráveis numericamente. Nesse sentido, seguimos processos tanto dedutivos quanto indutivos, pois, a partir da teoria, estabelecem hipóteses a serem testadas, mas também levantam questões através da observação e da análise dos elementos empíricos.

A primeira fase trata-se de uma metodologia quantitativa, usando dados das pesquisas internacionais de *World Values Survey* (WVS) e *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES¹⁸), no Brasil e no México, a qual visa a descobrir por quais atributos os eleitores têm preferência. Para esta pesquisa foi elaborada uma pergunta implementada na sétima onda da WVS, tanto para o Brasil quanto para o México, a qual mede a escolha entre honestidade ou integridade e eficácia de um candidato a um cargo eletivo:

Q234a. *E o que é melhor em sua opinião? Um líder político que seja honesto ou um líder político que dê resultados?*

De modo a complementar essa pergunta, foram utilizadas outras perguntas do *survey* como variáveis independentes para conhecer os fatores causais da escolha de um líder político “desonesto, mas competente” (variável dependente). O anterior está apresentado no capítulo 5 com maiores detalhes metodológicos.

A segunda fase é composta por uma metodologia qualitativa, utilizando a ferramenta de *Focus Group* na modalidade *online*, que permitiu conhecer como o eleitor decide seu voto e atender ao objetivo específico número 5 desta tese, que versa sobre compreender e explicar os fatores determinantes do apoio a candidatos desonestos através da análise dos resultados obtidos no estudo quantitativo. A metodologia é explicada no capítulo 6, antes da análise.

¹⁸ No caso do Brasil, o projeto é implementado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) com o *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). No México, o *Estudio Nacional Electoral Mexicano* (ENEM) é conduzido pelo *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (CIDE).

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Nos últimos anos existe um interesse acadêmico sobre por que candidatos com antecedentes criminais prosperam em democracias eleitorais. Na literatura internacional, o foco dos estudos tem se concentrado principalmente em como os partidos políticos indicam seus candidatos (VAISHNAV, 2011; MINCH, 2013) e a literatura tem sido desenvolvida principalmente para analisar a democracia na Índia. Também foi analisado como o crime interfere nos processos eleitorais e seus efeitos na democracia (OCKEY, 1998; BESLEY, 2005; HIDE, 2010; CHANG; GOLDEN; HILL, 2010; VAISHNAV, 2011; PÉREZ, 2015; SCHEDLER, 2014). A perspectiva a partir da qual se pretende estudar este fenômeno nesta tese é o comportamento eleitoral, em específico a decisão do voto na eleição de candidatos desonestos, o que tem sido pouco estudado.

O conceito de “**candidato desonesto**” centra-se no campo das percepções dos eleitores sobre o comportamento imoral e reprovável dos políticos, o que é apenas conhecido publicamente através dos meios de comunicação e de conversas sobre política, e não por meio de processos ou condenações judiciais. A percepção de desonestidade não implica necessariamente culpa dos envolvidos, como indica Rennó (2007) ao diferenciar percepções de corrupção versus ação penal, julgamentos e condenação. É um juízo do dever ser, como toda norma¹⁹ ética, pois referimo-nos a uma ordem moral, e não jurídica. Assim, a desonestidade de um líder político é uma percepção sobre uma violação das normas éticas relativas ao tratamento da coisa pública, o fato de não seguir um determinado comportamento esperado, o que poderia ou não resultar em uma sanção. Trata-se da percepção das pessoas sobre um desvio dos valores morais tanto públicos como privados (ver capítulo 4, “Moralidade e Comportamento Político”).

A esse respeito há alguns trabalhos pioneiros para explicar a escolha entre corrupção e moralidade na política (LANE, 1962; RUNDQUIST; STROM; PETERS, 1977; PETERS; WELCH, 1980; BEZES; LASCOUMES, 2005; RENNÓ, 2007; WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013; ESAIASSON; MUÑOZ, 2014; MARTÍNEZ, 2016). Robert Lane (1962), por exemplo, observa que todos os políticos são levemente corruptos, mas há limites, de modo que o

¹⁹ Norma é “aquilo que é normal, traduz a previsão de um comportamento que, à luz da escala de valores dominantes numa sociedade, deve ser normalmente esperado ou querido como comportamento normal de seus membros” (REALE, 2001, p. 48).

posicionamento político é mais levado em conta do que as transgressões morais aos olhos do eleitorado. Na mesma linha, Peters e Welch (1980) explicam que os votos dos eleitores variam de acordo com a gravidade do crime dos políticos. Se o que esses autores dizem é verdade, isso significa que existem graus de tolerância e que isso pode ter variabilidade ao longo do tempo.

Rundquist, Strom e Peters (1977) são os autores pioneiros da abordagem “*The Tradeoff Hypothesis*”, a qual coloca no eleitor o dilema entre escolher políticos corruptos, mas competentes. Eles se perguntam por que os votantes americanos votam em candidatos corruptos? E para responder a esta pergunta, testam três teorias: 1) A explicação da indução material (*Material Inducement Explanation*), a qual é uma troca material ou favores explícitos entre o candidato ou um intermediário e o votante, conhecido como clientelismo; 2) A explicação do Votante Ignorante (*The Ignorant Voter Explanation*), a qual implica que os eleitores desconhecem, ou pelo menos não tem certeza, que o candidato é desonesto; e 3) A negociação implícita (*Implicit Trading*), a qual postula que o apoio eleitoral se dá em função da conexão entre os posicionamentos dos candidatos sobre determinados temas e a preferência dos eleitores por essas temáticas. Segundo esses autores, a última abordagem explicaria melhor o apoio a “candidatos corruptos”, de modo que os eleitores dariam menor peso aos antecedentes de corrupção se o candidato tem uma posição semelhante a respeito de algum tema específico com o votante.

Embora o estudo de Rundquist, Strom e Peters (1977) tenha sido aplicado nos Estados Unidos para dois candidatos, um republicano e um democrata, e sugere que os votantes têm um grau de sofisticação política, pois são informados sobre o que acontece nas campanhas eleitorais, esta é uma situação contrária à realidade dos países latino-americanos que pretendemos estudar, os quais se caracterizam por ter um grande número de partidos políticos, alto nível de desigualdade, baixo nível de sofisticação política, educação e acesso à mídia. Portanto, esse estudo não poderia explicar o apoio eleitoral a candidatos desonestos para os casos do Brasil e do México.

Para Bezes e Lascoumes (2005), a exigência de moralidade dos eleitos é menos importante do que outros elementos. Os autores reconhecem que existe uma manifestação de desconfiança e críticas de uma grande parte dos cidadãos em relação aos governantes por casos de corrupção, porém os cidadãos mantêm relações complexas com a política, uma vez que as questões relativas à probidade pública são diversamente ponderadas.

Rennó (2007), ao analisar as eleições presidenciais brasileiras de 2006, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito, pergunta-se como um governo envolvido em tantos escândalos de corrupção foi reeleito? Segundo o autor, variáveis de curto prazo, como o desempenho do governo e a percepção da economia, foram mais influentes do que a corrupção. Embora no caso brasileiro o voto retrospectivo seja ambivalente, no sentido de que não é possível explicá-lo a partir de um único elemento, fatores de longo prazo, como ideologia e partidarismo também pesaram nessa eleição, embora em menor grau do que os de curto prazo.

Apesar de Rennó (2007) se basear em escândalos de corrupção, e não na noção de “candidato corrupto” ou “candidato desonesto”, o autor considera a categoria de escândalos de corrupção no âmbito das percepções do eleitor sobre

aquelas acusações e divulgados pelos meios de comunicação e redes pessoais de conversa política e não sobre casos concretos, julgados e condenados, de corrupção. Essa diferença é importante já que a percepção sobre corrupção não indica, necessariamente, culpa dos envolvidos. Políticos podem utilizar essa retórica para se defender, alegando inocência e perseguição, o que é plenamente aceitável em qualquer regime (RENNÓ, 2007, p. 263-264).

A abordagem desta tese sobre candidatos desonestos vai no mesmo sentido de Rennó sobre as percepções dos eleitores, sem levar em conta os processos judiciais, mas sim considerando também as percepções da moralidade.

O estudo de Winters e Weitz-Shapiro (2013) para o caso brasileiro conclui que os eleitores não estão dispostos a ignorar a corrupção em troca de entrega de bens públicos quando eles têm certeza, através de informações específicas e confiáveis, da existência do comportamento corrupto. Assim, os autores argumentam que um eleitor com informação penaliza os políticos descritos como corruptos, até mesmo em um país como o Brasil, com histórico de tolerância à corrupção. Winters e Weitz-Shapiro usam a categoria “aceitação de subornos” dos políticos que tentam se reeleger e aplicaram a pergunta no *survey* IBOPE em 2010.

Esaiasson e Muñoz (2014) testaram a teoria original sobre o paradoxo entre corrupção e competência (RUNDQUIST; STROM; PETERS, 1977) analisando dois países membros da OECD: a Suécia, com um baixo nível de corrupção, e a Espanha, com um nível médio. Os autores contradizem as explicações que apontam que os eleitores se engajam em um cálculo racional de custos e ganhos para eleger candidatos corruptos. Em vez disso, eles propõem que fatores psicológicos podem influenciar e concluem que em ambos os países entrevistados

julgaram o caso de corrupção como menos grave quando o candidato foi apresentado como competente.

Um trabalho interessante e que mais se assemelha ao que pretendemos investigar foi realizado por Martínez (2016), que descreve os eleitores que votam em candidatos desonestos, mas competentes, e explora como essa escolha é produzida. O estudo focaliza na Costa Rica e utiliza dados do *survey* do Barómetro das Américas LAPOP²⁰, de 2006. A pergunta implementada no *survey* LAPOP foi: *Você sempre quer o melhor para o país, mas às vezes você tem que escolher...Das seguintes opções, qual você acha que é melhor para o país? Um presidente honesto, mas incapaz, ou um presidente capaz, mas desonesto?*. Martínez (2016) aponta que as variáveis importantes na escolha de candidatos desonestos são conhecimentos políticos (ou sofisticação política), renda, idade e gênero.

O estudo de Martínez não é comparável com outros países ou longitudinalmente, porque o *survey* não deu uma continuidade da questão nas demais edições das pesquisas e não oferece conclusões que permitam ampliar a teoria do comportamento eleitoral. Isto é, não indica se os achados dialogam com qualquer um dos paradigmas da teoria do voto, como a psicologia ou a psicologia social, racional, sociológica e clivagens. No entanto, trata-se de um estudo exploratório que esclarece quais elementos poderiam determinar o voto em candidatos desonestos e deixa em aberto algumas questões para agendas de pesquisa, como: Qual é o real impacto sobre os resultados das eleições? Existem diferenças a depender do estágio de desenvolvimento ou da qualidade democrática de um país? Os resultados são estáveis ao longo do tempo ou mudam? Se houver mudanças, quais fatores intervêm?

Recentemente, Barbosa (2020) descobriu que no Brasil já não há uma aceitação do chamado “rouba, mas faz”; pelo contrário, dado que a honestidade é o valor fundamental num candidato, hoje haveria um fenômeno de “não faz, mas não rouba”. Entre os achados importantes, estão que a população pode diferenciar entre os níveis de corrupção, mas só nos cenários de alta competição, e também que, quando um candidato é desonesto e apresenta pouca capacidade administrativa, é descartado pelo eleitor, e, portanto, em alguns segmentos, pode ocorrer “rouba, mas faz”, mas não de forma predominante. A metodologia usada por Barbosa é puramente quantitativa, de modo que se faz necessário conhecer ainda mais, qualitativamente, como o

²⁰ Projeto de Opinião Pública de América Latina (LAPOP) implementado pela Universidade de Vanderbilt.

eleitor toma decisões no dilema de “Desonesto, mas competente” versus “Honesto, mas incompetente”, e, por isso, a importância de realizar Grupos Focais nesta tese, como é colocado no capítulo de metodologia.

Por outro lado, de maneira geral, na literatura sobre o tema no México e no Brasil, os estudos de comportamento dos eleitores têm focado nas clivagens sociais, elementos étnicos e de raça nas preferências dos eleitores (DOMÍNGUEZ; LAWSON, 2003; TELLES; MORENO, 2003); na identificação partidária e participação eleitoral (MORENO, 2003; LUPU, 2014; CARLIN; LOVE, 2014); nas dimensões ideológicas e competição política (SINGER, 1999; ZECHMEISTER, 2015; BAKER; GREENE, 2015); e nas percepções sobre corrupção e clientelismo (GÉLINEAU; SINGER, 2015; PÉREZ, 2015; KITSCHOLT; ALTAMIRANO, 2015; MANZETTI; ROSAS, 2015). Ainda assim, existe um vazio nos estudos do comportamento eleitoral que explique por que nestas democracias latino-americanas os eleitores votam em candidatos desonestos.

Logo, esta pesquisa visa a preencher uma lacuna da teoria do comportamento eleitoral sobre como os eleitores escolhem as características particulares dos candidatos, como a criminalidade ou a desonestidade, o que implica questionar se para esse fenômeno os elementos de longo prazo descritos acima são suficientes para fornecer uma explicação. Desse modo, é necessário explorar a partir de variáveis com elementos de curto prazo (imagem do candidato, contexto socioeconômico, informação na mídia), as quais são desenvolvidas na seção de metodologia.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Além do capítulo introdutório, o trabalho é composto por mais seis capítulos. O capítulo 2 apresenta os fundamentos teóricos e as principais premissas da Teoria do Eleitor, a qual pode se dividir nas abordagens sociológica, psicossocial, a escolha racional e as clivagens, esclarecendo para o leitor que esta pesquisa parte dos pressupostos teóricos do paradigma psicossocial, a partir do qual serão analisadas as atitudes dos eleitores e seus componentes cognitivo, afetivo e comportamental. Desse modo, são apresentadas as ferramentas analíticas úteis para a análise dos dados: O Funil da Causalidade e o Modelo Tripartidas das Atitudes.

O terceiro capítulo, intitulado “Cultura política do Brasil e do México”, descreve as características mais salientes dos valores, crenças e atitudes de mexicanos e brasileiros, para poder compreender como é o eleitor brasileiro e o eleitor mexicano. Através de novos dados empíricos da *World Values Survey* (2018), o capítulo trata sobre a evolução da cultura política desses países, analisando quais atitudes mudaram e quais permanecem firmes ao longo do tempo. O quarto capítulo, “Moralidade e comportamento eleitoral”, está dedicado a esquadrihar as dimensões dos valores morais dos brasileiros e mexicanos para conhecer qual dimensão da moral, a pública ou a privada, influencia na escolha do dilema eleitoral “Desonesto, mas competente” e “Honesto, mas incompetente”. Por meio dessa distinção, foi desenvolvido um Índice de Avaliação Moral para os dois países, usando os dados da WVS de 1984 a 2019, o que nos permite aprofundar as variações nas opiniões das pessoas em relação à moralidade.

O leitor poderá encontrar no quinto capítulo, intitulado “Determinantes da escolha ‘desonesto, mas competente’”, quais são as variáveis relevantes que levam à escolha eleitoral ante o dilema de honestidade e competência e também uma análise, a partir de ferramentas quantitativas, das características dos eleitores que preferem líderes políticos honestos e dos eleitores que apoiam líderes políticos competentes.

Posteriormente, no capítulo 6, “O dilema entre honestidade e competência na decisão eleitoral”, são oferecidas explicações sobre como os eleitores votam e porque há eleitores que preferem votar em candidatos desonestos. Usando técnicas qualitativas, como *Focus Group* na modalidade *online*, foram analisados os componentes cognitivos, afetivos e comportamentais das atitudes, assim como a força das atitudes dos eleitores frente a dilemas eleitorais, simulando eleições nas quais concorrem candidatos apresentados como “desonestos, mas competentes” e “honestos, mas incompetentes” com informação de casos reais. Finalmente, são apresentadas as conclusões gerais deste trabalho, nas quais se estabelecem uma série de reflexões que tentam preencher lacunas da Teoria do Eleitor.

2 TEORIA DO ELEITOR

2.1 ABORDAGENS TEÓRICAS DA TEORIA DO ELEITOR

O estudo do comportamento eleitoral pode ser condensado em quatro grandes abordagens: os modelos sociológicos, o psicossocial, a escolha racional e as clivagens. Estas teorias competem para explicar um mesmo fenômeno, que se traduz no momento em que um indivíduo é chamado a optar politicamente através do voto, e tentam responder por que as pessoas votam ou não votam e, ao votarem, por que votam em determinada direção, mesmo concebendo de forma distinta a organização social (FIGUEIREDO, 1991). Todas essas teorias procuram ter uma capacidade preditiva dos futuros comportamentos dos eleitores, embora as críticas a cada uma, os paradoxos em suas proposições, levem a pensar que em algumas situações nenhuma delas tem um poder explicativo absoluto para compreender todos os conjuntos possíveis de ações dos eleitores.

Nosso foco encontra-se na segunda questão: por que os eleitores votam em determinada direção? Nesse ponto, a principal divergência dessas abordagens concentra-se na origem e no conteúdo substantivo dos padrões de preferências dos eleitores. De acordo com Figueiredo (1991),

para os psicologistas o padrão diferencial entre os candidatos origina-se da convergência empática entre os anseios dos eleitores e os atrativos, ou fascínios, que os candidatos exercem: aqui a credibilidade é conceito chave. Para os sociólogos, a interação entre o eleitor, seu grupo de referência e os candidatos faz como que se criem identidades e interesses. Um candidato ou um partido, surge como elemento capaz de instrumentalizar politicamente aquele interesse coletivo: interesse coletivo é o padrão diferencial. Na teoria da escolha eleitoral racional, o elemento diferencial é, em contraste, o incentivo económico compensatório (FIGUEIREDO, 1991, p. 146-147).

Nesse sentido, para explicar por que votantes mexicanos e brasileiros definem o seu voto em candidatos desonestos e como decidem seu voto ante o dilema “Desonesto, mas competente” versus “Honesto, mas incompetente”, esta pesquisa parte dos pressupostos teóricos do paradigma psicossocial, uma vez que serão analisadas as atitudes dos eleitores e seus componentes cognitivo, afetivo e comportamental, já que o argumento que seria mais factível, como será visto nos capítulos a seguir, é que as emoções são um forte determinante do comportamento eleitoral de nosso objeto de estudo.

É descartado usar a teoria do *Rational Choice*, pois, como é colocado na seção das hipóteses, partimos do pressuposto de que há um eleitor “não racional”, “emocional” e volátil, que toma decisões com base em uma ligação com os candidatos ou lideranças políticas através de imagens e elementos simbólicos e de uma forma subjetiva e emocional (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979, 1981, 1986; SILVEIRA, 1998; LAKOFF, 2009; LAVAREDA, 2011).

Descartamos a teoria sociológica, pois ela levanta como proposição principal que os eleitores se comportam conforme o preceito da consciência de classe, ou seja, que um eleitor decide seu voto por candidatos ou partidos que têm identificação com aquela classe. Desse modo, o fluxo da causalidade do voto parte primeiro de uma “situação de classe”, posteriormente de uma “consciência de classe” e, finalmente, decide um “voto classista”. Essa teoria, portanto, não conversa com a hipótese deste estudo. Do mesmo modo, descartamos a abordagem de clivagens, já que a hipótese não aponta uma resposta sobre a divisão de eleitores a favor ou contra temas pontuais.

Quadro 4 – Abordagens da Teoria do Voto

Abordagem	Escola	Autores clássicos	Conceitos
Sociológica	Columbia	Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1940s)	Sociologia do voto; Intermediação
Psicológica-social	Michigan	Campbell, Converse, Miller e Stokes (1950s)	Identificação partidária, ideologia, atitudes e crenças dos indivíduos
Racionalista	Eleição racional	Downs, Fiorina e Riker (1950-1980s)	Cálculo do voto, avaliações, desempenho
Clivagens	Europa	Lipset e Rokkan (1967)	Mobilização e articulação ideológica

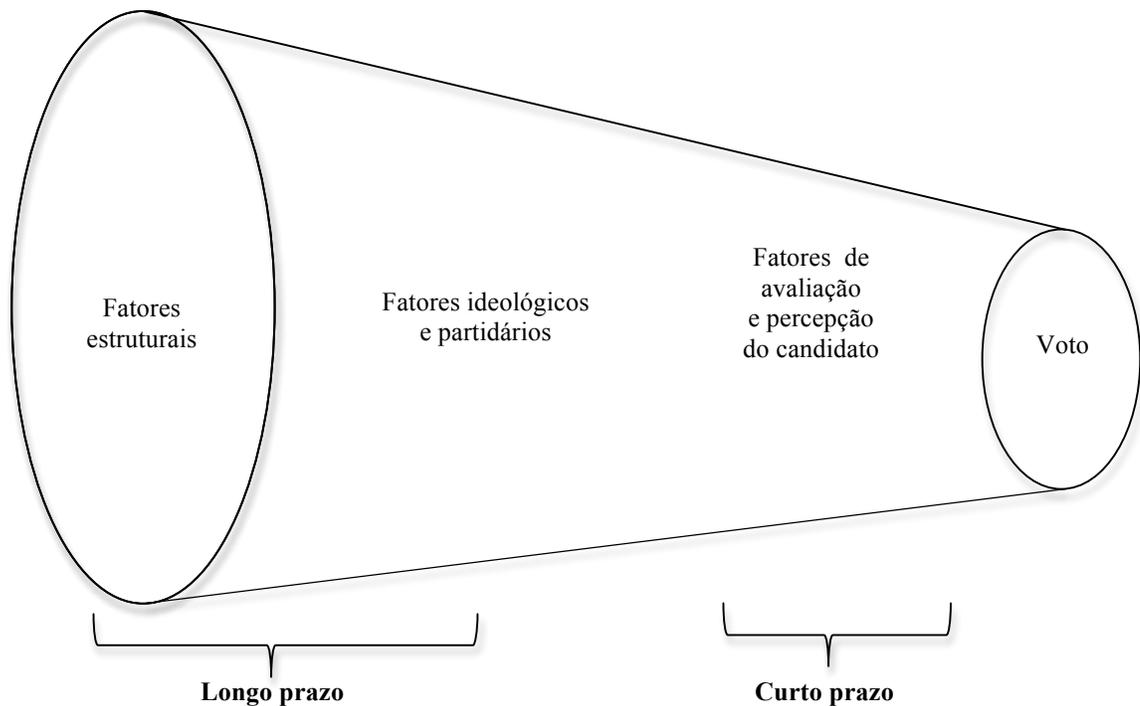
Fonte: Moreno (2014).

O paradigma psicológico-social da Universidade de Michigan inicialmente analisou o eleitor americano com as contribuições pioneiras de Campbell e Kahn (1952) sobre como os cidadãos elegem um presidente; mais tarde, a partir de uma perspectiva mais geral, Campbell, Gurin e Miller (1954) se concentraram em como os eleitores decidem, o que mais tarde deu origem ao texto clássico *The American Voter* (CAMPBELL et al., 1960), uma abordagem que foi aplicada a outros contextos como “*The Mexican Voter*” (MORENO, 2003), “*The European Voter*” (THOMASSEN, 2005), “O eleitor latino-americano” (CARLIN; SINGER; ZECHMEISTER, 2015) e, recentemente, “*The Taiwan Voter*” (ACHEN; WANG, 2017).

Dessa perspectiva, surge uma ferramenta analítica amplamente utilizada, denominada *Funil de causalidade*, na qual “o voto é o último elo, o ato político final, de uma série de fatores

ou causas que o precedem, e que vão desde o mais amplo e mais geral até o mais específico e particular, daí a alegoria do funil” (MORENO, 2014, p. 16). Este esquema contém dimensões de análise de longo e curto prazo:

Figura 1 – O Funil da Causalidade



Fonte: Adaptado de Dalton (1998) e Moreno (2014).

Entre os fatores de longo prazo, estão as variáveis socioeconômicas e demográficas dos eleitores, como sexo, idade, grupo racial, étnico ou linguístico, região em que vivem, nível de escolaridade, renda, nível socioeconômico, classe social, inserção no mercado de trabalho, religião e religiosidade, dentre outros, que diferenciam os eleitores em termos sociológicos (MORENO, 2014). Através desses fatores, as explicações estruturais do comportamento eleitoral são baseadas e consideradas como a base social do voto.

Os fatores de curto prazo são variáveis como imagem do candidato, contexto socioeconômico e a informação nos meios de comunicação. Segundo Moreno (2014), os fatores de curto prazo são geralmente opiniões ou avaliações que incitam um eleitor a apoiar uma opção política em uma situação específica e em determinado momento. Além das identidades ou dos

membros duradouros do grupo, o eleitor guiado por fatores de curto prazo considera “como as coisas são”, “quais são as questões importantes”, “que informação está disponível”, “quem são os candidatos”, “o que é dito ou o que acontece durante as campanhas”. Fatores de curto prazo podem influenciar todos os eleitores, no entanto, espera-se que tenham maior impacto entre os eleitores menos ancorados em fatores estruturais, ideológicos ou de apoio (MORENO, 2014). De fato, a expectativa teórica é que a modernização enfraquecerá os fatores de longo prazo e dará mais foco aos de curto prazo, mas esse nem sempre foi o caso (THOMASSEN, 2005). Os elementos de curto prazo acima mencionados fazem parte do último fator do funil da causalidade, aquele que precede o voto. Nesse sentido, a valorização do votante leva a razoar sobre se gosta ou não do candidato, se ele é capaz ou não de dar resultados (respostas imediatas aos problemas dos eleitores) e se é a pessoa mais conveniente ou não.

Segundo Achen e Wang (2017), as contribuições de Campbell e de seus colegas sugerem pouca importância ao candidato no seu modelo, tratando-o apenas como um fator idiossincrático e de curto prazo, o qual é dominado por outras variáveis de longo prazo, como a identificação partidária e as posições políticas. Desse modo, o modelo desses autores tem sido criticado por dar pouca importância ao candidato como variável explicativa. A partir daí, pesquisadores focalizaram-se nas características do candidato para eleições presidenciais (WATTENBER, 1991; MILLER; SHANKS, 1996; NIEMI; WEISBERG, 2001; ACHEN; WANG, 2017). Por exemplo, Wang e Chen (2017), ao analisarem o eleitor de Taiwan, usaram as seguintes dimensões e variáveis: A) O trato pessoal do candidato, com as variáveis “O candidato entende as necessidades da população”, “Não te faz sentir infeliz”, “Não te faz sentir preocupado”, “Faz sentir esperança pelo futuro”; B) Competência, com variáveis como “Desenvolvimento econômico”, “Etnia e harmonia”, “Lei e ordem”, “Desenvolvimento da paz através de relações estreitas”. Os autores concluem que para o caso de Taiwan não é possível explicar o voto com as características dos candidatos sem levar em conta o partido de onde vêm os candidatos.

Também, as atitudes de curto prazo podem ter desvantagens. Se por um lado podem permitir que os pesquisadores prevejam o comportamento, por outro, podem não voltar suficientemente a fundo no funil para permitir uma boa compreensão das causas do comportamento. Isso sugere que também precisamos considerar variáveis mais profundas no funil para obter um entendimento mais amplo do comportamento da votação (MILLER; WARRENT; MERRIL, 1996). No entanto, medir as atitudes próximas ao voto tem um grande

poder explicativo quando os *surveys* são realizados perto das eleições, já que, para Miller, Warrent e Merrill (1996), é mais confiável medir as atitudes atuais do que as atitudes passadas. Por outro lado, saber que as variáveis de curto prazo influem no voto permite abrir linhas de pesquisa para identificar a causalidade dessas variáveis.

Deste modo, estas variáveis de curto prazo seriam mais adequadas para explicar o comportamento dos eleitores mexicanos e brasileiros na sua escolha por candidatos desonestos. A ferramenta teórica exposta permitiu estabelecer para esta pesquisa um conjunto de variáveis independentes do nosso objeto de estudo que será apresentado na seção de metodologia para a fase de análise quantitativa.

Desde as contribuições de Campbell et al. (1960) até os estudos mais recentes é possível resumir três hipóteses gerais para a análise do comportamento eleitoral: a) Identificação partidária; b) Atitudes sobre posições políticas; e c) Características dos candidatos. Nesta seção desenvolvemos e analisamos essas propostas para, a partir daí, construir as hipóteses da tese, levando em conta principalmente as características dos candidatos, em específico as que tem a ver com moralidade, honestidade e competência, para obter explicações sobre como votam os eleitores desses países no dilema da escolha entre lideranças políticas e candidatos “honestos, mas incompetentes” e “competentes, mas desonestos”. Essas hipóteses serão confirmadas ou refutadas nos capítulos seguintes.

2.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

A identificação partidária é uma das variáveis consideradas como de “longo prazo” no esquema do funil da causalidade sobre a decisão do voto, devido à sua estabilidade no tempo e sua influência através de uma ampla gama de atitudes, crenças e comportamentos políticos. As afinidades partidárias são desenvolvidas cedo nos indivíduos e é um dos primeiros resultados do processo de socialização política. Para alguns autores, como Jennings e Markus (1984), essas ligações ou identificações partidárias quase nunca mudam para a maioria das pessoas. A identificação partidária não implica ser um membro formal de um partido ou realizar manifestações e demonstrações de apoio a uma organização política (JACOBY, 2010). Em vez disso, significa um sentido de apego a um rótulo partidário.

A identificação partidária também é importante por outro motivo: os apegos partidários ajudam a integrar os indivíduos no mundo político (VERBA; NIE, 1972). No entanto, como aponta Jacoby (2010), há outros autores que contradizem a ideia de que a identificação partidária seja tão influente nas atitudes e no comportamento dos eleitores (FRANKLIN; JACKSON, 1983; JACKSON, 1975; PAGE, JONES, 1979). Esses autores mostram que, pelo contrário, os laços partidários surgem como resultado das atitudes em torno de determinadas posições políticas, de modo que as pessoas preferem ou se aderem ao partido que expõe as mensagens políticas que se encaixam com seus pensamentos.

Por outro lado, a estabilidade temporal dessa variável e sua natureza de longo prazo também têm sido questionadas (JACOBY, 2010). Várias pesquisas a esse respeito mostram diferentes conclusões ao longo do tempo: estudos em painel apontam que, na década de 1960, há instabilidade no partidarismo, embora estudos sobre as décadas de 1940 e 1950, ao contrário, revelem uma maior continuidade na identificação partidária. Apesar dessas controvérsias sobre a capacidade de influência do partidarismo, a abordagem que considera que o fluxo causal que emana do elo partidário é mais pronunciado do que qualquer influência imediata do ambiente político externo é ainda predominante.

2.3 POSIÇÕES POLÍTICAS

Outra variável relevante para explicar em qual direção votam os eleitores refere-se às posições políticas, sobre a qual existem várias interpretações, controvérsias e uma vasta literatura. A diferença entre as conclusões dos acadêmicos versa sobre as variadas metodologias utilizadas, os avanços nas aplicações das pesquisas tipo *survey* e os novos métodos que surgiram na atualidade para medir o voto.

Inicialmente, os analistas procuraram medir o quanto as pessoas concordavam ou discordavam em relação à posição política expressa por um candidato ou seu partido em um tópico da agenda pública. Pelo exposto, os acadêmicos utilizaram questões com escalas Likert (preferencialmente de 1 a 5) e escalas bipolares (a favor ou contra). Outro método popular, usando escalas numéricas de sete pontos, foi medir as atitudes dos cidadãos sobre as posições políticas dos partidos e seus candidatos e compará-los com as posições dos cidadãos que responderam às pesquisas para calcular um “posicionamento de proximidade” (*Issue proximity*),

que é definido como “a diferença absoluta entre a posição política individual em uma determinada questão e a posição dessa mesma pessoa no posicionamento de um partido ou candidato na mesma questão” (JACOBY, 2010, p. 5). Embora este modelo tenha sido amplamente aceito por muitos analistas, sua interpretação e confiabilidade de escalas numéricas também têm sido questionadas. Outro problema é que uma pessoa poderia projetar sua própria posição política em relação a um candidato preferido por outras razões e, ao mesmo tempo, projetar uma posição política contrária à do candidato preterido.

Uma alternativa ao problema citado acima é a “Teoria Direcional” da votação temática (*Directional Theory*). Essa teoria indica que os cidadãos mantêm suas preferências em questões “difusas” (por exemplo, se é melhor maior gasto de governo ou menor gasto) em vez de ter uma posição política cristalizada. Nessa perspectiva, os eleitores votariam no candidato que é capaz de articular os tópicos que o eleitor prefere.

2.4 CARACTERÍSTICAS DOS CANDIDATOS

Como nas outras duas variáveis, as teorias e abordagens sobre a influência das características dos candidatos foram feitas na realidade das eleições norte-americanas e, neste caso, a análise das atitudes em relação aos candidatos se concentra apenas nas figuras presidenciais. Do ponto de vista da Escola de Michigan, as primeiras avaliações das características dos candidatos corresponderam a duas das seis variáveis para medir as atitudes partidárias e sua influência na votação no esquema “Funil da causalidade”, de Campbell et al. (1960).

No entanto, em outra perspectiva, os estudiosos têm olhado mais de perto para a forma como os cidadãos pensam as características dos candidatos presidenciais nos Estados Unidos (JACOBY, 2010). As pesquisas de opinião pública sugerem que as pessoas pensam com base em estímulos do mundo ao seu redor através de estruturas ou esquemas cognitivos (*Schemata*), segundo Lav e Sears (1986). Assim, no caso das eleições presidenciais, o esquema predominante subjacente às avaliações públicas é organizado de acordo com critérios partidários, posicionamento político e critérios de personalidade (HAMILL; LODGE; BLAKE, 1985). Até meados da década de 1980, os cientistas políticos se concentravam apenas nas duas primeiras variáveis, pois consideravam que pensar na terceira variável era “irracional e idiossincrático”; no

entanto, mais recentemente, os pesquisadores começaram a questionar essa interpretação negativa e prestar atenção nas atitudes dos cidadãos sobre as características dos candidatos. Por exemplo, Miller, Wattenberg e Malanchuk (1986) exploraram, com questões abertas e fechadas, o que os eleitores gostam ou não nos candidatos presidenciais. Os resultados mostraram que existem mais comentários sobre características pessoais dos candidatos do que sobre partidos, grupos sociais e posições políticas. Pensou-se que a sofisticação política estava positivamente relacionada com a probabilidade de um indivíduo julgar candidatos com base em seus traços de personalidade.

Por outro lado, uma linha relativamente nova de estudos considera a variável relativa às características dos candidatos como a principal hipótese. As conclusões sobre a avaliação dos candidatos indicam que os eleitores, ao invés de se preocuparem com a aparência dos candidatos, estão mais preocupados com a maneira que eles poderiam conduzir os assuntos do governo. A partir daí, os pesquisadores desenvolveram modelos para avaliar os candidatos com variáveis como “liderança”, “competência” e “integridade”, considerando que o candidato pode ser visto por uma audiência de massa em geral, e não somente por aqueles com maior sofisticação política, devido ao fato de que todas as pessoas podem fazer julgamentos sobre os outros. Desse modo, a sofisticação política seria mais decisiva para as variáveis acima (identificação partidária e posições políticas), mas não para avaliações das características dos candidatos, porque, como disseram Rahn, Aldrich e Sullivan (1990), as avaliações sobre a personalidade dos candidatos têm uma influência mais uniforme no público por duas razões: 1) Todas as pessoas têm uma vasta experiência no desenvolvimento de julgamentos sobre outras pessoas e isso é facilmente transferido para o contexto político da decisão do voto; e 2) Os eleitores tendem a captar sinais constantes, reforçados e quase redundantes da mídia, bem como de outras fontes externas, de modo que não requerem muita experiência política para assimilar essas informações e aplicá-las a julgamentos subsequentes, como decisões de voto.

Existe um amplo consenso positivo entre os acadêmicos de que essa variável tem um grande potencial para influenciar as decisões eleitorais. Autores como Esaiasson e Muñoz (2014) apontam que os eleitores podem considerar os atos de corrupção dos candidatos como “não graves” quando esses candidatos conseguem se apresentar diante do eleitorado como “competentes”, ou seja, que dão resultados. Dessa forma, pode-se supor que os eleitores privilegiariam a eficiência ou a eficácia sobre determinadas características, como a honestidade. Para o caso do Brasil, Baquero (1997), ao analisar as eleições para prefeito de Porto Alegre, já

identificava o surgimento de um novo “tipo de eleitor”, o qual se caracterizava por ser volátil e cujo padrão de comportamento eleitoral não se encaixava nas abordagens teóricas tradicionais focadas sobre aspectos de longo prazo, como ideologia ou partidarismo. Esse autor mostra que a ideologia, ao contrário do passado, tem menor poder explicativo do voto, sendo mais influentes critérios pragmáticos e estratégicos, ou seja, por uma avaliação da performance do governo. O apoio eleitoral, desde essa perspectiva, é dado à medida que são respondidas as expectativas dos eleitores.

2.5 EMOÇÕES E A ESCOLHA

As hipóteses anteriores são as mais clássicas da teoria do comportamento eleitoral e pressupõem que os indivíduos realizam atalhos de forma racional para fazer suas escolhas. No entanto, há outras abordagens para explicar o comportamento de um eleitor “não racional” e que não se comporta conforme os enquadramentos clássicos da teoria do voto. Essa perspectiva enuncia que as emoções podem desempenhar um papel relevante no momento de fazer uma escolha e têm um impacto na decisão eleitoral e que, portanto, existem elementos além da racionalidade na personalidade dos candidatos que fazem uma ligação com os eleitores (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979, 1981, 1986; SILVEIRA, 1998; LAKOFF, 2009; LAVAREDA, 2011).

Silveira (1998) define o eleitor “não racional” como um cidadão comum que não tem sofisticação política (pouco informado e pouco participante), mas sim sentimentos desarticulados, constituídos de humores e impulsos afetivos. Seu comportamento é contrário à hipótese da racionalidade, em que o eleitor seria racional, calculador e informado e que reage de acordo com seus interesses e, portanto, constrói uma preferência de voto lúcido. Em contraste, o “eleitor não racional” faz suas escolhas a partir de imagens e elementos simbólicos associados à disputa eleitoral. Esse novo tipo de vontade, segundo Silveira (1998), decide de forma autônoma e não é obediente, como no passado, e portanto garante as condições de incerteza próprias do processo eleitoral democrático. A maneira de julgar é contrária à racionalidade, porque

o eleitor é apenas um espectador que apenas sinaliza positiva o negativamente aos atores-personagens do espetáculo político. Julga o desempenho destes atores não em função de ideias e interesses, mas a partir dos critérios de seu gosto, quer dizer, de uma

forma subjetiva e emocional tendo a vista imagens e atributos simbólicos. Percebe as imagens dos candidatos a partir de critérios morais, por meio de associações simpáticas e combinações intuitivas. A política é pensada de forma personalizada, como uma disputa entre candidatos melhores e piores que, se eleitos, poderão conduzir o governo para um rumo bom ou ruim (SILVEIRA, 1998, p. 235).

Desse modo, ainda de acordo com esse autor, os candidatos não são vistos como agentes políticos ou representantes de ideias e interesses, mas são vistos como atores ou personagens do espetáculo político que merecem ou não ser escolhidos em função de seus atributos políticos. Outra característica do “eleitor não racional” é que a sua ideia de democracia é muito vaga e abstrata, não sabendo definir o significado das regras e do funcionamento do regime democrático. Em contraste, percebe a política a partir da ideia de políticos como corruptos, enganadores, que não estão preocupados com o povo. Nesse sentido, Silveira (1998) considera que os eleitores, a fim de punirem os políticos corruptos, acreditam no mito do líder forte, enérgico e ditatorial com uso da força; eles acreditam no governante bem-intencionado, moralmente exemplar, capaz de dirigir uma “cruzada” contra a corrupção, a imoralidade administrativa: "Desse modo, o novo eleitor 'não racional' acredita menos em valores, regras, normas, métodos e mecanismos democráticos e mais em pessoas atuantes na cena política, confiando naqueles com claras características morais e simbólicas, e não em partidos nem estruturas políticas” (SILVEIRA, 1998, p, 235).

2.6 ATITUDES E A ESCOLHA ELEITORAL

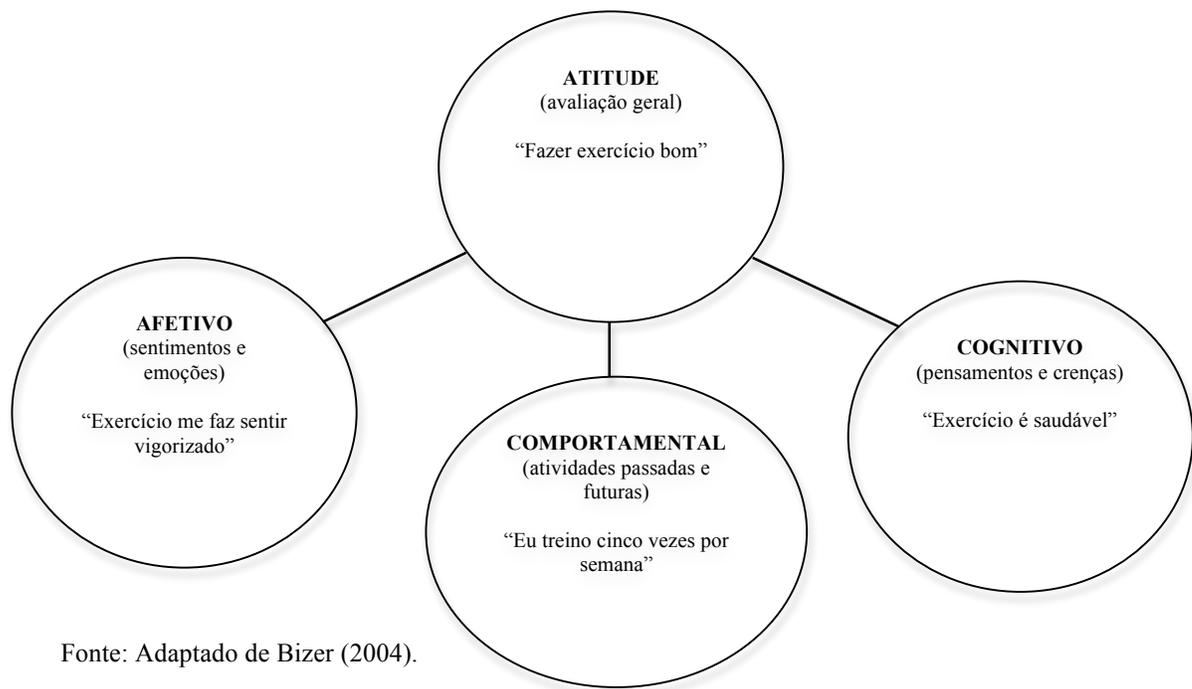
Para analisar as atitudes no âmbito do comportamento eleitoral, é preciso primeiro colocar um marco referencial de conceitos. As *atitudes*, segundo Bizer, Barden e Petty (2006), são avaliações relativamente duradouras que uma pessoa mantém sobre pessoas, objetos, temáticas e conceitos. Assim como as atitudes dos estudantes influenciam em quais cursos eles escolhem e as atitudes dos consumidores orientam suas decisões sobre quais produtos comprar, as atitudes dos cidadãos afetam as decisões dos eleitores sobre quais candidatos escolher. Embora, como apontam esses autores, o comportamento humano tenha uma ampla variedade de causas, entender as atitudes das pessoas pode ser uma maneira confiável de prever seu comportamento.

As atitudes, de acordo com Bizer, Barden e Petty (2006), são formadas por três componentes: a) *Cognitivo*, que se refere aos pensamentos e crenças sobre objetos, temáticas e

conceitos; *Afetivo*, que são os sentimentos, humores e emoções das pessoas sobre o objeto da atitude; e c) Comportamental, que é como a pessoa tem atuado ou atuará no futuro em relação ao alvo. Esse conjunto de componentes é chamado de Modelo Atitudinal Tripartido (*Tripartite Model of Attitudes*) por Bizer, Barden e Petty (2006), o qual é apresentado na figura 2. Nesse contexto, na medida em que cada uma é positiva, gera uma atitude positiva geral sobre o objeto, embora possa haver alguns casos em que os componentes não sejam consistentes, já que uma pessoa pode ter componentes positivos no que diz respeito aos elementos afetivos e comportamentais, mas negativos no sentido cognitivo. Nesse caso, a atitude geral sobre o objeto pode dar mais peso para alguns componentes do que para outros (BIZER; BARDEN; PETTY, 2006).

Outro conceito que colocam esses autores é a *mudança das atitudes (attitude change)*, definida como um processo no qual a avaliação da pessoa sobre aquele alvo torna-se mais positiva ou negativa. A *força atitudinal (attitude strength)* é a medida que uma atitude é persistente ao longo do tempo, que resiste às tentativas de persuasão, influencia o comportamento e a cognição (PETTY; KROSNICK, 1995; BIZER; BARDEN; PETTY, 2006). A *força atitudinal*, segundo esses autores, pode ser medida através de quatro aspectos: 1) quanto às atitudes que persistem ao longo do tempo; 2) as atitudes que resistem às tentativas de persuasão; 3) até que ponto elas predizem processos cognitivos; e 4) até que ponto elas predizem o comportamento.

Figura 2 - Modelo Atitudinal Tripartido



A partir desse esquema conceitual atitudinal, nesta pesquisa serão analisadas as atitudes das pessoas a respeito de como elas tomam decisões quando são expostas ante o dilema de lideranças políticas “competentes, mas desonestas” e “honestas, mas incompetentes”. A partir dessa análise, saberemos se a escolha tem um componente *afetivo* mais forte do que o componente cognitivo e emocional e mediremos a força atitudinal (*attitude strenght*) da preferência desse tipo de candidatos e se há mudanças nessas atitudes conforme são colocadas novas situações para os votantes. Isso permitirá responder às perguntas: *Por que há eleitores no México e no Brasil que votam em candidatos desonestos? Como os eleitores desses países decidem seu voto ante o dilema de honestidade versus competência?*

2.7 DISCUSSÃO E FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

Nesta seção discutem-se as perspectivas teóricas anteriores apontando o esperado de acordo com cada abordagem, e, a partir disso, são apresentadas as hipóteses para responder à pergunta de pesquisa “Como os eleitores desses países decidem seu voto ante o dilema de honestidade versus competência?”, e a derivada da anterior, “Por que o eleitor mexicano e o

eleitor brasileiro votam em candidatos desonestos?”. A perspectiva teórica é o Comportamento Eleitoral e deriva em hipóteses comparativas para o caso do México e do Brasil. Segundo a teoria exposta anteriormente, existem diversas linhas explicativas da causalidade do voto. Nesta seção, colocamos o que se esperaria segundo cada linha explicativa, para, posteriormente, discutir e estabelecer qual seria a hipótese mais factível de testar quantitativa e qualitativamente.

Identificação partidária

Considerada no funil da causalidade como de longo prazo e que defende que o fluxo causal que emana do elo partidário é mais pronunciado do que qualquer influência imediata do ambiente político é ainda mais predominante (VERBA; NIE, 1972; JENNING; MARKUS, 1984). A partir do anterior, o esperado seria que um fator de longo prazo seja um determinante do voto, o que implica estabelecer que:

O voto em candidatos “desonestos” (y) é determinado pela identificação partidária (x₁).

Uma segunda linha explicativa do voto desdobra-se das *Posições políticas*. Nesta perspectiva, fundamentada por Jacoby (2010), os eleitores votariam no candidato que é capaz de articular os tópicos que o eleitor prefere. Dessa variável x_2 (posicionamento político), deriva-se o seguinte:

O voto em candidatos desonestos (y) é determinado pelas atitudes favoráveis em relação às posições políticas (x₂) dos candidatos.

Uma terceira linha hipotética é relativa às *Características dos candidatos*, a qual é situada no último elo causal do voto como variável de curto prazo. Essa perspectiva analisa as atitudes dos eleitores sobre as características pessoais dos candidatos, mas também sobre como eles são apresentados para os votantes, especialmente como os candidatos poderiam conduzir os assuntos do governo e, portanto, a importância de atributos como “liderança”, “competência”, “integridade” e “honestidade”. O anterior tem suporte em autores como Hamill, Lodge e Blake (1985); Miller, Wattenberg e Malanchuk (1986); Lav e Sears (1986); Rahn, Aldrich e Sullivan (1990); Baquero (1997); e Esaiasson e Muñoz (2014). Do exposto, derivamos uma possível

terceira hipótese deste estudo, em que consideramos a variável x_3 , *Características dos candidatos*:

O voto em candidatos “desonestos” (y) é determinado pelas características dos candidatos (x_3) na medida em que estes são percebidos como “eficientes” (que dão resultados) pelos eleitores.

No entanto, há uma quarta abordagem que pode se considerar de curto prazo, as *Emoções e a escolha*. Como já foi colocado no capítulo teórico, essa perspectiva considera que os eleitores não são racionais e que geram empatias e laços com os candidatos através dos elementos atitudinais afetivos, emocionais e simbólicos. Portanto, no esquema atitudinal de Bizer (2004), Modelo Atitudinal Tripartido (*Tripartite Model of Attitudes*), o aspecto *afetivo* teria mais força atitudinal e mais peso do que o aspecto *cognitivo*.

A partir dessa perspectiva, os eleitores votariam em candidatos desonestos mais por identificação pessoal (empatia por determinada característica do candidato, como ser ex-jogador de futebol do seu time, ser artista famoso ou pertencer a um culto religioso do qual o eleitor faz parte), ou seja, um voto baseado em sentimentos e não na razão. Nesse sentido, o aspecto da identidade emocional seria mais relevante para os eleitores, que podem estar deixando passar uma possível imoralidade ou desonestidade de um candidato. Esse é um fator de curto prazo e está relacionado com as características dos candidatos. Portanto, se esperaria que:

O voto em candidatos “desonestos” (y) é determinado em maior medida pelas identidades emocionais dos candidatos (x_4) do que pelas posições políticas e ideológicas (x_2) e pelo partidarismo (x_1). Portanto $x_4 \rightarrow y$.

Embora se considere a literatura exposta e as características históricas do México e do Brasil, a hipótese mais plausível para ser testada quantitativa e qualitativamente nesta pesquisa é de que, independente das características históricas próprias de cada país, há um eleitorado específico (pragmático) cuja orientação está voltada para a garantia de demandas imediatas. Nesse sentido, o eleitorado disposto a votar em candidatos desonestos apresenta como valor eleitoral a competência, preferindo candidatos que podem garantir resultados acima da honestidade. Desse modo, fatores de curto prazo, como avaliação do governo, percepção da

economia e preferências eleitorais, têm maior peso do que os fatores de longo prazo, como variáveis sociodemográficas, identidade partidária, ideologia, no comportamento eleitoral desses países na escolha de candidatos desonestos.

Portanto, primeiro, partimos de que a decisão do voto (y), em geral, é determinada em maior medida por variáveis de curto prazo (características dos candidatos x_3) do que por variáveis de longo prazo (partidarismo x_1 , e posições político-ideológicas, x_2):

H1. O voto em candidatos “desonestos” (y) ocorre em maior medida quando os políticos são apresentados como “eficientes” e “competentes” (x_3) ante o eleitorado mais influenciado por variáveis de curto prazo do que por variáveis de longo prazo (x_1 partidarismo, x_2 posições político-ideológicas).

Por outro lado, para responder à pergunta “Como os eleitores desses países decidem seu voto ante o dilema de honestidade versus competência?”, devido ao fato de que a escolha de um candidato se daria principalmente à medida que as características dos candidatos criam empatias e atitudes afetivas nos eleitores, os elementos afetivos teriam mais força do que os cognitivos no esquema atitudinal para determinar o voto em candidatos “desonestos”. Dado que a preferência por um candidato desonesto se localizaria no componente atitudinal afetivo, apresentamos uma segunda hipótese complementar à primeira:

H2. A escolha entre o dilema “desonestos, mas competentes” e “honestos, mas incompetentes” (y) é determinada mais por elementos atitudinais afetivos do que pelos aspectos cognitivos das atitudes políticas.

3 CULTURA POLÍTICA E ELEITORES NO BRASIL E NO MÉXICO

O objetivo deste capítulo é conhecer e compreender os valores, crenças e atitudes dos brasileiros e mexicanos com respeito à política com a finalidade de entender os votantes desses países. Este capítulo descreve as características mais salientes dos valores, crenças e atitudes de mexicanos e brasileiros, sem examinar suas causas. Em vez disso, pretende-se mostrar, através de novos dados empíricos da *World Values Survey* (2018), como o caráter do mexicano e do brasileiro evoluiu, para conhecer quais atitudes mudaram e quais permanecem firmes ao longo do tempo e para saber até que ponto é ratificado o que vários autores descreveram sobre o homem e sua cultura nesses países. O anterior tem o objetivo de entender e explicar o perfil dos eleitores nesses países. Atitudes como obediência, tolerância, confiança, religiosidade, bem como aquelas em relação ao tipo de regime e política são analisadas especificamente. Este capítulo, portanto, tenta responder como é a cultura política mexicana e brasileira e como são os eleitores desses países.

3.1 O CARÁTER DO MEXICANO E DO BRASILEIRO

Até que ponto o mexicano descrito por Ramos nas primeiras décadas do século XX e por Octavio Paz em meados desse século ainda é válido? E em que medida os traços do brasileiro representado por Mario de Andrade, Roberto DaMatta e Oswaldo de Andrade persistem ainda hoje? Quais são as diferenças e semelhanças dessas culturas políticas? E, finalmente, como são os eleitores dessas grandes democracias da América Latina?

Em sua obra *O perfil do homem e da cultura no México*²¹ (2001), Samuel Ramos Magaña já descrevia, de maneira geral, o mexicano como desconfiado, individualista, rebelde a toda autoridade e a todas as normas: “é indiferente aos interesses da comunidade e sua ação é sempre em sentido individualista” (RAMOS, 2001, p. 65). A marca mais característica do mexicano é a

²¹ O livro *El perfil del hombre y la cultura en México*, de Samuel Ramos Magaña, foi publicado pela primeira vez em 1934 e o *Laberinto de la Soledad*, de Octavio Paz, em 1950. Do lado brasileiro, o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, foi publicado em 1936. Para Ferreira (2013), dado que Ramos e Holanda escreveram numa conjuntura temporal similar, permitem uma melhor comparação dessas culturas políticas, uma vez que é possível avaliar a partir de uma dimensão histórica e antropológica: “A comparação com o estrangeiro definia o mexicano de *El perfil*; a vivência num universo próprio, sem leis, definiria o brasileiro de *Raízes*” (FERREIRA, 2013, p. 58).

desconfiança (PAZ, 1998; RAMOS, 2001; MORENO, 2018). Para Paz (1998), essa atitude de desconfiança é a priori no contato com outras pessoas ou coisa e ocorre mesmo sem existir uma base para isso.

O mexicano desconfia de tudo e de todos, inclusive de si mesmo, e, com base em sua desconfiança, faz julgamentos: “se ele é comerciante, não acredita em negócios; se ele é profissional, não acredita em sua profissão, se é político, não acredita em política” (RAMOS, 2001, p. 59). Moreno (2018) demonstra que a desconfiança ainda é uma característica acentuada e estável da cultura política dos mexicanos e mostra que, apesar da desconfiança, houve um desenvolvimento político e o mexicano está construindo sua democracia. O brasileiro, no entanto, apresenta algumas diferenças. Para Da Matta (1984), o brasileiro não é individualista, pelo contrário, suas relações pessoais são muito importantes. A brasilidade, para esse autor, significa ser amante do futebol, da música popular, do carnaval, da comida misturada, dos amigos e parentes, dos santos e orixás. A forma ordinária de convívio social dos brasileiros é justamente o contrário da polidez (HOLANDA, 1995). Timothy Power (2020) explica que a cultura brasileira sempre tem enfatizado traços “performáticos” como a cerimônia, a música, o movimento, o contato pessoal direto e as experiências coletivas.

Os brasileiros são “abertos”, enquanto que os mexicanos são “fechados”, segundo esses autores. Para Paz (1998), essa tradição de pitorescas máscaras mexicanas é um símbolo que serve ao mexicano para se esconder do que ele realmente é. A máscara simula e dissimula sua privacidade. A máscara o faz se cobrir de qualquer ameaça de ferimento, de palavras ou de suspeita de palavras: “velho ou adolescente, crioulo ou mestiço, general, trabalhador ou graduado, o mexicano me parece um ser que se tranca e se preserva: mascara o rosto e mascara o sorriso” (PAZ, 1998, p. 10). Portanto, o hermetismo é um recurso de suspeita e de desconfiança dos mexicanos, segundo o autor.

Holanda (1995) descreve o brasileiro como “homem cordial”, cuja a lhaneza no trato, a hospitalidade e a generosidade representam um traço definido do caráter brasileiro. No entanto, concordando com a descrição do mexicano hermético de Paz (1998), Holanda (1995) aponta que a cordialidade ou a polidez do brasileiro é, de algum modo, uma organização de defesa ante a sociedade: “detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções” (HOLANDA, 1995, p. 147). Portanto, a diferença com

o mexicano é que no “homem cordial” brasileiro a vida em sociedade significa uma verdadeira libertação do pavor que ele sente de viver consigo mesmo. Para Holanda (1995), um traço específico do espírito brasileiro é o “horror às distâncias”. Assim, o mais importante para o “homem cordial” brasileiro é a parcela social, um “viver nos outros”, o que Nietzsche, citado por Holanda, chamou de “Vosso mau amor de vós mesmo vos faz do isolamento um cativo” (HOLANDA, 1995).

Ambos os países se caracterizam pela miscigenação de raças, que culmina em uma grande complexidade cultural e social e que faz com que haja “muitos Méxicos” e “muitos Brasis”. No México, como aponta Paz (1998), coexistem não só diferentes raças e línguas, mas também vários níveis históricos, uma mistura de antigas e novas crenças: “sob o mesmo céu, com heróis, costumes, calendários e noções morais diferentes, vivem Católicos do Pedro, o Eremita, e jacobinos da era Terciária” (PAZ, 1998, p. 2). Da Matta resgata a frase de André João Antonil no século XVIII sobre o Brasil, que “é um inferno para os negros, um purgatório para os brancos e um paraíso para os mulatos” e dá a ela um sentido sociológico para explicar a sociedade brasileira através de uma dualidade significativa:

O Brasil não opera em uma lógica dual do dentro ou afóra, do certo ou errado, do homem o mulher; do casado ou separado, de Deus ou Diabo, do preto ou branco. Ao contrário, no caso de nossa sociedade, a dificuldade parece ser justamente a de aplicar esse dualismo de carácter exclusivo; ou seja, uma oposição que determina a inclusão de um termo e a automática exclusão do outro, como é comum no racismo americano ou sul-americano, que nós brasileiros consideramos brutal porque no nosso caso tudo passa conforme Antonil maravilhosamente intuiu (DA MATTA, 1984, p.41).

Quer dizer, entre o preto e branco, existe no Brasil um conjunto infinito e variado de categorias intermediárias em que o mulato representa uma “cristalização perfeita”. Daí que “mulato” tem uma qualidade positiva no Brasil ao se associar ao “intermediário”, o que significa também ficar no meio, sem ter um posicionamento, como uma negação aos antagonismos, já que o brasileiro, segundo esse autor, prefere “ficar em cima do muro”²² e não apresentar suas opiniões. Desse modo, Da Matta (1984) atribui à mulataria um sentido positivo para a sociedade brasileira ao ser comparada com o paraíso. O preconceito de raça é um preconceito disfarçado,

²² A frase “ficar em cima do muro” significa “Não tomar posição em questões importantes, normalmente para não assumir responsabilidades ou não se expor à crítica: para fugir de polêmicas, os principais interessados acharam melhor ficar em cima do muro”. Fonte: Dicionário Português. Disponível em: www.dicio.com.br. Acesso em: 12 jul. 2020.

como disseram Bastide e Fernandez (1959, p. 164) ao se referirem que no Brasil “temos o preconceito de não ter preconceito”. Da Matta (1984, 2009) chama de “racismo à brasileira”.

A sociedade brasileira é caracterizada também por ser uma sociedade de hierarquias em todos os âmbitos (DA MATTA, 1984, 1997). E, ao classificar os grupos sociais, a particularidade de preconceito e o amplo espectro de raças impactam também na forma de hierarquizar: “as hierarquias operam por meio de gradações o que faz com que seja admitir, entre os extremos ‘branco’ superior e ‘o negro pobre e inferior’, uma série de critérios de classificação” (DA MATTA, 1984, p. 47). Isso se explica, segundo esse autor, pelo fato do Brasil ser um país feito de portugueses brancos e aristocráticos, uma sociedade hierarquizada e que foi formada dentro de um quadro rígido de valores discriminatórios. No entanto, na perspectiva de Freyre (2001), a divisão de grupos sociais no Brasil é o resultado da consciência de classe mais do que qualquer preconceito de raça ou de cor, já que as raças se misturam. Da Matta (1984) considera que o preconceito se traduz em um leque amplo de formas:

Assim podemos situar as pessoas pela cor da pele ou pelo dinheiro. Pelo poder que detêm ou pela feiura de seus rostos. Pelo seus pais e nome da família ou por sua conta bancária. As possibilidades são ilimitadas, e isso apenas nos diz de um sistema com enorme e até agora inabalável confiança no credo segundo o qual, dentro dele, cada um sabe muito bem o seu lugar (DA MATTA, 1984, p. 47).

O anterior pode ser aplicado para o México, o qual se configura também como uma sociedade com base em hierarquias, dividida e misturada, classificada em diversas maneiras e com diferentes tipos de preconceitos, além da cor da pele. Também para o México é possível aplicar a fórmula de afastamento e diferenciação hierárquica “*sabe com quem está falando?*” que Da Matta aponta para o Brasil e que revela “uma tremenda preocupação com a posição social e uma tremenda consciência de todas as regras (e recursos) relativos à manutenção, perda ou ameaça dessa posição” (DA MATTA, 1997, p. 188).

Por outro lado, um aspecto que merece destaque para ambas culturas é o “machismo”, com suas próprias particularidades para cada país. O México é uma sociedade de “machos” (RAMOS, 2001; PAZ, 1998). O “macho”, para Paz, é um ser hermético, fechado em si mesmo, que pode se guardar e guardar o que lhe é confiado. O ideal de “masculinidade” do mexicano é, como se diz, “*no rajarse*”²³ (não se quebrar); aqueles que se “abrem” são “covardes”. Nesse

²³ No México é usado o termo “*No rajarse*” coloquialmente para expressar que uma pessoa é firme para agir do modo como ela disse e que manterá sua opinião e intenções apesar de tudo e, por isso, é confiável. Portanto, “*rajarse*” implica mudar essa

sentido, o mexicano pode “humilhar-se”, abaixar-se, mas não “rachar”, não se quebrar. Ou seja, permitindo que o mundo exterior penetre na sua privacidade. “O rachado não é confiável, um traidor ou um homem de fidelidade duvidosa, que conta os segredos e é incapaz de enfrentar os perigos como deveria” (PAZ, 1998, p. 10). Nesse ponto, “o estoicismo” é uma das mais importantes virtudes guerreiras e políticas do mexicano, segundo Paz (1998), porque ele diz que a história está cheia de “frases e episódios que revelam a indiferença de nossos heróis à dor ou ao perigo. Desde a infância, eles nos ensinam a sofrer as derrotas com dignidade”²⁴ (PAZ, 1998, p.11). E no Brasil, segundo Ajzenberg, o machismo é predominante e prevalece em todas as classes sociais e “mesmo as mulheres são machistas” (GRUNNAGEL, 2015, p. 373).

Ambas as culturas tendem a não diferenciar entre o público e o privado (DA MATTA, 1987; O’DONNELL, 1989; PAZ, 1998; RAMOS, 2001; TEIXEIRA, 2001; SCHWARCZ, 2008). A supremacia do privado em detrimento do público, para os dois países, aparece como legado dos colonizadores, como pode ser visto no Brasil em Teixeira (2001, p. 92), quem diz que o colonizador português, ao chegar ao Brasil, “veio motivado por interesses precisos de apropriar-se de terras, explorar recursos naturais e áreas agriculturáveis, com um duplo objetivo: adquirir riquezas para si e sua família e contribuir, por meio de tributos, para o incremento do patrimônio da Coroa Portuguesa”. O mesmo aconteceu no México, quando o conquistador espanhol Hernán Cortés desviou dois barcos cheios de ouro que nunca chegaram na Espanha (AYALA, 2006).

Para Ramos (2001), o comportamento do mexicano na esfera pública não difere do comportamento na esfera privada. Nesse ponto, Da Matta (1987), O’Donnell (1989) e Teixeira (2001) também demonstram que o comportamento brasileiro não discrimina entre as dimensões privada e pública. Para O’Donnell, o brasileiro tenta ocupar o espaço público como se fosse privado. O mesmo ocorre com as instituições dos dois países, o que Weber (2014) chamou de “patrimonialismo”, e que mais tarde foi desenvolvido por outros autores como “neopatrimonialismo” (EISESTAND, 1973; MÉDARD, 1999; BRUHNS, 2012), o que implica uma racionalidade de privatizar o que é público. O’Donnell (1989) considera que no Brasil o

opinião e quebrar as intenções de agir, seja por medo ou simplesmente por aplicar uma racionalidade sobre as consequências. Na perspectiva do machismo mexicano, “*rajarse*” implica covardia, portanto, o macho “no se raja” (não se quebra, não se racha), ele reage conforme as emoções do momento, evita racionalidade para não mudar a sua ação. Um reflexo disso na cultura popular mexicana é a música “*Hay Jalisco no te rajes*” (1941), de Ernesto Cortázar e Manuel Esperón, e um filme que leva o mesmo nome.

²⁴ Daí vem uma frase popular mexicana que pais e mães falam para os meninos desde crianças para não chorar quando é vacinado, quando experimenta uma pimenta pela primeira vez ou ante qualquer dor: “se aguenta como os machos”.

estilo patrimonialista e “prebendista” de fazer política penetra em todas as instâncias sociais e pulveriza o espaço público do Estado.

O'Donnell (1989) destaca que no Brasil, em vez de tornar as ruas “mais públicas”, elas se tornam “mais privadas”. Isso também acontece no México quando as pessoas reservam estacionamento na rua colocando objetos para que outros não estacionem lá e, como no Brasil, quando os espaços reservados para pessoas especiais não são respeitados, na lógica de que “se eu não uso, alguém mais vai usá-lo, então eu uso”. Nesse sentido, existe uma conduta de levar vantagem em tudo para um benefício pessoal. No Brasil, isso é chamado de “*Lei de Gérson*”²⁵, que significa quando uma pessoa ou empresa obtém vantagens sem se importar com questões éticas ou morais. O termo implica também a alusão à corrupção, ao desrespeito das regras e às formas com o fim de obter vantagem sobre as demais pessoas. Para Maranhão (2018), a *Lei de Gérson* é uma síndrome brasileira de querer levar vantagem em tudo e, nesse sentido, existem outros termos, como “*malandragem*” e “*jeitinho*”, que fazem parte da cultura brasileira.

Derivado disso, existe o “*malandro*”, que é uma personificação das “malas artes”, das manhas, um arte de enganar e levar proveito e vantagem em tudo, atitudes que são aprendidas na competição da floresta de asfalto que é a rua. Da Matta (1997, p. 263) define o malandro como “um ser deslocado das regras formais, fatalmente excluído do mercado de trabalho, aliás definido por nós como totalmente avesso ao trabalho e individualizado pelo modo de andar e falar e vestir-se”. O Malandro é inspirado em “Pedro Malasartes”, uma personagem tradicional na cultura brasileira, importado do colonizador, que é um exemplo de burlão invencível, astucioso, cínico, inesgotável de expedientes e de enganos, sem escrúpulos e sem remorsos (BURATTO, 2000).

Mário Andrade (1928), na sua obra *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, reinterpreta o caráter do brasileiro através do personagem principal, Macunaíma, o qual se desenvolve com malandragem e jeitinhos: “Macunaíma reinterpreta toda a riqueza e a plasticidade do nosso caráter no amálgama de três raças [...] cristalizando um estigma de baixa-estima que tem marcado a personalidade brasileira, bem como a *malandragem* ou *jeitinho brasileiro*” (BURATTO, 2000, p. 22). Nesse sentido, Buratto (2000) aponta que as relações pessoais de favorecimento ainda

²⁵ “Lei de Gérson” tem a origem na década de oitenta em alusão a um comercial publicitário de televisão sobre cigarros “Vila Rica” (1976), protagonizado por o jogador da Seleção Brasileira de futebol, Gérson de Oliveira Nunes. O slogan publicitário, na voz de Gérson, foi “Por que pagar mais caro se o Vila me dá tudo aquilo que eu quero de um bom cigarro? Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também, leve Vila Rica!”. Posteriormente, o professor e psicanalista Jurandir Freire Costa utilizou o termo “Lei de Gérson” para explicar “o desejo dos brasileiros de levar vantagem em tudo”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_G%C3%A9rson. Acesso em: 03 ago. 2020.

isentam brasileiros de faltas cometidas, “tornando evidente a fragilidade do nosso sistema e da nossa ética, relativizando juízos e valores morais, em detrimento da aplicação da nossa Constituição Brasileira e de leis universais” (BURATTO, 2000, p. 22).

No Brasil, existe o que se chama “*Jeitinho Brasileiro*”, que o próprio Guillermo O’Donnell (2007, p. 278), num relato da sua experiência como pesquisador no Brasil, definiu como “um meio criativo, informal e frequentemente ilegal de realizar o próprio propósito, manipulando o sistema”. Da Matta descreve que o “jeito” faz parte do comportamento do brasileiro: “não existe jamais um não diante de situações formais e que todas admitem um jeitinho pela relação pessoal e de amizade” (DA MATTA, 1984, p. 17). Para esse autor, o “jeito” é uma forma de resolver qualquer problema da vida cotidiana, através de relacionar, de modo “simpático, desesperado ou humano”, o impessoal com o pessoal. Esse autor aponta que como Brasil é um país onde a lei significa um “não pode” formal, capaz de frustrar e impedir todos os prazeres e desmanchar todos os projetos e tentativas, o “jeito” ou “jeitinho” é uma saída, “um estilo de navegação social que passa sempre as entrelinhas desses peremptórios e autoritários “não pode!” (DA MATTA, 1984, p. 100). “O jeito é um modo pacífico e até mesmo legítimo de resolver problemas, provocando essa junção inteiramente casuística da lei com a pessoa que a está utilizando” (DA MATTA, 1984, p. 101).

Mas, de maneira paradoxal, junto com esse navegar social de dar um jeito, também está presente a obediência às autoridades, de uma tradição por um governo ou autoridade “forte”, “corajosa”, um “marechal de ferro”²⁶, no caso do Brasil, como pode ser visto em Gilberto Freyre (2003) no seu clássico livro *Casa Grande e Senzala*. Freyre explica como o “sadismo de senhor” e o correspondente “masoquismo de escravo”, dentro das grandes casas (esfera privada), impactou no campo social e político (esfera pública):

Tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho no gosto do mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou nos simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho. Gosto que tanto se encontra, refinado em um senso grave de autoridade e de dever, em um D. Vital, como abrutalhado em rude autoritarismo em um Floriano Peixoto (FREYRE, 2003, p. 114).

²⁶ Floriano Vieira Peixoto, militar e político brasileiro, foi o primeiro vice-presidente e o segundo presidente do Brasil. Foi chamado popularmente de “Marechal do ferro” (*Mariscal de ferro*) devido à força com que o presidente suprimiu tanto a Revolução Federalista como a Segunda Revolta da Armada.

E na vida política, disse o autor, o “mandonismo” que tem sempre encontrado vítimas, certas vezes deixando nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como o chamado “marechal de ferro”:

A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar "povo brasileiro" ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático. Mesmo em sinceras expressões individuais - não de todo invulgares nesta espécie de Rússia americana que é o Brasil - de mística revolucionária, de messianismo, de identificação do redentor com a massa a redimir pelo sacrifício de vida ou de liberdade pessoal, sente-se o laivo ou o resíduo masoquista: menos a vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de organização política ou econômica que o puro gosto de sofrer, de ser vítima, ou de sacrificar-se (FREYRE, 2003, p. 114).

Desse modo, Freyre aponta que a tradição conservadora no Brasil “sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de autoridade’ ou ‘defesa da Ordem’” e entre essas duas místicas – a da ordem e a da liberdade, por um lado, e a da autoridade e da democracia, por outro – é que se equilibra, para os brasileiros, a vida política, trazendo os elementos tradicionais e profundos de sadistas e masoquistas. Isso dará sustento ao conceito de *seguidor autoritário*, que será apresentado no próximo capítulo.

Quanto aos mexicanos, Ferreira (2013, p. 235), quem se especializou na obra de Ramos, aponta que esse autor nos fez recordar que desde o século XVI as classes mais altas mantinham seus luxos não por força de trabalho, e sim a partir da concessão de privilégios pela Coroa espanhola. Da ausência de uma autoridade considerada amplamente justa, decorria o que prevaleceria no caráter de todos os mexicanos, mesmo na modernidade, a ‘vontade de poderio’, o desejo de se sobressair aos demais”. Como disse Paz (1998, p. 32-33), juntando essas noções do público e privado, do machismo e da reverência pela autoridade: “Para o mexicano, a vida é uma possibilidade de ‘*chingar*’²⁷ ou de ser ‘*chingado*’, ou seja, de humilhar, castigar e ofender [...] A única coisa que vale é a masculinidade (*hombria*), o valor pessoal, capaz de se impor”. É uma relação de poder, daquele que *chinga* sobre o *chingado*, o que implica violência, e levando-o para o mundo público, na política, Paz (1998) aponta que esse é o motivo pelo qual os políticos

²⁷ A palavra *chingar*, em todas suas múltiplas significações, define grande parte da vida dos mexicanos e qualifica suas relações com o resto de amigos e compatriotas. O verbo *chingar* refere-se ao triunfo do fechado, do macho, do forte, sobre o que é aberto, débil (PAZ, 1998). Mas é usado tanto por homens quanto por mulheres, as quais também *chingan*. A partir do verbo, derivam-se outras palavras: o adjetivo *chingón*, que é aquele que *chinga*, que sempre vence, que tem sucesso e que leva vantagem em tudo; e *chingonería*, que é aquilo que é muito bem feito.

confundem os negócios públicos com os privados. Nesse sentido, Gamio (2010), em seu livro *Forjando Patria*, define o político mexicano como personalista: “é mistura heterogênea e indistinta de personalismos repleta de adulação, medos e ambições [...] O vício mais arraigado do político mexicano é o personalismo” (GAMIO, 2010, p. 85-89).

Outra das características do mexicano, segundo Ramos (2001), é que ele não planeja, ou seja, não está preocupado com o futuro, portanto só se concentra em obter resultados imediatos: “o futuro é uma preocupação que aboliu sua consciência. [...] Os programas de vida individual ou social são calculados para o presente ou para o futuro imediato” (RAMOS, 2001, p. 59 e 84). Segundo esse autor, o fato de uma pessoa suprimir o futuro de sua vida é resultado da desconfiança mexicana. Assim, o mexicano é mais prático do que teórico, pois se argumenta que é impossível agir e pensar ao mesmo tempo, uma vez que o pensamento supõe a capacidade de esperar, e quem está esperando está admitindo o futuro (RAMOS, 2001). No mesmo sentido, segundo Da Matta (1984, p. 14), “o Brasil se recusa a viver de forma totalmente planejada e hegemonicamente padronizada pelo dinheiro e as contas bancárias ou pelos planos quinquenais dos ministérios encantados pelos vários tecnocratas e ideólogos que aí estão à espera de um chamado”.

No México, existe o verbo *ningunear*. O *ninguneo* é uma operação que consiste em tornar “alguém” um ninguém: “De repente, o nada torna-se individualizado, torna-se corpo e olhos, torna-se nenhum. Assim, ‘*Don Nadie*’ enche o mundo com sua presença vazia e vociferante” (PAZ, 1998, p. 16). O símil de “*Don Nadie*” para os brasileiros seria um “*João Ninguém*”, expressão que se refere a uma pessoa considerada de pouca importância ou cujo futuro não é promissor. Tanto o *Don Nadie* mexicano quanto o *João Ninguém* brasileiro são recursos pejorativos que caracterizam essas sociedades hierarquizadas e de marcadas divisões.

No Brasil, existe uma diferenciação entre *pessoa* e *indivíduo*, o que implica ter consequências no comportamento para os âmbitos público e privado. De fato, a principal tese de Da Matta (1997), no seu livro *Carnavais, malandros e heróis*, é de que no Brasil existe um paradoxo ou um dilema entre duas formas: o esqueleto nacional, feito de leis universais e personificado na figura de um “indivíduo”, e situações onde cada um se salva e ajuda a si mesmo através de relações pessoais. Leis que funcionam para todos, mas relações pessoais que ajudam só a alguns, o que produz, segundo esse autor, um sistema social com duas figuras sociais básicas: o indivíduo e a pessoa. O primeiro “é o sujeito às leis universais e a pessoa se compõe de

relações sociais que conduz ao polo tradicional do sistema” (DA MATTA, 1984, p. 97). No meio desses polos existe a “malandragem”, o “jeitinho” e o famoso “sabe com quem está falando?”, os quais são uma solução, de acordo com Da Matta (1984), para esse dilema:

No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas, no caso das situações concretas, daquelas que a ‘vida’ nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tomando a vertente do ‘jeitinho’, da ‘malandragem’ e da solidariedade como eixo de ação. Na primeira escolha, nossa unidade é o *indivíduo*; na segunda, a pessoa. A pessoa merece e solidariedade e um tratamento diferencial. O indivíduo, ao contrário, é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitas. Dessa separação, muitas consequências importantes derivam (DA MATTA, 1997, p. 218).

O brasileiro celebra o carnaval, as festas cívicas e as procissões religiosas da Igreja Católica Romana (DA MATTA, 1997), da mesma forma que o mexicano faz uma colorida comemoração aos mortos, celebra a morte como parte das suas tradições, comemora também a sua independência dos espanhóis e a Semana Santa. O mexicano é um tradicionalista, disse Octavio Paz; talvez isso se deva “ao amor professado pelas formas”, porque ele se esforça para ser formal. Tudo isso confirma a natureza “fechada” das reações ao mundo ou aos nossos semelhantes. O mexicano é de mitos e lendas: “mexicanos, antigos ou modernos, acreditam na comunhão e na festa; não há saúde sem contato. [...] O catolicismo é comunhão” (PAZ, 1998, p. 7).

A religiosidade no povo mexicano é muito profunda, mas o Brasil é uma combinação de credos em harmonia. A religiosidade brasileira tem uma maior gama de possibilidades, pois o brasileiro pode ser católico e orixá, mas também pode misturar com espiritismo. Os brasileiros são mais tolerantes com outras religiões, como pode ser conferido na pesquisa da WVS (2019) em que 84,5% estão em desacordo com a afirmação de que a “sua religião seja a única religião aceitável”, contra 57,7% dos mexicanos. Da mesma forma, os brasileiros confiam mais em pessoas de outras religiões (82%) do que os mexicanos (66,3%). Power (2020) destaca a inércia cultural do Brasil em relação à religiosidade e à crença em Deus, o que faz com que tenha resistido não somente à modernização socioeconômica, como também à substituição da filiação católica pela identificação neopentecostal.

Segundo dados da WVS (2018), 76% dos brasileiros que se consideram religiosos, 22,3% se consideram não religiosas e 1,8% são ateus. No México, 70% se consideram religiosos, 29,1%

dizem não ser religiosos e apenas 0,6% disseram ser ateus. Ao perguntar aos brasileiros “que tão importante é Deus na sua vida?”, numa escala entre 1 e 10, onde 1 = “Nada importante” e 10 = “Muito importante”, 79,5% dos brasileiros consideram que Deus é “muito importante” na sua vida, embora a média na escala de respostas é de 9, em contraste com 60% de mexicanos e com uma média de 8,6 nas respostas. Na pesquisa da *Pew Research* (2019), 98% de brasileiros disseram que Deus tem um papel importante em suas vidas e, entre os mexicanos, o resultado foi de 90%. Contrário às teorias de modernização, que demonstraram que a modernização produz uma maior secularização, Power (2020) aponta que isso não ocorre no caso do Brasil. Outro aspecto relevante, segundo esse mesmo autor, é que os brasileiros ainda impõem a crença em Deus como pré-requisito da Moralidade, pois os dados de *Pew Research* (2019) mostram que 84% dos brasileiros consideram que é necessário acreditar em Deus para ter moralidade e bons valores, contra 55% dos mexicanos. Em ambos os países, o catolicismo ainda é a principal religião: 48,6% no caso brasileiro e 75,6% no México, segundo dados de WVS (2018). A segunda maior religião no Brasil é a evangélica, com 21,9%, e no México, a protestante, mas com apenas 6%.

Ambos os países consideram-se, nas suas constituições políticas, um Estado laico. No México, desde a Constituição de 1857 há uma separação entre Igreja e Estado e, no Brasil, desde 1891, embora no caso brasileiro, na realidade, exista uma intervenção marcada dos grupos religiosos na política e na tomada de decisões (TEIXEIRA, 2017; GONZÁLEZ; BAQUERO; GROHMANN, 2020). Por exemplo, a Emenda Constitucional nº 99 de 2011 confere às igrejas o poder de questionar as decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) através de ações de inconstitucionalidade ou de outros recursos, o que “põe em xeque a questão da laicidade do Estado no Brasil, uma vez que apresenta um propósito tácito de interferência das perspectivas religiosas nas decisões da mais alta esfera jurídica do país” (TEIXEIRA, 2017, p. 252). González, Baquero e Grohmann (2020) apontam uma contradição entre o texto constitucional, segundo o qual o Estado é laico, e o mundo real:

Inspirado nas cédulas norte-americanas, o Real traz a inscrição ‘Deus seja louvado’. Muitos escritórios de órgãos públicos possuem crucifixos, que podem ser vistos, por exemplo, na parede principal da sala do Supremo Tribunal Federal. A maioria dos feriados não são apenas cristãos, como o Natal e a Sexta-Feira Santa, mas também católicos, como os referentes à Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida e aos padroeiros de cada estado e município da federação (GONZÁLEZ; BAQUERO; GROHMANN, 2020, p. 657).

Diferentemente do México, no Brasil, grupos religiosos participam dos processos formais eleitorais e, portanto, é comum para os brasileiros ter candidatos com discursos religiosos. No Congresso brasileiro existe uma frente parlamentar de políticos evangélicos de diversos partidos políticos, chamada de “Bancada Evangélica”. A bancada “é composta por parlamentares ligados às igrejas de 1ª, 2ª e 3ª onda/fase e também aqueles vinculados às igrejas protestantes históricas como batistas, metodistas, luteranos, calvinistas e presbiterianos” (TEIXEIRA, 2017, p. 238).

O número de parlamentares vinculados às igrejas protestantes é relevante e cresce cada vez mais: atualmente são 91 congressistas, dos quais 84 são deputados federais, de um total de 513 deputados, e 7 são senadores, de um total de 81. Na eleição presidencial de 2018, por exemplo, um dos candidatos, Benevenuto Daciolo Fonseca Dos Santos, conhecido como Cabo Daciolo, pastor evangélico, bombeiro militar e natural de Florianópolis (SC), participou dos debates presidenciais com argumentos religiosos e frases com fundamento na Bíblia²⁸. Nessa eleição, Daciolo atingiu 1.348.323 votos (1,26% dos votos) e alcançou o sexto lugar nas eleições. Anteriormente, ele já havia sido eleito deputado federal no estado do Rio de Janeiro para o período de 2015 a 2019. Cabo Daciolo teve várias filiações partidárias: sem partido em 2015-2016; PTdoB, 2016-2017; AVANTE, 2017-2018; PEN, 2018-2018; e PATRI, 2018–2019²⁹.

3.2 CULTURA POLÍTICA, DEMOCRACIA E VALORES AUTORITÁRIOS

Começaremos definindo os conceitos mais importantes que serão operacionalizados nesta seção. *Democracia*, de acordo com Robert Dahl (1999), é um regime que permite que os membros de uma comunidade sejam politicamente iguais para determinar as políticas da associação. Ou seja, a democracia deve fornecer oportunidades de inclusão e participação efetiva, onde os cidadãos têm igualdade de voto, uma compreensão ilustrada e o controle final da agenda pública. Os elementos anteriores são requisitos mínimos para uma democracia, e implicam, por um lado, a garantia de existência de instituições e canais de participação, mas também atitudes cidadãs que permitam suportar e consolidar o regime.

²⁸ Algumas das frases do candidato Daciolo foram “eu estou profetizando para a nação brasileira, eu vou ser o próximo Presidente da República, pela honra e glória do senhor Jesus, em primeiro turno com 51% dos votos”. Daciolo prometia “expulsar o demônio do palácio de Planalto. Fonte: O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/conheca-cabo-daciolo-pastor-presidenciaavel-que-promete-expulsar-demonio-do-planalto-22965785>. Acesso em: 07 ago. 2020.

²⁹ Fonte: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/178938/biografia>. Acesso em: 07 ago. 2020.

A *cultura política* é “uma rede de relações que se forma em ideias e valores, em símbolos e normas compartilhadas por uma sociedade, isto é, uma mentalidade que adquire sentido em um contexto social e que orienta e condiciona o pensamento, o agir e o sentimento de atores políticos” (NOHLEN, 2008, p. 29). Autores como Dahl (2004) e Nohlen (2008) consideram a cultura política como uma variável importante para a sobrevivência das instituições democráticas e para o desenvolvimento do regime na América Latina. Para que uma democracia perdure nas sociedades, deve existir uma cultura amplamente compartilhada de crenças e valores democráticos, os quais devem ser congruentes com o sistema político (ALMOND, 1956; ECKSTEIN, 1997; DAHL, 2004). Segundo Dahl, “essas atitudes são recebidas em tenra idade, transmitidas pelas gerações anteriores, e dessa forma elas se concentram no que as pessoas percebem de si mesmas, de seu país e do mundo” (DAHL, 2004, p. 32).

Dieter Nohlen (2008) propõe quatro variáveis da cultura política necessárias ou propícias para o desenvolvimento da democracia, as quais envolvem as visões normativas e práticas: 1) *Confiança*, que pode se dividir em duas: a confiança nas instituições, ou seja, nas regras do jogo, e a confiança interpessoal, entre os membros da sociedade; 2) Luta contra práticas de *corrupção*; 3) *Tolerância*, que é uma condição *sine qua non* da democracia, ao ser a essência do pluralismo e que se traduz como o respeito de valores, opiniões, crenças, ideias, convicções, ideologias e atitudes dos outros; e, por fim, 4) *Compromisso* da elite política para formar consensos e acordos. Usando essas categorias propostas por Nohlen (com exceção da última, devido à impossibilidade de sua medição) e com dados de WVS é que serão analisadas as culturas políticas do Brasil e do México nesta seção.

Um dos elementos que chamou a atenção no início desta pesquisa foi o fato de observar indutivamente um paradoxo que se destaca nas maiores democracias da América Latina, Brasil e México: a experiência de uma jovem democracia que coexiste com a inércia de certos valores, crenças e atitudes de culturas políticas autoritárias. Dados da pesquisa *World Values Survey* (2010, 2014, 2019) sugerem que, nestes países, à medida que se processa a experiência democrática, paradoxalmente, valores antidemocráticos na cultura desses países aumentam, principalmente na última década. As expectativas dos cidadãos eram altas e, em poucos anos, o desencanto com o regime é refletido pela preferência por um sistema autoritário. Ambos os países atualmente vivenciam a experiência democrática após longos períodos autoritários: o México com um único partido e o Brasil sob tutela militar.

No caso mexicano, a democratização é alcançada a partir de reformas eleitorais e da independência das instituições que organizam e qualificam as eleições, já que se permitiu uma maior competência nos processos eleitorais e uma mudança no sistema de partidos (BECERRA; SALAZAR; WOLDENBERG, 2000; CANSINO, 2000; CRESPO, 2001; GÓMEZ TAGLE, 2001; SCHEDLER, 2002; MERINO, 2003; MÉNDEZ, 2006). Esse novo sistema eleitoral fez com que o *Partido Revolucionario Institucional* (PRI), antes partido hegemônico, perdesse a maioria no Congresso Federal em 1997 e a presidência em 2000, depois de 70 anos no poder. O partido de direita *Acción Nacional* (PAN) ganhou as eleições em 2000 e 2006. Em 2012, o PRI retornou à Presidência da República e, em 2018, o México teve a terceira alternância, desta vez para um governo de esquerda, do *Movimiento de Regeneración Nacional* (MORENA). Neste contexto, tanto a alternância governamental quanto a experiência democrática não foram suficientes para evitar um certo desencanto entre os mexicanos e uma preferência cada vez maior por ter um regime autoritário (AZIZ, 2009). De acordo com dados da *World Values Survey*³⁰, é possível observar que houve um crescimento do apoio ao autoritarismo nas últimas duas décadas: de 26,4% em 1996 para 52,6% em 2012, e, mesmo que tenha diminuído para 45,6% em 2019, ainda é uma porcentagem alta em comparação com anos prévios a 2012. Por outro lado, a aceitação de um “líder forte”, ou seja, um líder político que não precisa se preocupar com contrapesos institucionais, como o Congresso, no momento de tomar decisões importantes, tem aumentado de maneira constante desde 1996 de 53,6% para 71,5% em 2018, tendo um maior crescimento de apoio (12,8%) entre os dois últimos períodos das medições da WVS.

Em relação à participação política, elemento importante de um sistema democrático, a porcentagem de mexicanos que diz ter participado de manifestações pacíficas tem diminuído continuamente desde 1990, de 22% até 9% em 2019 (ver tabela 1); enquanto o número de pessoas que indicam que nunca participariam de uma manifestação pacífica aumentou de 34,8% para 62,7% nesses anos. Em comparação com os brasileiros, os mexicanos têm uma menor participação em manifestações pacíficas: a média de participação dos mexicanos desde 1990 até 2019 é de 13,78%, contrária a dos brasileiros, que foi 20% nesse período.

³⁰ *World Values Survey* (WVS) realiza as suas pesquisas por ondas, as quais compreendem um período de cinco anos. Dentro desse período, cada país aplica o *survey* dependendo de financiamento. Assim, por exemplo, a primeira onda (1981-1984) no México foi realizada em 1981 e no Brasil não foi realizada; a segunda onda (1983-1993) no México foi em 1990 e no Brasil, em 1991; a terceira onda (1994-1998) no México foi em 1996 e no Brasil, em 1997; a quarta onda (1999-2004) no México foi em 2000 e no Brasil não foi realizada; a quinta onda (2005-2009) foi feita no México em 2005 e no Brasil, em 2006; a sexta onda que compreende 2010-2014 foi realizada no México em 2012 e no Brasil, em 2014; e, por último, a sétima onda foi realizada em 2019 em ambos os países.

Tabela 1 – Participação em manifestações pacíficas Brasil e México³¹ (%)

Brasil		México	
1991	18,7	1990	22
1997	24,9	1996	11,4
2006	18,2	2005	16,3
2014	15,8	2012	10,2
2019	22,3	2019	9

Fonte: Elaboração própria com base em dados da *World Values Survey* (1990-2019).

No Brasil, o período democrático começou em 1985, depois de um regime autoritário de 21 anos. A alternância de governos e liberdades individuais e políticas foram elementos importantes para a redemocratização do Brasil. Até 2014, o país atravessou fortes situações políticas, como o impeachment do presidente Collor de Mello e as manifestações de rua em 2013. Além disso, a passagem do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2003, para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicava estabilidade política. Mesmo que seja preferido um regime democrático como melhor forma de governo, a preferência dos brasileiros em relação ao regime militar registra percentagens altas, que têm se mantido estáveis entre 2005 e 2014 com 35,3% e 35% de aceitação, mas aumentaram em 2018 para 44,4%.

Por outro lado, a porcentagem de pessoas que consideram que é melhor ter um líder forte, ou seja, um líder político que pode tomar decisões sem ter que lidar com o Parlamento, aumentou de 62,1%, em 2006, para 64,8%, em 2010, e 65,6%, em 2019, segundo os dados de WVS. O *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES) aplicou uma pergunta similar no *survey* de 2018, no entanto agrega a possibilidade de que o líder forte não cumpra as regras; as opções de resposta eram “concorda muito”, “concorda um pouco”, “nem concorda, nem discorda”, “discorda um pouco” ou “discorda muito” para a seguinte frase: “*Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas*”. Os brasileiros concordaram em 43,8%; 50,5% não concordaram e 4,3 foram indiferentes. A diferença das respostas é devido à importância das regras e da obediência, como será visto mais adiante.

Após a ditadura militar, a experiência democrática no Brasil não foi suficiente para construir um sentimento de confiança plena na democracia. As conjunturas políticas vêm se

³¹ A pergunta da WVS foi: “Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca”. As opções de resposta foram “Já fiz”, “Poderia fazer” e “Não, nunca faria”. Na tabela 1 foi considerada a resposta das pessoas que já participaram de protestos pacíficos.

agravando e resultando na manutenção da inércia democrática (BAQUERO; RANINCHESKI; CASTRO, 2018). Contrário ao caso mexicano, o Brasil aumentou a participação em manifestações pacíficas em 2019 (22,3%) em comparação a 2014 (15,8%) e também é maior do que a participação em 1991 (18,7%), embora já tenha sido ainda maior em 1997 (25%), de acordo com os dados da WVS (1991,1997, 2006, 2014 e 2019).

Alguns autores analisaram as atitudes dos cidadãos mexicanos e brasileiros em relação à democracia na primeira década deste século. Para o caso mexicano, autores como Moreno e Méndez (2002) têm demonstrado que, nos primeiros anos de pós-democratização, os mexicanos consideram que é muito importante encorajar tolerância e obediência na educação das crianças, e, segundo os autores, tais valores explicariam as atitudes em relação à democracia:

Essa combinação de tolerância e obediência responde ao fato de que a tolerância é uma atitude favorável à democracia, enquanto a obediência reflete deferência para com a autoridade, não necessariamente democrática. Ainda é comum no México ouvir que as crianças devem ser obedientes e que uma criança ‘boa’ é aquela que obedece a seus pais sem questioná-las. A tradução óbvia para a política é que a obediência reflete alguma sujeição à autoridade política e pouco questionamento (MORENO; MÉNDEZ, 2002, p. 5).

A porcentagem dos mexicanos que consideram que é importante encorajar as crianças nos dois últimos períodos da WVS aumentou de 45,5% (2014) para 57,1% (2019). Já no Brasil ocorre o contrário, há uma queda cada vez maior, que começa em 2006, com 56,3%, até diminuir para 43,2% em 2019. No entanto, em média, o Brasil tem maior porcentagem sobre a importância da obediência do que o México, sendo 50,34% contra 47,86%, respectivamente. Quanto à tolerância, no México há uma diminuição desse valor a partir de 2012 (77,9%), sendo mais significativo em 2019 (66,6%), ou seja, uma diferença negativa de 11,3%, enquanto no Brasil, a tolerância também diminuiu, ainda que em menor grau, de 64,2%, em 2014, para 61,5%, em 2019.

Tabela 2 – Importância da Tolerância e Obediência no Brasil e no México 1990-2019 (%)

	Brasil						México					
	1991	1997	2006	2014	2019	M _e	1990	1996	2005	2012	2019	M _e
Tolerância	65,7	59,7	64,7	64,2	61,5	63,16	64,3	57	78,1	77,9	66,6	68,78
Obediência	41,4	59,1	56,3	51,7	43,2	50,34	45,1	49,9	41,7	45,5	57,1	47,86

Fonte: Elaboração própria com base em dados da *World Values Survey* 1990-2019.

Por outro lado, Moisés (2010) e Baquero (2011) apontaram para o caso brasileiro em que, paradoxalmente, os cidadãos ainda preferem a democracia como regime, enquanto, simultaneamente, desconfiam e são céticos em relação às instituições. Uma similaridade diz respeito ao fato de que, em ambos os casos, os valores antidemocráticos na cultura política aumentaram na última década, apesar do avanço da experiência democrática nesse mesmo período. Alguns autores (SEN, 2000; BAQUERO, 2011) concordam com a ideia de que existe um desencanto dos latino-americanos em geral pelo funcionamento da democracia, por não se constatar um progresso social e a solução dos problemas mais imediatos em relação à pobreza e à desigualdade social, o que derivou uma baixa legitimidade dos governos. Além disso, Baquero (2011) afirma que a região transitou para a democracia sem antes ter construído organizações e valores para a sua promoção, tornando-se uma democracia representativa procedimental forte que coexiste com a expansão da desigualdade e da pobreza. E a desigualdade social é uma das principais características que definem a história desses países.

No México, diminuiu nos últimos anos a desigualdade na distribuição de renda³², mas a pobreza ainda está acima de 40% da população: a percentagem de pessoas em situação de pobreza aumentou de 37,3%, em 2006, para 44,4%, em 2012, e diminuiu para 41,5% em 2018. Quanto ao Índice de Gini foi de 0,50 (2006) para 0,49 (2012) e 0,47 (2018), ou seja, se por um lado a pobreza aumentou, a desigualdade na distribuição da renda tem sido relativamente constante³³. O país é marcado por um desenvolvimento desigual por regiões, sendo o norte mais desenvolvido do que o sul, por exemplo. Nesse sentido, a qualidade da democracia é variável em cada entidade federativa devido ao fato de que o México teve um processo heterogêneo de democratização, em que, em alguns estados, houve um processo de progresso, e, em outros, uma involução autoritária. Ao mesmo tempo, esse país tem a maior insatisfação da América Latina em relação ao funcionamento da sua economia (MARTÍ, 2012) e também é o país que tem registrado o menor grau de satisfação pela democracia, o que é acompanhado por uma articulação limitada entre o interesse público e as decisões políticas (GUILLÉN; MONSIVÁIS, 2014).

O Brasil no último período (2018) aumentou tanto a pobreza quanto a desigualdade. Mesmo que a percentagem de pobreza fique abaixo de 20%, a desigualdade na distribuição de

³² Tanto para o México quanto para o Brasil, colocamos os dados de pobreza e de desigualdade na distribuição do ingresso dos mesmos anos das ondas de WVS para cada país. No caso do México, não estavam disponíveis os dados do Gini para 2005, portanto se apresentam o índice de 2006.

³³ Baseado nos dados da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL). Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/>. Acesso em: 01 jan. 2021.

renda é marcante, e o Brasil é considerado o país com a maior desigualdade na região, segundo os dados da CEPAL. A pobreza diminuiu entre 2006 e 2014, de 29,1% para 16,5%, e aumentou para 19,4% em 2018. Quanto à desigualdade, o país registrou um Índice de Gini de 0,60 em 2006, 0,51 em 2014 e 0,54 em 2018³⁴. É necessário apontar que a experiência democrática dos brasileiros é um fenômeno político relativamente novo e, ao mesmo tempo, frágil e descontínuo (MOISÉS, 2010), dividindo-se em dois períodos: o primeiro entre 1946 e 1964 e o segundo de 1988 até o presente. Fora dessas experiências democráticas, “predominaram nesse país durante a maior parte do século XX sistemas políticos oligárquicos, autoritários ou semi-liberais que, por definição, não asseguravam as liberdades fundamentais, a competição política, a participação popular ou os direitos de cidadania” (MOISÉS, 2010, p. 270). Assim, segundo Da Matta (1993), Moisés (1995) e Baquero (2018), a sociedade brasileira tem uma baixa valorização da democracia:

Embora de maneira geral e difusa as pessoas acreditem na superioridade da democracia sobre autoritarismo, quando examinadas suas atitudes e comportamentos em relação às instituições políticas e aos gestores públicos, constata-se uma avaliação negativa. A prevalência de tais atitudes não pode ser considerada algo passageiro e temporário. Parece ser uma dimensão mais estrutural que deve ser analisada em profundidade, pois se uma das dimensões da inteligência é a adaptação, imaginar que as pessoas estão destinadas a se adaptar a um sistema político com essas características deixa pouco espaço para pensar em dispositivos que auxiliem a sair dessa situação, promovendo sistemas mais abertos e democráticos (BAQUERO, 2009, p. 12).

Em ambos os países, a confiança nas instituições tem diminuído até 2019, embora haja diferenças marcantes. Autores como Segovia (1996) e Martí (2012) consideram que a cultura política mexicana está marcada pela desconfiança das instituições, dos atores políticos e dos próprios cidadãos como sujeitos políticos, até mesmo as instituições democráticas mais bem concebidas têm dificuldades de se consolidar. É possível conferir o anterior com os dados de WVS (1996-2019), que apontam que a confiança nas instituições no México tem diminuído sistematicamente desde 1996³⁵ (ver tabela 3). Das duas nações em comparação, o México é o país que confia menos nas suas instituições no ano de 2019. Ao longo do tempo, há uma diminuição

³⁴ *Idem.*

³⁵ Para analisar a confiança nas instituições foram utilizados dados disponíveis nas diferentes ondas da *World Values Survey* desde os anos noventa, já que não há dados disponíveis para o Brasil na primeira onda (1981-1984), nem na quarta onda (1999-2004).

da confiança institucional nesse país, de acordo com o Índice de Confiança Institucional³⁶, que decresceu desde 1996, de 0,70 para 0,56 em 2019 (ver tabelas 3 e 5).

Os partidos políticos, o Serviço Público e o Parlamento são as instituições em que os mexicanos menos confiam, apenas 37,1%, 42,5%, 44,8, respectivamente. Soma-se a isso o fato de que, na cultura mexicana, existe um forte partidarismo, ou seja, os cidadãos desconfiam dos partidos políticos, mas sentem-se identificados com eles, como aponta Martí (2012). Em média, entre 1996-2019, os mexicanos (56,23%) ainda confiam mais nos partidos do que os brasileiros (44,63%), e, em 2019, a confiança nos partidos foi de 37,1% para o México e 32,1% para o Brasil. Uma similaridade desses países é que a Igreja e o exército são as instituições que registram maior confiança; no entanto, mesmo que em 2019 a confiança na Igreja e no exército seja maior no Brasil, em média, entre 1996 e 2019, é maior no México.

No caso do Brasil, em geral, a confiança institucional diminuiu a partir de 2014, embora a diminuição tenha sido menor em 2019, podendo ser observado que em algumas instituições a confiança aumentou (polícia, exército e igreja). O ano de 2006 foi o ano em que se registrou maior confiança nas instituições do Estado e políticas (inclusive os partidos políticos e o parlamento), mas também na igreja. Foi a partir de 2014 quando começou uma queda na confiança institucional no Brasil. Os partidos políticos e o parlamento são as instituições com menor confiança nesse país, inclusive desde os anos noventa, com percentagens de confiança de 32,1% e 37,7% em 2019, enquanto as que têm maior confiança entre 1997 e 2019 são a igreja o exército, com aceitação de 86,6% e 83,2%, respectivamente, em 2019. A instituição com maior queda de confiança em 2019 foi o governo, registrando apenas 45% de confiança, quer dizer, uma queda de 23,2% em relação ao período anterior. O parlamento também teve uma queda importante de confiança em 2019 de -10,4%. Por outro lado, a instituição que mais confiança ganhou no último período foi a polícia (8,6% a mais), o exército (1,1% a mais) e a Justiça (apenas 0,4% a mais).

³⁶O Índice de Confiança Institucional do México e do Brasil foi elaborado utilizando as variáveis do *World Values Survey*: “Confiança nas Forças Armadas”, “Confiança na Polícia”, “Confiança no Parlamento”, “Confiança nos Serviços Cívicos”, “Confiança nos Partidos Políticos”, “Confiança no Governo”, “Confiança na Justiça” e “Confiança nas Igrejas”. O índice são as médias divididas por 100, em que 0 é desconfiança e 1 é confiança total.

Tabela 3 – Confiança nas instituições no Brasil e no México³⁷ (%)

	Brasil					México				
	1997	2006	2014	2019	M _e	1996	2005	2012	2019	M _e
Forças Armadas	85,3	90,6	82,1	83,2	85,30	86,6	87,2	86	81,4	85,30
Polícia	65,7	75,5	70,2	78,8	72,55	65,9	69,2	63,1	53,4	62,90
Parlamento	54,2	60,8	47,7	37,3	50,00	75,2	62,8	61,3	44,8	61,03
Serviço Público	81,2	85,2	78,2	77,3	80,48	73,3	63	57,4	42,5	59,05
Governo	68,2	78,3	68,3	45,1	64,98	73,3	79,6	73,1	45,7	67,93
Partidos	52	53,7	40,7	32,1	44,63	70,6	60,2	57	37,1	56,23
Justiça	76,2	80,9	75,7	76,1	77,23	74,5	74,2	66,3	53,4	67,10
Igreja	86,3	91,8	88	86,6	88,18	93,7	90,7	89,5	87,8	90,43

Fonte: Elaboração própria com base em dados da *World Values Survey* 1990-2019.

Tanto Paz (1998) como Ramos (2001) apontam como uma das principais características dos mexicanos a desconfiança, o que pode ser conferido nos dados da WVS (1990-2019), embora os brasileiros ainda confiem menos “na maioria das pessoas” do que os mexicanos em todos os períodos da análise. A diferença é notória, como pode ser observado na tabela 4, e os anos com maior diferença entre ambos os países foram os anos noventa. A desconfiança dos mexicanos caiu de maneira constante em cada período do *survey* e a maior queda ocorre em 2005, de 31,2% para 15,6%, o que representa uma diminuição de 50%. Em 2019, a confiança dos mexicanos diminuiu para 10,3%, o que representa menos de um terço da confiança registrada em 1990. No Brasil, assim como aconteceu com a confiança institucional, em 2006 houve um aumento grande da confiança (situação contrária no caso mexicano) de 2,8% para 9,2% com respeito ao período anterior, mas em 2014 diminuiu para 6,6% e ficou estável em 2019, o qual é um nível similar a 1991 (6,5%).

³⁷ A pergunta de WVS foi: “Vou citar várias organizações. Para cada uma, você poderia me dizer quanta confiança você tem nelas?”. As opções de resposta foram: “confia muito”, “confia em parte”, “confia pouco” e “não confia nada”. Para obter a percentagem de confiança, foram levadas em conta a percentagem válida acumulativa das três primeiras.

Tabela 4 – Confiança na maioria das pessoas Brasil e México 1990-2019³⁸ (%)

Brasil			México		
Ano	Confiam	Desconfiam	Ano	Confiam	Desconfiam
1991	6,5	93,5	1990	33,5	66,5
1997	2,8	97,2	1996	31,2	68,8
2006	9,2	90,8	2005	15,6	84,4
2014	6,6	93,4	2012	12,4	87,6
2019	6,6	93,4	2019	10,3	89,5

Fonte: Elaboração própria com base em dados da *World Values Survey* 1990-2019.

Em geral, a confiança interpessoal é maior no Brasil (0,76) do que no México (0,72), mas a diferença não é significativa, segundo os dados de WVS entre 2005 e 2019 (ver tabelas 4 e 5). Uma semelhança é que em ambos os países a confiança interpessoal aumentou em 2019 em relação ao período anterior, embora haja algumas diferenças entre os países: em geral, o Brasil tem maiores níveis de confiança do que o México, exceto em relação à confiança na família, que no Brasil diminuiu a cada período e no México aumentou e se manteve estável em 2019; o México também confia mais nos seus vizinhos que o Brasil.

No caso mexicano, há alguns elementos contraditórios que é necessário ressaltar: Ramos (2001) e Paz (1998) descrevem o mexicano como desconfiado, embora, segundo os dados, os mexicanos registrem uma porcentagem alta de confiança nas “pessoas que conhecem pessoalmente”. Mesmo que essa confiança tenha diminuído em cada período, ela ainda é de 87,17% e, também, a confiança em pessoas que conhecem pela primeira vez aumentou em 2019, de 43,7% para 45,5%. No Brasil, esse índice cresceu de 43,1% para 54,2%. A confiança nos vizinhos aumentou em 2019 em ambos os países, de 78,9% para 80,8% no Brasil, e de 81,5% para 85,1% no México. O Brasil mantém o padrão observado nas tabelas 2 e 3 com relação ao ano de 2006, em que há um maior nível de confiança, com exceção da confiança em pessoas de outra nacionalidade, o qual vem crescendo em cada período: 55,8% (2006), 58,5% (2014) e 59,80% (2019).

³⁸ A pergunta realizada por WVS (1990-2019) foi “De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?”. As opções de resposta foram: “A maioria das pessoas são de confiança” e “É preciso ser muito cuidadoso”.

Tabela 5 – Confiança Interpessoal no Brasil e no México 2005-2019 (%)

	Brasil						México					
	2006	2014	Diferença 2006-2014	2019	Diferença 2014-2019	M _e	2005	2012	Diferença 2005-2012	2019	Diferença 2012-2019	M _e
Família	98,3	97,8	-0,5	97,7	-0,1	73,33	98,3	99,1	0,8	99,1	0	74,33
Pessoas que conhece pessoalmente	90,2	86,2	-4	89	2,8	65,35	91,9	86,4	-5,5	83,2	-3,2	64,00
Pessoa que conhece pela primeira vez	46,2	43,1	-3,1	54,2	11,1	35,10	50,8	42	-8,8	43,7	1,7	31,93
Vizinhos	85	78,9	-6,1	80,8	1,9	59,65	83,8	81,5	-2,3	85,1	3,6	62,03
Pessoas de outra religião	84,1	81,7	-2,4	82	0,3	61,35	64,7	61,3	-3,4	66,3	5	47,23
Pessoas de outra nacionalidade	55,8	58,5	2,7	65,1	6,6	45,53	55,4	53,1	-2,3	54,3	1,2	40,13

Fonte: Elaboração própria com base em dados da *World Values Survey* 2005-2019.

Tabela 6 – Índice de Confiança no Brasil e no México 2005-2019

	Brasil				México			
	2006	2014	2019	M _e	2005	2012	2019	M _e
Interpessoal ³⁹	0,77	0,74	0,78	0,76	0,74	0,71	0,72	0,72
Institucional ⁴⁰	0,77	0,69	0,65	0,70	0,73	0,69	0,56	0,66
Índice de Confiança	0,73				0,69			

Fonte: Elaboração própria com base em dados do *World Values Survey* 2005-2019.

A tabela 6 permite ver que os mexicanos são mais desconfiados no geral do que os brasileiros, embora a diferença não seja grande, segundo os índices de confiança de 0,73 e 0,69, respectivamente. Existem duas semelhanças para serem destacadas: a primeira é que, para ambos os países, há um nível maior de confiança interpessoal do que nas instituições e na mesma proporção; segundo que, tanto para o Brasil quanto para o México, a confiança interpessoal cresceu em 2019, enquanto que a confiança institucional diminuiu no mesmo período, sendo mais notório no caso mexicano.

Neste ponto, é preciso contextualizar que a cultura política mexicana é caracterizada pela corrupção em todos os níveis (MORRIS, 1992). Segundo dados do WVS (2018), sobre a percepção da corrupção, numa escala de 1 a 10, em que 1 = “Não existe corrupção” e 10 =

³⁹ O Índice de Confiança Interpessoal foi construído pelo autor levando em conta variáveis do *World Values Survey*, tais como “Confiança na família”, “Confiança em pessoas que conhece pessoalmente”, “Confiança em pessoas que conhece pela primeira vez”, “Confiança em vizinhos”, “Confiança em pessoas de outras religiões” e “Confiança em pessoas de outras nacionalidades”. O índice são as médias divididas por 100, em que 0 é desconfiança e 1 é confiança total.

⁴⁰ O Índice de Confiança Institucional foi elaborado utilizando as variáveis do *World Values Survey* “Confiança nas Forças Armadas”, “Confiança na Polícia”, “Confiança no Parlamento”, “Confiança nos Serviços Cívicos”, “Confiança nos Partidos Políticos”, “Confiança no Governo”, “Confiança na Justiça” e “Confiança nas Igrejas”. O índice são as médias divididas por 100, em que 0 é desconfiança e 1 é confiança total.

“Existe muita corrupção”, os entrevistados do México responderam uma média de 8,9, enquanto que a média para o Brasil foi de 9,4. O México é um dos países com maior índice de impunidade, 69,21 pontos⁴¹, ocupando a quarta posição de 69 nações⁴², enquanto que o Brasil ocupa a sétima posição e tem um índice de impunidade de 66,72 pontos. Continuando com os dados do WVS 2018, a perspectiva das pessoas sobre o risco de ser punido por corrupção, numa escala de 1 a 10, em que 1 = “Risco baixo” e 10 = “Risco alto”, a média no México foi de 5,85 e no Brasil, 5,27. Portanto, as percepções sobre corrupção e impunidade são ainda maiores no Brasil.

A aceitação do suborno⁴³ entre os mexicanos aumentou em 2019, enquanto que ficou estável para os brasileiros, segundo WVS (2014-2019). No México, a porcentagem de pessoas que disseram que “nunca é justificável o suborno” diminuiu de 73,3%, em 2014, para 53,9%. A média de respostas, numa escala entre 1 (nunca justificável) e 10 (sempre justificável) foi de 2,11 em 2014 e de 2,65 em 2019; enquanto no Brasil a queda foi de 85,2% para 86% e as médias para os mesmos períodos foram 1,54 e 1,57. A adesão à opinião de que sempre é justificável o suborno diminuiu no México, de 3,6% para 2,7%, e se manteve estável no Brasil, com 1,4% e 1,2%, respectivamente.

3.3 ELEIÇÕES 2018 E A MUDANÇA ELEITORAL NO BRASIL E NO MÉXICO

Primeiramente, para a comparação entre Brasil e México, é preciso esclarecer algumas diferenças e semelhanças. Ambos os países têm em suas eleições sistemas majoritários (de maioria absoluta e maioria relativa) e de representação proporcional, porém com suas próprias especificidades. No Brasil, exige-se uma *maioria absoluta* (50% mais um dos votos) para eleger cargos para uma vaga: Prefeito (municípios), Governador e Presidente da República. Para esses três casos, se nenhum candidato alcança a maioria absoluta dos votos na primeira votação, realiza-se um segundo turno entre os dois mais votados no primeiro (FARHAT, 1996). Para o

⁴¹ Os valores do *Índice de Impunidade Global*, da Universidad de las Américas Puebla, vão de impunidade baixa, ≤ 50 pontos; impunidade média, de 51 até 60 pontos; impunidade, de 61 até 70 pontos; e impunidade muito alta, para acima de 71 pontos.

⁴² Com base no *Índice de Impunidade Global*, da Universidad de las Américas Puebla. Foi utilizada a medição de 2017, já que nesse ano estão disponibilizados os dados do Brasil.

⁴³ A pergunta realizada por WVS (2014-2019) foi: “Indique para cada uma dessas ações (... aceitar suborno para cumprir seu dever) se você acha que nunca se justificam, sempre se justificam ou alguma opinião entre essas duas”. As opções de resposta foram “1 = nunca justificável” e “10 = sempre justificável”.

cargo de Senador da República, exige-se *maioria relativa* dos votos, não havendo possibilidade de um segundo turno.

O sistema eleitoral proporcional, segundo a Constituição, é utilizado para a composição do Poder Legislativo, com exceção do Senado Federal. Assim, as vagas nas Câmaras de Vereadores, Assembleias legislativas dos estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmara dos Deputados serão distribuídas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias. A partir dos votos apurados para determinada legenda, as vagas nas casas legislativas serão preenchidas pelos candidatos mais votados da lista do partido ou da coligação até o limite das vagas obtidas, segundo o cálculo do quociente partidário e a distribuição das sobras (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL).

Em contraste, no México, precisa-se apenas da maioria relativa para eleger diversos cargos: Presidente Municipal (Prefeito), Governador, Presidente da República, Deputados federais (300 de 500) e estaduais, sendo o resto por *representação proporcional* (200). No caso da Câmara de Senadores, ela é composta por 128 senadores, dos quais, em cada estado e no Distrito Federal (Cidade do México), dois serão eleitos segundo o princípio da *maioria relativa* e um será atribuído à primeira minoria. Os 32 senadores remanescentes serão eleitos pelo princípio da representação proporcional, votados em um único círculo eleitoral plurinominal nacional. A Câmara dos Senadores será renovada em sua totalidade a cada seis anos (INSTITUTO NACIONAL ELEITORAL, 2016).

Uma diferença é que no caso do Brasil é possível a reeleição consecutiva de Presidente da República, governadores, prefeitos, deputados estaduais, federais e senadores. No caso dos executivos, só é possível a reeleição por um período a mais. No México, não há reeleição para presidente nem governadores, embora a reforma política de 2014 tenha aberto a possibilidade para que, a partir das eleições de 2018, haja reeleição de deputados estaduais e alcaides (prefeitos) em alguns estados do país. No entanto, as regras para a reeleição da Câmara de Deputados federal terão vigência a partir das eleições de 2021. Outra diferença é o calendário eleitoral nas eleições presidenciais: no Brasil o governo federal tem período de quatro anos, enquanto que no México é de seis anos.

No México, é estabelecido na lei⁴⁴ que o voto é um direito e uma obrigação, mas não existe uma sanção por não votar. No Brasil, o voto é obrigatório e com sanções. É compulsório (obrigatório) para maiores de dezoito anos e facultativo (voto não obrigatório) para analfabetos, maiores de setenta anos e maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos, segundo o artigo 14 da Constituição da República Federativa do Brasil e o Código Eleitoral, Lei 4.737. No caso do eleitor não exercer o voto, deve comparecer ante um juiz eleitoral para justificar a razão de não ter votado; e no caso de não apresentar justificativa satisfatória, deverá pagar uma multa. Nas eleições de 2018, a multa foi de R\$3,51 a R\$35,10, dependendo da análise do juiz eleitoral. Quem não justificou em três eleições consecutivas, pode perder o título eleitoral⁴⁵.

3.3.1 Eleições 2018

Para os dois países, as eleições gerais de 2018 tiveram várias peculiaridades que as diferenciam de outras eleições do passado, embora haja similaridades entre estes países: tanto no México como no Brasil, os cidadãos estavam desencantados com a democracia e com uma crescente preferência por um regime autoritário, havia cenários de crise econômica, escândalos de corrupção na política, novas regras eleitorais e comícios com um grande número de cargos para eleger em vários níveis que complicaram a organização das eleições, além de um ambiente de alta polarização entre eleitores de esquerda e de direita ainda exacerbados pelos discursos de candidatos e a mídia eletrônica através das redes sociais.

No caso do México, as eleições realizadas em 1º de julho daquele ano foram as mais complicadas de sua história. A complexidade não se deu somente pelo contexto político, econômico e social do país, mas também pelas novas disposições legais em matéria eleitoral, que implicaram um novo quadro institucional, o Instituto Nacional Eleitoral (INE), antigo Instituto Eleitoral Federal (IFE), que, pela primeira vez, organizou eleições presidenciais em simultâneo com as eleições locais (atribuição prévia dos institutos eleitorais locais). Agora existem OPLES e fazem parte do INE, após a reforma constitucional de 2014, em que as instituições eleitorais são

⁴⁴ Ver artigo 7, fração primeira da *Ley General de Instituciones y Procedimientos Electorales* do México. Disponível em: https://portalantior.ine.mx/archivos3/portal/historico/recursos/IFE-v2/DS/DS-Varios/docs/2016/CompendioLegislacionNal/Compendio-TomoII.pdf?fbclid=IwAR26EOSv4NFjiN2oJVwxTZrpu-vGGaWo7_0pMaAvNVelQjTIBXwWNJLgpvE. Acesso em: 26 ago. 2020.

⁴⁵ Diário Nordeste. *Multa para o eleitor que não votar e não justificar ausência custa R\$3,50*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/multa-para-eleitor-que-nao-votar-e-nao-justificar-ausencia-custa-r-3-50-1.2010489?page=4>. Acesso em: 26 ago. 2020.

homologadas, uma vez que anteriormente existiam diferentes níveis de qualidade entre as instituições eleitorais locais, algumas tinham processos certificados ISO 9000, outras não; em geral, foram capturados pelos governos estaduais e, portanto, tinham pouca ou nenhuma independência; um baixo nível de responsabilização eleitoral, que permitiu, entre muitos outros fatores, a continuidade, reestruturação e reforço das reminiscências autoritárias que permaneceram no PRI a nível local após o advento da democracia eleitoral.

No México foram realizadas eleições federais, ou seja, para Presidência da República, Senado e Conselhos Federais. Mas também, o INE coordenou as eleições locais para Governadores, Sede do Governo da Cidade do México, Congressos Locais, Câmaras Municipais, Conselhos Municipais e prefeituras. Desse modo, nesse processo eleitoral, foram eleitos 629 cargos em nível federal: 1 Presidente da República, 500 deputados federais e 128 senadores. Já em nível local, foram eleitos 1.976 cargos: 8 governadores, 972 deputados locais, 1.596 vereadores (prefeituras), 16 prefeitos na Cidade do México, 160 vereadores na Cidade do México e 24 conselhos municipais no estado de Campeche. Além disso, pela primeira vez participaram candidatos independentes à Presidência da República, que já haviam competido em nível local nas últimas eleições; o INE organizou eleições num contexto de “campanhas negras”, violência e níveis de corrupção nunca antes vistos numa era de impaciência onde a informação, tanto verdadeira quanto falsa, corre na velocidade instantânea e vertiginosa das redes sociais. Tudo isso representou um desafio para as novas instituições eleitorais e para a democracia mexicana.

Nessas eleições foi eleito como Presidente da República o candidato de esquerda Andrés Manuel López Obrador, do partido Movimiento de Regeneración Nacional (MORENA), para uma terceira alternância política, com 53,19% dos votos, distante do segundo lugar, o candidato de direita Ricardo Anaya (PAN), com 22,27%. O candidato do PRI, José Antonio Meade Kuribreña, obteve 16,40%, e o candidato independente, Jaime Rodríguez Calderón, atingiu apenas 5,23% dos votos. O partido MORENA (191 deputados), junto com seus aliados da Coligação “*Juntos haremos historia*”, atingiu uma representação de 61,6% na Câmara dos Deputados, 54% no Senado, maioria nas câmaras de deputados estaduais, cinco de oito governos estaduais, além da *Jefatura de Gobierno da Ciudad de México*.

Outro aspecto dentro da complexidade da eleição de 2018 no México é a entrada em vigência das disposições eleitorais que permitem a reeleição imediata ou consecutiva, mas que não aplica para todos os níveis nem se materializou igual em todos os estados do país para esse

ano. Para esta vez, foi possível a reeleição no âmbito local só para prefeituras e congressos, como pode ser visto no quadro 5. Ou seja, dos 1.976 cargos públicos no pleito, somente 237 prefeituras e 202 legisladores de 27 estados podiam tentar se reeleger pela primeira vez. A reeleição para deputados federais e senadores só se aplicará a partir de 2021 e ainda não é possível para o caso de Presidente da República, nem para governadores.

Quadro 5 – Reelection no México (nível local) 2018

Tipo de reeleição	Estados
Municipal e legislativa	Baja California Sur, Campeche, Colima, Chiapas, Chihuahua, Guanajuato, Guerrero, Jalisco, México, Michoacán, Morelos, Nuevo León, Oaxaca, Querétaro, San Luis Potosí, Sinaloa, Tabasco, Yucatán y Zacatecas.
Municipal	Coahuila, Tamaulipas, Quintana Roo.
Legislativa	Aguascalientes, Durango, Hidalgo, Tlaxcala, Veracruz.
Sem reeleição para esta eleição	Ciudad de México, Puebla, Sonora

Fonte: Magar (2018); González (2018).

Por outro lado, no caso brasileiro, nas eleições de 2018 foram eleitos 568 cargos: um para Presidente da República, 513 deputados do Congresso Federal, 54 senadores (dois terços do total) e 26 governadores dos estados e do Distrito Federal. A eleição tanto do Presidente da República quanto de treze governadores foi para segundo turno. Na eleição para Presidente da República concorreram 13 candidatos. No segundo turno, Jair Bolsonaro, na época do PSL e agora independente, foi eleito com 55,13% dos votos, com uma distância de mais de 10% do segundo lugar, Fernando Haddad (PT), que atingiu 44,87% dos votos. Na Câmara dos Deputados Federais, o partido que mais cresceu foi o PSL, sendo o segundo partido com maior número de assentos 52 (10,14%), com uma mínima diferença do PT, que ainda é o partido com mais deputados, somando 54 assentos (10,92%). Em 2014, o PSL só tinha um deputado (0,1%), enquanto o PT tinha 69 (17,1%). O índice de renovação da Câmara dos Deputados⁴⁶ foi de 47,3% (243 deputados “novos”), o que quer dizer que ainda 52,7% (251) foram reeleitos. Mesmo assim, em 2018, o parlamento teve a porcentagem de renovação mais alta desde a eleição de 1986, quando o índice foi de 48%; após esse ano, a renovação caiu nos anos noventa e em média, entre 1994 e 2014, foi de 37%. O partido com maior renovação foi o PSL (partido em que se

⁴⁶ O índice de renovação da Câmara de Deputados é calculado pela Secretaria Geral da Mesa da própria Câmara. Fonte: Agência Câmara Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>. Acesso em: 10 set. 2020.

candidatou o Presidente Jair Bolsonaro) com 47 de 52, que contrasta com o resto dos partidos: PRB (18 novos parlamentares), PSB (16), PT (15), PSD (14), PP e PDT (12 cada) e DEM (10). Os outros partidos tiveram menos de dez novos deputados. Por outro lado, o PT foi o partido que mais reelegeu deputados, com 40, seguido pelo PMDB (25 reeleitos), PP (23), PR (22), PSD (20), DEM (19), PSDB (16), PSB (14), PDT (14) e PRB (11). As demais legendas reelegeram menos de 10 deputados (CÂMARA DE DEPUTADOS, AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2018). O Senado também teve a maior renovação da sua história. Das 54 vagas, 46 foram ocupadas por novos nomes (SENADO FEDERAL, 2018). Dos oito senadores reeleitos, seis deles, antes de serem eleitos, tinham escândalos de corrupção e, inclusive, denúncias da PGR que foram reportadas pela mídia.

Quadro 6 – Senadores reeleitos com denúncia de desonestidade

Nome	Partido	Estado	Denúncia de desonestidade
Sergio Petecão	PSD	AC	Denúncia pela PGR por desvio de recursos públicos ⁴⁷ .
Ciro Nogueira	PP	PI	Denunciado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, obstrução da justiça e organização criminosa. Alvo da Operação Lava Jato ⁴⁸ em cinco inquéritos no Supremo Tribunal de Justiça (STJ).
Eduardo Braga	MDB	AM	Corrupção, lavagem de dinheiro e advocacia administrativa ⁴⁹ . Foi denunciado por receber pagamentos indevidos da Odebrecht ⁵⁰ .
Jader Barbalho	MDB	PA	Preso em 2002 por desvio de verbas públicas ⁵¹ . Teve diversas denúncias por corrupção e malversação de recursos públicos. Em 2018, um relatório da Polícia Federal apontou indícios de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.
Humberto Costa	PT	PE	Suspeito de receber pagamentos indevidos da Odebrecht ⁵² .
Renan Calheiros	MDB	AL	Denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro e alvo de outras nove investigações ligadas à Lava Jato.

Fonte: Elaboração própria.

⁴⁷ JENSEN, M. *PGR denuncia o senador Sérgio Petecão por desvio de dinheiro de recursos públicos*. Jornal Gazeta do Acre, 21-12-2017. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2017/12/pgr-denuncia-o-senador-sergio-petecao-por-desvio-de-dinheiro-de-recursos-publicos/>. Acesso em: 11 set. 2020.

⁴⁸ Jornal Zero Horas. *Presidente do PP pela terceira vez, Ciro Nogueira responde a cinco inquéritos no STF*. 24-4-2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/04/presidente-do-pp-pela-terceira-vez-ciro-nogueira-responde-a-cinco-inqueritos-no-stf-cjgdyl7mw02uz01qlvgefape1.html>. Acesso em: 11 set. 2020.

⁴⁹ O crime de advocacia administrativa consiste em “patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”. A pena é de detenção, de um a três meses, ou multa; se o interesse envolvido for ilegítimo, a detenção é de três meses a um ano, além da multa. Artigo 321 do Código Penal Brasileiro.

⁵⁰ Jornal Globo G1. *Delação da Odebrecht: Eduardo Braga (PMDB-AM) é suspeito de receber R\$ 1 milhão da empreiteira*. 11-14-2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/delacao-da-odebrecht-eduardo-braga-pmdb-am-e-suspeito-de-receber-r-1-milhao-da-empreiteira.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2020.

⁵¹ Folha de São Paulo. *Jader Barbalho é preso em Belém pela Polícia Federal*. 16-02-2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u29246.shtml>. Acesso em: 11 set. 2020.

⁵² Jornal Globo G1. *Humberto Costa, do PT, é suspeito de receber propina da Odebrecht*. 12-04-2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/humberto-costa-do-pt-e-suspeito-de-receber-propina-da-odebrecht.html>. Acesso em: 11 set. 2020.

Nas eleições para governador, no primeiro turno elegeram-se 13 governadores, dos quais 8 já ocupavam o cargo e foram reeleitos: Renan Filho (MDB) em Alagoas, Rui Costa (PT) na Bahia, Camilo Santana (PT) no Ceará, Flávio Dino (PCdoB) no Maranhão, João Azevedo (PSB) na Paraíba, Paulo Câmara (PSB) em Pernambuco, Wellington Dias (PT) no Piauí e Mauro Carlesse (PHS) no Tocantins⁵³. No segundo turno, dos outros 13 governadores dos estados e do Distrito Federal, foram reeleitos três: Waldez Góez (PDT) no Amapá, Reinaldo Azambuja (PSDB) no Mato Grosso do Sul e Belivaldo Chagas (PSD) no Sergipe. Os governadores eleitos pertencem a 13 partidos políticos diferentes. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o partido que mais estados obteve (Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte)⁵⁴, embora o PSDB tenha ganhado estados grandes, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. O Partido Social Liberal (PSL), na época partido do Presidente Bolsonaro, obteve três governos estaduais.

Nessas eleições havia uma maior incerteza devido aos eleitores estarem mais revoltados do que em qualquer outro momento desde o fim da ditadura militar, em 1985. Mais de um quarto estava indeciso, uma proporção incomumente alta, apenas a dois meses do primeiro turno, em 7 de outubro; 31% disseram que poderiam anular seu voto ou votar em branco⁵⁵. A desilusão dos eleitores poderia se explicar por dois fatos: uma recessão econômica, que começou em 2014 e da qual a economia está se recuperando lentamente (THE ECONOMIST, 2018) e pelos escândalos de corrupção de políticos de todos os partidos visíveis na mídia pela Operação Lava Jato. Inclusive, o presidente da época, Michel Temer (MDB), não sofreu um processo de impeachment apenas porque o Congresso votou para protegê-lo.

Nas eleições brasileiras de 2018, as regras eleitorais tiveram as mudanças mais significativas desde 1994, que, junto à crise política e ao crescimento de um candidato do perfil do Bolsonaro, trouxeram um fator a mais de incerteza (NICOLAU, 2020). Entre as reformas mais relevantes, estão as novas disposições a respeito do financiamento das campanhas que abriram a possibilidade de doações de pessoas físicas com um limite de 10% de seus rendimentos brutos e o

⁵³ AMARAL, P. *Eleições 2018 tem 13 governadores eleitos no 1º turno, com 8 reeleições*. Política. Jornal Huffpost Brasil. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/07/eleicoes-2018-tem-13-governadores-eleitos-no-1o-turno-e-8-reeleicoes-a-23552953/>. Acesso em: 09 set. 2020.

⁵⁴ CAESAR, G. *Veja quem são os 27 governadores eleitos nas eleições deste ano*. G1, 28-10-2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/veja-quem-sao-os-27-governadores-eleitos-nas-eleicoes-deste-ano.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2020.

⁵⁵ THE ECONOMIST. *High suspense in Brazil's general election*. Editorial. 28-09-2018. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2018/08/09/high-suspense-in-brazils-general-election>. Acesso em: 12 set. 2020.

uso de arrecadação coletiva (*crowdfunding*); limites de gastos de campanha para os candidatos; redução do tempo das campanhas de 90 para 45 dias e também menor tempo de propaganda na televisão e na rádio, por exemplo, o horário eleitoral (tempo gratuito para propaganda) foi reduzido à metade do que foi em 2014, tendo em 2018 apenas 25 minutos somados para todos os 13 candidatos, o que foi dividido em dois blocos, tarde e noite (NICOLAU, 2020); e uma cláusula de barreira que exige uma porcentagem de votos mínimos aos partidos políticos para continuar recebendo orçamento e acesso à propaganda gratuita de rádio e televisão.

Um fato que marcou as eleições brasileiras de 2018 foi o impedimento da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), político mais popular desse país. O candidato do PT, que liderava em todas as pesquisas de intenção de voto sobre Jair Bolsonaro, foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro com uma pena de 12 anos de prisão. Ainda preso, o PT mantinha Lula como candidato, até que foi impedido de concorrer nas eleições por ter sido condenado em segunda instância⁵⁶. Em substituição a Lula, o candidato a Vice-Presidente, Fernando Haddad ocupou seu lugar. Com o Lula preso, Jair Bolsonaro, candidato de ultradireita com discurso que insulta mulheres, homossexuais, afrodescendentes e com um discurso anticomunista, que exalta a ditadura militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985 e que defende a repressão e a violência como melhores formas de combater o crime (THE ECONOMIST, 2018), começou crescer nas pesquisas de intenção de voto (GONZÁLEZ; BAQUERO; GROHMANN, 2020).

A campanha eleitoral também foi marcada pelo atentado a faca que o candidato Jair Bolsonaro (PSL) sofreu durante um ato de campanha no estado de Minas Gerais. O candidato precisou de uma cirurgia de emergência e hospitalização, o que implicou maior atenção mediática, além da propaganda autorizada, e ausência de Bolsonaro nos debates em televisão. No entanto, ele participou de entrevistas para a emissora Record e de transmissões ao vivo pelo *Facebook*. Desse modo, a campanha desse candidato se concentrou nas redes sociais “com um uso intenso do *Twitter* e *Facebook* como canal de comunicação direta com seus eleitores” (PETROLA, 2019, p. 118).

Outro aspecto que caracterizou as eleições de 2018 no Brasil foram as chamadas notícias falsas (*Fake News*) durante a campanha. A análise das informações dos candidatos realizadas

⁵⁶ RAMALHO, R.; MATOSO, F. *Em decisão unânime, tribunal condena Lula em segunda instância e aumenta pena de 9 para 12 anos*. Jornal Globo G1, 24-01-2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/julgamento-recurso-de-lula-no-trf-4-decisao-desembargadores-da-8-turma.ghml> Acesso em: 14 set. 2020.

pela organização não governamental Aos Fatos aponta que, de julho a outubro, foram identificados 113 boatos e 3,84 milhões de compartilhamentos no *Facebook* e *Twitter*⁵⁷. Tai Nalon⁵⁸ (2018) explica que a desinformação reforça crenças e valores e com elas é possível influenciar pessoas que têm preconceitos sobre determinadas coisas. As eleições brasileiras ocorreram num contexto de alta polarização ideológica entre direita e esquerda e os *sites*, *blogs* e redes sociais, assim como as *fake news*, tiveram um papel importante na radicalização e polarização ideológica (PETROLA, 2019). Segundo Petrola (2019), tanto a esquerda quanto a direita produziram notícias falsas, mas com uma predominância de boatos de conteúdos com ideário de direita e conservador, nos quais a esquerda estava associada à defesa de criminosos e à destruição dos valores tradicionais da família. Desse modo, “Jair Bolsonaro investiu mais em esforços e dinheiro na campanha digital, ao passo que o PT se concentrou mais em canais tradicionais de campanha como comícios nas ruas” (PETROLA, 2019, p. 120).

3.4 O VOTANTE MEXICANO E O VOTANTE BRASILEIRO: APARTIDÁRIOS, IDEOLOGIZADOS E INTERNETIZADOS

A análise dos votantes será realizada a partir de três dimensões que são recorrentes na teoria do comportamento eleitoral, desde as contribuições pioneiras (CAMPBELL et al., 1960) até estudos mais recentes (CARLIN; SINGER; ZECHMESITER, 2015; ACHEN; WANG, 2017; MORENO, 2018): a) Identificação partidária; b) Ideologia e atitudes sobre posições políticas; e c) Características dos candidatos, mídia e campanhas. Essas dimensões refletem bem as mudanças eleitorais para ambos os países nos últimos anos e permitem estabelecer o perfil de um novo eleitor, que é uma base para conhecer e explicar, no seguintes capítulos, por que alguns votam em candidatos “desonestos” e outros não, assim como o dilema dentre honestidade e resultados.

⁵⁷ LIBÓRIO, B.; CUNHA, R. *Notícias falsas foram compartilhadas ao menos 3,84 milhões de vezes durante as eleições*. Aos Fatos, 31-10-2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/noticias-falsas-foram-compartilhadas-ao-menos-384-milhoes-vezes-durante-eleicoes/> Acesso em: 14 set. 2020.

⁵⁸ BARRAGÁN, A. *Cinco “fake news” que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro: Entrevista a Tai Nalon*. Jornal El País, 19-10-2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html Acesso em: 14 set. 2020.

Apartidários

A identificação partidária é uma adesão psicológica a um partido político que pode persistir sem um reconhecimento legal ou filiação de um rótulo específico de partido (CAMPBELL et al., 1960). No caso mexicano, Alejandro Moreno (2002, 2009, 2018) demonstra que houve mudanças eleitorais importantes nas últimas três décadas (1988-2018), que impactam de maneira geral na cultura política e, como consequência, geram a necessidade de revisar as teorias do comportamento eleitoral: 1) uma “despartidarização” no sentido de uma menor identificação dos eleitores com os partidos políticos e, em termos teóricos, uma perda de poder explicativo do voto dessa variável; 2) tanto no México como no Brasil, maior ideologização do voto que reflete fortes identidades ideológicas e uma crescente polarização dos eleitores nos últimos anos, a qual implica que tem de ser revisada a *Teoria do Eleitor Mediano* (MORENO, 2018; NICOLAU, 2020); e 3) a internet e o espaço cibernético que, em vez de funcionar como um canal fundamental para a sofisticação política, é uma extensão da polarização política cuja repercussão na teoria do voto questiona também a abordagem teórica dos votantes racionais, dado que tanto os partidos quanto os candidatos apelam para emoções, paixão, irritabilidade, ódio, medos, fobias e antipatias sociais (MORENO, 2018).

O partidarismo no México, que antigamente foi um dos rasgos mais característicos do eleitor, teve uma mudança em dois sentidos registrada nas medições das atitudes políticas⁵⁹: a diminuição da percentagem de partidaristas e o enfraquecimento da influência dos partidos no voto (MORENO, 2018). O partidarismo no México teve uma queda nos últimos anos; as medições longitudinais indicam que a percentagem de eleitores que não se identificam com os partidos políticos ultrapassou a percentagem de eleitores identificados com os partidos, embora, segundo os dados do *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES), seja possível observar no gráfico 1 que já em 1997 havia uma grande desafeição com esses institutos políticos (55,2%) superior a percentagem de partidaristas (44,8%). Nos processos eleitorais dos anos 2000 e 2003, após a primeira alternância no Poder Executivo, essa diferença diminuiu, crescendo os partidaristas e expandindo-se ainda mais para as eleições de 2006 e 2009. É a partir de 2012 que o partidarismo diminuiu no eleitorado, sendo uma percentagem minoritária entre o eleitorado, e os apartidários atingem o patamar de 1997 (55,2%). Em 2015, mesmo que ainda seja maior o número de eleitores que não se identificam com os partidos políticos, a brecha entre partidários e

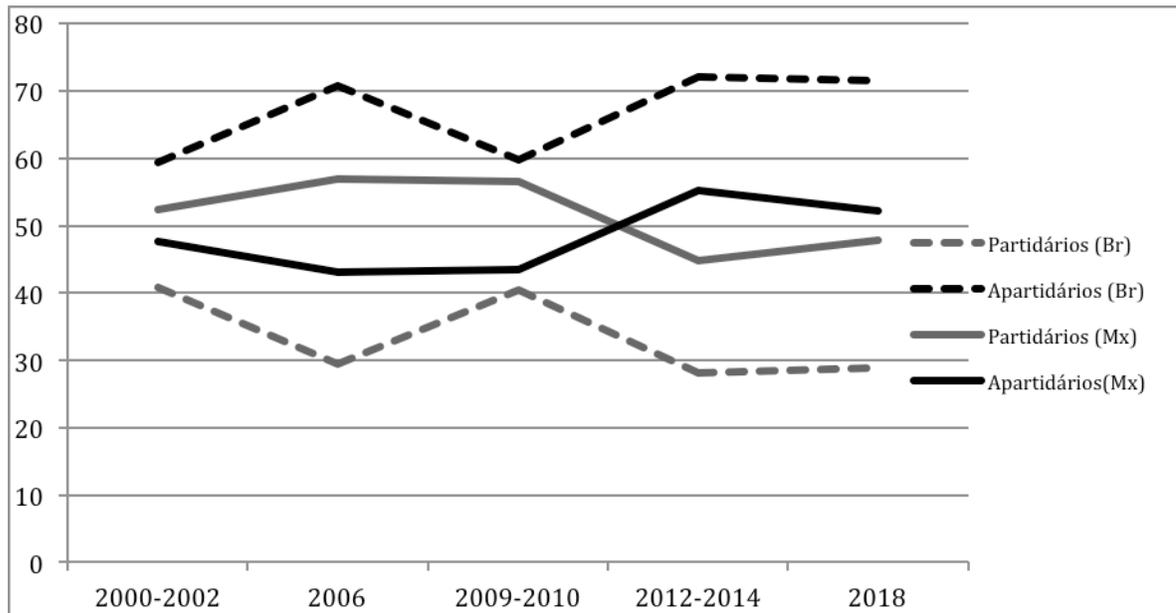
⁵⁹ Alejandro Moreno Álvarez tem medido de maneira contínua a identificação partidária no México ao longo do tempo, de 1999 a 2017.

apartidários é menor, de 52% e 48%, respectivamente. Foi em 2015 que o partido MORENA, atualmente o partido que está no poder (presidência da República e maioria no congresso federal), competiu em eleições pela primeira vez como partido nacional.

Moreno (2018), utilizando fontes diversas, demonstra que houve um desalinhamento partidário nos últimos 30 anos⁶⁰: na década de 1989-1999, o balanço era 70% de partidários e 30% de apartidários; na década de 2000-2009, foi de 61% e 39%; e para o período de 2010-2017 quase ficaram em paridade, 54% e 46%. Segundo Moreno (2018), o desalinhamento partidário é mais notório no eleitorado em geral (votantes e não votantes), também é afetado nos votantes, mesmo que estes normalmente sejam mais interessados em política e, portanto, mais partidaristas que o geral. Usando dados de *exit polls* para eleições gerais, entre 2000 e 2012, esse autor documenta a mudança eleitoral: em 2000, os votantes foram constituídos por 71% de partidários e 29% de apartidários; em 2006, 64% e 36%, e em 2012, 58% e 42%, respectivamente.

Outro elemento relevante, disse Moreno (2018), é que a brecha de partidários entre votantes e eleitorado geral tem diminuído: em 2000, o partidarismo nas urnas foi de seis pontos a mais do que no eleitorado geral, dado que o autor obteve ao comparar as pesquisas pré-eleitorais e pós-eleitorais. Em 2006, a distância foi de 4 pontos, e em 2012, apenas de um ponto. Isso quer dizer que a proporção de partidários entre os votantes no dia da eleição é cada vez mais parecida com a proporção dos partidários no eleitorado em geral antes das eleições (MORENO, 2018). Continuando com esse autor, as implicações de ter um eleitorado majoritariamente apartidário é que abre a possibilidade de uma maior volatilidade nas preferências eleitorais durante as campanhas, já que o partidarismo serve como uma âncora nas preferências políticas, enquanto que o apartidarismo permite maiores mudanças de opinião e preferências. Nesse sentido, se esperaria também uma maior incerteza nos resultados das eleições e uma maior proporção de indecisos que definem seu voto ao final da campanha (MORENO, 2018).

⁶⁰O método de Moreno (2018) para calcular os apartidários foi utilizar a pergunta: “Você se considera muito ou algo priista/panista/perredista?”. Posteriormente, agregaram-se as respostas dos eleitores que se assumem “priistas”, panistas”, “perredistas” e de “outros partidos” como partidários, e as respostas “nenhum” e “não sabe” como apartidários.

Gráfico 1 – Identificação partidária no Brasil e no México (2000-2018)⁶¹

Fonte: Elaboração própria com dados do CSES, Brasil ESEB e México ENEM.

Diferentemente do México, no Brasil, os eleitores apartidários têm sido maioria em todos os períodos da medição do CSES, sendo que, em 2018, essa cifra cresceu significativamente. Em 2002, as proporções foram 40% partidários e 60% apartidários e, em 2018, foram de 28,7% e 71,3%, respectivamente. Cabe destacar que em 2010 os partidários aumentaram os níveis de 2002, o que poderia ser explicado porque o PT, no caminho para 2006, começou crescer em preferências, tendo nesses anos níveis de preferência de mais de 60% devido à figura do Presidente Lula e os efeitos de programas sociais, como o “Bolsa Família”, que agregou nas suas bases eleitorais regiões mais pobres do país (SOARES; TERRON, 2008; TELLES; SANTOS; LOPES, 2015). Esse crescimento também se justifica pelo fato de que, nesse período, as condições sociais e econômicas foram favoráveis, o que propicia maiores níveis de confiança institucional e interpessoal, “levando assim os eleitores a posturas mais favoráveis em relação à totalidade do sistema político” (BAQUERO, 2007, p. 232). O argumento anterior pode ser corroborado na tabela 3 sobre os níveis de confiança, na qual pode ser observado que em 2006 havia maior confiança nas instituições.

⁶¹ A pergunta realizada pelo *Comparative Studies of Electoral Systems (CSES)* foi: “Independentemente de qual partido você votou nas últimas eleições, em geral, você simpatiza com algum partido político em particular?”. Para ambos os países, foi usada a pesquisa pós-eleitoral das eleições federais. Para o caso do México, foram analisados os períodos eleitorais de 2000, 2006, 2009, 2012 e 2018. Para o Brasil, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018.

No Brasil, como apontam Telles, Santos e Lopes (2015), o partidarismo teve efeitos residuais no voto em 2010, em que os fatores cruciais foram a popularidade do presidente Lula e a avaliação da economia, que beneficiaram a candidata de seu partido. Por outro lado, o votante brasileiro vota mais em pessoas do que em partidos, inclusive nas eleições de deputados. No sistema eleitoral desse país, a respeito das eleições de legisladores, é um sistema proporcional, mas por lista aberta. Isso implica que o votante brasileiro vota mais em candidatos do que em partidos, isso porque a lista aberta estimula a predominância da reputação individual em detrimento da reputação partidária, e essas condições dificultam a formação e a consolidação de identidade partidária (CAREY; SHUGART, 1995; NICOLAU, 2002; CASTRO; NUNES, 2014). Dessa maneira, Castro e Nunes (2014) consideram que há um voto mais personalista, que muitas vezes não leva em conta o partido ao qual o político pertence. É possível dizer que, apesar de ambos os países terem diminuído o partidarismo consideravelmente, o México ainda tem um maior número de partidários, e a diminuição da identificação partidária ao longo do tempo é menor do que no Brasil, país que tem um alto grau de apartidarismo.

Agora, é preciso ver o poder explicativo do partidarismo no voto. No caso mexicano, Moreno (2018) utilizou técnicas estatísticas, como regressão multinomial, sendo o voto a variável dependente e o partidarismo uma variável independente⁶². Para conhecer o poder explicativo do partidarismo no caso do Brasil, em eleições presidenciais, foi realizado o mesmo método de Moreno (2018), usando dados da pesquisa pós-eleitoral *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES), e, da mesma forma, os dados do CSES permitiram completar a análise do México para o ano de 2018. Nesse experimento, é possível observar que, ao longo do tempo, há uma diminuição do poder explicativo dessa variável nas eleições presidenciais de 2000, 2006 e 2012 (ver tabela 7).

Em geral, o partidarismo tem sido uma variável com fraco poder explicativo nas últimas eleições, com exceção das eleições de 2006, o qual é congruente com o crescimento de identificação partidária registrada nesse processo eleitoral, especialmente para o PT, como já foi colocado. O gráfico 2 ilustra de forma comparada a diminuição do voto para ambos os países. No México, o partidarismo, que em geral havia sido relevante nas explicações do voto, diminuiu

⁶² Nesse caso, o que é importante nesta análise, como aponta Moreno (2018), são as estatísticas de qualidade de ajuste do modelo. Essas estatísticas são uma aproximação do percentual de variância do voto que é explicado pela identificação do partido, o chamado *pseudo R* ao quadrado que a Regressão Logística Multinomial produz. Foram utilizadas as medidas de Cox & Snell e Nagelkerke, que indicam uma aproximação do percentual de votos ou preferência eleitoral. Por exemplo, na tabela 7, para o ano de 2000, a identificação partidária representava 34% e 38% dos votos.

constantemente nas últimas eleições, mas ainda tem coeficientes mais altos do que no caso do Brasil, que, de maneira constante, é uma variável que não é significativa para explicar o voto, exceto nas eleições de 2006.

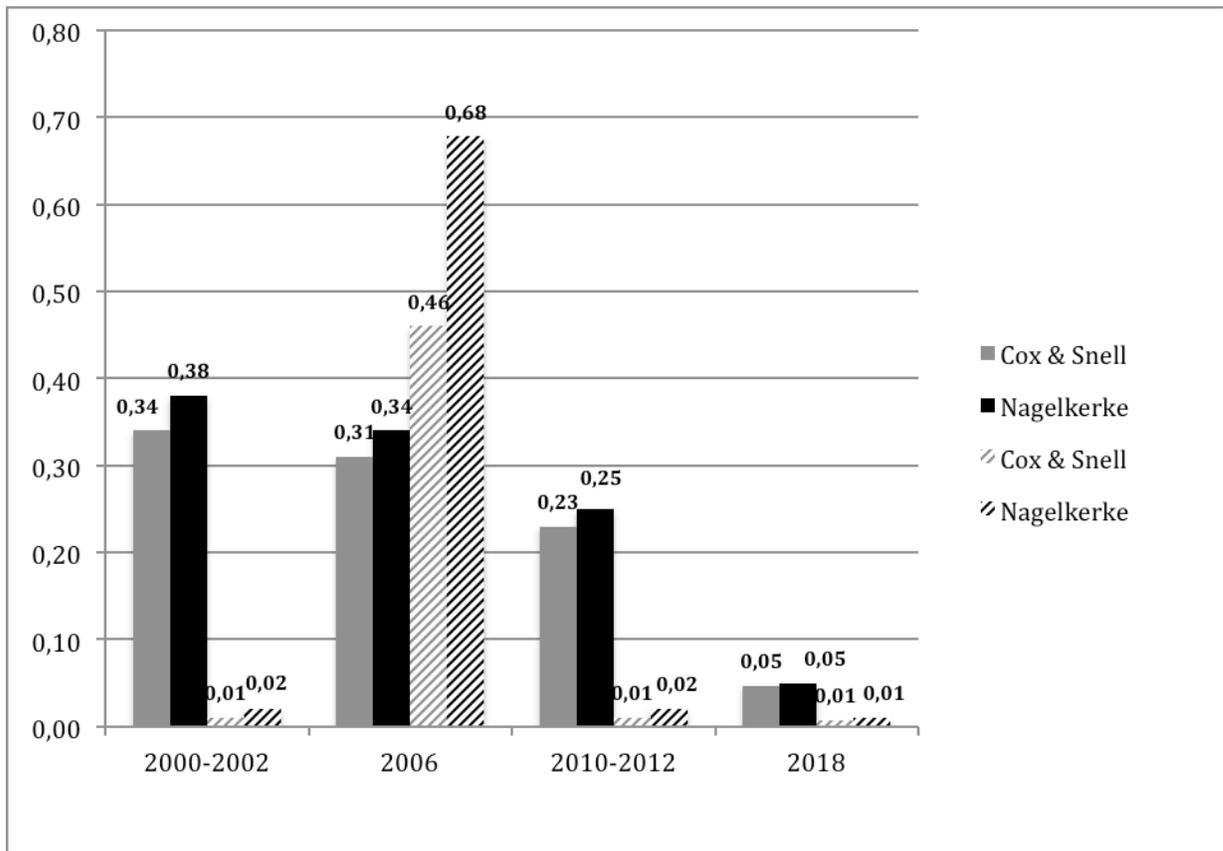
Em 2018, para ambos os países, o partidarismo teve a menor percentagem de explicação do voto (ver gráfico 2) e, portanto, para a análise causal do voto, é necessário levar em conta outros fatores estabelecidos no esquema teórico do Funil da Causalidade como de “curto prazo”, tais como a imagem do candidato, a avaliação do governo e campanhas que ajudam a entender melhor os resultados eleitorais, já que têm um peso explicativo maior (ver tabela 8). A diminuição do partidarismo indica também que os candidatos presidenciais dependem cada vez mais dos votos não partidaristas (MORENO, 2018).

Tabela 7 – Diminuição do poder explicativo do partidarismo no voto (México 2000-2012)

Pseudo R²	2000	2006	2012
Cox & Snell	0,34	0,31	0,23
Nagelkerke	0,38	0,34	0,25

Fonte: Moreno (2018).

Gráfico 2 – Diminuição do poder explicativo do partidarismo no voto (México e Brasil 2000-2018)



Fonte: Elaboração própria com dados de Moreno (2018) e do CSES (2002-2018).

Tabela 8 – Capacidade explicativa dos fatores do Funil da Causalidade no voto mexicano

Fatores de longo prazo	Pseudo R ² Cox & Snell
Variáveis estruturais	0,14
Ideologia	0,26
Partidarismo	0,48
Fatores de curto prazo	
Aprovação, Avaliação, Campanhas	0,60
Imagem dos candidatos	0,68

Fonte: Moreno (2018).

Ideologizados

Tanto no México quanto no Brasil, existe uma porcentagem maior de pessoas que se autodefinem de direita, de acordo com o CSES (2000-2018) e WVS (1981-2019). Por outro lado, a pesquisa da WVS (1982-2019)⁶³ aponta que nos últimos 30 anos há uma mudança importante na configuração política ideológica da população mexicana que indica que entre 1981 e 2019 houve uma diminuição considerável (mais de 50%) das pessoas que são autocolocadas de direita e um crescimento constante e importante de pessoas que são autodefinidas como de esquerda (cerca de 4 vezes mais); enquanto que no Brasil, segundo os dados de WVS, entre 1991 e 2019, a esquerda cresceu relativamente pouco (1,6%) e a direita diminuiu (-0,4%). No entanto, isso não significa que a direita brasileira tenha permanecido estática ao longo do tempo, já que teve variações positivas, como em 1997, por exemplo (ver tabelas 10 e 11). Porém, a pesquisa pós-eleitoral do CSES, entre 2000 e 2018, revelam que a autocolocação ideológica na direita tem crescido consideravelmente no eleitorado brasileiro, enquanto que na esquerda foi pouco significativa, especialmente a partir de 2006 (ver tabela 10). Um achado interessante nesta comparação é que há uma trajetória oposta de identificação ideológica destes países, quer dizer, nos momentos em que há uma maior autocolocação na esquerda entre os mexicanos, esta é menor no caso dos brasileiros, e vice versa, e o mesmo ocorre na definição sobre a direita nesses países (ver gráfico 3).

No México, em 1981, 44,1% dos entrevistados afirmavam ser de direita, enquanto 3,9% de esquerda. Se considerarmos as pessoas de direita e centro-direita, o número chega a 66%, enquanto que as de esquerda e centro-esquerda juntas mal chegam a 8,6%. Em 2019, essa lacuna ideológica foi substancialmente modificada: 19% afirmam ser de direita e 15,6% de esquerda, e somadas de direita e centro-direita são 34,4%, e de esquerda e centro-esquerda, 25,8%. Isso significa que a porcentagem de pessoas com ideologia de direita diminuiu em mais da metade, enquanto que a de pessoas de esquerda aumentou quatro vezes.

Nessa evolução da ideologia política entre 1981 e 2019, é possível perceber o crescimento constante ao longo do tempo do número de pessoas que se assumem como de

⁶³ A pergunta realizada na WVS foi: “Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, onde o(a) Sr.(a) colocaria sua visão nesta escala?”. A opção de resposta é uma escala entre 1 e 10, em que 1 = esquerda e 10 = direita. Os valores foram recodificados da seguinte maneira: 1-2 = esquerda, 3-4 = centro-esquerda, 5-6 = centro, 7-8 = centro-direita e 9-10 = direita. No caso do CSES, a pergunta é similar, exceto que as opções de resposta vão de 0 a 10, em que 0 = esquerda e 10 = direita.

esquerda, com exceção de 2012, ano em que teve uma queda de 10,9%. Em 1981, a percentagem foi de 3,9%, e em 2019 é de 15,6% (ver tabela 9). Em contraste, há mais volatilidade entre as pessoas que se consideram de direita, embora exista uma diminuição clara neste extremo ideológico: em 1981 eram 44,1% e em 2019 é de 19%. As oscilações entre cada medição do WVS são amplas e com altos e baixos, por exemplo, entre 1981 (44,1%) e 1990 (10,4%), e de 1996 (11,1%) a 2000 (35%). A porcentagem de pessoas que se autoconsideram de centro também aumentou em geral, mas a maior diferença ocorre entre 1981 e 1990, de 25,6% para 47,7% e, a partir daí, teve um queda constante até 2012, para continuar crescendo em 2019.

O crescimento da esquerda, que pode ser observado nas tabelas 9 e 10, acompanham os argumentos de Moreno (2018) a respeito de que a esquerda tem sido um motor para a polarização ideológica nos últimos anos:

O surgimento do partido Morena procurou capitalizar precisamente o apoio dos votantes da esquerda os quais demandam uma mudança política mais profunda. O partido Morena reflete uma aberta oposição ao establishment político que tem defendido Andrés Manuel López Obrador (...) Morena nasceu com uma postura anti-sistêmica, anti-PRI, diferente da observada na década de 1980 e com o objetivo de se posicionar mais do que como uma nova esquerda, mas como uma esquerda autêntica (MORENO, 2018, p. 92).

Nas eleições de 2018, havia um eleitorado pouco satisfeito com o sistema de partidos tradicional, com a democracia, com o governo federal, com o andamento da economia e com a insegurança (APARICIO; CASTRO, 2020). Da mesma forma, no Brasil, a candidatura de Jair Bolsonaro (ultra direita) do PSL significava uma postura anti-sistêmica, com um discurso anticorrupção, e uma forte oposição ao PT, partido envolvido em escândalos de corrupção. Dos eleitores brasileiros, segundo dados do CSES 2018, 82,5% estavam pouco ou nada satisfeitos com a democracia, 96,4% opinavam que a corrupção é um problema muito sério ou sério e 64,3% que a economia está pior ou muito pior.

Tabela 9 – Autocolocação político-ideológica no México 1981-2019 (%)

Ideologia	1981	1990	1996	2000	2005	2012	2019
Esquerda	3,9	7,1	11,4	11,7	15,3	10,9	15,6
Centro-esquerda	4,7	13,6	10,3	4,4	8,2	7,5	10,2
Centro	25,6	47,7	41,8	33,2	31,3	38,5	39,7
Centro-direita	21,8	21,2	25,4	15,8	17,8	17,6	15,4
Direita	44,1	10,4	11,1	35	27,4	25,4	19

Fonte: Elaboração própria com dados da WVS México, ondas 1-7 (1981-2019).

Tabela 10 – Autocolocação político-ideológica no Brasil 1991-2019 (%)

	1991	1997	2006	2014	2019
Esquerda	15,7	15,5	11,8	18,1	17,3
Centro-esquerda	15,3	11,1	12,9	9,8	9,3
Centro	38,4	32,9	47,9	44,5	45,9
Centro-direita	11,8	16,5	15	9,2	9,3
Direita	18,7	23,9	12,4	18,4	18,3

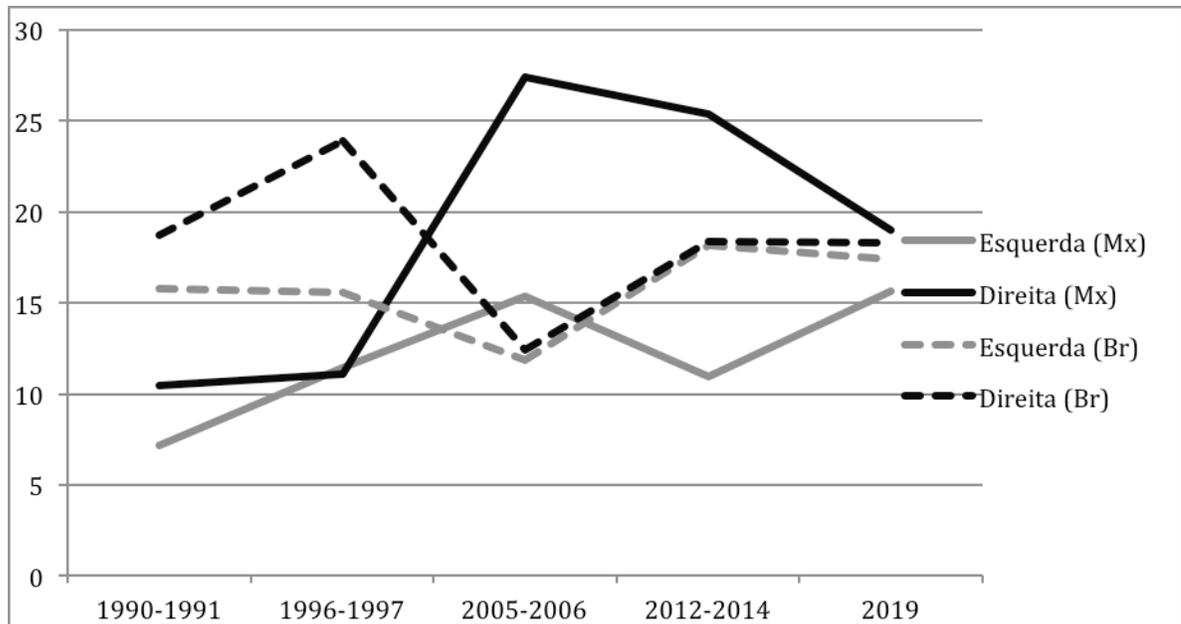
Fonte: Elaboração própria com dados da WVS México (1991-2019).

Tabela 11 – Autocolocação político-ideológica no México e no Brasil em eleições presidenciais⁶⁴ (%)

Ideologia	México				Brasil				
	2000	2006	2012	2018	2002	2006	2010	2014	2018
Esquerda	16,8	14,3	13,5	25,2	31,9	14,8	19,1	13,6	18,7
Centro	33,1	22,2	30,5	35,7	30	43,7	29,3	37,8	26,2
Direita	50,2	63,5	56	39,1	38,2	41,5	51,6	48,6	55,1

Fonte: Elaboração própria com dados do CSES (2000-2018).

Gráfico 3 – Evolução da esquerda e direita no México e no Brasil (1990-2019)

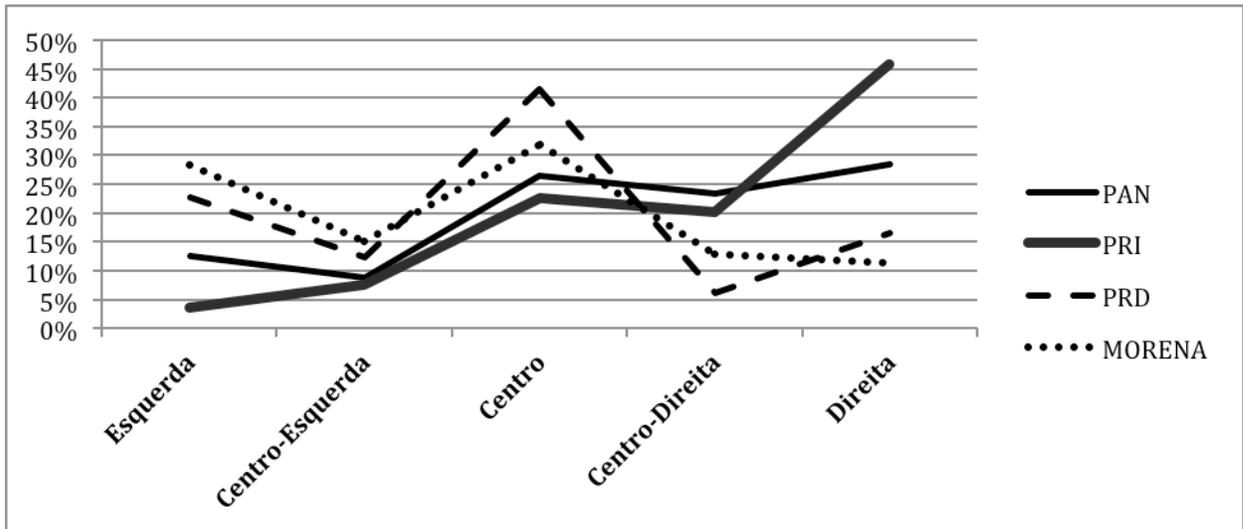


Fonte: Elaboração própria com dados da WVS México (1991-2019).

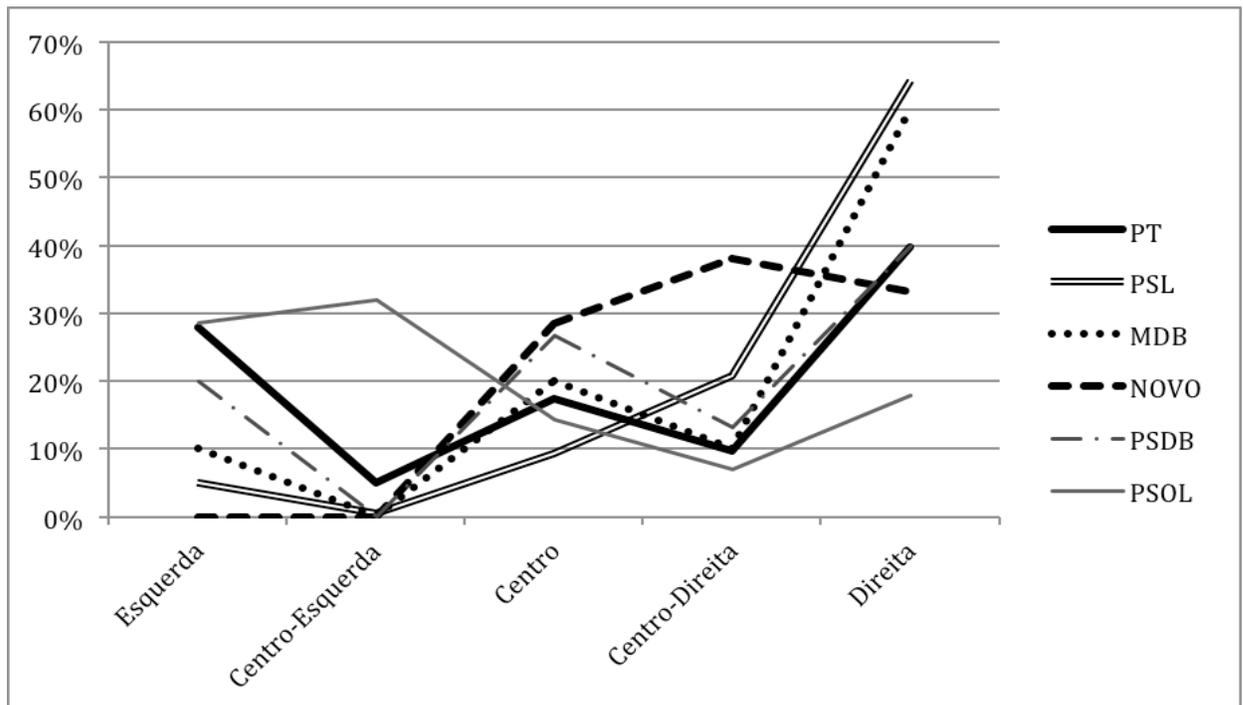
⁶⁴ Na pesquisa CSES, a pergunta realizada foi: “Pensando em esquerda e direita na política, como o(a) Sr.(a) se considera?”. As opções de resposta vão de 0 a 10, em que 0 = esquerda e 10 = direita. Os valores foram recodificados da seguinte maneira: 0-1 = esquerda, 2-3 = centro-esquerda, 4-6 = centro, 7-8 = centro-direita e 9-10 = direita. Para a tabela 11 foram unificadas as categorias esquerda e centro-esquerda, assim como centro-direita e direita.

Como é apresentado no gráfico 3, a diferença mais marcante entre a ideologia desses países é o fato de que, a partir de 2005, há uma brecha maior entre esquerda e direita no México, enquanto que no Brasil a diferença é mínima entre os extremos ideológicos. Outra diferença é que as esquerdas desses países têm trajetórias diferentes desde os anos noventa: no México, por exemplo, há uma esquerda em constante ascensão entre 1990 e 2005, mas com uma queda importante em 2012 e, finalmente, com uma recuperação para as eleições de 2018, o que é um reflexo da polarização política; enquanto no Brasil houve uma esquerda com certa estabilidade no princípio dos anos noventa, mas com uma queda importante em 2006, um crescimento em 2014 e uma diminuição no cenário eleitoral de 2018, que também foi polarizado. A direita, da mesma forma, teve trajetórias inclusive opostas nos dois países na segunda metade da década de 1990. A reta da direita mexicana, de 1990 até 2005, teve um percurso positivo, tendo o seu pico em 2005, período que é justamente o mais baixo da direita e da esquerda brasileira. No caso do México, isso poderia se explicar pela eleição de 2006, a qual foi polarizada entre o candidato conservador, Felipe Calderón (PAN), e o candidato de esquerda, Andrés Manuel López Obrador; nesse ano, tanto a direita quanto a esquerda mexicanas cresceram. No Brasil, o cenário nesse ano foi menos polarizado e com um contexto econômico e de desenvolvimento social favorável.

Por outro lado, nas eleições de 2018, houve uma reconfiguração no espectro ideológico dos partidos que, como consequência, impactou nas preferências dos eleitores. O PRI, que tradicionalmente era de centro e centro-direita, agora tem mais partidários de direita, inclusive mais do que o próprio partido de direita, o PAN, o qual na sua vez ganhou mais partidários de centro. Isso pode ser explicado pelas alianças partidárias de caráter pragmático (com contradições ideológicas) que vêm sendo formadas desde 2016, como PAN-PRD (direita e esquerda juntas), com a finalidade de garantir alternâncias em alguns estados da República e para ter maior força eleitoral nas eleições presidenciais. Nesse sentido, o PAN teve que ceder algumas temáticas de sua linha programática para se adaptar à agenda do PRD, enquanto que o PRI preencheu os espaços vazios da direita, o que pode ser conferido nas plataformas políticas dos partidos nas eleições de 2018. O gráfico 4 mostra como o PRD e PAN concentram maior número de votantes no centro e como o PRI concentra os votantes de direita. O MORENA é o partido que ganhou um maior número de votantes de esquerda, mas também tem uma grande percentagem de centro.

Gráfico 4 – Ideologia e voto em partido no México 2018 (%)⁶⁵

Fonte: Elaboração própria com dados da WVS México (2018).

Gráfico 5 – Ideologia e preferência partidária no Brasil 2018⁶⁶

Fonte: Elaboração própria com dados do CSES (2018).

⁶⁵ A pergunta usada na WVS 2018 foi: “Se amanhã houvesse eleições em qual partido você votaria?”.

⁶⁶ Para o caso do Brasil, foram utilizados dados do CSES 2018, já que a WVS Brasil incluiu como opção de resposta apenas 10 partidos, deixando de fora desta pergunta partidos como PSL, que teve maior crescimento das preferências em 2018, e o partido Novo, entre outros. Portanto, para o gráfico 5 foi usada a pergunta: “Qual partido melhor representa a maneira como o(a) Sr.(a) pensa?”.

No caso brasileiro, é interessante observar que nos principais partidos políticos (os partidos que tiveram maior percentagem de preferências na pesquisa CSES 2018), teve um crescimento na ideologia de direita em comparação com 2014. Ou seja, os entrevistados que disseram preferir esses partidos são cada vez mais de direita. Com exceção do PSOL, esses partidos tem maior número de partidários de direita, inclusive o PT, que é um partido de esquerda. Em 2014, o PT tinha 36% de preferências de pessoas de direita, esse número subiu para 40% em 2018; direita e centrodireta somam 50%, enquanto que 28% são de esquerda e apenas 5% de centro-esquerda. Também tem que se dizer que aumentou a percentagem dos partidários petistas de esquerda, de 10% em 2014 para 28% em 2018. Em geral, os partidários brasileiros têm se ideologizados em 2018, como pode ser visto pelo fato de os partidários de centro terem diminuído em geral nesses partidos e terem aumentado nos extremos, principalmente à direita.

Agora, qual é o peso da ideologia para explicar o voto nesses países? A ideologia como variável explanatória do voto no México foi pouco relevante em décadas anteriores. Em seu estudo a respeito das eleições de 1988, Domínguez e McCann (1996) concluíram que os eleitores tinham uma estrutura ideológica débil. Nos últimos anos, no entanto, a ideologização do voto mexicano é evidente. Moreno (2018) encontra nas pesquisas de opinião pós-eleitorais (*exit polls*) que a mudança eleitoral, a qual aponta uma diminuição no partidarismo, inclui também um crescimento das identidades ideológicas e uma polarização política. Isso é possível de ser conferido, disse o autor, observando, por exemplo, a conexão entre os eleitores que se consideram como de esquerda e o voto entre as propostas políticas que se afirmam de esquerda. Para demonstrar isso, Moreno (2018) realizou uma análise estatística através de uma regressão multinomial na qual o voto em eleições presidenciais (variável dependente) é explicado pela ideologia (variável independente), sem levar em conta outras variáveis (Ver tabela 12), usando o Pseudo R quadrado de Cox e Snell e de Nagelkerke. Os dados, para ambos indicadores, apontam que a capacidade explicativa da ideologia no voto aumentou nos últimos anos, de 11% e 12%, nas eleições de 2000, para 24% e 27% em 2012, enquanto que a capacidade explicativa do partidarismo em 2012 foi de 23% e 25%. Esse resultado indica que a ideologia tornou-se a variável mais importante para explicar o voto. O discurso político atual diferencia posturas entre

“neoliberais” e “progressistas”, assim como outras categorias que tentam estabelecer um diferencial entre grupos: “eles” e “nós”⁶⁷.

Por outro lado, no caso brasileiro, a relevância da identificação ideológica para explicar o voto nas eleições presidenciais tem variado entre 2002 e 2018. Na literatura brasileira, não há consenso sobre o poder explicativo dessa variável (IZUMI, 2019). Para alguns, a ideologia não tem um grande peso para explicar o voto (BAQUERO, 1997; CARREIRÃO, 2002, 2007) ou que teria apenas para os eleitores mais sofisticados (CASTRO, 1994). Por outro lado, Izumi (2019) comprova que os eleitores levam em conta a ideologia para suas escolhas políticas, independentemente se eles são politicamente sofisticados ou não. Outros autores consideram que há uma forte associação entre ideologia e resultados eleitorais (SINGER, 1999; IZUMI, 2019).

O Brasil apresenta momentos com alta e baixa polarização ideológica em 2002 e 2018, como é possível observar na tabela 11, e um vazio de “ideologização” ou conflito ideológico em 2006, 2010 e 2014. Na tabela 13 se apresenta o poder explicativo da ideologia nesses anos. A ideologia foi mais relevante para explicar o voto brasileiro em 2002 e em 2018. O Pseudo R quadrado de Cox e Snell e de Nagelkerke foram de 0,15 e 0,18, respectivamente, versus os R quadrado do partidarismo, que oscilaram entre 0,01 e 0,02, resultados que estão em consonância com os achados de Holz hacker e Balbachevsky (2007), que apontam que a ideologia em 2002 foi influente na decisão do voto presidencial sobre outras variáveis, como a estratificação social. Esses autores também apontam que, em 2006, a ideologia perdeu força explicativa, o que é comprovado com os dados da tabela 13, na qual os R quadrado em 2006 são 0,07 e 0,09, enquanto os R quadrado do partidarismo têm maior poder explicativo, variando entre 0,46 e 0,64.

Em 2006, aumentou o número de pessoas que ideologicamente se autocolocam no centro (43,7%) e, apenas em 2018, a percentagem de posição de centro diminuiu para se polarizar entre esquerda e direita. Uma das explicações para isso é de que nesses anos a probabilidade de votar no PT era mais alta em todo o espectro político-ideológico. Nicolau (2014) mostra isso nas eleições de 2010, enquanto que Oliveira e Turgeon (2015) comprovam que, entre 2002 e 2010, diminuiu a porcentagem de pessoas que se posicionavam no espectro esquerda-direita, o que para autores como Singer (2009, 2012) é explicado pelo fato de que nos governos do presidente Lula da Silva (2002-2006 e 2006-2010) o conflito entre esquerda e direita perdeu força.

⁶⁷ O presidente atual do México, Manuel Andrés Lopez Obrador (MORENA), de esquerda, frequentemente nas coletivas de imprensa utiliza essas categorias para diferenciar as posturas ideológicas contrárias a suas políticas públicas, rotulando-as como “neoliberais”, “fí-fis”, “a máfia do poder no passado”, rótulos esses que são reproduzidos nas redes sociais pelos simpatizantes do político.

Tabela 12 – O poder explicativo da ideologia no voto (México 2000-2012)

Pseudo R²	2000	2006	2012
Cox & Snell	0,11	0,12	0,24
Nagelkerke	0,12	0,13	0,27

Fonte: Moreno (2018).

Tabela 13 – O poder explicativo da ideologia no voto (Brasil 2002-2018)

Pseudo R²	2002	2006	2010	2014	2018
Cox & Snell	0,153	0,079	0,06	0,04	0,141
Nagelkerke	0,185	0,096	0,07	0,05	0,165

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa CSES (2002-2018).

Para ambos os países, essa geração de identidades ideológicas leva a pensar em uma revisão da teoria do eleitor mediano que propõe posições centristas (MORENO, 2018; NICOLAU, 2020). No México, as distinções entre esquerda e direita fizeram-se importantes, de maneira que os políticos mobilizaram eleitores com discursos apelando à ideologia e diferenciando “eles” e “nós” (MORENO, 2018). No caso do Brasil, Bolsonaro “fez uma campanha rejeitando o que os manuais de campanha recomendam: convencer ao eleitor de centro” (NICOLAU, 2020, p. 12).

Internetizados

Outra variável para analisar os votantes é o comportamento das pessoas através da internet e das redes sociais, que é derivado do fenômeno da sociedade em rede (CASTELLS, 2004) originada pela globalização, cuja principal característica é a revolução da internet e a contração do tempo e do espaço nas comunicações, que transformou a prática social e os estilos de vida de forma acelerada (OTTONE, 2020). Desde o início, alguns efeitos foram previstos na prática democrática sob o novo paradigma tecnológico: a possibilidade de dinamizar os cidadãos para a participação na política pelos novos meios (BARBER, 1984, 1998), a fragmentação, divisão, polarização e extremismo de cidadania (ANDERSON; CORNFIELD, 2003; BARBERÁ; JOST; NAGLER, 2015; SUSTEIN, 2018), sua importância na tomada de decisão (CASTELLS; SEY, 2004) e os efeitos das redes sociais digitais como “câmaras de eco”, que filtram as

informações que as pessoas recebem, de modo que elas corroboram amplamente suas opiniões existentes⁶⁸.

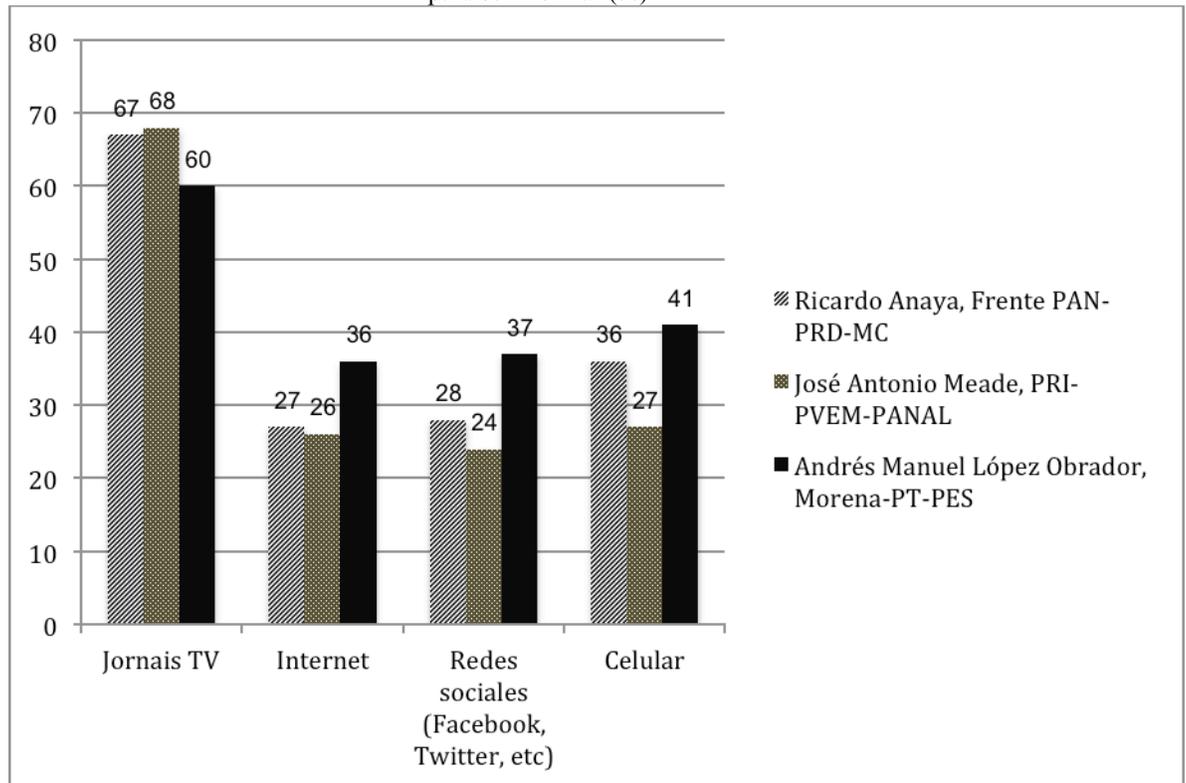
Dessa forma, Moreno (2018) documenta que no México outra das mudanças eleitorais nos últimos anos é que os votantes têm sido “internetizados”, principalmente entre os eleitores mais jovens e mais escolarizados. Inclusive, disse Moreno (2018) utilizando dados de *exit polls*, há uma conexão entre o uso das tecnologias da informação e as preferências políticas dos eleitores: nas eleições presidenciais de 2012, os eleitores usuários de redes sociais foram mais propensos a votarem no candidato de esquerda, Andrés Manuel López Obrador (MORENA), enquanto que os usuários de mídias tradicionais, como a televisão, favoreceram mais com seu voto o candidato Enrique Peña Nieto (PRI). Foi realizada uma análise similar à desse autor, a partir dos dados de WVS⁶⁹, e é possível observar que em 2018 continua a correlação entre usuários da internet e redes sociais e a intenção de voto: a intenção de voto nos candidatos de direita, José Antônio Meade (PRI) e Ricardo Anaya (PAN), utiliza em maior medida meios tradicionais para se informar sobre política, já as preferências no candidato de esquerda, Andrés Manuel López Obrador (MORENA), utilizam a rede para se informar (ver gráfico 6). Isso também é explicado porque o eleitor “priista” tem menor status socioeconômico e porque há uma grande porcentagem de adultos maiores, em que a brecha digital é evidente⁷⁰. Portanto, é possível dizer que em 2018, como já antecipava Moreno (2018), “há uma esquerda internetizada e jovem simpatizante do Morena e uma direita televisiva e de maior idade simpatizante do PRI” (MORENO, 2018, p. 107).

⁶⁸ SAXENA, R. *The social media “eco chambre” is real*. 3-13-2017. Ars Technical Journal. Disponível em: <https://arstechnica.com/science/2017/03/the-social-media-echo-chamber-is-real/>. Acesso em: 14 out. 2020.

⁶⁹ No momento de realizar a análise para esta tese ainda não estavam disponíveis os dados da pesquisa pós-eleitoral do CSES para o caso do México, mas sim para o Brasil.

⁷⁰ Diversos *surveys*, tanto pré-eleitorais como pós-eleitorais, que descrevem o perfil dos votantes coincidem em mostrar que o PRI tem votantes de baixo status socioeconômico. Por exemplo, em 2015, pode ser conferido nas pesquisas de *Parametria*. Disponível em: <http://www.parametria.com.mx/estudios/el-pri-gana-mas-votos-de-adultos-mayores-y-personas-sin-escolaridad/>. Acesso em: 19-07-2020. Para 2018, o leitor pode consultar as pesquisas de Alejandro Moreno publicadas no Jornal *El Financiero*. Disponível em: <https://www.elfinanciero.com.mx/opinion/alejandro-moreno/lo-votantes-del-2018>. Acesso em: 19 jul. 2020.

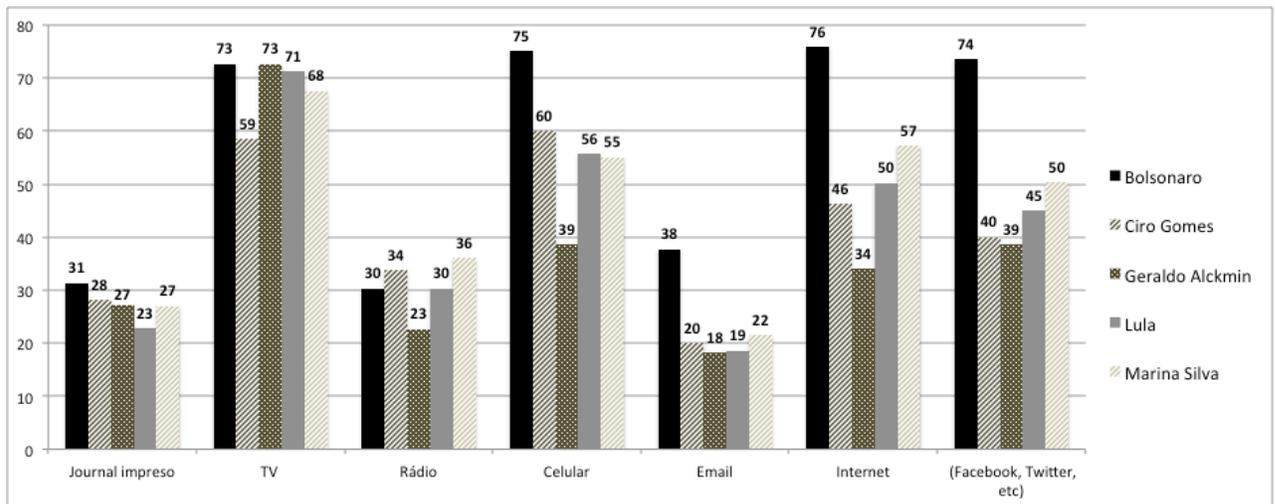
Gráfico 6 – Intenção de voto em candidato presidencial 2018 no México e o médio que o eleitor usa “diariamente” para se informar (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da WVS México (2018).

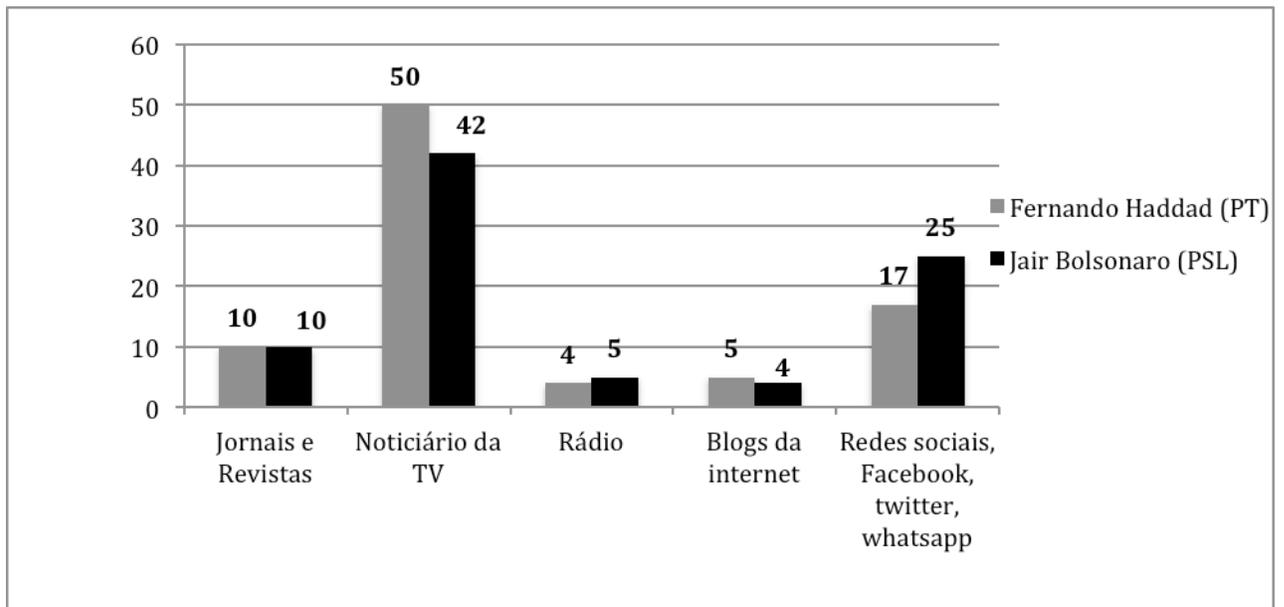
No caso brasileiro, os votantes mais “internetizados” foram mais propensos a votarem em Jair Bolsonaro (PSL), principalmente nas redes sociais, *blogs* de internet e celular, com percentagens acima de 70%, segundo dados do WVS (2018). Os eleitores do Bolsonaro também utilizaram o e-mail para se informar de política em maior proporção do que os eleitores de outros candidatos. Porém, de acordo com WVS (2018), os eleitores com intenção de voto em Bolsonaro também se informaram através da televisão (ver gráfico 7). Analisando os dados do CSES 2018 no segundo turno, no pleito entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, os eleitores do Bolsonaro usaram mais as redes sociais e menos a televisão para se informar, contrário aos eleitores de Haddad. Contudo, a televisão ainda foi o principal canal para obter informações políticas (ver gráfico 8).

Gráfico 7 – Intenção de voto em candidato presidencial 2018 no Brasil e o meio que o eleitor usa “diariamente” para se informar (%)⁷¹



Fonte: Elaboração própria com dados do WVS Brasil (2018).

Gráfico 8 – Voto em candidato presidencial 2018 no Brasil e o meio que o eleitor usa para se informar (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do CSES (ESEB Brasil) 2018.

⁷¹ No momento de realizar a pesquisa de WVS Brasil ainda não estava definida a candidatura de Fernando Haddad em substituição a Luiz Inácio Lula Da Silva.

4 MORALIDADE E COMPORTAMENTO POLÍTICO

Este capítulo tem o objetivo de entender e explicar os valores morais de brasileiros e mexicanos e, posteriormente, analisar nas seções a seguir desta pesquisa como a moralidade afeta a eleição de líderes políticos. Para a análise, os valores morais foram divididos em duas dimensões: valores pessoais, que correspondem à esfera privada, e valores sociais, que se referem à interação de indivíduos na esfera pública, principalmente com instituições. Por meio dessa distinção, foi desenvolvido um Índice de Avaliação Moral para os dois países, usando os dados da pesquisa *World Values Survey*⁷² de 1984 a 2019, o que nos permitirá aprofundar as variações de opinião das pessoas acerca da moralidade.

4.1 ABORDAGEM TEÓRICA-CONCEITUAL DOS VALORES MORAIS

Para Duska e Whelan (1975), todos os indivíduos possuem um sistema de valores que estabelece um conjunto de posições consideradas “corretas”, as quais permitem discernir ações e práticas corretas ou incorretas, boas ou más, justificáveis ou injustificáveis; esse conjunto de valores é a moralidade. Se os indivíduos levam esses valores a sério, eles esperam que outros os sigam e concordem com eles (DUSKA; WHELAN, 1975). Como esses valores são derivados da moralidade, implicam um modelo de comportamento em relação a si mesmo, mas também em relação aos outros. Nesse sentido, o julgamento moral trata-se de um aspecto normativo sobre como tratar as outras pessoas (DWORKIN, 2011), mas também sobre como devemos nos relacionar em uma comunidade política, isto é, em uma sociedade (LLEDÓ, 1985; ASSUNÇÃO E SILVA, 2017).

Esse sistema de valores ou moralidade referido acima será chamado nesta tese de Sistema de Valores Morais, o qual pode ser separado em duas dimensões: os *valores pessoais* e os *valores sociais*. Os primeiros são aqueles valores que compõem uma série de símbolos coletivos formados no âmbito privado, no espaço físico da casa e na personalidade coletiva da família (DA

⁷² *World Values Survey* (WVS) realiza as suas pesquisas por ondas, as quais compreendem um período de cinco anos. Dentro desse período cada país aplica o *survey*, dependendo de financiamento. Assim, por exemplo, na primeira onda (1981-1984) no México foi realizada em 1981, no Brasil não foi realizada; na segunda onda (1983-1993) no México foi no 1990 e no Brasil 1991; a terceira onda (1994-1998) no México foi em 1996 e no Brasil 1997; a quarta onda (1999-2004) no México foi no 2000 e no Brasil não foi realizada; a quinta onda, 2005-2009, foi feita no México em 2005 e no Brasil em 2006; a sexta onda que compreende 2010-2014 foi realizada no México em 2012 e no Brasil em 2014 e a sétima onda foi realizada em 2019 para ambos os países.

MATTA, 1984). Esses valores são derivados de uma “moralidade pessoal”, compreendida como “princípios, normas e ideias que guiam a vida de uma pessoa sem considerar as demais” (ASSUNÇÃO E SILVA, 2017, p. 18). Esse conjunto de valores, chamados de tradições de família, é o que define a moralidade das pessoas e que é entendido, nos códigos de honra e vergonha, como o correto e o incorreto, o aceitável ou o tabu. Desses valores são derivados conceitos como “obrigação moral”, “pai de família”, “homem de bem” e “mulher de respeito” (ASSUNÇÃO E SILVA, 2017). Para Da Matta (1984), a esfera privada que se configura em casa é um espaço de forte moral e a família é uma coletividade bem definida, de tal ordem que ela é uma “pessoa moral”. Desse modo, a casa representa, além de um lugar físico, um lugar moral: “é uma esfera onde nos realizamos basicamente como seres humanos que têm um corpo físico, e também uma dimensão moral e social” (DA MATTA, 1984, p. 25).

Por outro lado, os *valores sociais* correspondem à esfera pública através de uma interação da sociedade num espaço físico configurado, como a rua e o ambiente de trabalho (DA MATTA, 1984), mas também esses valores estão presentes na interação dos indivíduos nas instituições do Estado. Existe o conceito de “moralidade política”, que se refere às ações de políticos, juízes, funcionários e agentes do Estado que aplicam modelos de decisão política e jurídica baseados não apenas na interpretação das leis, mas em critérios morais. Da moralidade política deriva a chamada “moralidade administrativa”, a qual foi nomeada pela primeira vez por Maurice Hauriou, na França, e que obedece a uma moralidade pública, na qual os agentes públicos precisam agir em obediência às leis jurídicas vigentes e, além disso, respeitar a ordem interna da instituição pública (SILVEIRA, 2001; ASSUNÇÃO E SILVA, 2017).

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2020 [1988]) tem referências à moralidade, principalmente no que tem a ver com a moralidade administrativa, no sentido de que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (Capítulo VII, art. 37), tendo como principal requisito a “idoneidade moral” para um cargo na administração pública e também para fazer parte dos Poderes da União, como o Tribunal de Contas da União (Título IV, art. 73), para ser juiz do Tribunal Superior Eleitoral (art.119) e para ser juiz dos tribunais eleitorais regionais (art.120). Também a idoneidade moral é um requisito para exercer os direitos políticos e participar como candidato nos processos eleitorais (Capítulo IV, art. 14) e, inclusive, para os estrangeiros que

residem no país para serem naturalizados brasileiros (Capítulo III, art. 12, fração. II). Em contraste, na Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos (MÉXICO, 2021), não são estabelecidos, de maneira explícita, princípios baseados na moralidade. No texto constitucional mexicano, a palavra moral só é referida no sentido de “dano moral” (Capítulo 1, art. 6) e “pessoalidade moral” (Capítulo 1, art. 6, incisos I,VI,VIII; art. 35, incisos VIII parágrafo 4, IX parágrafo 7; art. 41, 73,79; Capítulo IV artigos 94,99,109). A respeito da Suprema Corte de Justiça da Nação, estabelece-se que as sessões do Plenário e das “salas” serão públicas, salvo exceção secreta nos casos em que a moralidade ou o interesse público o exijam (Capítulo IV, art. 94).

No entanto, o interesse desta pesquisa não é analisar o comportamento dos políticos ou dos funcionários públicos. Nosso interesse é o comportamento dos eleitores, portanto, a perspectiva da moralidade pública e dos valores sociais são a partir do ponto de vista dos votantes. O foco da nossa tese é a moral pública dos cidadãos em relação às suas autoridades e instituições, o que nos permite ver não só quão justificáveis são para as pessoas certos comportamentos e decisões de política pública das lideranças políticas e funcionários públicos, como também como os cidadãos cumprem seus deveres e obrigações públicos. Dessa perspectiva, o conjunto de *valores pessoais* baseados em uma *moralidade pública* permite às pessoas discernir como se comportar em tudo que envolve a interação com outras pessoas e com os bens e serviços que o Estado fornece, como o dilema entre fugir ou pagar impostos; justificar ou não o uso de bens públicos sem o merecer; ou até que ponto é justificável ou não infringir a lei em benefício próprio, em detrimento de outros.

Agora, desse Sistema de Valores Morais, qual conjunto de valores (pessoais ou sociais) são mais importantes para a avaliação dos políticos? Um líder político deve ter uma conduta irrepreensível do ponto de vista dos valores pessoais, dos valores sociais, ou de ambos? As pessoas exigem mais dos outros do que de si mesmas? É possível que em sociedades conservadoras, como a brasileira e a mexicana, isso seja relevante, separando o “homem de bem”, relacionado ao comportamento com a família, do comportamento na vida social. O grau de moralidade é a mesma no âmbito público e no privado ou esses conjuntos de valores andam separados? E, se é assim, afeta de algum modo as atitudes e o comportamento das pessoas em relação às escolhas políticas?

Robert Altemayer (2006) propõe o conceito de “*Double Standard*” para se referir à avaliação moral das pessoas com personalidade autoritária. O termo aponta que existe um padrão duplo no julgamento das pessoas, o que os leva a tomar decisões contraditórias sobre o que dizem e o que pensam. Segundo esse autor, as ideias das pessoas é de que vivem vidas independentes umas das outras, porém é muito fácil usar um padrão duplo em seus julgamentos: “as pessoas simplesmente evocam a ideia que justificaram (depois) o que decidiram fazer” (ALTEMAYER, 2006, p. 81).

Altmayer (1998, 2006) descobriu em seus estudos que o “padrão duplo” se manifesta principalmente em pessoas com personalidade autoritária. Por autoritário, Altmayer se refere a pessoas que, devido ao seu apoio à personalidade, seguem e rapidamente se submetem às suas autoridades políticas ou líderes religiosos. Outras características são de que elas têm atitudes econômicas conservadoras e, no espectro político, estão localizadas à direita. Como esses tipos de pessoas são submissos às suas autoridades tradicionais, Altmayer os chama de *Right Wing Authoritarians* (RWA), ou seja, Autoritários de Asa Direita. No entanto, como o próprio autor esclarece, para esse conceito ele usa a palavra “*Right*” em seu significado original, como adjetivo, que quer dizer “a coisa certa”, “o correto”, “faça o que as autoridades dizem”. Portanto, a RWA é uma característica psicológica da personalidade e não necessariamente uma categoria de ideologia política, como direita ou esquerda. Isso ocorre porque, em países governados por muito tempo pelo comunismo, as pessoas que apoiam o Partido Comunista poderiam ser o *Right-Wing Authoritarian*, psicológico que Altemayer levanta, mesmo se for argumentado que os partidários são da esquerda política. Portanto, um seguidor da RWA não tem necessariamente uma visão política conservadora ou de direita:

Um seguidor autoritário é alguém que se submete prontamente às autoridades estabelecidas na sociedade, como os governantes ou os líderes religiosos tradicionais. Psicologicamente, esses seguidores têm personalidades apresentando: 1) um alto grau de submissão às autoridades legítimas estabelecidas em sua sociedade; 2) altos níveis de agressão em nome de suas autoridades; e 3) um alto nível de convencionalismo (...) É um aspecto de sua personalidade, não uma descrição de sua política. O autoritarismo de direita é um traço de personalidade, como ser caracteristicamente tímido ou feliz ou irritado ou tolo (ALTEMAYER, 2006, p. 9).

Segundo esse autor, embora todas as pessoas se submetam à autoridade em algum grau, algumas vão além da norma e se submetem à autoridade mesmo quando ela é desonesta, corrupta, injusta e perversa. Assim, espera-se que seguidores autoritários se submetam especialmente a autoridades corruptas em suas vidas, que “acredite neles quando houver poucas razões para fazê-lo, confie neles quando houver grandes suspeitas e mantenha-os inocentes quando fizerem algo errado” (ALTEMAYER, 2006, p. 15). Como foi possível ver no capítulo anterior, as sociedades do Brasil e do México são conservadoras e, mesmo que sejam democracias representativas, há uma cultura política ainda com valores autoritários. Portanto, paradoxalmente, conforme avança a experiência democrática, há cada vez mais uma percentagem de pessoas que preferem um regime autoritário. Como isso se relaciona com os valores pessoais e sociais na escolha das lideranças políticas?

A premissa é de que os cidadãos (brasileiros e mexicanos) podem ser mais suscetíveis em aceitar um desvio destes valores na dimensão pública, no entanto menos no sentido interno ou privado da moralidade. Isso implicaria a decisão eleitoral, em que os votantes poderiam ser mais tolerantes com a desonestidade de alguns líderes políticos e valorizar, em contrapartida, outras características, como a qualidade da competência ou eficiência, como já foi demonstrado em Rundquist, Strom e Peters (1977), numa linha mais racional, e Esaisson e Muñoz (2016), do ponto de vista da psicologia. O primeiro ponto é conhecer através dos métodos estatísticos se existe uma congruência nessas duas dimensões de valores morais e, a partir disso, analisar que dimensões do Sistema de Valores Morais impactam mais na escolha de lideranças políticas.

Variáveis morais

Para analisar as dimensões de moralidade, foram utilizados os dados da pesquisa *World Values Survey* (WVS), tanto do Brasil quanto do México, de 1981 a 2019, período que corresponde às sete ondas de pesquisas realizadas, com o propósito de analisar como foi o comportamento dos valores morais ao longo do tempo nesses países. WVS avalia as atitudes das pessoas em relação à moral a partir das variáveis:

- V. 177. “Pedir benefícios do governo sem ter direito”
- V. 178. “Evitar pagar passagem em transporte público”
- V. 179. “Roubar propriedade dos outros”
- V. 180. “Não pagar impostos se tiver a chance”
- V. 181. “Aceitar suborno”
- V. 182. “Homossexualidade”
- V. 183. “Prostituição”
- V. 184. “Aborto”
- V. 185. “Divórcio”
- V. 186. “Sexo antes do casamento” (sexo casual)
- V. 187. “Suicídio”
- V. 188. “Eutanásia”
- V. 189. “O homem bater na esposa”
- V. 190. “Os pais baterem nos filhos”
- V. 191. “Violência contra outras pessoas”

O agrupamento dessas variáveis nas dimensões de valores privados ou de valores pessoais foi realizado de maneira indutiva através de uma análise fatorial com os dados de ambos os países e separando, entre 1981 e 2019, para observar como se comportam as variáveis ao longo do tempo (ver anexo C). Os resultados indicam que, no caso dos Valores Sociais, estes podem se desdobrar em duas subdimensões: 1) variáveis que têm a ver com a interação com as instituições do Estado, como “Não pagar impostos se tiver a chance”, “Pedir benefícios do governo sem ter direito”, “Aceitar suborno”, “Evitar pagar passagem em transporte público” e “Roubar propriedade dos outros”; e 2) variáveis que englobam aspectos de violência, como “Violência contra outras pessoas”, “O homem bater na esposa”, “Os pais baterem nos filhos” e “Suicídio”.

É interessante observar que a violência intrafamiliar, em específico contra a mulher e criança, que em outra época foi um tema privado, assim como o suicídio, agora aparecem como um tema público. Da mesma forma, é surpreendente ver que ainda hoje o tema do aborto aparece como privado, quando na atualidade é um tema de debate nas instituições (ver quadro 7). Essa distinção de valores pessoais e sociais permite analisar dois tipos de comportamento e atitudes das pessoas: o primeiro, o ser “homem de bem”, que estaria relacionado com a família e o mundo privado; e o segundo, outro comportamento na esfera pública e social, em que a visão tende a ser mais permissiva.

Quadro 7 – Variáveis de valores morais no Brasil e no México

Valores sociais (âmbito público)	Subdimensão Interação com o Estado	<ul style="list-style-type: none"> • “Não pagar impostos se tiver a chance” • “Pedir benefícios do governo sem ter direito” • “Aceitar suborno” • “Evitar pagar passagem em transporte público” • “Roubar propriedade dos outros”
	Subdimensão Violência	<ul style="list-style-type: none"> • “Violência contra outras pessoas” • “O Homem bater na esposa” • “Os pais baterem nos filhos” • “Suicídio”
Valores pessoais (âmbito privado)		<ul style="list-style-type: none"> • “Homossexualidade” • “Prostituição” • “Aborto” • “Divórcio” • “Eutanásia” • “Sexo antes do casamento” (sexo casual)
Variância total explicada: 51,51% Número de componentes: 3 Método de Extração: Análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.		

Fonte: Elaboração própria com dados de *World Values Survey* Brasil.

Moralidade e atitudes

Para medir as atitudes sobre a moralidade, são retomados os conceitos Bizer, Barden e Petty (2006), apresentados no capítulo teórico. Também, em outra perspectiva sobre os valores morais e o comportamento das pessoas, Dworkin (2011) aponta que, para os indivíduos agirem com respeito à moral, deve haver uma conexão entre julgamentos e motivos morais. Os julgamentos morais não são, em si, crenças, de acordo com o autor, por isso é necessário um segundo ato, que são “explosões emocionais” ou “declarações de algum desejo” ou “plano”. É a emoção ou o desejo, de acordo com Dworkin, que fornece a motivação para agir. Isso está relacionado ao componente afetivo das atitudes relatadas por Bizer, Barden e Petty (2006). Dworkin (2011) reflete sobre a existência de pessoas “*amoralistas*”, que afirmam ter uma convicção moral, mas que não têm inclinação para agir de acordo. Isso pode ser semelhante ao que Altemayer (2006) considera como um padrão duplo.

A partir daí, vai ser analisado se há mudanças nas atitudes sobre aspectos morais na esfera pública e privada e se existe uma força atitudinal a respeito da moral para entender se as dimensões morais explicam a escolha de lideranças políticas, especificamente se há uma relação com a escolha de um candidato “desonesto” ou não moralmente ótimo. Para avaliar as atitudes, foi criado um Índice de Avaliação Moral, que é uma medição entre 0 e 1, em que 0 representa maior “moralidade”, já que implica que por nenhum motivo seria justificável um comportamento considerado incorreto, e 1 significa maior “imoralidade”, que expressa a ideia de que sempre pode ser justificável um comportamento incorreto. Para a medição foram consideradas variáveis do Sistema de Valores Moral descritas acima. As variáveis utilizaram uma escala entre 0,10 e 1,00, em que 0,10 representa um comportamento “nunca justificável” e 1,00, “sempre justificável”. O índice é uma média aritmética das variáveis consideradas em ambos os tipos de moralidade. Dado que a premissa é de que os cidadãos são mais permissivos ou tolerantes na dimensão pública do que na privada, o esperado é que o Índice de Avaliação Moral seja mais alto nos valores sociais do que nos valores pessoais, indicando, assim, uma maior propensão de justificar ações e comportamentos incorretos no âmbito público.

4.2 VALORES MORAIS NO BRASIL E NO MÉXICO 1981-2019

Valores Morais no Brasil

No Brasil, a expressão “pregar moral de cuecas” é usada para se referir a alguém que prega moralidade para outros mas não para si mesmo. O termo nasceu no âmbito da moralidade pública, no Congresso Nacional em 1949, quando o deputado Barreto Pinto foi o primeiro legislador a ser cassado por quebrar “o decoro parlamentar” quando foi fotografado de “cuecas” e casaco para uma entrevista na sede do Congresso. Na moralidade pública, o termo “moral de cuecas” se refere também ao fato de poder serem aceitos desvios da coisa pública, mas não é tolerada a falta de “decoro parlamentar”⁷³.

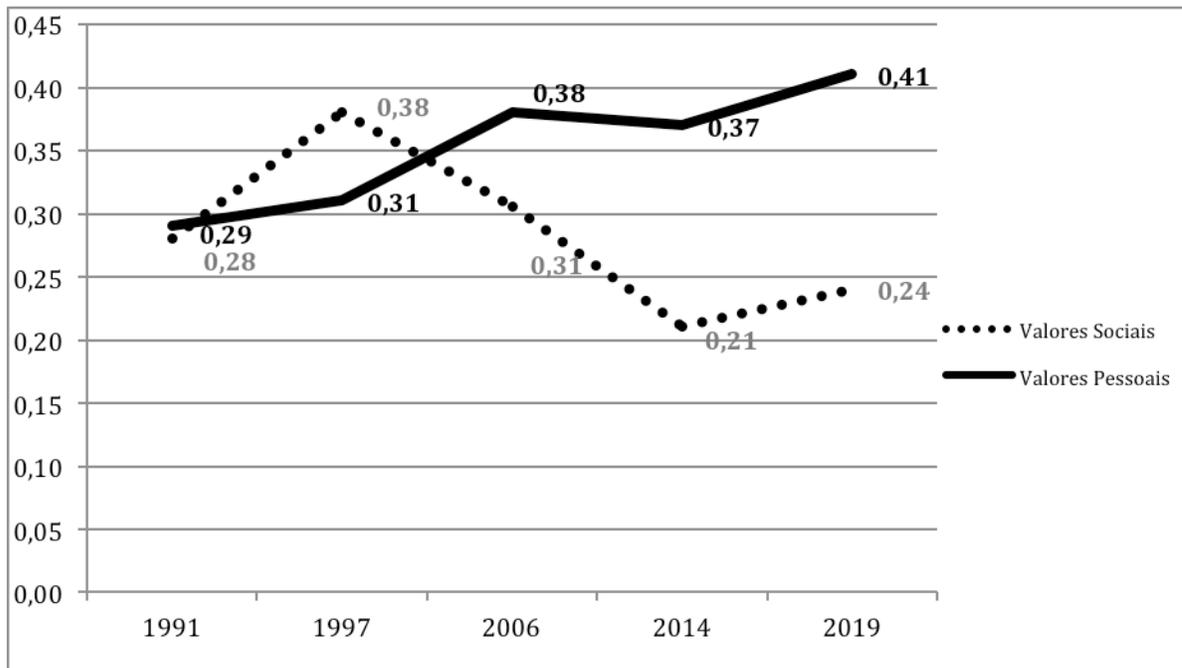
⁷³ O decoro parlamentar é a máxima punição para um membro do parlamento e tem como finalidade preservar a dignidade do exercício do mandato parlamentar (COSTA, 2018). O decoro parlamentar vem de uma tradição da Colônia Portuguesa, com o que Holanda (1995) chama de “decoro aristocrático”, que faz parte do poder e das instituições de governo. É um dos efeitos de uma burguesia urbana, na qual certas atitudes peculiares, até então do patriciado rural, logo se tornaram comuns a todas as classes como norma ideal de conduta e que foi estereotipada por longos anos da vida rural. Holanda (1995, p. 87) dá um exemplo claro: “um simples oficial de carpintaria que se vestia à maneira de um fidalgo, com tricórnio e sapatos de fivela, e se recusava a usar das próprias mãos”.

Segundo os dados da WVS, no caso do Brasil é possível observar uma incongruência entre o comportamento dos valores morais sociais e pessoais ao longo do tempo: a moralidade determinada “dentro de casa” segue um percurso diferente daquela moralidade que se configura no espaço “da rua e do trabalho” (ver gráfico 9). Levando em conta dados da pesquisa da WVS, ambos os tipos de moralidade convergem no ano de 1991 (índice de 0,28) e no princípio de 2000 (0,35). No entanto, em 1997 e posterior a 2005 até 2014, a trajetória dos valores morais é praticamente oposta, a “imoralidade” no âmbito privado começa a crescer, enquanto que os aspectos sociais começam a exigir maior moralidade. A partir de 2006, essa separação é mais notória, uma vez que os valores sociais têm maior carga de moralidade. A lacuna entre essas duas dimensões da moralidade começa a aumentar visivelmente em 2014, quando houve maior exigência sobre os valores morais sociais, o que poderia ser um reflexo de fatos sociais, como os escândalos de corrupção na política derivados da “Operação Lava Jato”⁷⁴ que teve início em 2014 nesse país. No seguinte período ambas dimensões de moralidade avançaram no mesmo sentido para um maior índice de avaliação da moral, o que implica uma maior imoralidade.

Os valores morais em geral não são estáticos, estão em constante movimento. Como foi possível observar no caso brasileiro desse período, os valores sociais mostram maior variação e volatilidade, o que implica aceitar mais eventos públicos, como suborno, nos anos 90, em determinados momentos, e condená-los nos anos seguintes a 2000. Por outro lado, os valores pessoais têm um comportamento mais constante e uma tendência de aumento da imoralidade ao longo do tempo, tendo um crescimento maior da curva a partir de 2014.

⁷⁴ Conjunto de investigações implementadas pela Polícia Federal do Brasil sobre crime e corrupção na política e que envolve presidentes da República, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, governadores e prefeitos.

Gráfico 9 – Diferença do comportamento dos valores sociais e dos valores pessoais no Brasil 1989-2019



Fonte: Elaboração própria com dados de *World Values Survey* Brasil (1989-2019).

No gráfico 9, de maneira mais específica, é possível conferir que os valores sociais têm maior variabilidade no tempo do que os valores pessoais. As variáveis dos valores sociais com maior volatilidade são “Aceitar suborno”, “Evitar pagar passagem em transporte público”, “Não pagar impostos se tiver chance”, e “Pedir benefícios ao governo sem ter direito”. Todos têm em comum uma curva crescente de imoralidade no último período (2017-2019). Os valores sobre ser justificável ou não “Roubar na propriedade dos outros” e “Violência contra outras pessoas” só foram medidos nos períodos 2010-2014 e 2017-2019, embora a tendência seja justificar cada vez mais esses comportamentos. Os valores sociais com maior Índice de Avaliação Moral são “Não pagar impostos se tiver a chance”, “Evitar pagar passagem de transporte público” e “Receber benefícios do governo sem ter direito”.

Por outro lado, os valores pessoais apresentam um índice maior de avaliação moral ao longo do tempo. O divórcio é um dos valores com maior crescimento para a imoralidade, registrando um índice de 0,62 nos períodos de 2010-2014 e 2017-2019. O divórcio e o sexo ocasional são valores com altos índices de avaliação da moral, com 0,56 e 0,45, respectivamente.

Tabela 14 – Valores morais no Brasil por onda WVS 1982-2019

	1989-1993	1994-1998	2005-2009	2010-2014	2017-2019	Total
Valores sociais						
Pedir benefícios do governo sem ter direito	0,27	0,32	0,27	0,23	0,24	0,27
Não pagar impostos se tiver a chance	0,28	0,36	0,36	0,26	0,30	0,31
Evitar pagar passagem em transporte público	0,29	0,31	0,40	0,32	0,35	0,33
Aceitar suborno	0,14	0,40	0,19	0,15	0,16	0,21
Violência contra outras pessoas	-	-	-	0,16	0,17	0,16
O homem bater na esposa	-	-	0,16	0,14	0,14	0,14
Os pais baterem nos filhos	-	-	-	0,37	0,44	0,41
Suicídio	0,14	0,15	0,18	0,16	0,21	0,17
Roubar propriedade dos outros	-	-	-	0,14	0,15	0,15
Índice de Valores Sociais	0,28	0,38	0,31	0,21	0,24	0,28
Valores pessoais						
Homossexualidade	0,24	0,32	0,43	0,46	0,49	0,39
Prostituição	0,20	0,23	0,31	0,30	0,32	0,27
Aborto	0,25	0,20	0,24	0,23	0,25	0,24
Divórcio	0,49	0,49	0,56	0,62	0,62	0,56
Eutanásia	0,27	0,30	0,34	0,25	0,32	0,30
Sexo casual	-	-	-	-	0,45	0,45
Índice de Valores Pessoais	0,29	0,31	0,38	0,37	0,41	0,35
Índice de Avaliação Moral	0,28	0,35	0,34	0,29	0,32	0,32

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil (1989-2019).

O esperado é que os valores sociais tenham um maior Índice de Avaliação Moral, ou seja, um grau de imoralidade maior do que os valores pessoais, e, portanto, que seja mais provável aceitar desvios das normas sociais do que em casa. Entretanto, os dados demonstram o contrário para o caso brasileiro: os valores pessoais têm um índice menor (0,28) do que os valores sociais (0,35), contradizendo a premissa. Isso indica que os brasileiros são mais exigentes com a moral pública e esperam um comportamento de acordo com o que é correto. Mas então, por que votam em candidatos “desonestos” ou que não são moralmente ótimos? O anterior vai ser analisado no seguinte capítulo sobre as preferências das lideranças políticas, em específico o dilema entre eleger um líder político que seja honesto ou outro que dê resultados.

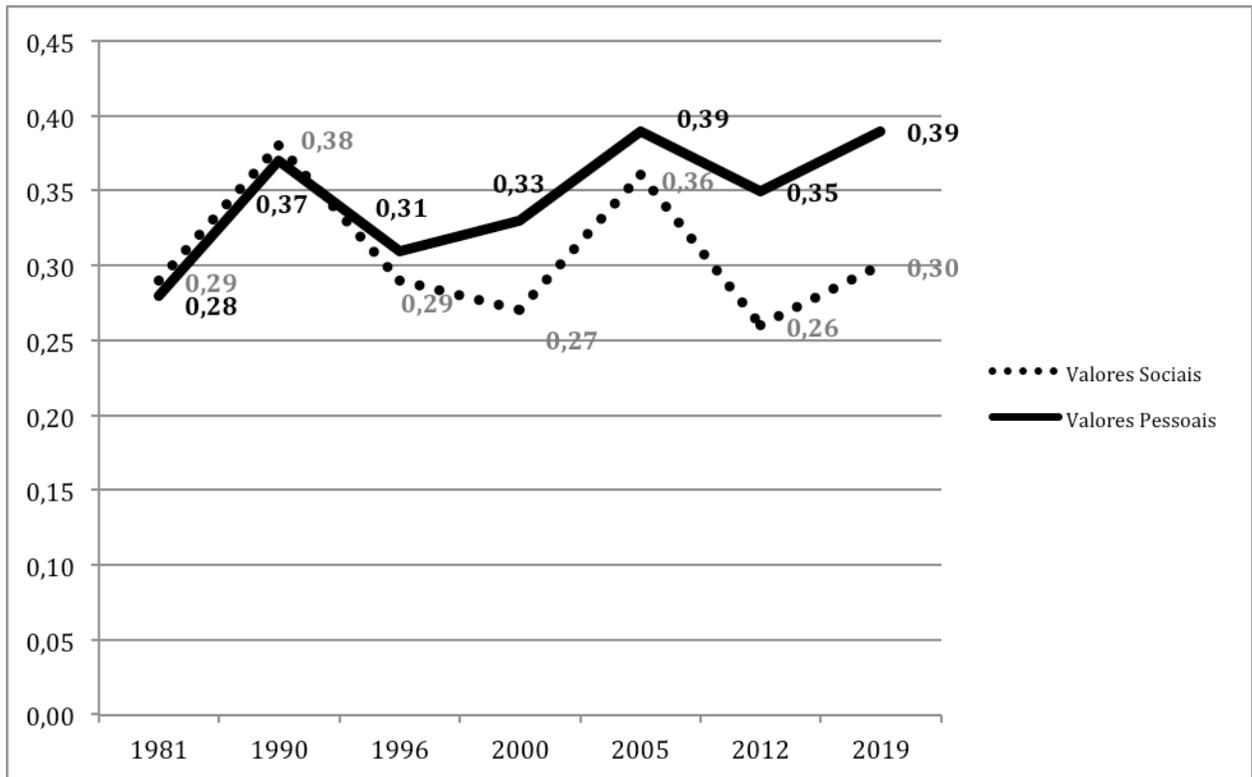
Valores Morais no México 1981-2014

No caso mexicano, é possível observar que, em geral, as dimensões da moralidade têm trajetórias similares ao longo do tempo (ver gráfico 10). Para cada período, os mexicanos apresentam mudanças na avaliação de moralidade, principalmente com maior volatilidade nos valores sociais, enquanto que os valores pessoais apresentam uma tendência de aumento constante do Índice de Avaliação Moral.

Embora, entre os anos de 1981 e 1990, os valores pessoais (da esfera privada) apresentem taxas ligeiramente superiores aos valores sociais, essa situação muda em 1996, pois, a partir daí, os valores pessoais passam a ter uma maior taxa de avaliação moral até 2019. Somente em 1996 acontece que as duas dimensões de valores se movem de maneira diferente, a moral social diminui (0,27), enquanto que a moral pessoal aumenta (0,33). A partir disso, no ano 2000, os dois conjuntos de valores começaram a caminhar na mesma direção novamente, embora com índices diferentes: os mexicanos expressaram ser mais exigentes com os valores sociais e menos com os pessoais.

Os anos em que há maior exigência da moralidade no âmbito público no México são 1996, 2000 e 2010. O México teve uma “crise política e moral” no período de 1994-1995, no momento em que coincidiram acontecimentos como a chegada do *Movimiento Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), uma luta pela democratização, diversos assassinatos políticos (um deles foi o ex-presidenciável Luis Donaldo Colosio, do Partido Revolucionário Institucional, PRI) e uma crise econômica estrutural (OLVERA, 2016). O anterior, segundo Olvera (2016), possibilitou que em 1996 fosse criada uma instituição eleitoral independente, o Instituto Federal Eleitoral, que abriu a porta para uma democracia eleitoral. Por outro lado, em 2010, com o segundo governo de direita do presidente Felipe Calderón Hinojosa (PAN), a principal crise foi a insegurança e a violência. A partir de 2014, segundo esse autor, o México teve escândalos maiores derivados das violações de direitos humanos e corrupção em altas esferas do governo: “a crise é multidimensional: econômica, política, moral e social” (OLVERA, 2016, p. 280).

Gráfico 10 – Comportamento dos Valores Morais no México 1981-2019



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey México* (1989-2019).

Ambos os tipos de valores têm um comportamento instável, que muda a cada período, alternando entre índices altos e baixos de imoralidade. À exceção disso, há um período de estabilidade para cada uma das dimensões, mas em diferentes anos: os valores sociais registram uma continuidade na queda do índice entre 1996 e 2000, enquanto que os valores pessoais têm uma continuidade no crescimento do índice em 2000 e 2005. O esperado, segundo a premissa apontada anteriormente, é de que os valores sociais tenham índices mais altos, o que significa maior justificação e aceitação de desvio destes valores na dimensão de moralidade pública à diferença da moralidade privada. No entanto, ocorre o contrário, assim como no Brasil, pois existe uma exigência maior da moralidade no âmbito público. Os dados apontam que entre 1981 e 2014, no México, há um Índice de Avaliação Moral de 0,31 dos valores sociais e de 0,34 dos valores pessoais (ver tabela 15).

Tabela 15 – Valores Morais no México por onda WVS 1982-2018

	1981-1984	1989-1993	1994-1998	1999-2004	2005-2009	2010-2014	2017-2019	Total
<i>Valores sociais</i>								
Pedir benefícios do governo sem ter direito	0,34	0,49	0,33	0,37	0,41	0,45	0,47	0,41
Não pagar impostos se tiver a chance	0,34	0,38	0,31	0,23	0,26	0,22	0,30	0,29
Evitar pagar passagem em transporte público	0,35	0,42	0,34	0,38	0,43	0,43	0,43	0,40
Aceitar suborno	0,23	0,28	0,26	0,21	0,24	0,21	0,26	0,24
Violência contra outras pessoas	-	-	-	-	-	0,20	0,24	0,22
O homem bater na esposa	-	-	-	-	0,20	0,18	0,22	0,20
Os pais baterem nos filhos	-	-	-	-	-	0,21	0,31	0,26
Suicídio	0,22	0,32	0,20	0,18	0,26	0,23	0,28	0,24
Roubar propriedade dos outros	-	-	-	-	-	0,19	0,23	0,21
Índice de Valores Sociais	0,29	0,38	0,29	0,27	0,36	0,26	0,30	0,31
<i>Valores pessoais</i>								
Homossexualidade	0,23	0,29	0,29	0,37	0,45	0,42	0,43	0,35
Prostituição	0,24	0,32	0,29	0,32	0,39	0,34	0,36	0,32
Aborto	0,27	0,38	0,28	0,27	0,32	0,29	0,33	0,30
Divórcio	0,37	0,48	0,43	0,47	0,53	0,49	0,50	0,47
Eutanásia	0,37	0,42	0,36	0,35	0,43	0,32	0,38	0,37
Sexo casual	0,22	0,32	0,20	0,18	0,26	0,23	0,33	0,25
Índice de Valores Pessoais	0,28	0,37	0,31	0,33	0,39	0,35	0,39	0,34
Índice de Avaliação Moral								0,33

Fonte: Elaboração própria com informações da *World Values Survey* México (1989-2019).

Diferenças entre ambos os países

A análise anterior nos permite dizer que há uma constante mudança de atitudes sobre os valores da Moral em cada período para os dois países. Essa variabilidade indica que não há “atitude de força” para a moralidade. As atitudes em relação à moralidade são volúveis, o que significa que não são persistentes no tempo e são vulneráveis a persuasão e eventos na sociedade, o que permite influenciar os aspectos comportamentais e cognitivos dos indivíduos. Como pode ser visto na tabela 16, analisando o contínuo de 1981 a 2019, existem mais diferenças do que semelhanças entre os comportamentos dos valores morais de brasileiros e mexicanos. O Índice de

Avaliação Moral é maior no México (0,32) do que no Brasil (0,29) e em cada um dos países a valorização dos aspectos morais são diferentes.

Tabela 16 – Índice de Avaliação da Moral Brasil e México 1981-2019

<i>Valores sociais</i>	Brasil (1989-2019)	México (1981-2019)
Pedir benefícios do governo sem ter direito	0,27	0,41
Não pagar impostos se tiver a chance	0,31	0,29
Evitar pagar passagem em transporte público	0,33	0,40
Aceitar suborno	0,21	0,24
Violência contra outras pessoas	0,16	0,22
O homem bater na esposa	0,14	0,20
Os pais baterem nos filhos	0,41	0,26
Suicídio	0,17	0,24
Roubar propriedade dos outros	0,15	0,21
Índice de Avaliação (Valores Sociais)	0,28	0,31
<i>Valores pessoais</i>		
Homossexualidade	0,39	0,35
Prostituição	0,27	0,32
Aborto	0,24	0,30
Divórcio	0,56	0,47
Eutanásia	0,30	0,37
Sexo antes do casamento (sexo casual)	0,45	0,25
Índice de Avaliação (Valores Pessoais)	0,35	0,34
Índice de Avaliação da Moral	0,32	0,33

Fonte: Elaboração própria com informações de *World Values Survey* Brasil e México (1989-2019).

Em relação às diferenças, a primeira é que, no Brasil, os valores pessoais e sociais têm trajetórias diferentes, distantes e às vezes opostas. Por outro lado, no México, ambas as dimensões da moralidade caminham juntas ao longo do tempo (com exceção de um período) e, embora em 1996 e 2000 elas se movam de maneiras opostas, pelo resto dos períodos continuam passando pelos mesmos altos e baixos, sendo os valores da esfera privada aqueles que obtêm índices mais altos, o que significa que a população é mais permissível nos aspectos privados e mais exigente em relação aos valores da esfera pública. A segunda diferença é que, no caso do Brasil, os valores sociais apresentam maior volatilidade do que os valores pessoais, uma vez que estes apresentam uma tendência constante. Os valores na esfera privada são mais constantes e com menos variações. Isso é o contrário do caso mexicano, cujos valores nas esferas pública e

privada geralmente mudam na mesma direção a cada período, alternando entre altas e baixas taxas de avaliação do que é justificável e do que não é.

Em relação às semelhanças, de modo geral, em ambos os casos os valores morais não são estáveis e mudam constantemente ao longo do tempo, principalmente os valores sociais, que são mais propensos a mudanças. Outra similaridade interessante é que, para ambos os países, em 2018 há um relaxamento da moralidade, tanto em relação aos valores pessoais quanto aos sociais, uma vez que aumentou o índice, o que implica imoralidade. Ambas as dimensões morais tendem a subir relativamente na mesma proporção: os índices de valores sociais do Brasil e do México aumentam em três e quatro pontos respectivamente, e os valores pessoais aumentam em quatro pontos em ambos os casos.

Ao analisar as variações totais, é possível dizer que o “duplo padrão” (ALTEMAYER, 2006) é mais perceptível no caso brasileiro e poderia ser explicado com base na diferença de comportamento entre os valores na esfera pública e privada. Se existe uma moralidade maior no âmbito público, isso implica maior exigência no comportamento público, principalmente das autoridades e dos líderes políticos, o que provocaria uma rejeição a corrupção, suborno e comportamentos desonestos. No entanto, por que ainda alguns brasileiros (e mexicanos) votam em líderes políticos desonestos? Por que há votos que são “moralmente indesejáveis”? Esses questionamentos implicam estudar a importância da moralidade na escolha de lideranças políticas para verificar se a honestidade exigida dos líderes políticos somente está no aspecto cognitivo e não atitudinal das pessoas.

Temos visto também que os valores sociais têm maior volatilidade no tempo e são contraditórios. Diante disso, poderiam ser tomadas as propostas de Baquero (1997), a respeito do surgimento de um novo tipo de eleitor cujo comportamento político-eleitoral não se enquadra nas abordagens teóricas tradicionais do voto, e de Silveira (1998), que demonstra que existe um votante não racional, pragmático e emocional; nesse mesmo sentido, Lavareda (2011) argumenta que a moralidade dos eleitores responde a emoções diversas.

Como pôde ser observado neste capítulo, em 2018 as pessoas expressaram um maior grau de exigência em relação à moral pública, no entanto, nas eleições daquele ano, para ambos os países, houve votos em candidatos "desonestos" ou moralmente não ideais. Então, quais são as atitudes que afetam os eleitores na escolha de seus líderes políticos?

4.3 MORALIDADE E ESCOLHAS DE LIDERANÇAS POLÍTICAS

Quais das dimensões dos valores morais influenciam mais na decisão do voto? Ou seja, quais destes valores estão mais diretamente relacionados à escolha de diferentes tipos de lideranças políticas? Para responder a essas perguntas, serão utilizados métodos estatísticos como correlação bivariada e regressão linear múltipla. Serão realizados quatro testes com cada tipo de liderança política identificada na pesquisa WVS, tendo como variáveis dependentes:

- **Teste 1. V114.** “Líder forte”. Variável que se refere à questão “Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições”. Com opções de resposta “ótimo”, “bom”, “ruim” ou “péssimo”, as quais foram recodificadas com valores 1 e 0, em que 1 é “preferido” e 0 é “não preferido”. Disponível nos períodos 1994-1998, 2005-2009, 2010-2014 e 2017-2019.
- **Teste 2. V115.** “Líder técnico”. Variável que se refere à questão “Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país”. Com opções de resposta “ótimo”, “bom”, “ruim” ou “péssimo”, as quais foram recodificadas com valores 1 e 0, em que 1 é “preferido” e 0 é “não preferido”. Disponível nos períodos 1994-1998, 2005-2009, 2010-2014 e 2017-2019.
- **Teste 3a. V225.** “Líder religioso”. Variável que se refere a “Ter um sistema governado por leis religiosas em que não há partidos ou eleições”, com opções de resposta “ótimo” (1), “bom” (2), “ruim” (3) ou “péssimo” (4), as quais foram recodificadas com valores 4 = “ótimo”, 3 = “bom”, 2 = “ruim” e 1 = “péssimo”. Disponível só no período 2017-2019.
- **Teste 3b. V239.** “Líder religioso”. Variável que se refere a “Autoridades religiosas interpretam as leis”, com opções de resposta 0 até 10, em que 0 = “É contra a democracia”, 1 = “Não é uma característica essencial da democracia” e 10 = “É uma característica essencial da democracia”. Disponível nos períodos 2005-2009, 2010-2014 e 2017-2019.
- **Teste 4. V234.** “Líder político desonesto mas eficiente”, com opções de resposta 1 = “honesto” e 5 = “eficiente”. Disponível só no período 2017-2019.

Tabela 17 – Correlação bivariada entre tipos de lideranças políticas e os valores morais no Brasil (2018)

	Líder Forte	Líder Técnico	Líder religioso (a)	Líder religioso (b)	Líder desonesto mas eficiente
<i>Valores sociais</i>					
Pedir benefícios do governo sem ter direito	0,008	-,098**	,075**	,159**	,094**
Roubar propriedade dos outros	0,036	-,151**	,079**	,180**	,077**
Violência contra outras pessoas	0,002	-,107**	0,012	,128**	,109**
Evitar pagar passagem em transporte público	0,026	-0,023	,121**	,120**	,070**
Não pagar impostos se tiver a chance	0,016	-0,017	,051*	,069**	,088**
Aceitar suborno	,058*	-,128**	,101**	,152**	,088**
Os pais baterem nos filhos	,063**	-0,002	,067**	-0,004	,059**
O homem bater na esposa	,053*	-,099**	,083**	,121**	,092**
Suicídio	-,049*	-0,033	-,081**	0	,080**
<i>Valores pessoais</i>					
Homossexualidade	-0,022	058*	-,257**	-,105**	0,042
Prostituição	-0,047	-,055*	-,152**	-0,042	,065**
Aborto	-,078**	-,059*	-,207**	-,049*	,070**
Divórcio	-,057*	0,003	-,222**	-,114**	,047*
Eutanásia	-0,025	0,036	-,203**	-,051*	,080**
Sexo casual	-0,016	0,028	-,198**	-0,028	,094**

Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).**
Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).*
World Values Survey, waves 2005-2009 and 2010-2014.

Fonte: Elaboração própria com informações da *World Values Survey* Brasil (1989-2019).

Tabela 18 – Correlação bivariada entre tipos de lideranças políticas e os valores morais México (2018)

	Líder Forte	Líder Técnico	Líder religioso (a)	Líder religioso (b)	“Líder desonesto mas eficiente”
<i>Valores sociais</i>					
Pedir benefícios do governo sem ter direito	0,025	-0,017	,069**	,090**	-0,045
Roubar propriedade dos outros	0,047	-,065**	,058*	,113**	0,029
Violência contra outras pessoas	-0,013	-,063**	0,021	,124**	0,026
Evitar pagar passagem em transporte público	-0,014	-0,012	,073**	,105**	,061*
Não pagar impostos se tiver a chance	0,019	-,050*	,067**	,130**	0,003
Aceitar suborno	0,026	-,080**	0,036	,148**	0,045
Os pais baterem nos filhos	-0,019	-0,005	-0,021	-0,001	-0,002
O homem bater na esposa	-0,013	-,084**	0,026	,119**	0,028
Suicídio	-0,013	-,087**	-0,005	,087**	-0,026
<i>Valores pessoais</i>					
Homossexualidade	-0,025	-0,015	-,088**	-0,007	0,043
Prostituição	0,005	0,005	-,088**	0,008	0,018
Aborto	0,01	-0,029	-,084**	0,006	0,045
Divórcio	-0,022	,057*	-,115**	-,054*	,079**
Eutanásia	0,017	0,041	-,078**	-0,009	,063**
Sexo casual	0,018	-,052*	-,057*	0,042	0,027

Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).**
Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).*
World Values Survey, waves 2005-2009 and 2010-2014.

Fonte: Elaboração própria com dados de *World Values Survey* Brasil (1989-2019).

Como pôde ser observado nas tabelas 17 e 18, os testes de correlação confirmam que há uma contradição entre os valores morais pessoais e sociais em relação à escolha de uma liderança política. O caso mais notório ou com maior número de correlações são os testes 3a e 3b na correlação com “Líder Religioso (a)” e “Líder Religioso (b)”, em que existe uma correlação positiva dos valores sociais sobre essa liderança e negativa em relação aos valores pessoais, tanto no México quanto no Brasil.

No caso do Brasil, as correlações mais fortes com “Líder Religioso (a)”, ou seja, um sistema governado por leis religiosas sem partidos nem eleições, são em relação aos valores pessoais: homossexualidade (-,257), divórcio (-,222), aborto (-,207), eutanásia (-,203), sexo casual (-,198) e prostituição (-,152). As correlações são negativas, o que quer dizer que, à medida que as pessoas pensam que nunca são justificáveis essas atitudes, há uma preferência pela ideia de um “Líder Religioso (a)”. Mas, por outro lado, em contraste, são permissíveis a atitudes de justificar atos imorais no âmbito público, uma vez que há correlações positivas com os variáveis da moralidade social, por exemplo: evitar pagar transporte público (,121) e aceitar suborno (,101). O resto das variáveis morais sociais também tem correlação positiva, mas com valores de *p* baixos, exceto a violência contra outras pessoas, a qual é positiva, mas não é significativa.

Esses resultados são similares para o caso mexicano: correlações positivas em valores sociais e correlações negativas para os valores morais pessoais a respeito de ter um “Líder Religioso (a)”. A variável com uma correlação significativa é o divórcio (-,115), enquanto que as outras variáveis pessoais têm correlação com valores de *p* baixos. As variáveis dos valores sociais que têm correlação positiva são *Evitar pagar transporte público* (,073), *Pedir benefícios do governo sem ter direito* (0,69), *Não pagar impostos se tiver chance* (,067), *Roubar propriedade dos outros* (0,58) e *Aceitar suborno* (0,036).

Da mesma forma, para “Líder religioso (b)” – ter autoridades religiosas interpretam as leis –, no Brasil há correlações positivas para os valores sociais e correlações negativas para os valores pessoais, o que quer dizer que, na medida em que se justifica um desvio da moralidade pública e, ao mesmo tempo, nenhuma esfera privada é rejeitada, um “líder religioso (b)” seria escolhido. Quanto aos valores sociais, as variáveis que mais importam para eleger um líder religioso (b) seriam “Roubar na propriedade dos outros” (,180), “Pedir benefícios do governo sem ter direito” (,159) e “Aceitar suborno” (,152), enquanto as que têm a ver com valores

personais, são “Divórcio” (-,114) e “Homossexualidade” (-,105). No México, para “líder religioso (b)” as correlações vão no mesmo sentido, positivas para o âmbito público e negativas para o privado, embora com valores de p mais baixos. Os valores sociais são “Aceitar suborno” (,148), “Não pagar impostos se tiver a chance” (,130), “Violência contra outras pessoas” (,124), “O homem bater na esposa” (,119) e “Evitar pagar passagem em transporte público” (,105). No âmbito privado, só teve correlação “Divórcio” (-,054).

Os aspectos da moralidade pública que se correlacionam com “Líder forte” são “Aceitar suborno” (,058) e aquelas que têm a ver com violência intrafamiliar, “Pais baterem nos filhos” (,063) e “O homem bater na esposa” (,053), embora “Suicídio” teve correlação negativa (-049). Os valores pessoais que são importantes em relação a “Líder forte” são “Aborto” (-,078) e “Divórcio” (-,057). No caso do México, não há correlações com “Líder forte”.

Para o Brasil, as correlações dos valores morais, tanto sociais como pessoais, com um “Líder técnico” são negativas, com exceção de “Homossexualidade”. Os valores sociais com maior correlação são “Roubar propriedade dos outros” (-,151) e “Aceitar suborno” (-,128), enquanto os valores pessoais que correlacionaram foram “Aborto (-,059), “Prostituição” (-,055) e “Homossexualidade” (-,058). Quer dizer que, na medida em que são inaceitáveis desvios desses valores (exceto homossexualidade), haveria uma escolha de um líder técnico.

No caso mexicano é o contrário: os valores sociais correlacionam de maneira negativa e os valores pessoais de forma positiva. O maior número de correlação são dos valores sociais, o que implica que são mais importantes para a escolha de um “líder técnico”, por exemplo: “Suicídio” (-,087), “O homem bater na esposa” (-,084), “Aceitar suborno” (-,080) e “Roubar propriedade dos outros”. Os valores morais pessoais que importam para esse tipo de liderança política são “Divórcio” (,057) e “Sexo casual”, que correlacionam de forma positiva (,052).

No caso do Brasil existe uma correlação positiva nas duas dimensões dos valores morais com a variável “líder desonesto mas eficiente”. Ou seja, na medida em que se justifica um relaxamento dos valores morais tanto privados como sociais, há uma correlação com a “eficiência” para todos os valores, exceto com a variável “homossexualidade”. No entanto, no caso mexicano, há correlações positivas, mas em poucos casos: nos valores sociais apenas correlaciona “Evitar pagar passagem em transporte público” (,061), e nos valores pessoais, eles correlacionam “Divórcio” (,079) e “Eutanásia” (,063), o que quer dizer que, na medida em que um líder “desonesto mas eficiente” é escolhido, essas atitudes podem ser justificadas.

Como apontam Petty e Krosnick (1995) e Bizer, Barden e Petty (2006), pessoas que têm atitudes positivas em relação a um objeto ou, neste caso, à moralidade, não agem necessariamente de acordo com ele, pois para que isso aconteça deve haver uma “Força atitudinal” (*Strong attitude*), mas, como pôde ser observado nesta análise, essa força atitudinal é diferente entre as dimensões pública e privada da moralidade. Segundo esses autores, embora duas pessoas possam parecer ter atitudes equivalentes, as atitudes nem sempre são equivalentes no funcional, ou seja, no comportamental. É por isso que em alguns indivíduos pode ter um maior impacto, enquanto que em outros não, pois dependerá da força atitudinal e de quão seguros os eleitores são dessas atitudes.

Em geral, não há uma força atitudinal em relação aos valores sociais morais, porque eles são instáveis e mudam ao longo do tempo. Sua diferença com os valores pessoais pode produzir um *double standard*, ou “duplo padrão” de conduta, e, por outro lado, por não ter uma força atitudinal em relação à moralidade pública, as atitudes são suscetíveis a influências de eventos na esfera política, o que tornam elásticas as atitudes morais sociais. Isso implica também, como aponta Dworkin (2011), que indivíduos agirão com respeito à moral na medida em que haja conexão entre os julgamentos e as emoções.

Nos dois países, as atitudes em relação aos valores morais sociais não têm uma “força de atitude”, portanto não são necessariamente determinantes para afetar a preferência pela liderança política, uma vez que as correlações são baixas. Isso nos leva a pensar que existem outros fatores ou outros tipos de atitudes que influenciam mais os eleitores do que os valores morais ao decidirem seu voto. Isso será verificado no próximo capítulo testando as hipóteses propostas a partir da Teoria do Eleitor e utilizando bases de dados do *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES).

5 DETERMINANTES DA ESCOLHA “DESONESTO, MAS COMPETENTE”

Este capítulo tem o objetivo de mostrar quais são as variáveis relevantes que levam à escolha eleitoral ante o dilema de honestidade e competência. O referencial teórico utilizado é derivado da Teoria do Eleitor (ver capítulo 2), na perspectiva sobre a importância dos fatores de curto prazo do esquema do Funil da Causalidade do voto, como as características dos candidatos e posicionamentos de políticas, e avaliação da conjuntura político, social e econômica. Portanto, pretende-se descrever quais são as características tanto dos eleitores que preferem líderes políticos honestos quanto dos eleitores que apoiam líderes políticos competentes, assim como os determinantes do voto para um candidato “desonesto, mas competente”, além de responder a uma das perguntas de pesquisa: *Por que há eleitores no México e no Brasil que votam em candidatos desonestos?*

5.1 O QUE É VALORIZADO EM UM LÍDER POLÍTICO?

Os estudos sobre as características de um “bom político” podem se dividir em duas abordagens, uma de caráter utilitário e outra normativa (MARTÍNEZ, 2014). A primeira perspectiva tem seu foco em questões práticas e estratégicas nas campanhas eleitorais, o que implica identificar quais características dos candidatos têm maior impacto no sucesso eleitoral (LAVAREDA, 2011). Os estudos sobre as características dos candidatos para obter sucesso eleitoral começavam a considerar que a imagem dos candidatos estava fortemente interconectada com os temas de posicionamentos políticos. O trabalho seminal de Dan Nimmo e Robert L. Savage (1976) conceitua a “imagem de um candidato” e seu estudo é baseado na interação entre a imagem dos próprios candidatos e as mensagens e posicionamentos políticos (FUNK, 1999). Desse modo, começa a ser reconhecida a importância das características dos candidatos nas estratégias durante as eleições presidenciais norte-americanas (KINDER et al., 1980; MARKUS, 1982; MILLER, 1976; MILLER; SHANKS, 1996). A segunda linha (normativa) procura desenvolver a Teoria do Eleitor analisando as percepções dos eleitores sobre as características desejáveis e ideais que deveria ter um político, as quais são levantadas através de *surveys* longitudinais sobre o comportamento eleitoral (MILLER; WATTENBERG; MALANCHUK, 1986; RAHN; ALDRICH; SULLIVAN, 1990; JACOBY, 2010; ESAIASSON; MUÑOZ, 2014). É nesta segunda perspectiva que se situa esta tese, com o objetivo de

conhecer quais são as variáveis relevantes que levam à escolha eleitoral ante o dilema de honestidade e competência.

Centros de pesquisa sobre temas eleitorais e de opinião pública, como o centro *American National Election Studies* (ANES) e *Comparative Studies of Electoral Systems*⁷⁵ (CSES), analisaram quais características pessoais de um candidato são relevantes para os eleitores determinarem se ele é “um bom político” e, a partir disso, avaliaram o impacto no comportamento eleitoral. Desde 1980, tanto em estudos pré-eleitorais quanto pós-eleitorais da ANES⁷⁶, os *surveys* pedem aos entrevistados avaliarem e caracterizarem os candidatos que concorrem à presidência ou ao congresso a partir de uma série de características, como “moralidade”, “desonestidade”, “decência”, “compaixão”, “fraqueza”, “expertise”, “fome de poder”, “inspiração” e “dar bom exemplo”, “realmente é preocupado com as pessoas”, “liderança forte” e “perto das pessoas ordinárias”. Essa pesquisa também mediu, ao longo do tempo, atitudes e sentimentos em relação aos candidatos, especialmente candidatos à presidência. Avaliaram, especificamente, sentimentos do eleitor, como raiva, esperança, medo do candidato e orgulho.

A partir daí, Kinder (1983) e Kinder et al. (1980) realizam estudos pioneiros sobre as atitudes dos eleitores no que tange às características dos candidatos agrupando em quatro categorias as características exploradas nos *survey* da ANES: *competência*, *liderança*, *integridade* e *empatia*. Desse modo, é possível observar que, desde os primeiros estudos, já foi abordado o tema da competência e da honestidade (integridade). Como aponta Funk (1999), para medir a *competência*, utilizaram-se indicadores como “inteligente” e “qualificado”, porém não foi explorado como reagia um eleitorado sobre a preferência de uma liderança política que “dá resultados”, a qual foi desenvolvida e aplicada através de WVS para esta tese e para futuras pesquisas de comportamento eleitoral. Enquanto a *integridade* era medida perguntando ao eleitorado se o candidato era “moral” e “honesto”, a *liderança* incluía itens tais como “inspirador” e se o candidato “tem uma forte liderança”. Por outro lado, a *empatia* era avaliada perguntando se o candidato parecia “compassivo” e se ele “realmente se importa com pessoas como eu?”. Ainda que as quatro categorias de Kinder sejam importantes para a avaliação dos candidatos, as de *competência* e *integridade* (moralidade) servem particularmente não apenas para caracterizar e avaliar candidatos, mas também como “preditores independentes” dos resultados eleitorais (FUNK, 1999).

⁷⁵ O CSES é coordenado pela Universidade de Michigan.

⁷⁶ Ver os questionários pré-eleitorais e pós-eleitorais da ANES desde 1980. Disponível em: <https://electionstudies.org/data-center/>. Acesso em: 09 abril 2020.

Nesse sentido, Silveira (1998) considera também que a moralidade de um candidato é relevante para a decisão eleitoral. O estudo desse autor aponta questões de natureza moral:

Entre eleitores que dispõem de saber político as questões morais são relevantes para a justificação de posições eticamente legítimas para os cálculos racionais e para a orientação da ação. Mas, no caso de eleitores desprovidos de saber político, os elementos valorativos acentuadamente morais são fundamentais para a construção do quadro valorativo e simbólico e para a definição de comportamento político e eleitoral (SILVEIRA, 1998, p. 174).

Para Silveira (1998), a característica moral mais valorizada é a honestidade. Segundo esse autor, os votantes entendem por qualidade de “honestidade” quando um político é íntegro, moralmente inatacável, tem um passado limpo, age de modo correto, ético, transparente e bem-intencionado, com atuação para o bem comum e não em benefício próprio. Silveira (1998) relata que, ao perguntar aos eleitores sobre as justificativas do voto, a principal característica que é explicitada de maneira espontânea é o caráter moral do candidato tendo por referência, principalmente, a noção de honestidade. Quando é apresentada de forma induzida a característica de moralidade para decidir o voto, os eleitores respondem por unanimidade a preferência pela honestidade.

A pesquisa pós-eleitoral do CSES realiza suas pesquisas com parcerias em diversos países. No Brasil, é através do Estudo Eleitoral Brasileiro⁷⁷ (ESEB), e, no México, é pelo *Estudio Nacional Electoral Mexicano*⁷⁸ (ENEM). Na mais recente pesquisa de 2018, posterior às eleições nacionais, foram avaliadas as atitudes dos eleitores em relação aos políticos, mas de maneira geral, com questões como: “A maioria dos políticos não se importam com as pessoas”, “A maior parte dos políticos é confiável”, “Os políticos são o principal problema do Brasil”, “Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas”, “A maior parte dos políticos se preocupa apenas com os interesses dos ricos e poderosos”, por exemplo. Por outro lado, ainda não é possível analisar de maneira mais ampla as atitudes em relação a outras características dos políticos, sobretudo para estudar o crescente fenômeno do voto em candidatos “desonestos”. Por exemplo, o CSES internacional não coloca no questionário standard variáveis que permitam analisar as preferências entre honestidade e competência dos candidatos, mas cada país pode incluir algumas perguntas de acordo com a sua realidade política. No caso do Brasil, as pesquisas do ESEB incluíram uma bateria de perguntas para medir o fenômeno eleitoral brasileiro

⁷⁷ O ESEB é um *survey* nacional pós-eleitoral e, desde 2002, é implementado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública, da Universidade de Campinas, em São Paulo.

⁷⁸ O ENEM é um *survey* pré-eleitoral e pós-eleitoral o qual é coordenado pelo *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (CIDE), Cidade do México.

chamado de “*Rouba mas, faz*”⁷⁹, porém não há uma continuidade dessa medição, uma vez que apenas foi perguntado para os eleitores em 2002 e novamente em 2018. No entanto, para o caso mexicano, no ENEM ainda não foram incorporadas perguntas para conhecer as atitudes dos eleitores em relação a honestidade ou competência dos candidatos, o que impossibilita uma comparação entre os países.

Observando o caso brasileiro, em geral, há uma diminuição importante da aceitação do fenômeno “*Rouba, mas faz*” entre 2002 e 2018, o que coincide com os dados do capítulo anterior a respeito de que nesse país há menos tolerância nos desvios da moralidade pública, nesse caso o fato de roubar o orçamento público, mesmo entregando bens públicos à população. Na tabela 19, é possível observar que, em todos os indicadores, diminuíram a aceitação e a tolerância de políticos “desonestos, mas eficientes”. Particularmente em dois indicadores a redução do apoio a esse fenômeno foi ainda mais notória: as pessoas que em 2002 concordaram com a afirmação “*Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população*” diminuíram em mais de 50%, ou seja, passou de 41% para 20% respectivamente; a percentagem de pessoas que consideraram que “*o melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco*” passou de 41% em 2002 para 25,5% em 2018. Essa mudança de atitudes foi observada também por Barbosa (2020) a partir de um *survey* experimental cujos resultados apontam que os eleitores, na média, rejeitam o “*Rouba, mas faz*” e que diferenciam entre alta e baixa corrupção, mas somente quando o candidato é competente e que para uma parcela do eleitorado, tendo a honestidade como valor fundamental é tolerado alguma incompetência”, por tanto, esse autor chama essa nova dinâmica de “*não faz, mas não rouba*”.

⁷⁹ A frase “rouba, mas faz”, além de estar no léxico eleitoral, é um conceito da cultura política brasileira desde a década de 1950 do século passado. O conceito implica tolerância e aceitação de políticos que são conhecidos por serem desonestos, mas que dão resultados à população. A frase tem sua origem com o político Adhemar de Barros, que foi considerado, ao longo da sua trajetória política, como um político que realizava muitas obras, no entanto, que foi envolvido em vários esquemas de corrupção. Para se defender de seus adversários políticos, e longe de negar as acusações, as bases políticas de Barros o defendiam com a frase “Ele rouba, mas faz”. O argumento teve sucesso para uma parte do eleitorado (BUCCI, 2015) e, posteriormente, outros políticos passaram a utilizá-lo, como Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo.

Tabela 19 – Diminuição do “Rouba, mas faz” 2002 e 2018 no Brasil (%)

	2002 ^a			2018 ^b		
	Concorda	Neutro	Discorda	Concorda	Neutro	Discorda
Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.	34	1	65	26	1	73
Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.	41	1	58	20	1	79
Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral.	15	0	85	10	1	90
O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco.	41	1	58	26	1	73

^a N= 2.513 casos.
^b N= 2.506 casos.

Fonte: Elaboração própria com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2002-2018.

Porém, com os dados do CSES e as parcerias ESEB e ENEM, é possível analisar as atitudes dos eleitores com relação a outras características dos candidatos. A tabela 20 apresenta as avaliações dos eleitores do Brasil e do México sobre algumas características dos políticos, mas também algumas atitudes gerais com respeito aos políticos no *survey* pós-eleitoral de 2018 do CSES. Essas atitudes foram cruzadas com o voto em candidato presidencial colocando na tabela apenas a percentagem de pessoas que concordam com cada frase. Em geral, é possível observar que, para ambos os países, os eleitores, na medida em que desconfiam mais dos políticos e que têm atitudes negativas para estes, votaram em maior percentagem em candidatos que representavam uma oposição aos governos em funções; no Brasil, no segundo turno, Jair Bolsonaro (PSL), e no México, Andrés Manuel López Obrador (MORENA, PES, PT) e Jaime Rodríguez Calderón “El Bronco” (Candidato independente).

A primeira característica a se medir foi se a maioria dos políticos se importa ou não com as pessoas, através da frase (em forma negativa): “A maioria dos políticos não se importam com as pessoas”⁸⁰. No Brasil, a porcentagem mais alta foi dos eleitores que disseram ter votado em Jair Bolsonaro, 53%, contra 37% dos que votaram em Fernando Haddad; no México, a maior percentagem está entre os eleitores de Andrés Manuel López Obrador (MORENA), 65%, e a mais baixa com o priista José Antonio Meade (PRI), 48%. Os eleitores brasileiros são que mais desconfiam dos políticos, pois registram níveis mais baixos de apoio do que os eleitores mexicanos nessas avaliações. Entre os eleitores de Bolsonaro e Haddad, não há diferença significativa quando é perguntado se a maioria dos políticos é confiável, 17% e 16% respectivamente; enquanto que no

⁸⁰ Para essa bateria de perguntas, as opções de respostas foram: 1 = “Concorda muito”, 2 = “Concorda pouco”, 3 = “Nem concorda nem discorda”, 4 = “Discorda pouco” e 5 = “Discorda muito”. Para a análise, as respostas foram recodificadas da seguinte forma: 1 = Concordam (juntando 1 e 2), 2 = Indiferente, 3 = Não concordam (juntando 4 e 5).

México, a maior percentagem de eleitores que concordam é precisamente daqueles que votaram no candidato independente Jaime Rodríguez “El Bronco”, 38%, e a menor percentagem foi dos eleitores de López Obrador, 19%.

Por outro lado, os eleitores brasileiros consideram, em maior proporção do que os mexicanos, que os políticos são o principal problema e, a esse respeito, também não há diferença entre os votantes de Bolsonaro e Haddad, 74% e 73% respectivamente; no México, os níveis mais altos estão com El Bronco (68%) e López Obrador (67%). Comparando a característica de líder forte com os candidatos ganhadores da eleição desses países, Bolsonaro era visto com maior percentagem como um “líder forte”⁸¹ (48%), em contraste a López Obrador, que foi o candidato com menor percentagem entre seus rivais (30%), pois, no México, quem era visto como líder forte era “El bronco” (50%). O Brasil tem também percentagens mais altas de eleitores que opinam que os políticos se preocupam apenas com o interesse dos ricos e poderosos, 85% (eleitores de Haddad) *versus* 71% no México (eleitores de “El Bronco”).

Tabela 20 – Atitudes dos eleitores sobre os políticos e voto em candidatos a presidência no Brasil e México 2018 (%)

	Brasil		México			
	F. Haddad	J. Bolsonaro	R. Anaya	J.A. Meade	AMLO	El Bronco
A maioria dos políticos...						
...não se importa com as pessoas	37	53	56	48	65	60
... é confiável	16	17	23	25	19	38
... é o principal problema	73	74	53	43	67	68
...se preocupa apenas com o interesse dos ricos e poderosos	85	78	54	53	68	71
Ter um líder forte no governo é bom para o país	40	48	32	35	30	50

Fonte: Elaboração própria com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2002-2018.

⁸¹ A frase utilizada no CSES foi: “Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas”.

5.2 A ESCOLHA DE LIDERANÇAS POLÍTICAS: HONESTIDADE *VERSUS* COMPETÊNCIA

O *World Values Survey*, na recente onda 7 (2017-2020), incluiu para o Brasil, o México e a Argentina a pergunta: “*O que é melhor em sua opinião... Um líder político que seja honesto ou um líder político que dê resultados?*”. As opções de resposta foram numa escala de 1 a 5, em que 1 = “Honesto” e 5 = “Dar resultados”.

Para conhecer as atitudes das pessoas em respeito aos atributos de honestidade e competência-*resultados* das lideranças políticas, formulamos⁸² uma pergunta que foi incluída na recente onda 7 (2017-2020) da *World Values Survey*, tanto no Brasil quanto no México. A pergunta é do tipo *Magnitude Estimation Scales* (MES), que propõem Converse e Presser (1986). Esses autores salientam que o MES tem sido usado por cientistas sociais por causa da frustração dos limites da medição ordinal de tantas pesquisas: a perda de informações quando as categorias restringem arbitrariamente o alcance da opinião e a perda de precisão na aplicação das estatísticas de medição ordinária apropriadas aos níveis de medição de intervalos.

Assim, os entrevistados são convidados a colocar uma estimativa numérica, neste caso entre duas opções, para conhecerem suas atitudes e preferências entre “eficácia” e “honestidade” como atributos de um candidato para eleições populares. Converse e Presser (1986) relatam o uso bem-sucedido de MES em estudos de atitudes políticas, mas advertem que a técnica também apresenta alguns problemas especiais, principalmente quando os questionados devem ser instruídos a fazer um julgamento proporcional para que os pesquisadores possam ter certeza de que os entrevistados têm competência para fazê-lo e não retornando em suas escalas de opinião social para os julgamentos ordinários tão comumente usados em pesquisas. Porém, esses autores estão referindo-se a situações em que os entrevistados têm que calcular números. No nosso caso, é mais simples, pois fornecemos uma escala de 1 a 5, como é mostrado no exemplo abaixo, e, portanto, esse risco não é assumido.

A pergunta implementada na onda 7 da *World Values Survey* 2018, tanto no Brasil quanto no México, foi a seguinte:

⁸² A pergunta foi formulada pelo autor e analisada e discutida em conjunto com Dr. Carlos Henrique de Castro, Diretor da WVS no Brasil e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Dr. Alejandro Moreno Alvarez, Diretor da WVS México e professor do Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM), e Dr. Daniel Capistrano, Vice-Diretor da WVS no Brasil, a quem agradeço o apoio para incluí-la na sétima onda do inquérito.

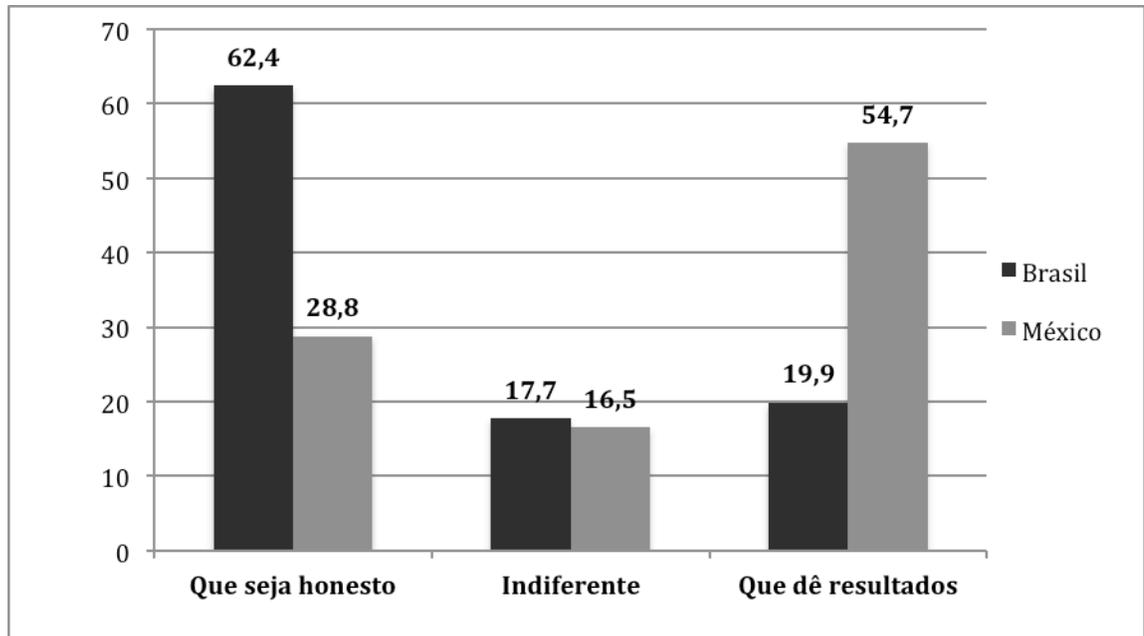
Q234a. E o que é melhor em sua opinião? Um líder político que seja honesto ou um líder político que dê resultados?

<i>Que seja</i>					<i>Que dê</i>
<i>Honesto</i>					<i>resultados</i>
1	2	3	4	5	

Complementarmente a essa pergunta, foram identificadas outras perguntas do *survey* como variáveis independentes que foram utilizadas para conhecer os fatores causais da escolha de um líder político “desonesto, mas competente” (variável dependente). As variáveis independentes são sustentadas pela teoria exposta nos pressupostos teóricos sobre os fatores de longo e curto prazo (ver tabela 22) Nesse sentido, trata-se de um estudo explicativo que busca relações causais e conhecimento sobre o que causa o voto em candidatos desonestos.

O gráfico 11 mostra a diferença das atitudes dos brasileiros e mexicanos na escolha de lideranças políticas: a maioria dos brasileiros (62,4%) disse preferir um líder político “honesto” sobre um líder “que dê resultados” (19,9%), enquanto que no México ocorre o contrário, os cidadãos preferem em sua maioria um líder político “que dê resultados” (54,7%) sobre um representante “honesto” (28,8%). A diferença dessa escolha é mais marcada no Brasil, com uma brecha de 43%, já no México, a diferença é de 26%. Por que essa diferença nos dois países? Como o sistema de valores, descrito no capítulo anterior, influencia essa escolha? De maneira paradoxal, em ambos os países é possível observar casos de candidatos que foram envolvidos em escândalos de corrupção e em crime e que, apesar das acusações midiáticas, de processos judiciais e, em alguns casos, de terem cumprido pena na prisão, ganharam apoio eleitoral.

Gráfico 11 – Escolha entre um líder político honesto e um líder político competente no Brasil e no México 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México (2018).

Para analisar como são os eleitores que preferem por um lado um líder político “honesto” e, por outro, os votantes que preferem um “competente”, foram levados em consideração os fatores do Funil da Causalidade, da Teoria do Eleitor, usando a base de dados de WVS, onda 7: fatores sóciodemográficos (gênero; faixa etária; status socioeconômico); valores e crenças (religiosidade; ideologia; partidarismo) e fatores conjunturais (intenção de voto em candidatos; mídia e internet; apoio ao regime).

Sexo

Em relação ao gênero, há uma variabilidade a destacar entre os países. Mas antes, é necessário ressaltar que a população pesquisada da WVS no Brasil é formada por 54% de mulheres e 46% de homens, ou seja, uma diferença de 9%; em contrapartida, no México, 50,2% são homens e 49,8% são mulheres. Mesmo que no Brasil haja uma preferência geral por políticos honestos do que por eficientes e, para ambas preferências, as mulheres sejam maioria, há uma percentagem maior de mulheres que preferem políticos eficientes. Dos entrevistados no Brasil que preferem um líder político honesto, 53% são mulheres e 47% homens, a diferença é de 5,20%, porém, a brecha é maior (12,80%) entre quem prefere um líder político eficiente, 56,40% e 43,60%, respectivamente. No caso

mexicano, mesmo que, em geral, a população prefira lideranças políticas “eficientes”, não há praticamente diferença quanto ao sexo dos entrevistados (0,6% a mais de mulheres); no entanto, são mais homens do que mulheres os que preferem um líder político honesto: 52,5% e 47,40%, respectivamente, mas com uma diferença de apenas 5,20%.

Faixa etária

A respeito da faixa etária⁸³ dos entrevistados, é possível dizer que, para ambos os países, quanto maior é a idade, maior a preferência por um candidato honesto. Porém, só para o Brasil, quanto menor é a idade, maior a preferência por um político eficiente. No México, todas as faixas etárias preferem a eficiência como atributo de um candidato; no entanto, essa preferência é ainda maior entre os jovens e adultos (56%), e em menor medida nos idosos (50%).

Religiosidade

Na escolha entre um líder político honesto ou um líder político que dê resultados, é possível dizer, para ambos os países, que à medida que as pessoas são mais religiosas, mais apoiam líderes políticos honestos e, em correspondência, entre as pessoas menos religiosas a preferência é de um líder que dê resultados. Entretanto, a religião é mais importante no Brasil, mas não no caso mexicano. Dado que a maioria dos brasileiros prefere um líder honesto, tanto religiosos quanto não religiosos e ateus preferem principalmente a honestidade; no entanto, há uma diferença de 9% a mais de quem é religioso em relação a quem não é religioso, e de até 18% entre religiosos e ateus. Quanto à preferência pela eficiência, os números são baixos, mas há maior percentagem de não religiosos (25%) que preferem a eficiência, mas não há diferença significativa entre religiosos e ateus (apenas 0,70%), sendo o apoio de 18%.

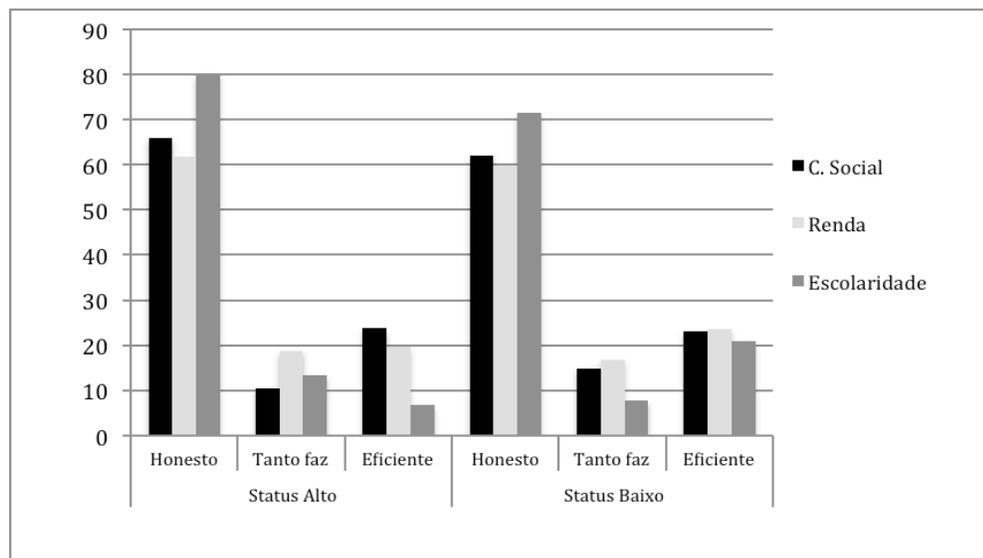
No México, não houve diferença entre quem se considera religioso ou não religioso para eleger um candidato eficiente (54%) e apenas há uma diferença de 2,40% a mais dos religiosos que preferem a honestidade sobre os não religiosos, 29,6% e 27,2% respectivamente. Porém, sim é significativa a diferença entre as pessoas que se autocolocam como ateus: 82% preferem um eficiente e só um 9% preferem um honesto.

⁸³ As faixas etárias foram categorizadas como: Jovem (18-34 anos), Adulto (35-54 anos) e Idoso (mais de 55 anos).

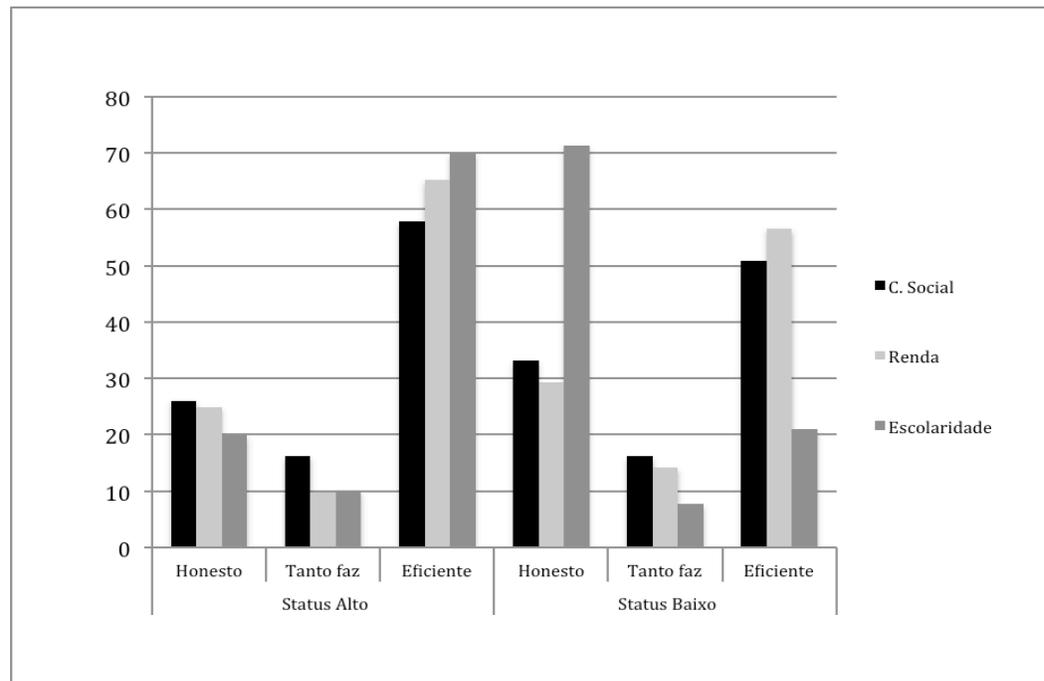
Status socioeconômico

Os gráficos 12 e 13 apresentam a escolha entre honestidade e eficiência comparando os extremos do *status* socioeconômico: os níveis mais baixos e os mais altos. Devido ao fato de que no Brasil há uma maioria que prefere a honestidade como característica de um líder político, essa preferência é espalhada em grande percentagem em todos os estratos sociais, da mesma forma que ocorre no México a respeito da competência, embora haja algumas diferenças que é preciso destacar. A preferência por um líder honesto ainda é maior nos brasileiros com *status* socioeconômico alto, e, portanto, há porcentagens ligeiramente mais altas de preferência por um líder eficiente nos estratos mais baixos; no entanto, essa não é uma diferença significativa. Em relação à preferência por um líder honesto, a variável que apresenta maiores mudanças é a *Escolaridade*, enquanto que para um líder eficiente é a *Classe social* que apresenta maiores mudanças. No caso mexicano, ocorre o contrário: é possível dizer que quanto menor o *status* socioeconômico, maior é o apoio a líderes políticos honestos, e, nesse sentido, pessoas com maior *status* socioeconômico preferem em maior percentagem um líder eficiente. No México, o nível de escolaridade tem maior variabilidade. Portanto, entre as pessoas com mais escolaridade, por exemplo, com nível de pós-graduação, é mais preferível um líder “competente”, e, no caso de pessoas sem escolarização, há porcentagens mais altas de preferência por um líder “honesto”.

Gráfico 12 – *Status* Socioeconômico e preferência por honesto/eficiente no Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil (2018).

Gráfico 13 – *Status Socioeconômico e preferência por honesto/eficiente no México*

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey México* (2018).

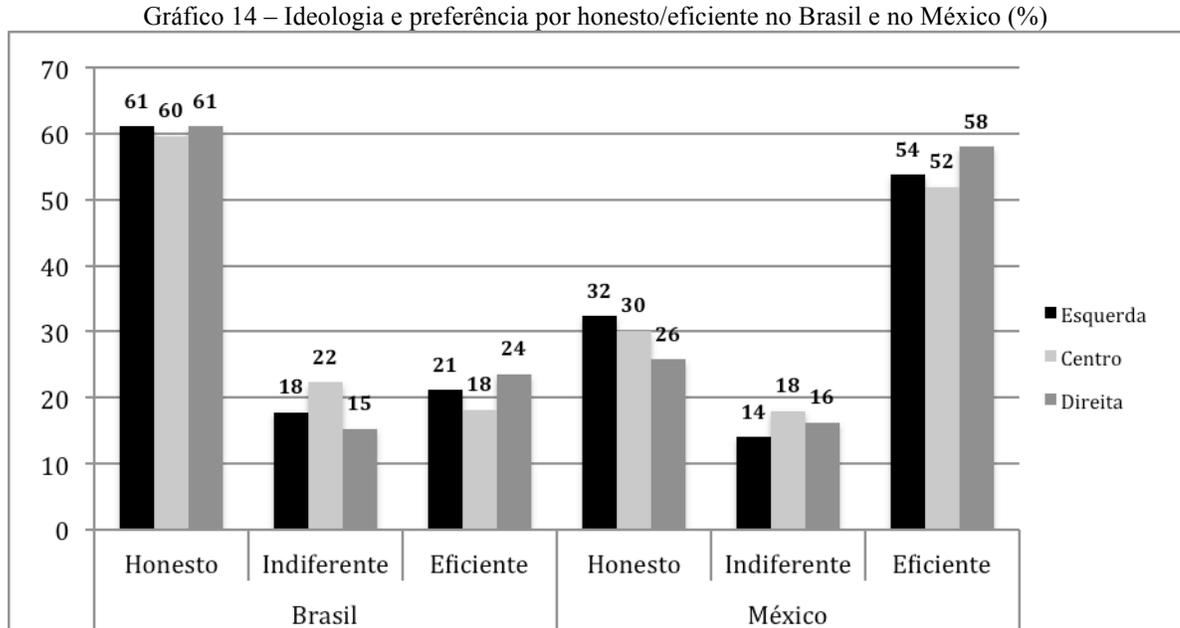
Ideologia

Antes de apresentar a análise, é preciso dizer que no *survey* de 2018, na pergunta sobre a autocolocação ideológica⁸⁴, no caso do Brasil, 30% das pessoas entrevistadas responderam que não sabiam qual é a sua ideologia, e se adicionarmos os dados das pessoas que não responderam, a porcentagem cresce para 36%; portanto, o número de observações reduz de 2.097 para 1.313. No México, a porcentagem de pessoas que dizem não saber é de 8% e as pessoas que não responderam representam menos de 1%, tendo assim 1.586 observações de um total de 1.741.

No Brasil, a ideologia não apresenta diferença na escolha entre honestidade e resultados. Tanto pessoas de esquerda como de direita preferem líderes honestos na mesma proporção (61%) e, a respeito de um líder eficiente, há uma diferença de apenas 2,5% a mais em pessoas de direita (23,60%); na esquerda, essa porcentagem é de 21,10%. Por outro lado, o México apresenta diferenças, mas pouco significativas: pessoas de esquerda preferem mais líderes honestos (32%) do que as pessoas de direita (26%), sendo a diferença de 6%, enquanto que pessoas de direita preferem

⁸⁴ A pergunta da pesquisa WVS foi: “Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, onde o(a) Sr.(a) colocaria sua visão nesta escala?”. As opções de resposta foram a partir de uma escala de 1 a 10, em que 1 = esquerda e 10 = direita.

mais políticos eficientes (58%) do que pessoas de esquerda (54%), sendo a diferença ainda menor, de apenas 4% (ver gráfico 14).



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México (2018).

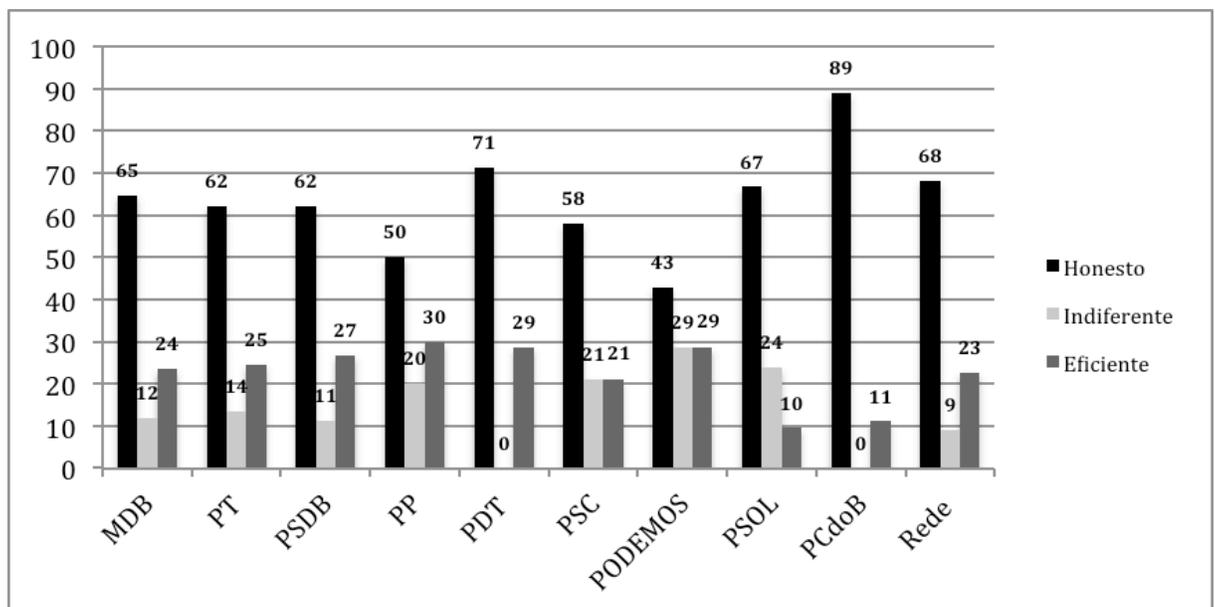
Partidários

No Brasil, sem exceção, todos os eleitores, independentemente do partido político, preferem com uma ampla margem um líder político honesto sobre um líder político que dê resultados. O contraste mais claro é nos apoiadores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dos quais 89% preferem um líder honesto e apenas 11% um líder que dê resultados, com uma diferença de 78% - neste caso, não há eleitores indiferentes -; os simpatizantes do PSOL registam também uma diferença ampla de 57% entre um líder honesto (67%) e eficiente (10%); entre os apoiadores do PDT, a diferença é de 43%, com 71% e 29% respectivamente, e também não há eleitores indiferentes. Os partidários do PT (esquerda), do MDB (centro) e do PSDB (centro) apoiam em proporções similares um líder honesto (ao redor de 65%) e um eficiente (ao redor de 25%). Por outro lado, os partidários que apresentam a menor brecha é do PODEMOS (14%), preferindo 43% um líder honesto e 29% um eficiente, e do PP (diferença de 20%), com 50% honestos e 30% eficientes.

No México, as preferências entre honesto e eficiente das pessoas que expressaram intenção de voto por algum partido não corresponde às linhas programáticas dos partidos: em geral, a maioria dos eleitores, independentemente do partido, preferiu um político eficiente, com exceção dos

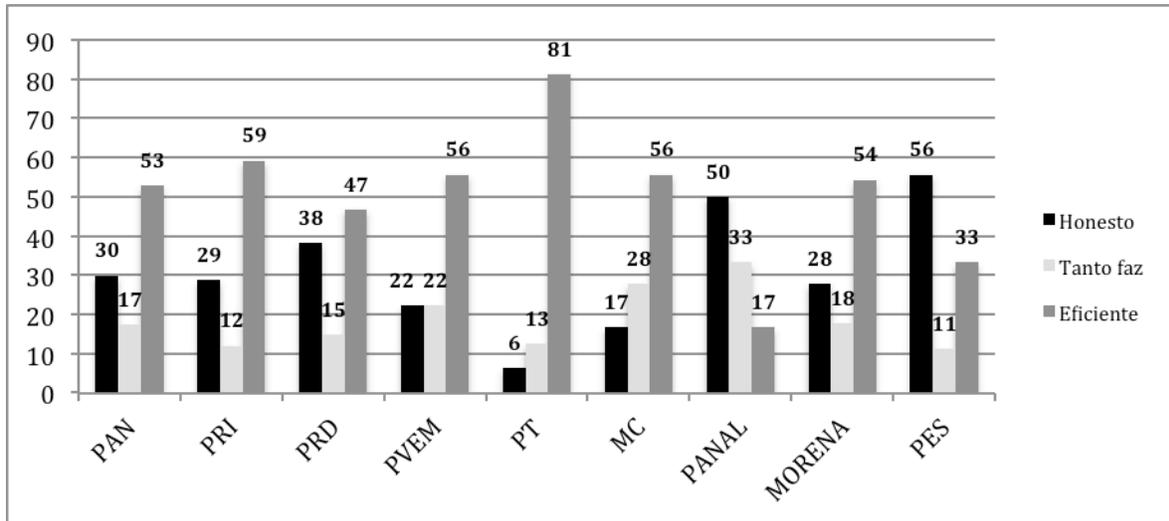
simpatizantes do Partido Encontro Social (PES), que em 56% preferem um líder honesto, e dos eleitores das bases sindicais da educação, do Partido Nova Alianza (PANAL), com 50%. Os seguidores do PAN, partido conservador, escolheram eficiência (53%) sobre honestidade (30%); no PRI, partido que também é conservador, a brecha é ainda maior, de 30 pontos, (59% e 29%), e é ainda maior a diferença no PVEM, de 34 pontos (56% e 22%). Seguindo essa preferência, os eleitores que mais apoiam a eficiência são do PT, com porcentagem de 81% contra apenas 6% de preferência pela honestidade. Contrariamente, o caso com uma menor diferença entre ambas as características é nos apoiadores do PRD, partido de esquerda, com 47% para eficiência e 38% para honestidade. Surpreendente ainda é o fato de que os simpatizantes do MORENA, partido de esquerda cuja bandeira eleitoral em 2018 foi a honestidade e o combate à corrupção, preferem 56% um líder eficiente contra 28% honesto, levando em consideração que esses votantes foram mobilizados pelo cansaço dos escândalos de corrupção de governos anteriores. No México há, portanto, um eleitor mais pragmático em comparação com o do Brasil.

Gráfico 15 – Intenção de voto em partido e preferência por honesto/eficiente no Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil (2018).

Gráfico 16 – Intenção de voto em partido e preferência por honesto/eficiente no México



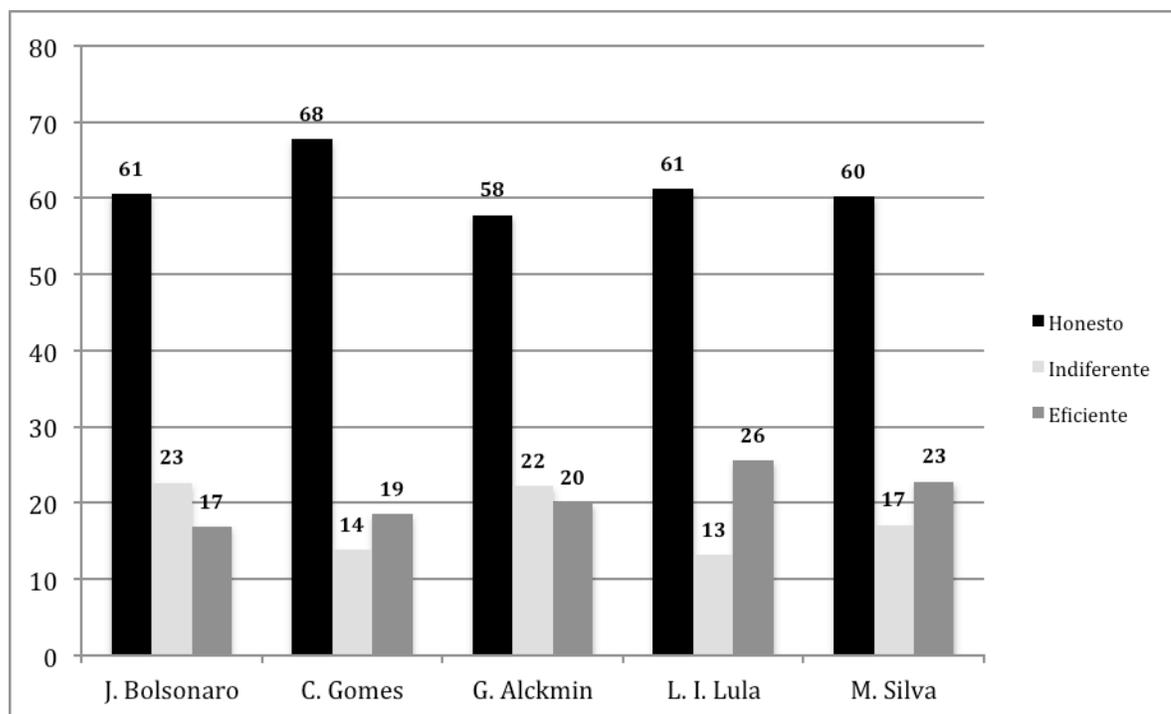
Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* México (2018).

Intenção de voto em candidatos

A WVS realizou o *survey*, tanto no Brasil como no México, antes do início das campanhas eleitorais, de modo que houve algumas alterações de candidatos. No caso do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva foi impedido de concorrer e, em substituição, entrou Fernando Haddad; já no México, Armando Ríos Piter não conseguiu a candidatura pela via independente e Margarita Zavala, candidata independente, renunciou no meio da campanha.

Na intenção de voto a candidato presidencial no Brasil, entre os apoiadores de Ciro Gomes, 68% preferiam o atributo da “honestidade” numa liderança política, em contrapartida aos apoiadores de Geraldo Alckmin, que registravam o número mais baixos (58%) de preferência à honestidade. Também é possível observar que, entre os entrevistados que preferem a honestidade, Ciro Gomes tinha uma diferença de 7% com relação a Bolsonaro e Lula (61% para ambos os políticos). Do outro lado, Lula seria mais votado por quem prefere o atributo da competência (26%), em contrapartida a Bolsonaro, que teve menor porcentagem (23%). Curiosamente, na época e de acordo com os dados, Bolsonaro não era considerado nem o mais honesto, nem o mais eficiente (ver gráfico 17).

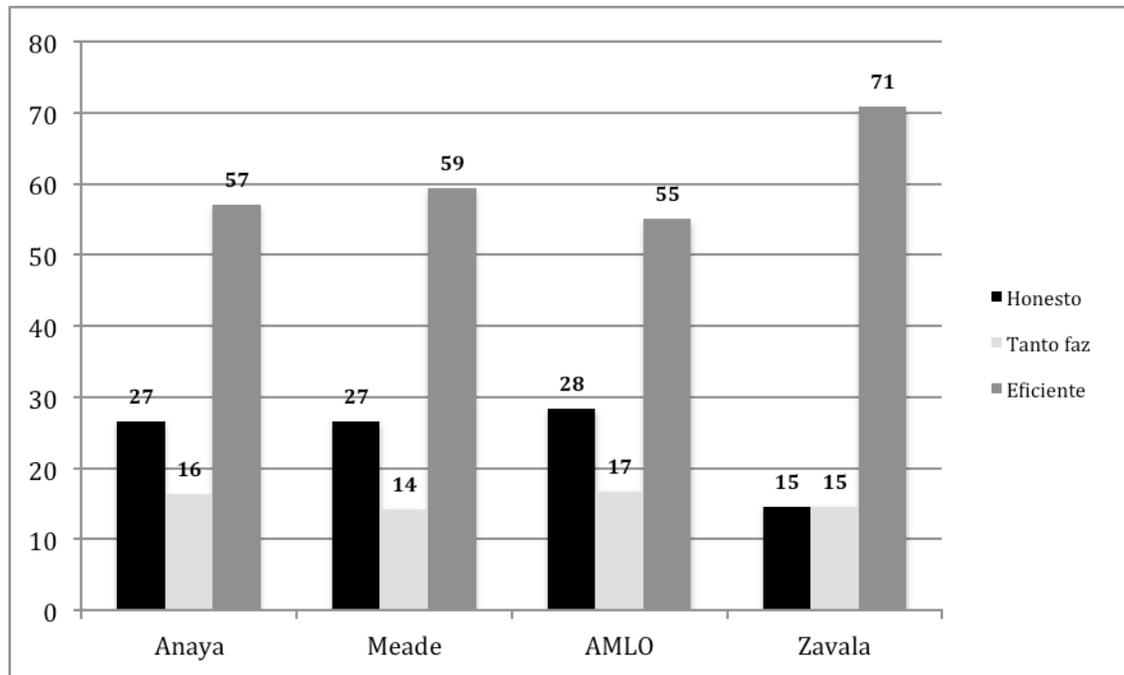
Gráfico 17 – Intenção de voto em candidato e preferência por honesto/eficiente no Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil (2018).

Nas intenções de voto para presidente da República no México, ainda levando em conta a Margarita Zavala, essa candidata tinha uma porcentagem maior dos entrevistados que preferem um líder eficiente (71%), enquanto que José Antonio Meade (PRI) em 59,30%, seguido de Ricardo Anaya (PAN), com 57%, e Andrés Manuel López Obrador (MORENA), com 55% (ver gráfico 18). No que tange à preferência pela honestidade, López Obrador tinha uma porcentagem de 28%, apenas 1% de diferença a mais em relação a Anaya e Meade, ambos com 27%. Por outro lado, a única candidata independente, e que renunciou no meio da campanha, Margarita Zavala, tinha 70% da intenção de votos das pessoas que preferem um líder eficiente e apenas 15% de quem prioriza a honestidade. Desse modo, López Obrador era visto como um candidato ligeiramente mais honesto e menos eficiente, similar à nova tendência brasileira de “não faz, mas não rouba” (BARBOSA, 2020).

Gráfico 18 – Intenção de voto em candidato e preferência por honesto/eficiente no México



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey México* (2018).

Mídia e internet

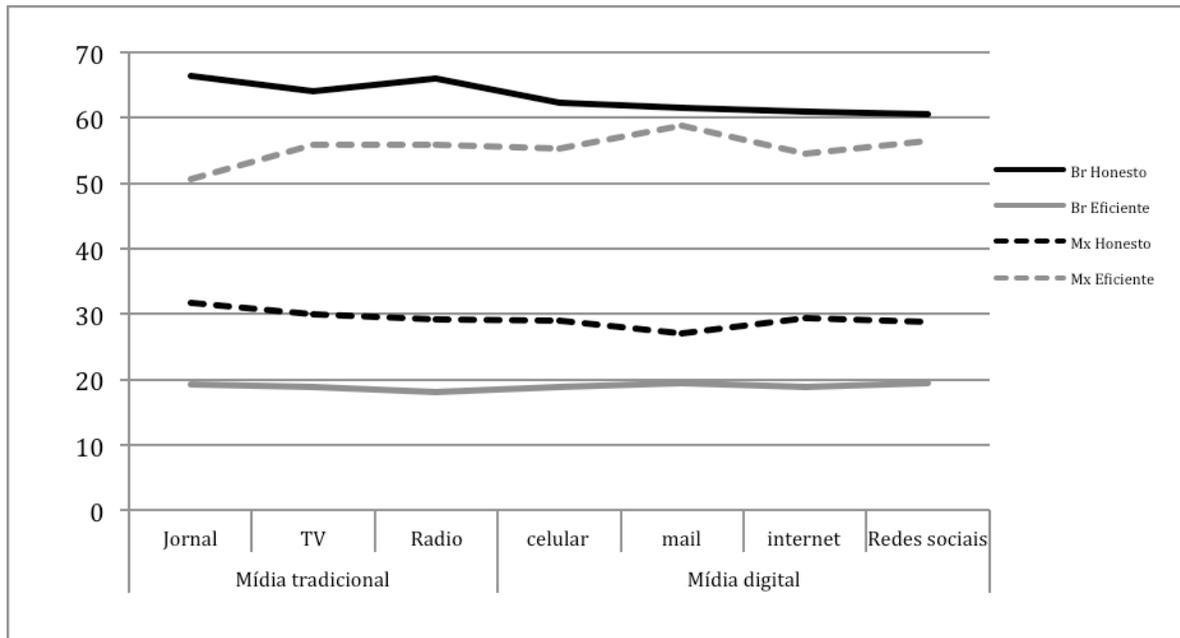
Na comparação de ambos os países, apresentada no gráfico 19, é possível observar que a maioria dos entrevistados brasileiros que preferem um líder político honesto utiliza mais a mídia tradicional para se informar diariamente⁸⁵, em contraste aos mexicanos, que em maior porcentagem preferem um líder político eficiente e se informam mais na mídia digital, especialmente pelas redes sociais e por e-mail. No Brasil, a minoria que prefere um líder eficiente não faz diferença em que tipo de mídia se informa; no mesmo sentido, no México, a minoria que prefere um líder honesto não diferencia qual mídia utiliza, com exceção de que utilizam ligeiramente mais jornais.

Portanto, no Brasil, à medida que as pessoas utilizam mais a mídia tradicional (jornal, TV, rádio) para se informar sobre política, mais elas preferem um candidato honesto. No entanto, as diferenças vão de 3,5% a 4,5% com quem nunca se informa e, nesse sentido, entre os que menos se informam também é preferido um líder honesto, com diferenças pequenas em relação aos mais informados (entre 1,20% e 2,50%). Por outro lado, quanto mais internetizados (uso diário de e-mail e

⁸⁵ A pergunta da pesquisa WVS foi: “Indique se utiliza para ter informações diariamente, semanalmente, mensalmente, menos que mensalmente ou nunca: Jornal, TV, Rádio, Celular, Mail, Internet, Redes Sociais”. Para a análise, foram comparados os extremos “diariamente” e “nunca”.

internet), menos é preferido um político honesto (4% de diferença), o que não quer dizer que apoiem mais um líder eficiente, pois também diminuem levemente as porcentagens, devido ao fato de que crescem mais as pessoas indiferentes.

Gráfico 19 – Preferência honesto/eficiente e tipo mídia consultada diariamente (Brasil e México)



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey*, Brasil e México 2018.

Apoio ao regime

Para ambos os países, um líder político eficiente é mais preferível entre pessoas que consideram ruim ter uma democracia e, da mesma forma, um líder honesto é preferível pelos democráticos, embora no México seja mais notória a diferença (ver tabela 21a). No Brasil, as pessoas que consideram “bom” ter um regime democrático preferem (ligeiramente) um candidato honesto (62%). Por outro lado, há maior diferença a respeito da preferência de um líder eficiente: 24% de quem pensa que é ruim a democracia e 19% de quem considera que é bom. No México, é mais clara a diferença entre os que preferem um líder honesto entre pessoas em prol da democracia e entre os que rejeitam esse regime, com 30% e 24%, respectivamente. No caso de um líder eficiente, 58% acham ruim ter democracia e 54% daqueles que menos apoiam a democracia. Por outro lado, para ambos os países, não faz diferença o apoio para um regime militar na preferência de um líder político honesto, no entanto, no Brasil as pessoas que apoiam a ideia de ter um regime militar preferem em maior porcentagem um líder que dê resultados com uma diferença de 4% e no México é o contrário,

há uma maior preferência dos eficientes entre quem rejeita um regime militar, mas a diferença é de apenas 2% (ver tabela 21a).

Tabela 21 – Apoio ao regime democrático e preferência entre honestidade e resultados (%)

		Brasil ^a			México ^b		
		Honesto	Indiferente	Eficiente	Honesto	Indiferente	Eficiente
Regime democrático	Bom	62	19	19	30	15	54
	Ruim	60	16	24	24	19	58

^aN=2.097
^bN=1.741

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México (2018).

Tabela 22 – Apoio a um regime militar e preferência entre honestidade e resultados (%)

		Brasil ^a			México ^b		
		Honesto	Indiferente	Eficiente	Honesto	Indiferente	Eficiente
Regime militar	Bom	62	16	22	29	17	54
	Ruim	62	19	18	29	15	56

^aN=2.097
^bN=1.741

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México (2018).

Em resumo, dos dados apresentados até agora, é possível observar mais diferenças do que semelhanças nas características dos eleitores desses países que preferem honestidade e os eleitores que preferem competência nas lideranças políticas. As variáveis que são igualmente importante para ambos os países nessa escolha foi a “Faixa etária”, o que permite generalizar que, quanto maior for a idade, maior é a preferência por um candidato honesto. Uma das diferenças a destacar é o “*Status* socioeconômico”, o qual é inverso para os países. Por exemplo, no Brasil, quanto maior for o *status* socioeconômico, maior o apoio em um líder honesto, já nos estratos sociais baixos, há maior apoio em um líder competente; por outro lado, no México, o respaldo para um líder honesto está entre as pessoas de baixo *status* socioeconômico, enquanto que há maior percentagem de pessoas com *status* social alto que preferem um líder competente. Para ambos os casos, o elemento com maior variabilidade é o “Nível de estudos”.

Continuando com as diferenças, para o Brasil é muito importante a “Religiosidade” ante o dilema da escolha, embora isso não seja relevante para o México. Em respeito às variáveis tradicionais de longo prazo para explicar o voto, é possível antecipar que tanto “Ideologia” quanto “Partidarismo” não seriam influentes na escolha entre honestidade e competência, mas há alguns matizes: no caso brasileiro, a ideologia não é relevante, e, no México, é ligeiramente relevante; em

termos de partidos políticos, os eleitores mexicanos são mais pragmáticos do que os brasileiros. Para a seguinte seção, é necessário realizar um teste estatístico mais complexo para identificar os determinantes do voto em um candidato “desonesto, mas competente”.

5.3 DETERMINANTES DA ESCOLHA “DESONESTO, MAS COMPETENTE”

Até aqui, apresentamos os elementos que descrevem os votantes desses países em relação ao dilema honesto/incompetente, desonesto/competente, porém, qual dessas variáveis tem maior poder explicativo na escolha de um líder político honesto ou eficiente? Eleitores de partidos e ideologias diferentes avaliam de diferente maneira esse *trade-off*?

Retomando os autores expostos no capítulo teórico que tentaram dar resposta para o “*The Tradeoff Hypothesis*”, Rundquist, Strom e Peters (1977), o posicionamento político (*Implicit Trading*), que é um fator de curto prazo, influenciaria os votantes a elegerem políticos desonestos. Isso quer dizer que, na medida em que haja uma conexão entre os temas de preferência dos votantes e os posicionamentos dos candidatos, os elementos de desonestidade dos políticos seriam mais tolerados. Rennó (2007) é outro dos autores que consideraram como relevantes os fatores de curto prazo para explicar o voto em um candidato presidencial brasileiro que foi reeleito apesar dos escândalos de corrupção de seu governo. O autor considera que a “avaliação da economia” e o “despenho do governo” tiveram maior peso explicativo do que a “ideologia” e o “partidarismo” na escolha. Winters e Weitz-Shapiro (2013) vão na linha do *The Ignorant Voter Explanation*, já que votariam num candidato desonesto devido ao fato de que os eleitores desconhecem ou não têm certeza de que o candidato é desonesto, e, pelo contrário, os autores afirmam que se os eleitores têm informação verificada, eles punem os políticos, o que implica um contexto de curto prazo, nas campanhas eleitorais.

Por outro lado, há autores que dão maior peso às variáveis estruturais dos votantes, iniciando pelo pioneiro Kinder (1983), que diz que variáveis estruturais, como nível de escolaridade, são relevantes para escolher um candidato competente; para Funk (1996), a maior conhecimento político ou sofisticação política, inclusive tolerando um caso moderado de corrupção. Mais recentemente, os estudos de Martínez (2016) sobre o comportamento eleitoral e a escolha entre candidatos “Desonestos, mas competentes”, na Costa Rica, sugerem que as variáveis que explicam o voto são *sexo, sofisticação política, renda e faixa etária*. Desse modo, Martínez argumenta que mulheres e

cidadãos com mais conhecimento político escolhem menos os desonestos do que os homens e os cidadãos com menos conhecimento político. Por outro lado, jovens e cidadãos com maior renda estão mais dispostos a aceitar a desonestidade dos políticos se estes demonstrarem que são competentes; por outro lado, adultos e pessoas com renda mais baixa estão menos dispostos a isso, segundo Martínez (2016). Barbosa (2020) analisa o *trade-off* implícito para o caso do Brasil utilizando variáveis de longo prazo, como o “partidarismo”, “antipartidarismo”, “petismo” e “antipetismo”, e os achados apontam para uma nova tendência de preferência generalizada por um líder honesto, mas incompetente.

O argumento desta pesquisa é que fatores de curto prazo teriam maior influência no voto nesse tipo de candidatos. Portanto, nesta seção, vai ser testada a primeira hipótese:

H1. O voto em candidatos “desonestos” (y) ocorre em maior medida quando os políticos são apresentados como “eficientes” e “competentes” (x₃) ante o eleitorado sendo mais influenciado às variáveis de curto prazo do que às variáveis de longo prazo (x₁ partidarismo, x₂ posições político-ideológicas).

A segunda hipótese será testada no seguinte capítulo analisando os Grupos Focais realizados no Brasil e no México.

Para conhecer os determinantes do dilema, foi realizada uma regressão linear múltipla tendo como variável dependente “Desonesto, mas competente”, a qual utiliza a pergunta Q234a da WVS, a qual parte de uma escala entre 1 e 5, em que 1 = “Honesto” e 5 = “Competente”. Foram utilizadas como variáveis independentes as consideradas no esquema do Funil da Causalidade da perspectiva teórica psicossocial, levando em conta também as variáveis consideradas pelos autores citados anteriormente e aquelas que foram significativas na análise dos dados da WVS (ver tabela 22).

Devido ao fato de que o número de variáveis é considerável, para diminuir o número de fatores no modelo de regressão, foi realizada previamente uma análise bivariada para conhecer quais variáveis se correlacionam com “Desonesto, mas eficiente”. Na tabela 23, apresentam-se os fatores de longo prazo que se correlacionaram com a variável dependente para cada país. É possível observar que no caso do Brasil há uma correlação negativa com “Religiosidade” (-,086**) e, no México, uma correlação positiva com “Ideologia” (,050*). Para ambos os países, “Faixa etária” se correlacionou de forma negativa, -0,65 e -,063, respectivamente.

Tabela 23 – Variáveis do estudo quantitativo

Variável dependente: Líder político desonesto mas competente (Q.234A)	
Variáveis independentes	
	Fatores de longo prazo
Valores e Crenças	V.240. Ideologia ⁸⁶
	V.223. Partidarismo ⁸⁷
	V.173. Religião ⁸⁸
Estruturais	V. 275. Nível de estudos ⁸⁹
	V.287. Classe social ⁹⁰
	V.288. Renda ⁹¹
	Fatores de curto prazo
Avaliação Conjuntural	V.50. Avaliação da economia ⁹²
	V.56. Avaliação padrão de vida ⁹³
	V.251. Avaliação governo (democrático/no democrático) ⁹⁴
	V.252. Satisfação com o sistema político ⁹⁵
	V.112. Percepção da existência da corrupção ⁹⁶

⁸⁶ A pergunta da pesquisa WVS foi: Q.240. “Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, onde o(a) Sr.(a) colocaria sua visão nesta escala?”. As opções de resposta foram a partir de uma escala de 1 a 10, em que 1 = esquerda e 10 = direita.

⁸⁷ Na WVS não há uma pergunta de identificação partidária, como no *survey* eleitoral do CSES. Desse modo, só foi possível utilizar a pergunta: Q.223. “Se houvesse uma eleição amanhã, o(a) Sr.(a) votaria em qual partido dessa lista? Fale o número do cartão. Se o(a) Sr.(a) não tem certeza, qual partido o(a) atrai mais?”. As opções de resposta eram os partidos políticos. É preciso dizer que, no Brasil, as opções de resposta não incluíram o PSL, partido do candidato ganhador, Jair Bolsonaro, e o partido que mais cresceu nessa eleição.

⁸⁸ Foi utilizada a pergunta da WVS Q.173.: “Independente de participar de eventos religiosos, o(a) Sr.(a) se considera: 1. Religioso, 2. Não Religioso. 3. Ateu”. As opções de resposta foram recodificadas da seguinte maneira: 1 = Religioso e 2 = Não Religioso (juntando as respostas 2 e 3).

⁸⁹ Baseada na pergunta da WVS Q.275.: “Qual é o maior nível educacional que o(a) Sr.(a) alcançou?”, com respostas de escala que vão de 0 = Não frequentou a escola, até 8 = Doutorado.

⁹⁰ Q.287. “As pessoas às vezes se descrevem como pertencendo à classe alta, à classe média ou classe baixa. O(A) Sr.(a) se descreve como pertencendo à: 1 = Classe alta; 2 = Classe média-alta; 3 = Classe média; 4 = Classe média-baixa; 5 = Classe baixa?”.

⁹¹ Na Q.288, WVS pede aos entrevistados se autocolocarem em uma escala de nível de renda entre 1 e 10, em que 1 = Nível mais baixos de salários, e 10 = Níveis mais altos de salários.

⁹² A pergunta foi: “Em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito com a situação da renda de sua família?”. A resposta era uma escala de 1 a 10, em que 1 = Completamente insatisfeito e 10 = Completamente satisfeito.

⁹³ Foi perguntado Q.56.: “Comparando o seu padrão de vida com o dos seus pais quando eles tinham a sua idade, você diria que está 1 = Melhor, 2 = Pior ou 3 = Quase o mesmo?”. As respostas foram recodificadas como 1 = Pior, 2 = Igual e 3 = Melhor.

⁹⁴ A pergunta Q.251 disse: “Em que medida o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje? Usando novamente a escala de 1 a 10, em que 1 significa “nada democrático” e 10 significa “totalmente democrático”.

⁹⁵ Q.252. “Em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito com o sistema político em funcionamento no Brasil hoje?”. A resposta era uma escala de 1 a 10, em que 1 = Completamente insatisfeito, e 10 = Completamente satisfeito.

⁹⁶ A pergunta Q.112 foi: “Agora eu gostaria que o(a) Sr.(a) me falasse sobre sua opinião em relação à corrupção – quando as pessoas pagam suborno, dão um presente ou fazem um favor para os outros para ter as coisas que precisam ou os serviços que necessitam. Como você classificaria seu ponto de vista sobre corrupção no país em uma escala de 10 pontos em que “1” significa “não existe corrupção no país” e “10” significa “existe muita corrupção no país?”.

	V.108. Estado Mercado ⁹⁷
	V.182. Homossexualidade ⁹⁸
Posicionamento Político	V.184. Aborto ⁹⁹
	V.181.Suborno ¹⁰⁰
	V.191 Violência contra os outros ¹⁰¹
	V.235. Líder forte ¹⁰²
Características dos candidatos	V. 236.Líder Técnico ¹⁰³
	V. 237.Líder religioso ¹⁰⁴
	V. 202. Mídia tradicional ¹⁰⁵
Mídia mais utilizada	V. 207. Mídia digital ¹⁰⁶

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de WVS.

Tabela 24 – Análise bivariada dos fatores de longo prazo com “Desonesto, mas eficiente”

	Desonesto, mas eficiente	
	Brasil	México
Ideologia	0,012	0,050*
Partidarismo	0,001	0,02
Religiosidade	-0,086**	0,047
Classe social	-0,032	0,047
Nível educativo	0,022	0,03
Renda	-0,045	0,018
Faixa etária	-0,065**	-0,063**
Gênero	0,04	0,023

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México (2018).

Na tabela 24 se apresentam quais variáveis de curto prazo têm uma correlação com a variável dependente. Dentro da avaliação conjuntural, haveria apenas uma similaridade entre os países no

⁹⁷ A Q.108 foi: “Como o(a) Sr.(a) classificaria seu ponto de vista usando essa escala? 1= O governo deveria se responsabilizar mais para garantir boas condições de vida a todos; 10= As pessoas deveriam se responsabilizar mais por elas mesmas”.

⁹⁸ A questão Q.182. disse: “Por favor, indique para cada uma dessas ações se você acha que 1 = Nunca se justificam ou 10 = Sempre se justificam, ou alguma opinião entre essas duas”.

⁹⁹ *Idem* anterior.

¹⁰⁰ *Idem* anterior.

¹⁰¹ *Idem* anterior.

¹⁰² A pergunta Q.235 era sobre o modo do governar o país: “Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições”. Com opções de resposta: 1 = Ótimo, 2 = Bom, 3 = Ruim e 4 = Péssimo. A variável foi recodificada como 1 = Preferido, 0 = Não preferido.

¹⁰³ A pergunta Q.236 era sobre o modo do governar o país: “Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país”. Com opções de resposta: 1 = Ótimo, 2 = Bom, 3 = Ruim e 4 = Péssimo. A variável foi recodificada como 1 = Preferido, 0 = Não preferido.

¹⁰⁴ A pergunta Q.239 era sobre o modo do governar o país: “Ter um sistema governado por leis religiosas em que não há partidos ou eleições”. Com opções de resposta: 1 = Ótimo, 2 = Bom, 3 = Ruim e 4 = Péssimo. A variável foi recodificada como 1 = Preferido, 0 = Não preferido.

¹⁰⁵ Televisão. A pergunta foi: “Para cada uma das seguintes fontes, indique se utiliza para ter informações 1 = Diariamente, 2 = Semanalmente, 3 = Mensalmente, 4 = Menos que mensalmente ou 5 = Nunca”.

¹⁰⁶ Redes sociais. *Idem* anterior.

caso da “avaliação do padrão de vida”, no entanto, ainda é maior no México e com correlação negativa (-,148), enquanto no Brasil é positiva (,045). Para o México, também foram relevantes as avaliações sobre “Governo”, “Sistema político” e “Percepção da corrupção”. No bloco das posições políticas, há uma semelhança a respeito do “Suborno” e da “Violência”, embora, para o Brasil, sejam em sentido positivo, ,090 e ,110, e, no México, em sentido negativo, -,065 e -,057, respectivamente. Para o Brasil foi importante também “Aborto” e a disjuntiva entre “Estado-mercado”, já no México, foi “Homossexualidade”. Em relação às características das lideranças políticas, apenas foi relevante “Líder forte” para o México, com ,058. Finalmente, não há uma correlação com o tipo de mídia que as pessoas utilizam para se informar.

Tabela 25 – Análise bivariada dos fatores de curto prazo com “Desonesto, mas eficiente”

		Desonesto mas eficiente	
		Brasil	México
Avaliação conjuntural	Avaliação econômica	-0,029	0,045
	Avaliação padrão de vida	,045*	-,148**
	Avaliação governo (democrático)	0,021	,090**
	Satisfação com o sistema político	0,018	,072**
	Percepção da corrupção	-0,042	,109**
Posições políticas	Estado-Mercado	,087**	0,066
	Homossexualidade	0,037	,054*
	Aborto	,069**	0,034
	Suborno	,090**	-,065**
	Violência	,110**	-,057*
Características candidatos	Líder forte	0,002	,058*
	Líder técnico	-,013	-,027
	Líder religioso	0,002	-0,048
Mídia mais utilizada	Mídia tradicional	0,039	-0,012
	Mídia digital	-0,008	-0,013

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México (2018).

Tabela 26 – Regressão Linear Múltipla, determinantes da preferência de “Desonesto, mas eficiente”

			Var. Dep. Desonesto mas eficiente		
			Brasil	México	
Longo prazo	Valores e	Ideologia	0,013	0,016	
	Crenças	Religiosidade	-0,191**	-0,006	
		Faixa etária	-0,065*	-0,077**	
	Estruturais	Nível educativo	-0,082*	--	
Curto prazo	Avaliação conjuntural	Avaliação padrão de vida	0,091**	-0,01	
		Satisfação com o sistema político	--	0,019*	
		Percepção da corrupção	-0,009	0,003	
	Posições políticas	Estado-Mercado	0,02**	--	
	Características dos candidatos	Líder religioso	0,018	0,005	
		Líder forte	-0,005	0,055*	
		Líder técnico	0,033	0,004	
	R ²			,185	,147

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México (2018).

Resultados e discussão

De acordo com os resultados da regressão linear múltipla (tabela 25), tanto para o Brasil quanto para o México, as variáveis tradicionais de “Partidarismo” e “Ideologia”, categorizadas como de longo prazo no esquema do Funil da Causalidade, da teoria psicossocial do voto, não foram relevantes para explicar o dilema na escolha entre um candidato “desonesto, mas competente” ou “honesto, mas incompetente”. No entanto, há variáveis tanto de curto prazo como de longo prazo que influenciariam no voto e que são, na sua maioria, diferentes para cada país. Existem mais diferenças do que semelhanças nos países analisados, havendo apenas uma semelhança nas variáveis estruturais, como “faixa etária”, e o resto dos determinantes são distintos para cada país.

No Brasil, o fator mais relevante, ou com coeficiente mais alto, é a “Religiosidade” (-,191) com uma correlação negativa, o que indica que entre as pessoas menos religiosas há preferência de um líder político “desonesto, mas competente”, e, portanto, a religiosidade é a variável que mais explica a escolha por lideranças políticas que são apresentadas como “honestas”. Mas trata-se de uma variável exclusivamente de longo prazo, ou ela poderia influir nos últimos instantes do ato de votar? A respeito da religiosidade, no caso brasileiro, não necessariamente a crença religiosa influi na escolha, mas a definição de candidatos pela Igreja, que orienta o voto dos fiéis. Assim, um fator de longo prazo se tornaria conjuntural. Mas também os fatores estruturais “Nível de estudos” e “Faixa etária” foram também significativos (negativamente), mas com coeficientes baixos, -,065 e -0,82, respectivamente. Isso indica que, quando os eleitores brasileiros são mais jovens e de menor escolaridade, eles preferem o candidato desonesto, mas eficiente. De forma inversa, tanto os adultos maiores quanto as pessoas com um nível mais alto de escolaridade preferem candidatos honestos. Quanto às variáveis de curto prazo, foram significativas aquelas relativas aos posicionamentos políticos, neste caso, a disjuntiva entre “Estado-Mercado” e também a avaliação da situação econômica (a percepção de estar melhor ou pior atualmente do que a geração dos pais).

No México, os determinantes da preferência para este tipo de liderança política são diferentes: dos fatores de longo prazo, apenas “Faixa etária” foi importante (-,077), o que quer dizer que, entre mais jovens, há maior probabilidade de preferir um líder “desonesto, mas eficiente”. De curto prazo, características da liderança, como “Líder forte” e a “Satisfação com o regime político”, seriam as mais relevantes e com correlações positivas, 0,055 e 0,019, respectivamente.

Ao confrontar os resultados anteriores com as afirmações de Rundquist, Strom e Peters (1977) de que o posicionamento político (*Implicit Trading*) influiria no comportamento eleitoral para a escolha de líderes desonestos, apenas coincidiriam para o caso do Brasil, e com um valor *p* extremamente baixo, as posições a respeito do “Estado-Mercado” (0,02). Em contraste, os achados seriam mais próximos com as colocações de Rennó (2007) na medida que as avaliações conjunturais impactariam na decisão do voto por esse tipo de candidatos, neste caso “*Avaliação padrão de vida*” (0,091) no Brasil e a “*Satisfação com o sistema político*” (0,019).

Por outro lado, as propostas de Kinder (1983) e Funk (1996) não se aplicariam para os casos deste estudo. Kinder apontava que o nível educativo seria determinante para escolher um líder competente, no entanto “Nível educativo” foi significativo somente para o Brasil e de forma negativa, portanto, as pessoas com menos escolaridade tendem a preferir a competência, e no México esta não é uma variável relevante no modelo de regressão, mesmo que haja uma porcentagem mais

alta de pessoas com maior educação que preferem um líder competente, como foi apresentado no gráfico 13. Funk (1996), por outro lado, considerava que pessoas com maior conhecimento político ou sofisticação política prefeririam um líder competente, inclusive tolerando um caso moderado de corrupção. No entanto, a sofisticação política não foi relevante na análise. Por outro lado, os resultados concordam de maneira parcial com os achados de Martínez (2016), já que variáveis como renda, gênero e sofisticação política não estariam correlacionadas com esse tipo de preferência, mas sim a faixa etária.

Uma reflexão que pode ser feita a partir da análise das pesquisas pós-eleitorais é que o voto nos candidatos desonestos, fenômeno que, como foi colocado no primeiro capítulo, está crescendo no mundo e que cada vez mais faz parte das preocupações acadêmicas. Nesse sentido, seria importante que pesquisas eleitorais como o CSES pudessem medir de forma mais específica o dilema entre “desonestos, mas competentes” e “honestos, mas incompetentes” e, também, retomar as medições sobre as preferências de diversas características de um candidato. No Anexo F, é colocada uma proposta para medir essas atitudes.

No seguinte capítulo, serão analisadas as atitudes dos eleitores, através de uma metodologia qualitativa, para conhecer com mais profundidade *Como os eleitores desses países decidem seu voto ante o dilema de honestidade/competência?*

6 O DILEMA ENTRE HONESTIDADE E COMPETÊNCIA NAS ESCOLHAS POLÍTICAS

O objetivo deste capítulo é conhecer e compreender como os eleitores desses países decidem seu voto ante o dilema da escolha entre um líder político “desonesto, mas competente” ou “honesto, mas incompetente”. Responder a isso implica medir a “força atitudinal” das preferências sobre “honestidade” e “resultados” nas lideranças políticas para aprofundar as explicações dos achados quantitativos do capítulo anterior, principalmente respondendo, para o caso específico do Brasil, se a maioria das pessoas preferem líderes políticos honestos sobre líderes políticos competentes, segundo os dados já colocados da WVS 2018, por que, em diversos casos, políticos com histórico de desonestidade foram bem sucedidos nas eleições? Além de um “eleitor pragmático” brasileiro identificado por Baquero (1997) e Silveira (1998), existem outras tipologias para categorizar os eleitores que enfrentam esse dilema de escolha no momento de votar? E, no caso do México, o fato de preferirem na sua maioria líderes políticos competentes implica uma tolerância de certos graus de desonestidade? O anterior nos leva a perguntar, para ambos os casos, se o voto em candidatos desonestos tem nas atitudes dos eleitores um componente emocional (sentimentos e emoções) maior do que o componente cognitivo (pensamentos e crenças) e, portanto, deve-se medir a força atitudinal (*attitude strenght*) da preferência desse tipo de candidatos.

6.1 GRUPOS FOCALIS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS ATITUDES POLÍTICO-ELEITORAIS

Os desafios desta pesquisa, que envolve um objeto de estudo complexo, implicam desenvolver uma metodologia que permita atender aos requerimentos das perguntas de pesquisa e dos objetivos. Desse modo, a metodologia desta pesquisa é mista e foi dividida em duas fases de forma sequencial. A primeira fase, quantitativa, permitiu, através de métodos estatísticos, desenvolver os capítulos anteriores, e a segunda, de metodologia qualitativa usando Grupos Focais (*Focus Group*) em seu formato *online*, é um complemento para os achados no capítulo 5, buscando não só confirmar os resultados da análise quantitativa, mas também aprofundar as

explicações e descobrir como os eleitores decidem seu voto diante do dilema eleitoral proposto. Além disso, a análise qualitativa permite estabelecer algumas reflexões e recomendações do uso da técnica de grupos focais na modalidade *online* para a pesquisa em Ciência Política.

Como pesquisa qualitativa, *Focus Group* são basicamente entrevistas grupais, mas não no sentido de uma interação entre o pesquisador e os participantes das entrevistas. Em vez disso, existe uma interação confiável entre os membros do grupo com base nos temas oferecidos pelo pesquisador, que atua como moderador do grupo (FOLCH-LYON; DE LA MACORRA; SCHEARER, 1981; MORGAN, 1997; HENNINK, 2007). A característica desta ferramenta é o uso explícito de um grupo de interação para obter dados sobre ideias, formação de opiniões, reações, manifestações de crenças, emoções e estados afetivos que só são possíveis mediante uma interação dos participantes (RODRIGUES; FRANCISCO; GUEDES, 2009).

Autores como Morgan (1997) salientam que o *Focus Group* pode ter três tipos de uso: 1) *self-contained method*, quando os grupos focais são a principal fonte de dados; 2) como *supplementary source of data*, tendo como pesquisa primária um estudo quantitativo, e pode ser usado para gerar os questionários do *survey* ou para desenvolver o conteúdo de programas aplicados e intervenções; os grupos focais podem servir para dar seguimento do método primário; 3) *multimethod studies*, o qual combina duas ou mais formas de coleta de dados. Esta pesquisa se refere ao terceiro tipo, devido a que o estudo quantitativo identificará os assuntos em que os participantes podem interagir.

Devido ao contexto da pandemia do COVID-19, foi considerado optar pela modalidade de Grupos Focais *online*, mantendo um formato síncrono através de videoconferências. De acordo com Rodrigues, Francisco e Guedes (2009), esta modalidade de coleta de informações é semelhante ao grupo focal presencial, e este formato a distância teve início nos últimos anos da década de 1990. Sua principal característica, não obstante, é a de ser realizado em ambiente virtual, dispensando a presença física dos participantes, para que haja interação e consequente comunicação entre eles. O formato virtual tem vantagens e desvantagens. As principais vantagens são:

- 1) Os participantes são dispensados de presença física, o que permite diminuir custos ao não ter deslocamentos, ainda mais quando é uma pesquisa comparativa em que precisa implementar grupos em diferentes países; 2) permite que os participantes sejam de áreas geográficas distintas (ADLER; ZARCHIN, 2002); 3) pode-se coletar dados em um curto espaço

tempo; 4) é possível abordar temas mais polêmicos, que envolvam aspectos raciais, orientações sexuais, entre outros, que gerariam mais constrangimento dos participantes no formato presencial (RODRIGUES; FRANCISCO; GUEDES, 2009); 5) nos grupos *online*, tende a haver menos inibição e os entrevistados tendem a ser mais diretos ao expressarem suas opiniões e, também, são menos propensos a alterar seus pensamentos, porque o tempo é essencial (SWEET, 2001); 6) apenas para os casos dos grupos focais que não utilizam videoconferência, como foram os primeiros experimentos dessa modalidade nos anos noventa, o anonimato é outra vantagem, já que pelo fato de os colegas não poderem ver a aparência física dos outros, desestimulam atitudes preconceituosas que influenciam as opiniões que são emitidas no grupo; 7) o fato de que as pessoas estão cada vez mais adaptadas à interação virtual e, desse modo, as salas de videoconferência são espaços conhecidos, mais confortáveis e que permitem maior naturalidade das pessoas (CHASE; ÁLVARES, 2000).

Por outro lado, as desvantagens, que têm diminuído ao longo do tempo com o desenvolvimento da tecnologia, são: 1) no princípio, a ausência do contato visual entre os participantes diminuía a possibilidade da comunicação não verbal, a qual era substituída colocando figuras de “*emoticons*” no *chat*, não sendo possível perceber a riqueza de manifestações emocionais através de inflexões da voz, choros, risadas (RODRIGUES; FRANCISCO; GUEDES, 2009); 2) a falta de habilidade na digitação, o que implicava que quem tinha maior habilidade para digitar participava mais ativamente e dominava o espaço da comunicação.

Com base na revisão da literatura sobre os Grupos Focais *online*, é possível observar que a implementação dessa nova modalidade no âmbito virtual tem evoluído a par da tecnologia e das necessidades de pesquisa. As primeiras tecnologias aplicadas aos GF foram mais limitadas. O contexto no qual se realizou esta pesquisa, em 2020, com uma evolução das tecnologias e maior interação virtual pela internet no contexto de uma pandemia mundial como COVID-19, fez com que a interação virtual e a aplicação dos grupos focais seja cada vez mais parecida com a interação presencial, de modo que é possível agora captar elementos da comunicação não verbal (ainda com algumas limitações), que, nos anos em que se iniciava esta ferramenta alternativa, a sociedade apenas transitava para o mundo virtual. Anteriormente, os grupos focais *online* eram realizados de forma escrita através de *chats*, tanto de forma assíncrona quanto síncrona, mas agora, com as novas tecnologias, é possível a interação face a face. Na realidade pós-pandemia,

as pessoas interagem virtualmente de maneira cotidiana e mais natural, portanto, esta ferramenta de pesquisa em seu formato virtual é cada vez mais parecida com a modalidade presencial, reduzindo-se desvantagens do virtual e ampliando-se as vantagens dos grupos focais *online* sobre os tradicionais.

Para o planejamento dos grupos focais *online*, utilizou-se o esquema proposto por Hennink (2007), qual seja: a) estabelecer o propósito do estudo (objetivos); b) definir a população, recrutamento; e 3) estabelecer como serão analisados os achados.

a) Propósito dos Grupos Focais

O principal propósito desta ferramenta qualitativa é complementar o estudo quantitativo para obter explicações mais detalhadas sobre o objeto de estudo. Portanto, os objetivos específicos são:

- Aprofundar as explicações de como os votantes no Brasil e no México decidem seu voto ante o dilema de honestidade e resultados, a escolha na disjuntiva entre líderes políticos honestos ou eficientes. As discussões buscam contrastar e explicar os resultados do estudo quantitativo com a realidade política desses países.
- Analisar os componentes das atitudes (cognitivos, afetivos, comportamentais) para determinar em que grau os votantes têm uma atitude positiva em relação a esse tipo de candidatos “desonestos”.
- Medir as atitudes e a força dessas atitudes (*atitude strenght*) para tentar fazer predições sobre o comportamento e as consequências cognitivas.

O nosso ponto de partida teórico é o “Funil da Causalidade” (ver capítulo 2) do voto (Perspectiva Psicossocial, escola de Michigan) com ênfase no último elo da cadeia causal, com fatores de curto prazo: características dos candidatos (SILVEIRA, 1998; RENNÓ, 2007; MORENO, 2018). Serão levadas em conta também as perspectivas teóricas de Rundquist, Strom e Peters (1977) e de Essaison e Muñoz (2014), no sentido de que a desonestidade não é grave para os eleitores se o candidato conseguir se apresentar como competente. Também consideramos a perspectiva de que as emoções podem desempenhar um papel relevante no momento de fazer

uma escolha e, portanto, poderá ter um impacto na decisão eleitoral (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979, 1981, 1986; LAKOFF, 2009; LAVAREDA, 2011). A partir disso, serão testadas as seguintes hipóteses nos grupos focais:

Dado que a escolha eleitoral se explica atualmente por fatores de curto prazo...

(1) ...o voto em candidatos “desonestos” (y) é determinado pelas características dos candidatos (x_3), na medida em que estes são percebidos como “competentes” (que dão resultados) pelos eleitores.

(2) ...o voto em candidatos “desonestos” (y) é determinado pelas emoções positivas que transmitem os candidatos (x_4).

b) Definição da população objetivo e recrutamento

Foram realizados cinco grupos focais no total, dois grupos para cada país, além de um grupo focal piloto para o aperfeiçoamento da técnica. Cada grupo foi formado por seis participantes, uma vez que, diferentemente dos grupos focais tradicionais (presenciais), nos quais o número ideal de participantes é entre oito e dez, nos grupos focais implementados a distância devem ser realizados com um número menor devido à dificuldade de gerir a discussão, recomendando-se entre seis e oito participantes (SWEET, 2001; RODRIGUES; FRANCISCO; GUEDES, 2009). Para ambos os casos, como estratégia de recrutamento, foi convidado um número maior de participantes, pois sempre é preciso levar em consideração uma margem de desistência ou de abandono, que pode variar entre 10% e 50% (RODRIGUES; FRANCISCO; GUEDES, 2009). Desse modo, como disse Sweet (2001), deve-se recrutar entre 50% e 100% a mais dos participantes requeridos.

Em aproveitamento das vantagens desta modalidade, que permite que os participantes sejam separados geograficamente, para cada grupo foram recrutados pessoas de diferentes regiões dos países, com a finalidade de levar para as discussões diferentes contextos sociais. Para o caso do Brasil, país que possui cinco regiões, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, será garantido um participante por região, tendo a possibilidade de incluir uma pessoa a mais da região nordeste, já que concentra cidades de maior população. No México, há oito regiões: Noroeste, Nordeste, Oeste (Ocidente), Leste (Oriente), Centro-Norte, Centro-Sul, Sudoeste e Sudeste. Devido ao fato de que o número de participantes não deve ser grande para grupos focais *online*, como foi apontado na literatura, para os grupos focais do México, as regiões foram

estruturadas da seguinte maneira: juntaram-se as regiões “Noroeste” e “Nordeste”, para formar a região “Norte”; as de Centro-Norte e Centro-Sul, considerando-as como “Centro”; e “Sudoeste” e “Sudeste” para serem chamadas de “Sul”. Desse modo, cada grupo focal ficou constituído de seis participantes, um de cada região, com exceção da região “Centro”, a qual foi representada por dois participantes por ser uma região que concentra maior população.

Quadro 8 – Área geográfica dos participantes dos Grupos Focais

México				Brasil			
Região	População	Participantes	Cidade	Região	População	Participantes	Cidade
Norte	25.239.143	2	Sinaloa	Norte	18.672.591	2	Manaus
Região Ocidente (oeste)	13.737.253	2	Guadalajara	Nordeste	57.374.243	2	Recife
Região Oriente (Leste)	17.257.977	2	Xalapa	Centro-oeste	16.504.303	2	Brasília
Centro	39.417.450	4	Ciudad de México, Toluca, Cuernavaca	Sudeste	89.012.240	4	São Paulo Rio de Janeiro
Sul	18.329.509	2	Yucatán	Sul	30.192.315	2	Porto Alegre

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (Brasil) e do INEGI (México).

Em relação às características dos participantes, segundo Morgan (1997), as variáveis ou características mais recorrentes para os grupos focais são: sexo, raça, idade e classe social. Martínez (2016) realizou uma pesquisa similar de comportamento eleitoral e a escolha entre candidatos competentes, mas desonestos, na Costa Rica, porém usou apenas metodologia quantitativa. Os resultados apontaram que as variáveis explicativas para o voto nesse tipo de candidatos são sexo, sofisticação política, renda e faixa etária: mulheres e cidadãos com mais conhecimento político escolhem menos os desonestos do que os homens e os cidadãos com menos conhecimento político. Por outro lado, jovens e cidadãos com maior renda estão mais dispostos a aceitar a desonestidade dos políticos se estes demonstrarem que são competentes, enquanto que adultos e pessoas com renda mais baixa estão menos dispostos. No entanto, para os casos do Brasil e do México, os achados no estudo quantitativo, a partir de dados de *World Values Survey* (2018) a respeito da preferência entre líderes políticos honestos e competentes, apontam resultados um tanto contraditórios em relação aos achados de Martínez (2016), já que variáveis como renda e sofisticação política não estariam correlacionadas com esse tipo de preferência, mas sim idade e sexo. Outra variável que poderia ser explicativa é a religiosidade,

mas só para o caso do Brasil, onde as pessoas que se assumem como religiosas ou que participam mais ativamente da igreja preferem, em uma porcentagem maior, um candidato honesto a um competente.

c) Método para analisar os achados

Para analisar os dados dos grupos focais, foi utilizada a metodologia “Microanálise do interlocutor”, proposta por Onwuegbuzie et al. (2011), a qual é uma metodologia relativamente recente e é baseada em uma análise da conversação, levando em consideração também os elementos não verbais e tendo como unidade de análise cada pessoa do grupo, e não somente o grupo em si, embora, claro, se analisem as interações dentro do grupo. Trata-se de um modelo misto de análise, que combina a informação qualitativa com contagens e frequências sobre os consensos e dissensos. Cabe reiterar que a metodologia com os grupos focais é apenas uma ferramenta complementar à primeira fase quantitativa.

Perfil dos participantes

Os participantes são pessoas que votaram nas eleições de 2018 do Brasil e do México. Um grupo foi formado por três mulheres e três homens de diferentes regiões tendo em comum a faixa etária: jovens entre 18 e 34 anos. O segundo grupo foi similar, com a diferença de ter participantes de outra faixa etária: adultos entre 35 e 54 anos. A segmentação de idade é para evitar dificuldades na comunicação devido à diferença de experiências e perspectivas geracionais, como aponta Morgan (1997). Cada participante é de uma cidade distinta que representa uma região. Uma limitação desta pesquisa é que não foi possível fazer uma maior segmentação, uma vez que produziria um maior número de grupos e isso ultrapassaria a capacidade da análise.

Uma vez recrutados, os participantes preencheram dois questionários, um para conhecimento de informações estruturais, como *status* socioeconômico, ideologia, preferência partidária e religião (variáveis de longo prazo) e outro questionário para conhecimento de suas características em relação à moralidade e ao grau de “autoritarismo”, usando o instrumento de Robert Altemayer, que desenvolveu o conceito de *authoritarian follower*, discutido no capítulo 3, o qual contém perguntas de posicionamentos políticos (Anexo C).

Os participantes, tanto do Brasil quanto do México, não estão polarizados ideologicamente. Ambos os grupos do Brasil (jovens e adultos) oscilam de maneira equilibrada entre centro-esquerda e centro-direita. No México, no entanto, o grupo de jovens mexicanos está mais na posição de centro-esquerda, enquanto os adultos estão mais na centro-direita e, nesse último grupo, apenas um participante se autocoloca como completamente de esquerda (o único de todos os grupos). Sobre o partidarismo, há algumas diferenças entre países e grupos: os jovens brasileiros são mais partidaristas (4) em relação aos adultos (2), e os partidos dos jovens são PT, PSOL (de esquerda) e, em maior número, do Partido Novo (centro). Os poucos adultos que reportaram pertencer a um partido político são do PSOL e do PSDB, partidos de esquerda e centro-direita, respectivamente. No México, é o contrário: os jovens são quase totalmente apartidários, apenas um caso (PRI, centro-direita), e em relação aos adultos, metade reporta preferência partidária principalmente pelo MORENA (esquerda).

O grupo de jovens brasileiros está formado por uma metade de classe média e outra metade de classe média baixa, e a maioria deles tem formação ou está matriculado na Educação Superior. A respeito do salário, há uma homogeneidade com uma maioria de renda baixa e muito baixa. Os adultos se autocolocaram como pertencentes à classe média em geral, a maioria é formada e, em um caso, com pós-graduação com uma brecha no nível de renda entre os participantes, divididos em renda alta e renda baixa. Entre os mexicanos, os jovens são principalmente de classe baixa alta, enquanto que os adultos, metade é de classe média e metade de classe baixa alta. Os jovens mexicanos, na sua maioria, são estudantes de graduação e, em dois casos, são formados e com pós-graduação; no entanto, entre os adultos, há maior variabilidade nos anos de ensino, de ensino fundamental incompleto até doutorado. Os salários dos jovens são médios e dos adultos são principalmente médios-altos.

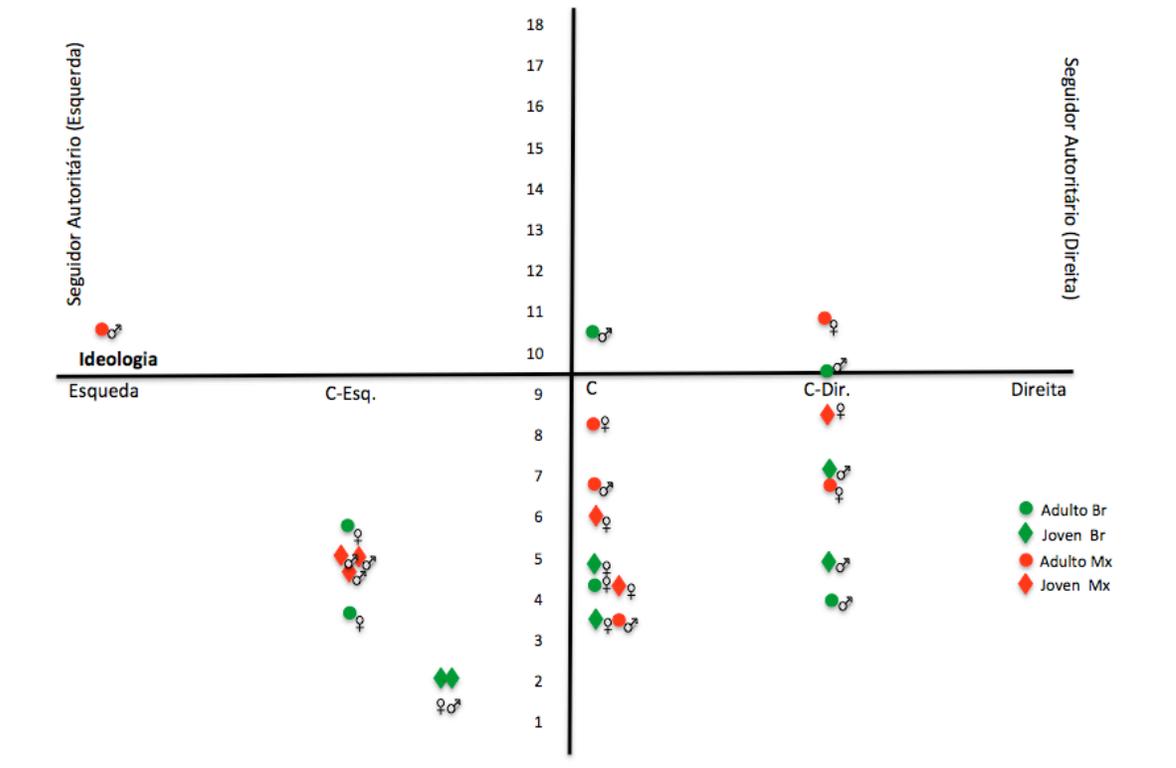
Sobre a religiosidade, como já foi colocado no capítulo 2, no Brasil há maior diversidade e tolerância religiosa do que no México, e, nesse sentido, é possível conferir essas diferenças nos grupos focais. Nos grupos do Brasil, por exemplo, além de católicos, há espíritas, protestantes e cristãos, enquanto que nos grupos do México apenas há ou católicos ou sem religião. No grupo de jovens brasileiros há mais católicos e, em segundo lugar, cristãos; em compensação, no grupo de adultos, não há uma religião predominante. Já no México, os jovens estão divididos, metade de católicos e metade sem religião; entre os adultos, a maioria é católica e o resto é sem religião ou ateus.

Seguidor autoritário

De acordo com a metodologia de Robert Altemayer (2006), as pontuações da escala do seguidor autoritário oscila entre 20 e 180, em que 20 seria nada autoritário e 180, muito autoritário. O próprio Altemayer adverte que é difícil achar casos com essas pontuações extremas e considera que um índice a partir de 100 pontos já é possível considerar como um “seguidor autoritário”. Como aponta esse autor, um seguidor autoritário não necessariamente é de direita, mas também pode ser de esquerda. O gráfico 20 é um mapa bidimensional que cruza o nível de autoritarismo dos participantes com a ideologia.

Uma semelhança entre os participantes de ambos os países é que os adultos têm níveis mais altos na escala de Altemayer do que os jovens. Entre as diferenças, destaca-se que no Brasil os homens são mais autoritários e, no México, as mulheres são mais autoritárias. Por exemplo, no grupo de adultos brasileiros, a média é de 62 pontos na escala Altemayer, com uma diferença notória entre homens e mulheres: 79 e 45 pontos, respectivamente, enquanto que o grupo de jovens teve uma média de 40 pontos, com um maior nível entre os homens (46) do que as mulheres (34). Em contraste, a média dos adultos mexicanos é de 79 pontos, com as mulheres com níveis mais altos do que os homens, sendo 88 e 70 pontos, respectivamente. Os jovens têm média de 55 pontos, e os níveis são mais altos entre as mulheres (63) do que entre os homens (46). Os participantes dos Grupos Focais do Brasil que entram na faixa de seguidores autoritários são homens adultos de centro e de centro-direita, e, no México, é uma mulher adulta de centro-direita e um homem adulto de esquerda.

Gráfico 20 – Seguidores autoritários e ideologia



6.2 HONESTIDADE *VERSUS* COMPETÊNCIA: DO ABSTRATO AO CONCRETO

A discussão dos Grupos Focais iniciou quando cada um dos participantes, desde suas próprias ontologias, conceituaram honestidade e competência no âmbito da política para definir em conjunto o que é um “*candidato honesto*” e um “*candidato competente*”. A noção de *honestidade* na política, segundo os participantes, implica a preservação do interesse público acima do interesse privado com base em valores morais: um *candidato honesto* seria aquele que tendo a oportunidade de fazer algo errado para benefício próprio, não faz por questões éticas ou morais; é fazer o certo na consciência pública. Implica que as intenções do político expressas no discurso sejam amparadas por atos, uma congruência entre o discurso e o comportamento conhecido ao longo do tempo (e não só na campanha). É um valor humano e implica uma integridade com qualidade pessoal. A definição está ligada ao *bem comum*, no sentido de usar o poder político para fazer o que é certo e conveniente para o bem de todos. Honestidade implica

que haja transparência no uso dos recursos públicos, assim como na atuação e na tomada de decisões dos líderes políticos.

Por outro lado, o conceito de político ou *candidato competente*, segundo o amplo consenso dos participantes, versa sobre dar resultados focalizados. Um político competente reúne uma série de habilidades para desenvolver o mandato, sendo capaz de gerir e de cumprir aquilo que é solicitado, mas também de transformar as suas próprias ideias em prática. É a capacidade de administrar aquilo que o candidato está se propondo a fazer. Ser competente parte de uma qualificação que seja técnica ou profissional, mas também implica experiência e conhecimento, assim como uma trajetória para gerir o município ou o estado. No entanto, essas habilidades não precisariam estar necessariamente no político, senão dentro da equipe que administra.

Honestidade v.s. Competência (abstrato)

Quando os participantes brasileiros, tanto jovens quanto adultos, têm de eleger, de forma abstrata, entre um líder político “desonesto, mas competente” ou “honesto, mas incompetente”, uma das frases que primeiro aparece nas justificativas da escolha diz: “é preferível um político que não faça, mas que não rouba”, “não faça nada, mas não rouba o que é do povo”.

Entre os jovens brasileiros, por unanimidade, a honestidade é preferida à competência e, entre os adultos, há um consenso da maioria (4 de 6 participantes). Em geral, a justificativa, presente em ambos os grupos, para a escolha de um candidato “honesto, mas incompetente” é formada a partir dos seguintes argumentos:

- a) Um político “honesto, mas incompetente” seria menos pior para o Estado do que um “competente, mas desonesto”, devido ao fato de que dar resultados por meios inapropriados ou ilícitos tem consequências negativas no longo prazo que ainda são mais graves do que a ineficiência de um político honesto no curto prazo.
- b) Derivada da anterior, o fato de eleger alguém honesto, mesmo que não dê resultados de forma imediata, daria frutos no longo prazo e permitiria mudar a forma de fazer política e acabar com o “rouba, mas faz”.
- c) Dado que um líder político não governa sozinho, o honesto poderia formar uma equipe de trabalho com pessoas capazes e competentes que influiriam para

um bom resultado. Desse modo, é mais importante que o político conduza com ética e honestidade.

- d) Um líder político é exemplo e inspiração para os cidadãos e, portanto, tentar “fazer o certo, mesmo sem resultados” já seria valioso.
- e) O fato de que um político “honesto” não conseguiria realizar muitas obras ou, inclusive, nenhuma seria também por outros motivos, como, por exemplo, grupos políticos rivais que tentam manter o *status quo* e a cultura da corrupção.

Se apareceu a lógica de “*Não faz, mas não rouba*” em ambos os grupos, em contraste com os jovens (mais idealistas e com menos experiência de vida), alguns adultos defenderam a competência, trazendo o clássico “*Rouba, mas faz*”. A justificativa de alguns adultos brasileiros em defesa da competência, em detrimento da honestidade, é baseada nas experiências dos próprios participantes com a conjuntura atual. Abaixo três argumentos elaborados por eles:

- a) Garantia de solução de demandas e problemas socioeconômicos imediatos (saúde, educação, segurança).
- b) A percepção geral de que existe corrupção na política, pois acreditar na ideia de um “político honesto” é um idealismo e uma utopia: “um político honesto não vai existir até que haja uma mudança cultural no país”. Dado que todos seriam corruptos, a competência seria um diferencial importante na escolha.
- c) Um político honesto (*outsider*) não tem ficha suja “porque ele ainda não administrou um governo”.

Os participantes mexicanos da faixa etária jovem, em contraste com os brasileiros, apresentam na sua maioria (5 de 6) uma atitude positiva em relação a “dar resultados” e “competência” como a principal característica de um líder político, acima da honestidade. No entanto, essa atitude nem sempre é mantida na maioria dos casos, como será analisado mais adiante. A justificativa para sua preferência em termos cognitivos baseia-se no fato de que:

- a) “Resultados” estão associados ao desenvolvimento e ao progresso, portanto, a “honestidade” por si só não funciona para atingir os objetivos do desenvolvimento.

- b) Outro argumento é de que os mexicanos não estão acostumados com a cultura da transparência e responsabilidade, por isso preferem obras visíveis.
- c) Há uma percepção de que quem ocupa um cargo público não pode ser honesto.

Os adultos mexicanos, ao contrário dos jovens, têm uma atitude inicialmente favorável para a “honestidade” (5 de 6 participantes).

Quadro 9 – Atitudes cognitivas sobre honestidade e resultados

Qual é mais importante em um líder político, honestidade ou resultados?		Participantes					
País	Grupo	1	2	3	4	5	6
Brasil	Jovens	H	H	H	H	H	H
	Adultos	H	R	R	H	H	H
México	Jovens	R	R	R	R	H	R
	Adultos	H	R	H	H	H	H

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, os mexicanos, eleitores em geral mais pragmáticos, têm uma tendência de preferir o contrário: um político que *“Rouba, mas faz”*, pois, para grande parte dos participantes mexicanos, a honestidade é um valor que “não existiria na política”, como foi colocado por uma pessoa: “O que mais gostaríamos é que todos fossem honestos, mas não existe honestidade, porque o honesto não se encaixa na política” (Participante Grupo Focal 4 Adultos, Culiacán, Sinaloa, México, dezembro 2020), enquanto que para os brasileiros ainda seria possível encontrar políticos com essa qualidade.

Para os brasileiros, a competência na política precisaria da honestidade, já que sem ela os resultados nem sempre seriam de qualidade, e, portanto, seriam preferíveis poucas obras, mas preservando-se a honestidade com relação às contas públicas, uma vez que isso teria um valor no longo prazo. Em contraste, para os mexicanos, competência e resultados teriam mais valor, pois a honestidade por si só, sem competência ou resultados, de nada serviria para governar uma cidade, estado ou país; inclusive, para alguns, a honestidade na política não existiria e, para outros, um “excesso de pureza” em um político paralisa o desenvolvimento. Isso implica que, além de existirem pessoas que se inclinam firmemente para um extremo ou outro, também haveria outros

grupos sociais que consideram que, neste balanço complexo entre honestidade e resultados, há graus e equilíbrios dependendo da situação e do contexto.

Quadro 10 – Atitudes e graus intermediários de tolerância para um “Desonesto, mas competente” e “Honesto, mas incompetente” no Brasil e no México¹⁰⁷

Tipo de líder político		Grupo	1	2	3	4	5	6	Consenso/Dissenso	
<i>Desonesto mas competente (Rouba, mas faz)</i>	Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.	Brasil	Jovens	D	D	D	D	D	Discordância unânime	
			Adultos	D	C	D	D	D	Majoria discorda	
		México	Jovens	D	D	D	D	D	D	Discordância unânime
			Adultos	D	C	C	C	D	C	Majoria concorda
<i>Competente e grau baixo de desonestidade</i>	Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.	Brasil	Jovens	D	D	D	D	D	Discordância unânime	
			Adultos	D	C	D	D	D	C	Majoria discorda
		México	Jovens	D	D	D	D	D	D	Discordância unânime
			Adultos	D	C	C	C	D	C	Majoria concorda
<i>Honesto e grau baixo de competência</i>	Sempre é preferível um líder político que seja honesto, mesmo que não faça muitas obras.	Brasil	Jovens	C	C	C	C	C	C	Concordância unânime
			Adultos	C	D	C	C	C	C	Majoria concorda
		México	Jovens	C	C	D	D	C	D	Opinião dividida
			Adultos	C	D	D	D	C	D	Majoria discorda
<i>Honesto, mas incompetente (Não faz, mas não rouba)</i>	Não faz diferença se um político faz muito ou pouco, o mais importante é que ele seja honesto.	Brasil	Jovens	C	C	C	C	C	C	Concordância unânime
			Adultos	C	D	C	C	C	C	Majoria concorda
		México	Jovens	D	D	D	D	C	D	Majoria discorda
			Adultos	D	D	D	D	D	D	Discordância unânime

C=Concorda. D=Discorda.

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível observar no quadro 10, nos aspectos cognitivos das atitudes, para alguns eleitores haveria graus ou matizes na preferência entre os extremos do dilema de eleger um líder político “*Desonesto, mas competente*” ou seu inverso, “*Não faz, mas não rouba*”. Nos mexicanos, por exemplo, existe uma mudança atitudinal (*attitude change*) na medida em que há graus neste dilema eleitoral, o que permite demonstrar posições mais flexíveis e um pragmatismo

¹⁰⁷ As frases da coluna da esquerda foram retiradas das pesquisas ESEB (2002 e 2018) e foram usadas nas discussões dos grupos focais com a finalidade de conhecer os aspectos cognitivos das atitudes e analisar se existem graus de tolerância no dilema eleitoral proposto.

moderado na espera de resultados, mas não a qualquer custo, enquanto que os brasileiros mantêm suas posturas mais rígidas e extremas orientadas à honestidade.

Nas discussões dos grupos focais, é possível encontrar explicações das diferenças atitudinais de brasileiros e mexicanos divididos por faixas etárias. Nos mexicanos adultos, só há um consenso com unanimidade: a rejeição da frase “*Não faz diferença se um político faz muito ou pouco, o mais importante é que ele seja honesto (não faz, mas não rouba)*”, inclusive os adultos mais moralistas não aceitam que o político seja “honesto apenas”, sem resultados, portanto, esperam um grau mínimo de resultados com honestidade sob a fundamentação de que, além de não justificar o salário, um político rigorosamente honesto seria em detrimento de uma maior margem de governabilidade e, como consequência, de dar resultados. O seguinte argumento ilustra como é que se constituem os graus de preferência entre honestidade e competência:

Os juizes (no México) têm em suas togas uma manga estreita e outra mais ampla, o que indica que deve haver firmeza, mas ao mesmo tempo flexibilidade nas decisões. Se você fica rigoroso e se envolve no manto da pureza, acaba não fazendo nada, acaba paralisando tudo e fica pior. Se você não tem uma flexibilidade de pragmatismo e se você não tem aquela manga ampla é muito difícil governar. Eu preferiria um honesto, mas isso seria em um equilíbrio 60% honesto e 40% capaz, o problema seria então pessoas 90% honestas e 10% capazes e no caso oposto, nós já tivemos experiências de gênios do mal, um ditador é um homem capaz. A questão da desonestidade acaba estragando toda a capacidade que uma pessoa pode ter (Participante Grupo Focal 4 Adulto, Xalapa, Veracruz, México, dezembro 2020).

Em contraste, os jovens mexicanos, mesmo que inicialmente haviam considerado como mais importante os “resultados” sobre a “honestidade”, quando debatem sobre as frases do quadro 10, apresentam posições mais idealistas do que os adultos e discordam totalmente do dilema “*rouba, mas faz*”, mesmo com grau baixo, e só a metade do grupo aceita um “*Honesto com grau baixo de competência*” e, por fim, rejeitam na sua maioria o “*honesto, mas incompetente*”.

Por outro lado, em um sentido oposto aos mexicanos, nas atitudes cognitivas dos brasileiros, não é registrada uma mudança atitudinal quando eles têm que escolher entre os diferentes graus do dilema. Por exemplo, para o total dos participantes jovens e para a maioria de adultos brasileiros, o fato de “roubar pouco ou muito” não faz diferença e seria igualmente grave, portanto continuam tendo uma atitude negativa para um político desonesto, seja com grau alto ou baixo de desonestidade.

Há uma concordância unânime entre os jovens e também um consenso entre a maioria dos adultos para eleger um *“Não faz, mas não rouba”*. A seguinte frase capta como essa posição é defendida de forma contundente: “Eu prefiro votar num vegetal que não faça nada, mas que não roube um real a mais do povo” (Participante Grupo Focal 1 Jovens, Manaus, Amazonas, Brasil, novembro 2020). E esse argumento continua com essa colocação:

Se o político rouba um pouquinho, para mim não serve. É preferível um cara que disse que ele vai ser honesto e que não pode fazer muitas obras porque o Estado está quebrado, do que um cara que faz muitas obras mas que rouba dez vezes mais e depois disse que foi o outro partido. Precisamos mudar isso e ao princípio vamos nos amargar 10 anos, mas daqui a 15 anos vamos ver que as pessoas vão ter que votar em vereadores e deputados que não querem roubar (Participante Grupo Focal 2 Adultos, Porto Alegre, Rio Grande de Sul, Brasil, novembro 2020).

Portanto, comparando entre os países os aspectos cognitivos ante esse dilema, a principal semelhança está entre os jovens: tanto brasileiros quanto mexicanos têm atitudes do ideal honesto, rejeitando por unanimidade a desonestidade em qualquer grau, mas com a diferença de que os mexicanos apenas aceitam um político honesto que garanta um mínimo de resultados, pois não dariam o apoio a uma absoluta honestidade em detrimento da competência. Os brasileiros seriam eleitores mais moralistas e com atitudes firmes para a lógica de *“Não faz, mas não rouba”*, sendo, para a maioria dos casos, inaceitável a desonestidade, inclusive em nenhum grau. Os mexicanos mostram ser eleitores mais pragmáticos e moderados, e suas atitudes são suscetíveis a mudanças, permitindo graus de tolerância.

Mas será que essas atitudes cognitivas verdadeiramente são firmes ou podem mudar diante de uma situação real quando se apela para as emoções? Isso será analisado na próxima seção.

Honestidade versus Competência (concreto)

Os participantes de ambos os países foram submetidos a um experimento utilizando quatro pares de vinhetas (ver anexos D e E) que apresentam as trajetórias de candidatos que competem por uma vaga eleitoral, três pares são em formato de vídeo e um em formato tradicional. As vinhetas em vídeo foram realizadas em formato noticioso, utilizando casos reais e não abstratos, com a finalidade de apelar para as emoções dos participantes. Desse modo, foram apresentados dois tipos de perfis de candidatos: *“Honestos, mas incompetentes”* e *“Desonestos, mas competentes”*, levando o eleitor a eleger uma opção para diferentes níveis de eleição.

Diferentemente da primeira parte da discussão em grupos, na qual as opiniões se constroem sobre elementos abstratos através do componente cognitivo das atitudes (valores e crenças), a utilização de casos reais com políticos de impacto nacional permite evocar as emoções dos participantes e observar se a força atitudinal se mantém ou se há mudanças.

Os três dilemas em vídeo são pleitos eleitorais para vagas de deputados, senadores e governadores. Em alguns casos, é explicitado que a informação sobre a desonestidade de um dos candidatos é derivada de fontes oficiais (Procuradoria Geral da República e instituições da justiça) e, em outros casos, é dito ao eleitor que as informações apenas proveem da mídia e de fontes não oficiais. Isso foi feito para se aprofundar os achados de Winters e Weitz-Shapiros (2013) de que no Brasil, quando os eleitores têm certeza de que as informações de desonestidade são de fontes sérias, a tendência é não votar em desonestos.

O quarto dilema é em formato tradicional (escrito e apresentado pelo moderador) e versa sobre o caso de eleger um prefeito com dois candidatos apresentando uma performance de “*Honesto, mas incompetente*” e “*Desonesto, mas competente*” no contexto da pandemia de COVID-19. Adicionou-se, após as respostas dos participantes, uma pergunta com elementos persuasivos evocando emoções, para conhecer se elementos emocionais mudam as posições das pessoas (Ver anexos D e E).

Em geral são mantidos os princípios dos jovens brasileiros em relação ao apoio à honestidade (abstrato), com exceção de dois participantes. Quando o dilema implicava uma maior complexidade na decisão, os eleitores recorreram à ideologia e ao antipartidarismo para determinar o voto com os seguintes argumentos: “Alguém pode ter ideias nazistas e ser honesto, e você vai votar nessa pessoa por que ela é honesta? Aí complica, porque é uma questão de visão de mundo, de valores, pois ideologias diferentes subentendem que há valores diferentes, prioridades diferentes”; “é honesto, mas vai também contra meus princípios, e nesse caso anularia meu voto antes de votar nele ou em um desonesto. (...) Votar no PSL (extrema-direita) não dá, não tem como” (Participante Grupo Focal 1 Jovens, Porto Alegre, Rio Grande de Sul, Brasil, novembro 2020).

Outro fator que levou a não votar em um candidato honesto, na prática, foi o fato de ser um candidato religioso: “Eu nem votaria nem no candidato “desonesto”, porque a desonestidade vai contra meus princípios, nem no (honesto) por ser religioso porque também vai contra meus

princípios, eu anularia. O Estado é laico e não tem que misturar política com religião” (Participante Grupo Focal 1 Jovens, Brasília, DF, Brasil, novembro 2020).

A visão dos jovens de preferirem um político *“honesto, mas incompetente”* a um *“desonesto, mas competente”* tem a ver com uma visão de futuro, de longo prazo, como um investimento que daria resultados num futuro mais distante. A lógica de curto prazo e soluções imediatas não interessaria aos jovens. Portanto, existem na sociedade pessoas que adotam um discurso de preocupação com a moralidade pública como justificativa para seu comportamento, e, mesmo que os princípios possam ser mantidos em diversas situações, quando surge uma forte carga emocional, os valores e crenças apresentam limites. Para demonstrar o anterior, uma vez que os participantes elegeram um candidato, nesse caso, “honesto-incompetente”, foi colocado um elemento persuasivo apelando às emoções para saber se os eleitores manteriam sua posição ou se mudariam seu apoio para um candidato “desonesto-competente” que, paralelo à corrupção, garantiu um atendimento especial que salvou um parente próximo, uma mãe ou um filho do eleitor, no contexto de uma emergência de saúde como o COVID-19. Um dos comentários dos participantes jovens que seria moralista, mas moderado, ilustra o caso:

Eu não vou ser hipócrita, por mais que meus princípios, mas trata-se da minha mãe e se o cara (o político desonesto, mas eficiente) socorre, eu não sei (...). Eu sei que tirar quatro pessoas da fila para dar a minha mãe um leito de hospital, mas pensem, é a sua mãe. Eu não vou reeleger o cara (honesto, mas incompetente), mas nunca passei por isso. Em termos racionais não votaria em desonestos, mas não sei, não passei por essa situação e não tenho o sentimento agora. Provavelmente eu vote no honesto, mas não posso assinar na pedra, amanhã eu poderia fazer o contrário (Participante Grupo Focal 1 Jovens, São Paulo, Brasil, novembro 2020).

Nesse sentido, uma das participantes com mais idade e experiência entre os jovens muda sua opinião quando os elementos persuasivos são colocados e justifica sua decisão da seguinte maneira: “Eu não iria contra meu princípio, mas se trata-se de um filho você mudaria, eu mudaria, o ser humano precisa vivenciar para saber até onde vai o princípio. É muito complexo. Trata-se de uma vida” (Participante Grupo Focal 1 Jovens, Brasília, DF, Brasil, novembro 2020).

Contrário aos jovens, os quais são mais idealistas e com menos experiências de vida, alguns dos adultos brasileiros optam pela competência, fazendo alusão à clássica frase “Rouba, mas faz”. Por outro lado, também apareceu, e com mais frequência, a tendência contrária: “não faz, mas pelo menos não rouba”. A preferência por um desonesto que “faz” dependeria do momento atual, seria uma atitude conjuntural, como diz uma participante:

Pela minha experiência aqui no Rio o que tem é competência. Aqui no Rio está muito jogado ao léu, então um que dê resultados contra a violência e melhorias em saúde, educação. Na minha vivência eu preciso de um candidato que dê resultados, ele pode não ser tão honesto e não é o que eu gostaria, mas eu gostaria que ele fosse honesto, mas infelizmente isso é uma utopia, um sonho de uma pessoa que já foi idealista, hoje em dia eu gostaria que o político desse resultados ao invés de ser honesto (Participante Grupo Focal 2 Adultos, Rio de Janeiro, Brasil, novembro 2020).

De forma geral, o argumento que rejeita um “rouba, mas faz”, por ter consequências negativas no futuro, seria mais de pessoas jovens ou mais idealistas, e, por outro lado, a justificativa que apoia o “rouba, mas faz” é mais frequente em pessoas com mais idade, com mais experiências ou com motivações conjunturais.

Quando os adultos brasileiros enfrentavam um dilema com candidatos amplamente conhecidos no âmbito nacional havia elementos emocionais na escolha que poderiam derivar em votos em branco ou nulos. Por exemplo, pessoas que prefeririam de forma abstrata um candidato “desonesto, mas competente”, quando tinham que decidir frente a um caso real, no qual o candidato era muito conhecido no nível nacional e, segundo informação oficial, tinha grandes escândalos de corrupção (por exemplo, Aécio Neves), as pessoas desistiriam de votar no “competente, mas desonesto”, o que implicaria que há graus e níveis de tolerância. No entanto, há outros eleitores que ainda assim preferem o desonesto e votariam em Aécio, o que indicaria um padrão de “eleitor pragmático-moderado” e outro completamente “pragmático”.

Há um caso de um participante (Grupo Focal 2 adultos, São Paulo, Brasil), que em termos abstratos prefere “resultados” à honestidade em um candidato. Entretanto, na prática, as suas escolhas são baseadas na rejeição de um partido político específico, o PT, de modo que se o “desonesto-competente” é desse partido, ele votaria em “honesto-incompetente” e vice-versa, tentando sempre adotar uma justificativa consistente para a sua escolha. Quando os candidatos vêm de partidos diferentes do rejeitado, em geral, ele votaria em um candidato honesto.

No caso dos jovens mexicanos, os componentes atitudinais cognitivo, afetivo e comportamental não são consistentes, pois, em termos abstratos, eles disseram ter uma atitude positiva sobre qualidades “resultados” e “competência” na política; no entanto, ainda no aspecto cognitivo, como foi apresentado no quadro 10, os jovens discordaram por unanimidade dos “desonestos, mas competentes”, aceitando, na maioria deles, um honesto com um grau baixo de competência. Já na base comportamental, quando os participantes foram expostos a dilemas com casos reais para eleger entre candidatos *“Desonestos, mas competentes”* e *“Honestos, mas*

incompetentes”, na maioria das vezes, eles elegem aos políticos apresentados como “honestos”. Desse modo, o comportamento mais marcante dos jovens mexicanos é em torno da preferência de um candidato honesto com baixo grau de resultados ou, em alguns casos, mesmo sem resultados. O comportamento em geral dos jovens mexicanos é de um eleitor “pragmático moderado”, enquanto que os jovens brasileiros são “moralistas moderados”.

O grupo de adultos mexicanos é o grupo mais heterogêneo em aspectos atitudinais, portanto, é formado por diversos tipos de eleitores. Em termos cognitivos, os participantes adultos mexicanos haviam preferido na sua maioria (5 de 6) a “honestidade”, no entanto, o comportamento frente a casos reais revela eleitores em sua maioria mais “pragmáticos” ou “pragmáticos moderados”, com dificuldade de aceitar apenas a honestidade, e também com um moralismo que consegue manter suas posições ao longo do tempo. A explicação para esse comportamento, segundo os participantes, é que “os honestos não cabem na política”, e, dado que não existem políticos honestos, o importante é que façam obras. Outro argumento é que existem graus de tolerância na medida em que os políticos entregam resultados e benefícios para as pessoas:

Eu prefiro uma pessoa competente, que saiba fazer as coisas e as faça bem, que até saiba roubar, mas que saiba esconder o que rouba, porque não existe realmente uma pessoa honesta em política. Se um candidato que se diz honesto chega a um cargo público e a pouca honestidade que afirma ter se esgota e, à parte, é incompetente, então eu fico com o competente, com uma pessoa capaz de liderar com um povo, uma nação e capaz de fazer e realizar projetos planejados, que saiba o que a gente precisa e dê um jeito de fazer (Participante Grupo Focal 4 Adulto, Culiacán, Sinaloa, México, dezembro 2020).

Nas discussões dentro do grupo focal de adultos mexicanos, um debate relevante que surgiu de maneira espontânea ante as opiniões divididas entre eleitores mais moralistas e eleitores pragmáticos foi que aceitação de resultados em detrimento da honestidade no México é derivada de uma cultura política construída através de uma “doutrinação de conformidade e resignação da população para uma cultura da corrupção e um estilo de governar que dá certos resultados, mas permitindo qualquer desvio moral”, argumento que foi reconhecido pela maioria dos participantes. Por outro lado, para os moralistas, dependerá dos cidadãos mudar essa dinâmica através de voto em candidatos honestos, enquanto que para os pragmáticos é necessário aceitar, mesmo se não concordar, esse sistema que pelo menos garante resultados imediatos que a população precisa, pois políticos honestos não existem.

Os resultados dos grupos focais apontam que existem eleitores completamente pragmáticos, cuja preferência por políticos “competentes” com “resultados” e “soluções práticas” tem uma força atitudinal que permite prever, na maioria dos casos, seu comportamento eleitoral. Porém, quando esse eleitor é exposto a uma vinheta particular, com um caso de um candidato “completamente indesejável”, que despertou emoções de raiva, ódio, impotência, e rejeição dos participantes, também é possível mudar sua direção de voto de forma inclusive contrária ao que eles defendiam e justificar a nova escolha, nesse caso por um candidato “honesto, mas incompetente”, através de diversos argumentos. Portanto, todos os eleitores (uns mais suscetíveis do que outros) podem mudar o comportamento em determinadas circunstâncias por fatores emocionais, os quais são considerados de curto prazo. Nesse sentido, não há um eleitor completamente racional, pois tudo depende de como se constituem os elementos atitudinais e da força dessas atitudes.

Mas, por que ocorre que pessoas que expressam uma atitude positiva para alguma característica específica, mas, ao mesmo tempo, na prática, seu comportamento eleitoral é diferente? Ou seja, por que um moralista, cujos valores em termos cognitivos apontam que é melhor a honestidade, mesmo sem resultados, escolhe candidatos desonestos-competentes? E o contrário, o que explica que eleitores que preferem resultados e competência de forma abstrata votam em honestos-incompetentes?

Há duas linhas de explicação para essa dissonância de atitudes. A primeira, como aponta Silveira (1998), tem a ver com a dificuldade de medir e interpretar as informações dos eleitores; por exemplo, os respondentes poderiam ocultar ou omitir atitudes “consideradas reprováveis na sociedade”, como aceitar a corrupção de um candidato na medida em que ele garanta resultados, e, portanto, esses argumentos seriam transformados em um discurso com argumentos racionais. Por outro lado, Petty e Krosnick (1995) e Bizer, Barden e Petty (2006) explicam que esse contraste no comportamento é devido à “Força atitudinal” (*Attitude force*) dos componentes atitudinais e, mesmo que duas pessoas possam abraçar atitudes similares ou idênticas em aparência, elas não necessariamente são funcionalmente equivalentes. Por exemplo, dois indivíduos podem dizer que concordam que honestidade é muito importante, mas um deles poderia votar em um desonesto. Como foi colocado no capítulo teórico, a força das atitudes pode ser medida através de: 1) quanto as atitudes persistem ao longo do tempo; 2) como as atitudes resistem às tentativas de persuasão; 3) até que ponto elas predizem processos cognitivos; e 4) até

que ponto elas predizem o comportamento. O experimento com grupos focais permitiu medir a força das atitudes através de diversos exercícios de votação com casos reais de candidatos brasileiros e mexicanos.

A partir do que foi exposto, pode-se observar que as atitudes dos jovens mexicanos não são mantidas conforme discutem e decidem seu voto nos diferentes níveis de eleição. A justificativa para dar apoio eleitoral aos candidatos honestos, contrário à atitude cognitiva positiva para “competência e resultados” e a atitude negativa para candidatos “só com honestidade”, foi:

a) *Identificação pessoal*. Os participantes tendem a expressar emoções e a manifestar que se sentem identificados com alguns candidatos, mesmo que eles não atendam a característica que, em termos cognitivos, foi a preferida. Em situações de indecisão, por achar que nenhum dos candidatos é adequado, os eleitores conseguem achar uma justificativa com base na identificação. No caso a seguir, um dos participantes elege um famoso ex-jogador de futebol que foi um candidato apresentado como “desonesto” por ter escândalos de corrupção e acusações de outros crimes, como assassinato. O argumento da escolha é de que o eleitor não se sentiu inspirado pelo outro candidato (o honesto) e, nesse caso, a justificativa não leva em conta o dilema “desonesto, mas competente” *versus* “honesto, mas incompetente”: “Eu voto no Cuauhtémoc (ex-jogador de futebol) porque o outro (honesto-incompetente) não me inspira em nada” (Participante Grupo Focal 3 Jovens, Mérida, México, dezembro 2020). Mesmo que se trate de um participante de comportamento pragmático nas dinâmicas grupais, quando é colocado um dilema similar para um moralista, também ele é suscetível a votar com base na identificação pessoal. No seguinte caso, o participante moralista, um músico profissional, disse que não gosta de futebol, mas quando é perguntado se, ao invés disso, fosse um *rockstar*, o participante trouxe o caso de Ruben Blades¹⁰⁸ e admite que, por admiração, votaria sim no músico:

Ao princípio eu não gosto de futebol, conhecendo a história do Cuauhtémoc sei que ele foi um grande jogador e acho muito bom o que ele fez, mas eu não votaria nele para um cargo público. É o mesmo caso de Rubén Blades, que concorreu à presidência do Panamá, e as pessoas não confiavam nele porque era músico, embora fosse qualificado para o cargo político. Eu sou fã dele e eu leio as biografias de quem eu admiro, então conhecendo o Blades eu diria que sim, me parece que ele está muito bem ciente das deficiências do país e claro que eu confiaria meu voto a Ruben Blades (músico), mas não

¹⁰⁸ Ruben Blades é músico, ator e advogado panamenho que ganhou seis prêmios Grammy e participou de diversos filmes de Hollywood. Em 1994, concorreu para a presidência do Panamá, obtendo o terceiro lugar, e, em 2004, foi Ministro do Turismo. Blades é um crítico dos regimes ditatoriais na América Latina e do imperialismo americano, o que se reflete nas letras de suas músicas.

a Cuauhtémoc Blanco (jogador de futebol), sua personalidade me inspira indolência. (Participante Grupo Focal 4 Adultos, Cidade do México, México, dezembro 2020).

b) *Tolerância limitada para a desonestidade*. Para alguns eleitores, é possível tolerar algum grau de desonestidade na medida em que haja resultados, como já foi observado anteriormente nos aspectos cognitivos:

Podemos tolerar um certo desvio moral da pessoa que administrou bem os nossos assuntos públicos e nessa dinâmica de gestão dos recursos públicos, ele fez algo errado dentro de uma margem tolerável e que poderíamos deixar isso acontecer e deixar passar. Há uma frase muito cínica de Carlos Hank González: “Quanto mais obra, mais sobra”, e estamos falando do regente que fez o metrô da Cidade do México, os eixos rodoviários, e é um homem que saiu de lá incrivelmente milionário, então, se ele pavimentou minha rua que havia sido lama por 45 anos, que se a construtora de seu primo fez isso e se o político pegou 10 por cento, realmente não importa para você. Você faz uma avaliação abstrata e diz ‘não é aceitável que roube’, mas quando você tem 30 anos recebendo água de lama e de repente colocam uma estação de tratamento e agora você tem água pura de manancial, realmente, se fosse a empresa de seu cunhado, isso já não importa muito (Participante Grupo Focal 4 Adulto, Xalapa, Veracruz, México, dezembro 2020).

Porém, para outros eleitores, o fato de preferir candidatos honestos implica que tolerância tem limites quando se trata de delitos graves ou desvios significativos de recursos públicos, como é colocado pelos participantes: “o candidato está envolvido em delitos como assassinato e desvio de recursos. É melhor que não faça nada do que faça coisas ruins” (Participante Grupo Focal 3 Jovens, Guadalajara, México, dezembro 2020).

6.3 TIPOLOGIAS DO ELEITOR

A partir do que foi apresentado, é possível estabelecer quatro tipos ideais de eleitor que toma decisões no dilema “*honestos, mas incompetente*” versus “*desonestos, mas competente*”. Para construir as tipologias de eleitores, primeiro foi analisada a base cognitiva, o que dá uma primeira atitude positiva (ou negativa) sobre o fenômeno a estudar, e depois sua força atitudinal foi medida através de casos práticos com elementos emocionais e elementos persuasivos. Na medida em que a atitude estabelecida na base de valores e crenças persiste ao longo do tempo implica um tipo puro de eleitor *Moralista* ou *Pragmático*, dependendo do ponto de partida cognitivo, e, por outro lado, na medida em que há mudanças de atitudes e as atitudes são fracas, o eleitor seria catalogado como um tipo “moderado”.

Tipo 1. Eleitor Moralista (Strong attitude, No attitude change, High certain attitude)

Votantes que têm uma preocupação especial com a moralidade pública e que têm firmes avaliações positivas para líderes políticos que são apresentados como “honestos”. Esse tipo de eleitor decide seu voto baseado em valores e crenças (componente atitudinal cognitivo), os quais têm uma força atitudinal (*strenght attitude*) que faz com que haja uma congruência no comportamento. Essas atitudes persistem ao longo do tempo, resistem a tentativas de persuasão e a influências afetivas e cognitivas para mudar seu comportamento. Nesse sentido, avaliam positivamente, em situações abstratas, políticos honestos que, mesmo que não deem resultados, são mais duradores, e coincidem no comportamento ante situações concretas. São eleitores mais idealistas, possuem poucas experiências de vida e justificam suas decisões a partir de uma visão de futuro, de longo prazo, considerando o apoio da honestidade na política como um investimento que daria resultados ao longo do tempo, e, portanto, esse tipo de votantes não estaria interessado em assuntos imediatos. Desse modo, grande parte desses eleitores é jovem, mas também há adultos. Ao ter uma maior força atitudinal, é possível estabelecer predições a respeito do comportamento eleitoral desse tipo de eleitores com maior facilidade. As pessoas nesta categoria concordam com a ideia de que sempre é melhor um político que “*Não faz, mas não rouba*” e têm um grau alto de certeza da sua atitude (*High certain attitude*).

Tipo 2. Eleitor Moralista Moderado (Medium-Weak attitude, with low Attitudinal change)

Este tipo de eleitor vota preferencialmente em candidatos honestos, porém registram uma mudança atitudinal (*Attitude Change*). Para dilemas complexos, o voto seria baseado na ideologia, no antipartidarismo ou numa identificação com características do candidato. Nesse sentido, os princípios localizados na parte cognitiva desses eleitores são limitados, podem ser mantidos na maioria das vezes, no entanto, em algumas circunstâncias, haveria elementos emocionais (emoções, sentimentos, temperamentos, humores, estados de ânimo) que mudariam a decisão de votar em um “candidato honesto” no caso de ter uma ideologia abertamente contrária a sua ou de fazer parte de um partido rejeitado pelo eleitor. Desse modo, o eleitor moralista moderado seria suscetível a anular seu voto antes de apoiar um candidato abertamente desonesto. As pessoas nesta categoria têm um grau baixo de certeza da sua atitude (*Low certain attitude*).

Tipo 3. Eleitor pragmático-moderado (Medium-Weak attitude, with high Attitudinal change)

Este tipo de votante, de forma abstrata e racional (elemento atitudinal cognitivo), valoriza em primeiro lugar “resultados” e “competência” em um político e tem um grau de tolerância em relação à desonestidade, uma vez que haja resultados visíveis da gestão política. No entanto, embora esse cidadão argumente sobre o custo-benefício de seu voto e que não acredite que possam existir políticos honestos, em alguns casos, ele também leva em conta determinados padrões morais para sua decisão eleitoral. Nesse sentido, a atitude positiva para “competência” tem uma *força atitudinal (Attitude strenght)* limitada e, portanto, é suscetível a mudanças quando aparecem elementos emocionais, como, por exemplo, a rejeição por um partido político específico e a identificação com a personalidade dos candidatos. Esses eleitores não têm certeza das suas atitudes político-eleitorais e, portanto, são atitudes fracas (*attitude-weak*) que permitem estabelecer mudanças e comportamentos eleitorais voláteis que pareceriam contraditórios e que implicariam uma maior complexidade para sua predição.

Tipo 4. O eleitor pragmático (Attitude Strength, No Attitude change, High certain attitude)

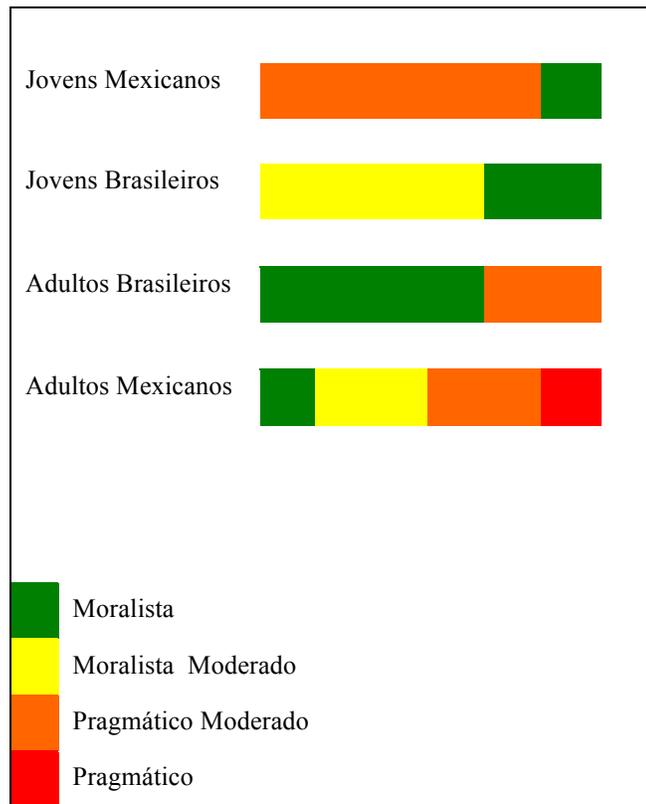
Os eleitores pragmáticos determinam sua escolha acima de consequências morais. Tanto de forma cognitiva como na maior parte de seu comportamento, esse eleitor prefere candidatos que são apresentados como “competentes”, “que garantem resultados”, mesmo que estes sejam desonestos, pois consideram que não há políticos honestos e, portanto, de forma abstrata e concreta, aceitam a condição de “Rouba, mas faz”. Geralmente há uma congruência com os aspectos atitudinais e, dessa maneira, seria possível realizar predições de seu comportamento eleitoral. As pessoas nesta categoria têm um grau alto de certeza da sua atitude (*high certain attitude*).

Como foi comprovado com os dados qualitativos, inclusive em eleitores de alto grau de certeza de sua atitude, quando estão em frente apenas de duas opções eleitorais, e nenhuma é considerada como adequada, os eleitores podem orientar sua decisão com elementos emocionais, como a identificação pessoal. O quadro 11 apresenta os tipos de eleitores identificados em cada grupo focal dos países, levando em conta os três elementos atitudinais levados à prática. A

tipologia de eleitor que está presente nos quatro grupos, seja em maior ou em menor medida, é o *eleitor moralista*, que é o eleitor mais predominante no Brasil. A segunda maior predominância é o *eleitor pragmático-moderado*, o qual está presente em três grupos, com exceção dos jovens brasileiros. O terceiro grupo mais predominante é o *eleitor moralista-moderado*, que está concentrado principalmente nos jovens brasileiros e ligeiramente nos adultos mexicanos. Finalmente, há apenas um caso de *eleitor pragmático* no grupo de adultos mexicanos, e é preciso destacar que esse grupo é o mais heterogêneo e que contém todas as tipologias de eleitor identificadas.

O diagrama indica também que os jovens brasileiros e mexicanos são mais diferentes do que parecidos nas suas atitudes políticas. Os primeiros são principalmente *moralistas-moderados* e *moralistas*, já os segundos são, na maioria, *pragmáticos-moderados*. Entre os grupos de adultos por país, também há diferenças marcantes: entre os brasileiros adultos predomina mais uma atitude forte moralista pura, já os mexicanos eleitores são mais moderados e com atitudes divididas. A tendência de preferência eleitoral encontrada na etapa qualitativa é congruente com os dados quantitativos, portanto, é possível dizer que em geral os mexicanos são eleitores principalmente *pragmáticos-moderados*, com pouca orientação à moral, contrário aos brasileiros, que são na sua maioria *moralistas* e *moralistas-moderados*, sendo menos suscetíveis a mudanças de comportamento do que os eleitores do México.

Quadro 11 – Tipos de eleitores por grupos



Fonte: Elaborado pelo autor.

6.4 MORALIDADE E ESCOLHA ELEITORAL

Na terceira parte dos grupos focais, os participantes de ambos os países foram submetidos a um experimento para conhecermos, de forma cognitiva, emocional e comportamental, as atitudes a respeito da moralidade privada e da moralidade pública dos candidatos, além de para saber que âmbito de moralidade e em quais circunstâncias impactam na escolha eleitoral. Essa etapa foi realizada a partir de casos reais através de vinhetas com pleitos eleitorais das eleições de 2018. Esta seção está conectada com o capítulo 3, “Moralidade e política”, e, de acordo com os achados quantitativos, foi colocado que, no caso do Brasil, os valores pessoais e sociais têm trajetórias diferentes, distantes e às vezes opostas, e que, no México, de forma geral, ambas as dimensões da moralidade caminham juntas ao longo do tempo. Também foi dito que, de forma geral, no Brasil seria mais importante a moralidade pública do que a privada, enquanto que no

México ambas seriam igualmente importantes. Portanto, nesta seção procura-se aprofundar as explicações sobre as atitudes dos eleitores com respeito ao sistema de valores morais.

Para conhecer os aspectos cognitivos das atitudes sobre o sistema de valores, o debate com os participantes inicia-se colocando como tema em qual âmbito a moralidade é mais importante na hora de eleger as lideranças políticas e apresentando três pontos para o debate (ver D e E): a) *Moralidade Pública*: o que um político faz na sua vida privada não interessa para ocupar um cargo na vida pública; b) *Ambos os tipos de moralidade*: implica que tanto a moralidade privada quanto a moralidade pública de um político são importantes; e c) *Moralidade privada*: o comportamento moral na esfera privada de um político impacta no seu comportamento no âmbito público.

Posteriormente, nesta etapa, são apresentadas vinhetas relativas a dois processos eleitorais, cada um com dois tipos de candidatos que concorreram para uma vaga, ambos desonestos. Um deles é apresentado como “*Desonesto no âmbito privado, mas honesto no âmbito público*”, o que significa que sabe-se que o político cometeu atos na sua vida privada que poderiam ser incorretos ou injustificáveis, de acordo com as regras morais de uma parcela da sociedade, mas que no âmbito público ele se comportou com probidade e retidão. O segundo candidato é o caso contrário, um “*Honesto no âmbito privado, mas desonesto no público*” e, finalmente, é colocada de novo a questão inicial sobre qual tipo de moralidade é mais importante, com a finalidade de observar se depois dos casos práticos há mudanças.

A maioria dos jovens brasileiros considera, em termos cognitivos, que a moralidade privada é mais importante; no entanto, o comportamento eleitoral deles e as suas justificativas correspondem à defesa da moralidade pública sobre a privada, inclusive quando os candidatos eleitos por eles cometeram atos que defendem políticas contrárias à moralidade privada dos eleitores, como coloca um participante: “Eu votaria no David Miranda, e ainda votei nele pela questão da honestidade, é a primeira coisa que eu analiso. Eu sou contra o aborto, então neste caso eu não levei em conta isso, mas eu votaria no Miranda pela honestidade” (Participante Grupo Focal 1 Jovens, São Paulo, Brasil, novembro 2020). Após o exercício de votação, quando é perguntado de novo que tipo de moralidade é mais relevante para eleger um político, há mudanças para defender os valores sociais em alguns casos. Em contraste, os adultos brasileiros têm opiniões divididas na preferência pela moralidade pública e, também, têm dificuldade de dissociar uma da outra; porém, no comportamento, é priorizada a moralidade pública por todos os

participantes e, após elegerem candidatos, a maioria dos participantes muda seu argumento inicial, preferindo finalmente a moral pública. Levando em conta decisões difíceis, alguns dos participantes (adultos de Manaus e de São Paulo) escolhem com base no critério de antipartidarismo: “eu não voto em Republicanos”.

Os jovens mexicanos defendem, na sua maioria, que ambas as dimensões da moralidade são importantes. Mesmo que no comportamento eles elejam candidatos com moralidade pública, se mantêm firmes na afirmação de que as duas são relevantes, porque cada uma influencia a outra. Desse modo, eles têm uma força atitudinal maior, inclusive, do que os adultos, os quais inicialmente consideraram, em sua maioria, a moral pública e nessa direção votaram, mas, posteriormente, houve mudanças para uma opinião dividida, considerando que ambas as dimensões de valores são importantes.

Portanto, uma semelhança entre os países é que seus eleitores estão preocupados e exigentes em relação à moralidade pública no momento de eleger um representante; no entanto, em grande parte dos casos, os participantes não estão convencidos dessas atitudes e acabam mudando de opinião. Os brasileiros estão mais convencidos e com maior firmeza das suas atitudes com respeito à moral e à política. Para todos os casos foi comprovado que os elementos emocionais estão presentes no momento de eleger um candidato e que podem mudar o comportamento dos eleitores, inclusive agindo contra seus princípios ideológicos, de partidarismo e do tipo de moralidade que defendem. Na vinheta 6, por exemplo, são apresentados dois candidatos que concorrem a uma vaga, um com problemas de moralidade privada, mas sem escândalos na esfera pública, e outro com uma situação inversa (ver vinhetas 6, Anexo C). Para essa eleição, o segundo candidato despertou emoções nos participantes, como “medo, indignação, ódio, desprezo”, o que fez com que todos os participantes votassem na primeira opção, mesmo que para alguns participantes signifique aceitar valores opostos e tolerar, inclusive, no caso de participantes mulheres, os episódios de violência intrafamiliar do primeiro candidato:

Desculpem por usar a palavra errada, mas o Valter Nagelstein é um idiota, ele é uma pessoa horrível, péssima. Eu não votaria no Valter de maneira nenhuma, eu votaria no Germano apesar de que foi comentado que ele teve um caso de violência (intrafamiliar), o que é uma coisa que me incomodaria, porque ser violento não é uma coisa ética, como eu disse antes, a ética de um candidato me interessa, a moralidade de um candidato não, e isso me incomodaria, mas, menos que o Valter. Ele é uma pessoa machista, ele é uma pessoa grossa, uma pessoa estúpida, ele foi um vereador e ele fez piadas sobre as mortes por COVID, é pela personalidade mesmo dele (Participante Grupo Focal 1 Jovens, Porto Alegre, Rio Grande de Sul, Brasil, novembro 2020).

Eu voto no primeiro candidato apesar de todas as falhas que ele tem, a vida dele, ele vai ter que consertar em algum momento, mas eu voto nele porque o segundo candidato me representa o medo a extrema, tudo que é extremo foi perigoso, extrema-direita ou extrema-esquerda, qualquer extremo é muito ruim, muito assustador, então eu votaria no primeiro, apesar de não concordar com o que ele fez na vida pessoal dele (Participante Grupo Focal 2 Adultos, Rio de Janeiro, Brasil, novembro 2020).

Eu votaria no primeiro candidato, porque a segunda opção implica extremos, e os extremos são muito perigosos, seja da esquerda ou da direita. Então, o que você acha de uma pessoa que não permite o pensamento livre? Pois ele é um tirano, hegemônico que com certeza vai querer o poder para si mesmo (Participante Grupo Focal 3 Jovens, Toluca, Estado de México, México, dezembro 2020).

6.5 COMO O ELEITOR DECIDE SEU VOTO?

Os resultados obtidos na fase qualitativa, como será discutido nos seguintes parágrafos, corroboram os achados do estudo quantitativo apresentados nos capítulos anteriores referentes à moralidade e à política (capítulo 4) e com relação às preferências sobre honestidade e resultados (capítulo 5). Os resultados que serão apresentados também oferecem explicações mais profundas de como é formado esse voto diante do dilema da escolha entre líderes políticos “*Desonestos, mas competentes*” e “*Honestos, mas incompetentes*”.

Os achados mais relevantes deste capítulo sugerem que não existe um único tipo de eleitor. Em particular, para esse fenômeno eleitoral do dilema de “*Desonesto, mas competente*” versus “*Honesto, mas incompetente*”, foram identificados quatro tipos ideais de eleitores: *Moralista*, *Moralista-Moderado*, *Pragmático-Moderado* e *Pragmático*. Usando o Modelo Atitudinal Tripartido, proposto por Bizer (2004), que envolve elementos cognitivos, afetivos e comportamentais na escolha eleitoral, foi possível deixar evidenciado que os aspectos cognitivos têm limites no comportamento eleitoral e que as emoções têm um papel importante na decisão do voto. Através da análise da força atitudinal aplicada às atitudes políticas, é possível identificar padrões de comportamento eleitoral que podem ser úteis para a predição do voto para fenômenos particulares como o estudado nesta pesquisa, como, por exemplo, eleitores *moralistas* e *pragmáticos*, no sentido mais “puro”, que apresentam uma força atitudinal maior (*Attitude Strength*), maior certeza das suas atitudes (*High Certain Attitude*) e menor tendência à mudança de comportamento (*Attitude Change*), podem ser mais previsíveis em sua decisão de voto, ao contrário dos eleitores “moderados”, com baixa força atitudinal, baixa certeza das suas atitudes, mas com um maior possibilidade de mudança de atitudes.

No entanto, os quatro tipos de eleitores identificados são suscetíveis às emoções (raiva, ódio, impotência, medo, aversão, rejeição etc.) na escolha eleitoral usando a intuição e a sensibilidade; desse modo, o aspecto afetivo seria mais predominante no esquema atitudinal e, portanto, estamos falando de um *eleitor emocional*, que pode tomar decisões ainda de forma contrária aos valores e crenças que orientam seu raciocínio. Como já apontava Silveira (1998), um eleitor não-racional decide de forma marcadamente emocional com o juízo do gosto. Dessa maneira, há eleitores que podem eleger um candidato a partir de uma identificação pessoal, baseada em elementos simbólicos trazidos através de inspiração, admiração, empatia, confiança, vivências pessoais, compreensão ou esperança. Desse modo, os eleitores podem votar em um candidato que não é “moralmente ótimo”, ou seja, um candidato desonesto.

Esses elementos emocionais, assim como as motivações que conduzem ao voto relatadas pelos participantes dos grupos focais, correspondem aos fatores chamados de “curto prazo” e que formam parte do último elo da cadeia causal do voto no esquema do *Funil da Causalidade*, da perspectiva psicossocial da Teoria do Eleitor. Nesse sentido, os fatores de “longo prazo”, como ideologia e lealdades partidárias, não seriam determinantes ou relevantes na tomada de decisões diante desse dilema eleitoral, o que ratifica os resultados do estudo quantitativo, pois, segundo os métodos estatísticos, essas variáveis não foram significativas na causalidade do voto. A pesquisa qualitativa mostra, na voz dos eleitores, que não é levado em conta o aspecto ideológico na maioria dos casos, sendo considerado apenas em situações complexas que impliquem indecisão do eleitor. Segundo, como já foi comprovado, um eleitor poderia votar contra a sua ideologia quando aparecem, com mais força, elementos afetivos. No mesmo sentido, não há um voto orientado pela preferência partidária de forma explícita e cognitiva; em vez disso, a decisão eleitoral se expressaria através de um sentimento de “antipartidarismo” para rejeitar um candidato pelo fato de este pertencer a um partido indesejado e, em consequência, favorecer a um candidato opositor.

Outro achado é que existem graus intermediários nas posições dos eleitores entre o dilema “*Desonesto, mas competente*” versus “*Honesto, mas incompetente*”, ou seja, entre os extremos de um político que “*Rouba, mas faz*” e outro que “*Não faz, mas não rouba*”, há níveis de tolerância para alguns desvios morais e, assim, a parcela mais pragmática do eleitorado (*pragmáticos-moderados e pragmáticos*) poderia aceitar a desonestidade de um político à medida

que ele fosse apresentado como “competente” ou que desse resultados. Isso ocorre de maneira geral para os mexicanos e excepcionalmente para os brasileiros.

Desse modo, no Brasil, há eleitores que defendem mais a honestidade como um valor fundamental da política, e, na maioria dos casos, é preferível um líder político que seja honesto, mesmo que não garanta resultados. Em contraste, os eleitores mexicanos valorizam mais a *competência*, considerada como um atributo estritamente necessário, e, mesmo que a honestidade seja importante em termos cognitivos, o comportamento dos eleitores mexicanos demonstra que eles não estariam dispostos a eleger um candidato honesto se este não garantisse pelo menos um grau mínimo de competência.

Um aspecto interessante a ressaltar é a diferença dos achados nesta pesquisa com os do estudo de Winters e Weitz-Shapiro (2013), que argumentam que no Brasil, quando um eleitor tem certeza de que o político é corrupto, baseado em informação verificada, ele é intolerante com a corrupção e penaliza com seu voto. No entanto, no experimento, foram colocadas vinhetas de pleitos eleitorais especificando os casos com “informação oficial” (instituições) e com “informação não oficial” (apenas a mídia), e os participantes não levaram em conta essas diferenças de informação para justificar seu voto. Isto é, o fato de um candidato ser percebido como “desonesto”, independente da fonte da informação, já era um elemento suficiente para produzir um sentimento de desconfiança, com maior medida para os brasileiros, cujo caráter oscila entre moralista e moralista moderado, mas também para os mexicanos, em menor proporção, mesmo sendo pragmáticos moderados. Isso também é uma confirmação de que os eleitores tomam decisões orientados por intuições, como apontaram Tversky e Kahneman (1981), Brooks (2008) e Kahneman (2011).

A escolha de dividir os grupos focais a partir do critério de faixa etária foi com base em Martínez (2016) e porque os resultados do estudo quantitativo apontavam uma semelhança que, para ambos os países, haveria uma maior porcentagem de jovens que preferem a competência, e uma maior porcentagem de adultos que apoiam a honestidade. No entanto, os resultados qualitativos refletem mais diferenças do que similaridades, uma vez que mostraram que os jovens brasileiros são mais moralistas e moralistas moderados, os jovens mexicanos são principalmente pragmáticos moderados e os adultos brasileiros são principalmente moralistas, mas também pragmáticos moderados. Também nos adultos mexicanos foi possível encontrar todas as tipologias de eleitor, inclusive o extremo do pragmatismo.

Um dos temas que poderia ser considerado para se aprofundar em próximas pesquisas é a relação entre religiosidade e política. No estudo quantitativo, a religiosidade foi o elemento com maior peso para explicar o voto no Brasil, ainda que, para a maioria das pessoas dos grupos focais desse país, quando aparecia um candidato que trazia a religião de maneira visível em suas propostas, ele era rejeitado pelos eleitores, inclusive pelos mais moralistas, argumentando que a religião deve estar separada da política. Entretanto, para os mexicanos essa questão nem apareceu como tema de discussão, pois, como foi visto no capítulo 3 sobre a cultura política, no México não é comum ver candidatos religiosos.

Por outro lado, é possível dizer também, com base nos resultados quantitativos e qualitativos, que os eleitores brasileiros estariam mais preocupados com a moralidade no âmbito público, podendo admitir desvios na esfera privada, sem que isso afete a direção do voto, na medida em que tais desvios não afetem o social. Isso ajuda a explicar os dados do ESEB, que apontam que há uma diminuição importante da aceitação do fenômeno “*Rouba, mas faz*” (um político desonesto, mas competente) entre 2002 e 2018 e, portanto, cada vez há menos tolerância dos brasileiros para os desvios da moralidade pública, enquanto que para os mexicanos as duas dimensões dos valores morais são igualmente importantes, apesar de, na prática, segundo o comportamento dos participantes, ser mais importante a moral pública. É necessário reiterar a importância de que no México possam ser avaliadas essas atitudes dos leitores nos *surveys* eleitorais, como o ENEM, o que permitiria gerar mais estudos que contribuam para as teorias de comportamento eleitoral.

7 CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve por objetivo compreender e explicar o fenômeno eleitoral da escolha entre lideranças políticas e candidatos “*Desonestos, mas competentes*” e “*Honestos, mas incompetentes*” (D-C/H-I) no Brasil e no México. As perguntas que orientaram esta tese foram: Como os eleitores desses países decidem seu voto diante desse dilema? E por que há eleitores no México e no Brasil que votam em candidatos desonestos? Desde uma perspectiva teórica psicossocial, partiu-se do pressuposto de que o voto é decidido principalmente sob influência de “fatores de curto prazo” e de que há um eleitorado “não-racional” que toma decisões com base em elementos afetivos, emoções e intuição. Desse modo, foram formuladas as seguintes hipóteses as quais foram testadas quantitativa e qualitativamente:

1) *A escolha entre o dilema de “desonestos, mas competentes” e “honestos, mas incompetentes” é determinada mais por elementos atitudinais afetivos do que pelos aspectos cognitivos das atitudes políticas.*

2) *O voto em candidatos “desonestos” ocorre em maior medida quando os políticos são apresentados como “eficientes” e “competentes” ante o eleitorado, sendo mais influentes as variáveis de curto prazo do que as variáveis de longo prazo (partidarismo, ideologia).*

Para abordar o objeto de estudo, foram apresentadas e discutidas, no segundo capítulo, as diferentes abordagens da Teoria do Eleitor, as quais tentam explicar o comportamento dos votantes. A perspectiva teórica que orienta a pesquisa Psicológica-social pode-se desdobrar em três hipóteses clássicas: a) *Identificação partidária*; b) *Ideologia e posições políticas*, e c) *Características dos candidatos*. Após analisar e discutir cada uma delas, foi argumentado que a terceira é a mais plausível para responder às perguntas e aos objetivos da pesquisa. A partir dos achados do terceiro capítulo, é possível afirmar que trata-se de duas culturas políticas diferentes; embora haja algumas semelhanças, as diferenças históricas e contextuais refletem em eleitores com atitudes políticas diferentes diante de um dilema eleitoral como o que foi proposto nesta pesquisa. Nestes países há uma valorização distinta das características dos candidatos e lideranças políticas, pois no Brasil é mais valorizada a honestidade, e no México, a competência, mas

também isso corresponde aos contextos e conjunturas que evocam variáveis de curto prazo na cadeia causal do voto.

Foi analisado o sistema de valores morais (capítulo 4), o qual dividimos em duas dimensões: os valores pessoais, que correspondem à esfera privada, e os valores sociais, que permeiam o âmbito público. Por meio dessa distinção, foi desenvolvido um Índice de Avaliação Moral, o que permitiu ver que os valores morais não são estáticos, mas sim que estão em constante movimento. Entre 1984 e 2018, tais dimensões da moral têm trajetórias diferentes em cada país; no Brasil, por exemplo, há uma incongruência entre o comportamento dos valores morais sociais e pessoais ao longo do tempo: a moralidade determinada “dentro de casa” segue um percurso diferente daquela moralidade que se configura no espaço “da rua e do trabalho”, enquanto que, no México, ambos os valores evoluem de forma mais simétrica.

Nos dois países, percebemos maior volatilidade dos valores sociais e, nos últimos anos, há uma maior exigência das pessoas por uma moralidade pública, dimensão que é mais valorizada, conforme é corroborado em termos qualitativos na voz de eleitores desses países. Essas diferenças de moralidade entre o público e o privado revelam a existência de um padrão duplo, entre “o que se diz” e “o que se faz”, de pessoas que afirmam ter uma convicção moral, mas que não têm inclinação para agir de acordo, o que nos ajuda a compreender o comportamento dos eleitores classificados no meio do esquema *Moralista-pragmático*, proposto no capítulo 6. O anterior nos permite refletir que cada indivíduo tem um sistema de valores diferente, inclusive entre pessoas com a mesma ideologia, e, portanto, ele pode hierarquizar de forma específica seus valores pessoais, que correspondem à moralidade privada, e tomar decisões segundo cada circunstância com base em experiências próprias, através de associações inconscientes de vivências passadas. Isso faz com que um eleitor, diante do segundo dilema eleitoral proposto, entre um candidato desonesto em relação aos valores morais pessoais *versus* um candidato desonesto em relação aos valores morais sociais, recorra a uma hierarquização de valores para decidir seu voto, e, somente para circunstâncias de indecisão, ele traz sua ideologia e a contrasta com as posições políticas do candidato.

Através da análise estatística, no capítulo 5 foram identificadas as variáveis relevantes que levam à escolha eleitoral ante o dilema de honestidade e competência. Percebemos, com a análise, que existem mais diferenças do que semelhanças nos países estudados. Começando pelas semelhanças, tanto para o Brasil quanto para o México, as variáveis tradicionais de

“Partidarismo” e “Ideologia”, categorizadas como de longo prazo no esquema do Funil da Causalidade da Teoria psicossocial do voto, não foram relevantes para explicar o dilema eleitoral. Em vez disso, variáveis estruturais, como “faixa etária”, foram significativas. Em relação às diferenças, no Brasil, o fator mais relevante, ou com coeficiente mais alto, foi a “Religiosidade” (-,191), que apresentou uma correlação negativa, indicando que, entre pessoas com menos religiosidade, a preferência é por um líder político “desonesto, mas competente”. Nesse sentido, a religiosidade é a variável que mais explica a escolha das lideranças políticas que são apresentadas como “honestas”.

Continuando com o Brasil, foi relevante também outro fator estrutural, como “Nível de estudos”, também com correlação negativa, o que significa que, quanto menos escolarizada for a pessoa, maior será a sua preferência por líderes políticos “desonestos, mas eficientes”. Portanto, de forma inversa, quanto mais escolarizado, maior é o apoio a candidatos “honestos”. Quanto às variáveis de curto prazo, foram significativas aquelas relativas aos posicionamentos políticos, neste caso a disjuntiva entre “Estado-Mercado” e a avaliação da situação econômica (a percepção de estar melhor ou pior na atualidade do que a geração dos pais). Por outro lado, de forma particular, no México, as variáveis determinantes foram “fatores de curto prazo”: a característica da liderança, como “Líder forte” e a “Satisfação com o regime político”.

É necessário levar em consideração que o estudo quantitativo foi realizado com dados da WVS para fins comparativos entre países e que esse *survey* não é propriamente uma pesquisa dedicada à análise pós-eleitoral; portanto, variáveis específicas que medem atitudes políticas eleitorais estão ausentes e seriam interessantes para se testar contra a variável de inclinação, por exemplo, aquelas relativas à medição, se as pessoas se consideram partidárias ou antipartidárias, entre outras características mais valorizadas nos candidatos e nos referentes em quem votaram na eleição anterior. Assim, o estudo quantitativo apresenta uma limitação, porém permite que se abra uma linha para ser explorada em futuras pesquisas, como a proposição de mensuração do dilema *D-C*, *H-I* e seus graus intermediários no questionário pós-eleitoral *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES) através da parceria no México com o *Estudio Nacional Electoral Mexicano* (ENEM)¹⁰⁹. Da mesma forma, é necessário que o Estudo eleitoral Brasileiro (ESEB) continue avaliando o fenômeno “Rouba mas, faz” de forma contínua, pois foi medido apenas em 2002 e 2018, e sua nova variante: “Não faz, mas não rouba”.

¹⁰⁹ O Anexo F contém uma bateria de perguntas que poderiam contribuir para tal medição.

O capítulo 6 permitiu conhecer como as pessoas votam através da análise dos aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais das atitudes a respeito da escolha de candidatos apresentados como “desonestos, mas competentes” e “honestos, mas incompetentes”, e também em relação à moralidade pública e privada, o que possibilitou estabelecer padrões de comportamento eleitoral que podem ser úteis para a predição do voto. Esses achados foram possíveis com a aplicação de uma metodologia qualitativa, usando Grupos *Focais online*, e que, junto com a pesquisa quantitativa, corroboram as hipóteses acima propostas. Desse modo, é possível apresentar dois argumentos que pretendem contribuir com as teorias da explicação do voto:

1) Primeiro, independente das características históricas e das culturas políticas próprias de cada país, é possível generalizar a existência de um “*eleitor afetivo*”, “*não-racional*”, cujo comportamento eleitoral é marcado por decisões motivadas por elementos emocionais nas suas atitudes políticas (raiva, ódio, impotência, medo, aversão, rejeição) a partir de uma identificação pessoal, baseada em elementos simbólicos trazidos através da inspiração, admiração, empatia, confiança, vivências pessoais, compreensão ou esperança. Os aspectos afetivos das atitudes no comportamento eleitoral demonstram ter uma maior influência do que os aspectos cognitivos, entendidos como valores e crenças. Desse modo, em situações específicas, todos os eleitores poderiam mudar a orientação de voto, inclusive indo contra seus princípios. Foi possível deixar evidenciado que os aspectos cognitivos têm limites no comportamento eleitoral e que as emoções têm um papel importante na decisão do voto. Dessa maneira, os eleitores tomam decisões emocionais e inconscientes de que candidato preferem e, posteriormente, apresentam argumentos e justificativas “racionais” através do consciente.

A análise da força atitudinal aplicada às atitudes políticas possibilitou a identificação de padrões de comportamento eleitoral que podem ser úteis para a predição do voto diante dos novos fenômenos eleitorais. Em particular, para o dilema *H-C*, *D-I*, foram categorizados, para ambos os países, quatro tipos ideais de eleitores: *Moralista*, *Moralista-Moderado*, *Pragmático-Moderado* e *Pragmático*.

Os votantes *moralistas* e *pragmáticos*, no sentido mais “puro”, apresentam maior força atitudinal (*Attitude Strength*), maior certeza das suas atitudes (*High Certain Attitude*) e menor tendência de mudança de comportamento (*Attitude Change*). Esses eleitores podem ser mais previsíveis em sua decisão de votar, ao contrário dos eleitores “moderados”, que têm baixa força

atitudinal, baixa certeza das suas atitudes, mas com maior grau de mudança de atitudes. No entanto, os quatro tipos de eleitores identificados são suscetíveis às emoções (raiva, ódio, impotência, medo, aversão, rejeição) na escolha eleitoral, usando a intuição e a sensibilidade. Desse modo, o aspecto afetivo seria mais predominante no esquema atitudinal e, portanto, estamos falando de um *eleitor emocional* que pode tomar decisões ainda de forma contrária aos valores e crenças que orientam seu raciocínio. Como já apontava Silveira (1998), um eleitor não-racional decide de forma marcadamente emocional com o juízo do gosto. Dessa maneira, há eleitores que podem eleger um candidato a partir de uma identificação pessoal, baseados em elementos simbólicos trazidos através de inspiração, admiração, empatia, confiança, vivências pessoais, compreensão ou esperança. Os eleitores, assim, podem votar em um candidato que é “desonesto” ou que não é, pelo menos, “moralmente ótimo”.

2) Por outro lado, o que leva o eleitor a eleger um líder político desonesto, diante do dilema “*desonesto, mas competente*” e “*honesto, mas incompetente*”, é o fato de que existe uma parcela do eleitorado que é caracterizada por ser pragmática e que admite graus de tolerância de desonestidade na medida em que um candidato é apresentado como um gestor que pode dar resultados e que é percebido pelo eleitor como “competente”. A orientação desses eleitores está voltada para os fatores de “curto prazo” do esquema do Funil da Causalidade, como “quem são os candidatos”, “identificação pessoal com o candidato”, “laços afetivos e emocionais”, “avaliação do contexto socioeconômico atual”, “o que é dito ou o que acontece durante as campanhas”. Esses fatores são mais influentes no comportamento eleitoral desses países do que os fatores de “longo prazo”, como os aspectos sociodemográficos, a identidade partidária e a ideologia.

As respostas tradicionais da Teoria do Eleitor, como a identificação partidária e a ideologia, não seriam uma explicação causal do voto no dilema *H-C, D-I*. Isso porque, por um lado, o partidarismo tem diminuído, ao longo do tempo, seu poder explicativo do voto para ambos os países, como foi demonstrado no terceiro capítulo e comprovado através de testes estatísticos no capítulo 5; mas também, a pesquisa qualitativa deixou evidenciado que não há um voto orientado para a preferência de um partido de forma explícita e cognitiva. Em vez disso, a decisão eleitoral seria expressa mais através de um sentimento de “antipartidarismo”, ao rejeitar um candidato pelo fato deste pertencer a um partido indesejado e, em consequência, favorecer um candidato opositor.

Se, por um lado, em 2018, as entidades ideológicas cresceram, revelando um eleitorado polarizado em ambos os países, para o dilema eleitoral proposto, *D-C, H-I*, esse não seria um aspecto determinante, inclusive, ao colocar no experimento casos reais das eleições do referido ano, os eleitores não consideraram a ideologia na maioria dos casos. Ela apenas seria trazida como um ponderador em situações complexas que impliquem indecisão do eleitor, e, como já foi comprovado, um eleitor poderia votar contra sua ideologia quando aparecem com mais força elementos afetivos. Isso nos permite refletir que as entidades ideológicas podem ser flutuantes, e que os eleitores podem estar mais polarizados em determinados períodos, e, em outras circunstâncias, podem ir para o centro. Os fatores de “*curto prazo*”, em contraste, podem influenciar todos os eleitores, no entanto, eles têm maior impacto entre os eleitores menos ancorados em fatores estruturais, ideológicos ou de apoio partidário.

Por fim, uma contribuição adicional desta tese é de caráter metodológico. Diante dos desafios que impõem novos fenômenos eleitorais nas democracias de recente criação, como a brasileira e a mexicana, é necessário repensar formas de capturar atitudes, valores e crenças dos votantes nos questionários pós-eleitorais que permitam medir, de maneira mais específica, as atitudes diante de dilemas como escolher entre políticos “*Desonestos, mas competentes*” (*Rouba, mas faz*) e “*Honestos, mas incompetentes*” (*Não faz, mas não rouba*) e que possibilitem futuras pesquisas com comparações mais amplas entre países e de forma longitudinal. No entanto, é importante levar em consideração a complementariedade de métodos, usando técnicas qualitativas, como Grupos Focais, pois, dessa maneira, é possível obter uma maior compreensão e explicação dos fenômenos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEN, C.; WANG, T. (Eds.). *The Taiwan voter*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2017.

ADLER, C. L.; ZARCHIN, Y. R. The ‘virtual focus group’: using the Internet to reach pregnant women on home bed rest. *Journal of Obstetric, Gynecologic, and Neonatal Nursing*, v. 31, n. 4, p. 418-427, ago. 2002.

ALMOND, G. Comparative political system. *The Journal of Politics*, v. 18, p. 41-409, 1956.

ALTEMAYER, B. The other authoritarian personality. *Advances in Experimental Social Psychology*, Academic Press, v. 30, 1998.

ALTEMAYER, B. *The Authoritarians*. Winnipeg: Unpublished manuscript, Department of Psychology, University of Manitoba, 2006.

ANDERSON, D. M. Cautious Optimism about Online Politics and Citizenship. In: ANDERSON, D. M.; CORNFIELD, M. (Eds.). *The Civic Web: Online Politics and Democratic Values*, Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2003, pp. 19–34.

ANDRADE, M. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Ed. UFFS, 2019.

APARICIO, F. J.; CASTRO, R. Elecciones 2018: Una coyuntura histórica en México. *Revista Política y Gobierno*, v. 27, n. 2, p. 3-21, 2020.

ASSUNÇÃO E SILVA, W. F. *O princípio da moralidade política segundo Ronald Dworkin e o processo de Impeachment: o caso de Dilma Rousseff*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

AYALA, A. A. *Cómo conquiste a los aztecas*. México: De Bolsillo, 2006.

AZIZ, N. A. El desencanto de una democracia incipiente: México después de la transición. In: RODRÍGUEZ ARAUJO, O. (Org.). *¿México un nuevo régimen político?* [S.l.]: Siglo XXI, 2009.

BAKER, A.; GREENE, K. F. Positional Issue Voting in Latin America. In: CARLIN, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015. pp. 173-194.

BAQUERO, M. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: BAQUERO, M. (Ed.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos, novas perspectivas de análise*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

BAQUERO, M. *A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

- BAQUERO, M. A Cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Culturas Políticas e Democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. pp. 13-23.
- BAQUERO, M. *Democracia Inercial: Assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- BAQUERO, M.; RANINCHESKI, S.; CASTRO, H. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87-106, jan./abr. 2018.
- BARBER, B. *Strong Democracy*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- BARBER, B. The New Telecommunications Technology: Endless Frontier or End of Democracy. In: NOLL, R. G.; PRICE, M. (Eds.). *A Communications Cornucopia*. Washington, DC: Brookings Institution, 1998. pp. 72–98.
- BARBERÁ, P.; JOST, J.; NAGLER, J. Tweeting From Left to Right: Is Online Political Communication More Than an Echo Chamber? *Psychological Science*, Sage Publications, v. 26, n. 10, p.1-12, 2015.
- BARBOSA, T. Não faz, mas não rouba? *12o encontro da ABCP, democracia e desenvolvimento*, Universidade Federal da Paraíba, 2020.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. [S.l: s.n.], 1955.
- BECERRA, R.; SALAZAR, P.; WOLDENBERG, J. *La mecánica del cambio político en México, elecciones partidos y reformas*. México: Cal y Arena, 2000.
- BESLEY, T. Political Selection. *Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 3, p. 43-60, 2005.
- BEZES, P.; LASCOUMES, P. Percevoir et Juger la corruption politique. Enjeux et usages des enquêtes sur les représentations des atteintes à la probité publique. *Revue française de science politique*, v. 55, p. 757-786, 2005.
- BIZER, G. Attitudes. *Encyclopedia of Applied Psychology*. Vol. 1. Elsevier, 2004.
- BIZER, G.; BARDEN, J.; PETTY, R. Attitudes. *Encyclopedia of Cognitive Science*, 2006. pp. 245-249.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2020 [1988].
- BROOKS, D. *How the voters think*. New York Times, January 2008.

- BURATTO, G. Fundamentos e modelos historiográficos da cultura brasileira: uma abordagem antropológica em Sérgio Buarque de Holanda. In: LEMOS, M. T.; MORAES, N. (Orgs.). *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W.; STOKES, D. *The American Voter*. New York: John Wiley (Reproduzido em 1980 como Midway Reprint, Chicago, The University of Chicago Press), 1960.
- CAMPBELL, A.; GURIN, G.; MILLER, W. *The voter decides*. Evanston, Illinois: Row, Peterson and Company, 1954.
- CAMPBELL, A.; KAHN, R. *The people elect a president*. Ann. Arbor: University of Michigan, 1952.
- CANSINO, C. *La Transición Mexicana 1977-2000*. México: Centro de Estudios de Política Comparada, 2000.
- CAREY, J.; SHUGART, M. S. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. *Electoral Studies*, v. 14, n. 4, p. 417-439, 1995.
- CARLIN, R. E.; SINGER, E.; ZECHMEISTER, E. (Eds.). *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015.
- CARLIN, R. E.; LOVE, G. J. Who Is the Latin American Voter? In: CARLIN, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015. pp. 31-59.
- CARREIRÃO, Y. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CARREIRÃO, Y. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.
- CASTELLS, M. *The network society: A cultural perspective*. Cheltenham/ Northampton: Edward Elgar Publishing, 2004.
- CASTRO, M. *Determinantes do comportamento eleitoral – a centralidade da sofisticação política*. Tese de doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.
- CASTRO, M.; NUNES, F. Candidatos corruptos são punidos? Accountability na eleição brasileira de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 26-48, abril 2014.
- CHANG, E.C.C.; GOLDEN, M.; HILL, S. J. *Legislative Malfeasance and Political Accountability*. World Politics, 2010.

CHASE, L.; ALVAREZ, J. Internet research: the role of the focus groups. *Library & Information Science Research*, New York, v. 22, n. 4, p. 357-369, 2000.

CONVERSE, J. M.; PRESSER, S. *Survey Questions: Handcrafting the Standardized*. Questionnaire Sage University Papers Series. Quantitative Applications in the Social Sciences; No. 07-063. Sage Publications, 1986.

CRESPO, J. A. *PRI: de la hegemonía a la oposición*. Un estudio comparado 1994-2001. México: Centro de Estudios de Política Comparada (Coleção Estudos Comparados, n. 7), 2001.

DA MATTA, R. *O que faz brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

DA MATTA, R. Reflexões sobre o público e privado no Brasil: um ponto de vista perverso. *Cadernos de Ciências Sociais*, v. 3, n. 3, p. 51-62, 1993.

DA MATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA MATTA, R. Racismo à brasileira. *Anais do Seminário Internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos*, 2009.

DAHL, R. La democracia. PostData, *Revista de Reflexión y Análisis Político*, n. 10, p. 11-55, dez. 2004.

DALTON, R. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democracy governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DOMÍNGUEZ, J.; LAWSON, C. H. *Mexico's pivotal democratic election: Candidates, voters, and the presidential campaign of 2000*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

DUSKA, R.; WHELAN, M. *A moral development: A guide to Piaget and Kohlberg*. New York: Paulist Press, 1975.

DWORKIN, R. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

ECKSTEIN, H. *Congruence theory explained*. UC Irvine: Center for the Study of Democracy, 1997.

ESAIASSON, P.; MUÑOZ, J. Roba pero hace? An experimental test of the competence-corruption tradeoff hypothesis in Spain and Sweden. *Working paper series*, University of Gothenburg, v. 2, p. 2-25, 2014.

FARHAT, S. *Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Fundação Peirópolis, 1996.

- FERREIRA, A. L. O. D. *Raízes e perfis da moderna América Latina: ensaios sobre o homem, a cultura e as revoluções no Brasil e no México das primeiras décadas do século XX, através dos clássicos ensaios de Sergio Buarque de Holanda e Samuel Ramos*. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI:10.11606/T.84.2016.tde-21102015-094124. Acesso em: 13 ago. 2020.
- FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS, 1991.
- FOLCH-LYON, E.; DE LA MACORRA, L.; SCHEARER S. B. *Focus Group and Survey Research on Family Planning in Mexico Studies in Family Planning*, v. 12, n. 12, p. 409-432, 1981.
- FRANKLING, C. H.; JACKSON, J. E. The Dynamics of Party Identification. *American Political Science Review*, v. 77, p. 957-973, 1983.
- FREYRE, G. *Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. Recife: Global Editora e Fundação Gilberto Freyre, 2003.
- FUNK, C. L. The Impact of Scandal on Candidate Evaluations: An Experimental Test of the Role of Candidate Traits. *Political Behavior*, v. 18, n.1, p. 1-24, 1996.
- FUNK, C. L. Bringing the Candidate into Models of Candidate Evaluation. *Journal of Politics*, v. 61, n. 3, p. 700-720, 1999.
- GAMIO, M. *Forjando pátria. Pro nacionalismo*. Boulder: University Press of Colorado, 2010.
- GÉLINEAU, F.; SINGER, M. M. The Economy and Incumbent Support in Latin America. In: CARLIN, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015. pp. 281-299.
- GÓMEZ TAGLE, S. Democracy and power in México: the meaning of conflict in the 1979, 1982 and 1985 federal elections. In: GENTLEMAN, J. (Ed.). *Mexican politics in transition*. USA: Westview Press, Boulder and London, 1987.
- GONZÁLEZ, O. *¿Qué es la reelección consecutiva?* Revista Gatopardo. 16-05-2018. Disponível em: <https://gatopardo.com/noticias-actuales/reeleccion-consecutiva-elecciones-mexico-2018/>. Acesso em: 15 set. 2020.
- GONZÁLEZ, R. S.; BAQUERO, M.; GROHMANN, L. M. ¿Nueva derecha o vino viejo en odres nuevos? La trayectoria conservadora en Brasil en el último siglo. *Política Y Sociedad*, v. 57, n. 3, p. 647-670, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5209/poso.69210>

GRUNNAGEL, C. No Brasil, mesmo as mulheres são machistas: entrevista com Bernardo Ajzenberg. *Estud. Lit. Bras. Contemp.*, Brasília, n. 45, p. 373-381, jun. 2015.

GUILLÉN, D.; MONSIVÁIS, C. A. *La representación política de cara al futuro: Desafíos para la participación e inclusión en México*. [S.l.]: El Colegio de la Frontera Norte, 2014.

HAMILL, R.; LODGE, M.; BLAKE, F. The Breadth, Depth, and Utility of Class, Partisan, and Ideological Schemata. *American Journal of Political Science*, v. 29, p. 850-70, 1985.

HENNINK, M. *International focus group research: A handbook for the health and social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HIDE, C. J. *Modeling Clientelistic and Violent Campaigning: Theoretical insights from Jamaica's Garrison Politics*. Presentation at the NYU Alexander Hamilton Center, out. 2010.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLZHACKER, D.; BALBACHEVSKY, E. Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 283-306, 2007.

HYDE, K. F. Recognising deductive processes in qualitative research. *Qualitative Market Research: An International Journal*, v. 3, n. 2, p. 82-90, 2000.

INSTITUTO NACIONAL ELEITORAL, FISCALÍA ESPECIALIZADA EN DELITOS ELECTORALES, UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO, TRIBUNAL ELECTORAL DEL PODER JUDICIAL DE LA FEDERACIÓN. *Compendio de legislación nacional electoral*. Tomo II, Ciudad de México, 2016. Disponível em: <https://portalanterior.ine.mx/archivos3/portal/historico/recursos/IFE-v2/DS/DS-Varios/docs/2016/CompendioLegislacionNal/Compendio-TomoII.pdf?fbclid=IwAR1BrIKPsGprXSq1cZAdywzOZOiEETGin4CDmKH7gNA1pusUzx1piPcc6rE>. Acesso em: 20 set. 2020.

IZUMI, M. Y. Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 29-62, abril 2019.

JACKSON, J. E. Issues, Party Choice, and Presidential Votes. *American Journal of Political Science*, v. 19, p. 161-85, 1975.

JACOBY, W.G. The American Voter. In: LEIGHLEY, J. E. *The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2010. pp. 262–277.

JENNINGS, M. K.; MARKUS, G. B. Partisan Orientations over the Long Haul: Results. *American Political Science Review*, v. 78, p. 1000-1018, 1984.

KAHNEMAN, D. *Think fast and slow*. Farrar, Straus and Giroux, 2011.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. *The psychology of preferences*. Scientific American Inc., 1981.

KINDER, D. R. *Presidential Traits*. Ann Arbor: University of Michigan, 1983.

KINDER, D. R.; PETRES, M. D.; ABELSON, R. P.; FISKE, S. T. Presidential Pro- totypes. *Political Behavior*, v. 2, n. 4, p. 315-337, 1980.

KITSCHOLT, H.; ALTAMIRANO, M. Clientelism in Latin America: Effort and Effectiveness. In: CARLIN, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015. pp. 246-274.

LAKOFF, L. *The political mind: A cognitive scientist's guide to your brain and its politics*. New York: Penguin Books, 2009.

LANE, R. E. *Political Ideology: Why the American Common Man Believes What He Does*. New York: The Free Press, 1962.

LAU, R. R.; SEARS, D. O. (Eds.). *Political Cognition*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1986.

LAVAREDA, A. Neuropolítica y el papel de las emoções. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 90, p. 120-146, junho/agosto 2011.

LLEDÓ ÍÑIGO, E. Introducción. In: ARISTÓTELES. *Ética Nicomáquea, Ética Edudemia*. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

LUPU, N. Brand Dilution and the Breakdown of Political Parties in Latin American. *World Politics*, v. 66, n. 4, p. 561-602, 2014.

MAGAR, E. *Alcaldes que ambicionan reelegirse en 2018*, 31-03-2018. Disponível em: <https://emagar.github.io/magar-ambiciosos-2018/> Acesso em: 15 set. 2020.

MANZETTI, L.; ROSAS, G. Corruption and the Latin American Voter. In: CARLIN, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015. pp. 300-323.

MARANHÃO, J. *Na terra da Lei de Gerson*. Diário do Comércio, 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://dcomercio.com.br/categoria/opiniao/na-terra-da-lei-de-gerson>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MARKUS, G. B. Political Attitudes during an Election Year: A Report on the 1980 NES Panel Study. *American Political Science Review*, v. 76, p. 538-560, 1982.

MARTÍ, S. Ciudadanía y cultura política en México a dos sexenios de la “alternancia”. *Revista Foro Internacional* 210, LII, v. 4, p. 864-884, 2012.

MARTÍNEZ ROSÓN, M. M. The Good, the Bad and the Winner: Good Politicians and Electoral Success in Latin America. *Revista de Ciencia Política*, Barcelona, v. 34, n. 2, p. 351-372, 2014.

MARTÍNEZ ROSÓN, M. M. Yo prefiero al corrupto: el perfil de los ciudadanos que eligen políticos deshonestos pero competentes. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, v. 153, p. 77-94, 2016.

MÉNDEZ, I. *Transición a la democracia en México: competencia partidista y reformas electorales 1977-2003*. México: FLACSO, 2006.

MERINO, M. *La transición votada: Crítica a la interpretación del cambio político en México*. [S.l.]: Fondo de Cultura Económica, 2003.

MILLER, A. H.; WATTENBERG, M. P.; MALANCHUK, O. Schematic Assessments of Presidential Candidates. *American Political Science Review*, v. 80, p. 521-40, 1986.

MILLER, W. E. The Cross- National Use of Party Identification as a Stimulus to Political Inquiry. In: BUDGE, I.; FARLIE, D. (Eds.). *Party Identification and Beyond*. New York: Wiley, 1976. pp. 21-33.

MILLER, W. E.; SHANKS, J. M. *The New American Voter*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

MINCH, M. Criminalisation of politics and Indian administration. *Spectrum: A Journal of Multidisciplinary Research*, v. 2, n. 10, p. 34-38, 2013.

MOISÉS, A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidad democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010.

MORENO, A. *El votante mexicano: democracia, actitudes políticas, conducta electoral*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

MORENO, A. *La decisión electoral: Votantes, partidos y democracia en México*. Ciudad de México: Ed. H. Cámara de Diputados LX Legislatura y Miguel Ángel Porrúa, 2009.

MORENO, A. Introducción: El votante mexicano en 2012. In: MEIXUEIRO, G.; MORENO, A. *El comportamiento electoral mexicano en las elecciones de 2012*. Ciudad de México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública Cámara de Diputados / LXII Legislatura, 2014.

MORENO, A. *El cambio electoral. Votantes, encuestas y democracias en México*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2018.

- MORENO, A.; MÉNDEZ, P. Attitudes toward democracy: México in Comparative Perspective. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 43, n. 3-5, p. 350-367, 2002.
- MORGAN, D. L. *Focus groups as qualitative research*. Sage Publications, 1997.
- NICOLAU, J. Como controlar o representante? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 219-236, 2002.
- NICOLAU, J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 311-325, 2014.
- NICOLAU, J. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2020.
- NIEMI, R.; WEISBERG, H. *Controversies in Voting Behavior*. Washington, DC: CQ Press, 2001.
- NOHLEN, D. Instituciones y cultura política. *Revista POSTData: Revista de Reflexión y análisis Político*, n. 13, p. 27-50, ago. 2008.
- OCKEY, James. Crime, Society and Politics in Thailand. In: TROCKI, C. A. (Ed.). *Gangsters, Democracy and the State in Southeast Asia*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.
- O'DONNELL, G. Privatización de lo público en Brasil: microescenas. *Revista Nueva sociedad*, n. 104, p. 105-110, nov./dez. 1989.
- O'DONNELL, G. Democratization, Political Engagement, and Agenda-Setting Research. In: MUNCK, G. L.; SNYDER, R. *Passion, Craft, and Method in Comparative Politics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 574-600, 2015.
- OLVERA, A. La crisis política, los movimientos sociales y el futuro de la democracia en México. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Universidad Nacional Autónoma de México Nueva Época, n. 226, p. 279-296, jan.-abril 2016.
- ONWUEGBUZIE, A. J.; DICKINSON, W. B.; LEECH, N. L.; ZORAN, A. G. Un marco cualitativo para la recolección y análisis de datos en la investigación basada en grupos focales. *Paradigmas*, v. 3, p.127-157, 2011.
- OTTONE, E. Globalización y democracia en tempos de pandemia. *Conferencia realizada en la Univerdiad de Chile*, Santiago, out. 2020.
- PAGE, B. I.; JONES, C. Reciprocal Effects of Policy Preferences, Party Loyalties, and the Vote. *American Political Science Review*, v. 73, p. 1071-1089, 1979.

PAZ, O. *El laberinto de la soledad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1998.

RAMOS MAGAÑA, S. *El perfil del hombre y la cultura en México*. Ciudad de México: Colección Austral, 2001.

PÉREZ, O. J. The Impact of Crime on Voter Choice in Latin America. In: CARLIN, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015. pp. 324-345.

PETERS, J.; WELCH, S. The Effects of Charges of Corruption on Voting Behavior in Congressional Elections. *American Political Science Review*, v. 74, p. 697-709, set. 1980.

PETROLA J. I. Fake News e a disputa entre grande imprensa e redes sociais na campanha eleitoral de 2018. In: COSTA, C.; BLANCO, P. (Orgs.). *Liberdade de expressão e campanhas eleitorais Brasil 2018*. São Paulo: ECA/USP, 2019.

PETTY, R. E.; KROSNICK, J. A. (Eds.). *Attitude strength: antecedents and consequences*. Hillsdale, Nj: Lawrence Erlbaum, 1995.

POWER, T. *Moral religiosa é mais forte no Brasil do que em países com renda parecida*. Piauí, Folha de S. Paulo, 29 de julho 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/moral-religiosa-e-mais-forte-no-brasil-do-que-em-paises-com-renda-parecida/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

RAHN, W.; ALDRICH, J.; BORGIDA, E.; SULLIVAN, J. L. A social-cognitive model of candidate appraisal. In: FERREJOHN, J.; KUKLINSKI, J. (Eds.). *Information and Democratic Processes*. Urbana, Ill.: University of Illinois Press, 1990.

REALE, M. *Lições preliminares de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2001.

RENNÓ, L. R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 260-282, nov. 2007.

RODRIGUES, N.; FRANCISCO, R.; GUEDES, S. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, v. 6, n. 1, p. 5-24, 2009.

RUNDQUIST, B. S.; STROM, G. S.; PETERS, J. G. Corrupt Politicians and Their Electoral Support: Some Experimental Observations. *The American Political Science Review*, v. 71, n. 3, p. 954-963, 1977.

SCHEDLER, A. The nested game of democratization by elections. *International Political Science Review*, v. 23, n. 1, p. 103-122, 2002.

SCHEDLER, A. The Criminal Subversion of Mexican Democracy. *Journal of Democracy*, v. 25, n. 1, p. 5-18, jan. 2014.

SEGOVIA, R. La cultura política inmóvil. *Nexos*, n. 223, p. 57-62, jun. 1996.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SENADO FEDERAL. *Eleições: Senado tem a maior renovação da sua história*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/eleicoes-senado-tem-a-maior-renovacao-da-sua-historia> Acesso em: 10 set. 2020.

SEY, A.; CASTELLS, M. From Media Politics to Networked Politics: The Internet and the Political Process. In: CASTELLS, M. (Ed.). *The Network Society*. Cheltenham / Northampton: Edward Elgar Publishing Limited, 2004. pp. 366-385.

SILVEIRA MARTINS, A. S. Moralidade Administrativa no Estado Democrático de Direito. *Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 19, n. 34, p. 171, 2001.

SILVEIRA, F. E. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 1999.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, G.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2008.

SUSTEIN, C. R. As mídias sociais são boas ou ruins para a democracia?. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v.15 n. 27, p. 85-92, 2018.

SWEET, C. Designing and conducting virtual focus groups. *Qualitative Market Research: An International Journal*, v. 4, n. 3, p. 130-135, 2001.

TEIXEIRA, L. G. Religião e política no Brasil. *Revista Política y Sociedad*, Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, n. 64, p. 223-256, 2017.

TEIXEIRA DE BARROS, A. Público e privado na cultura brasileira: da casa-grande aos nossos dias. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 31, n. 2, 2001.

TELLES, H.; MORENO, A. *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

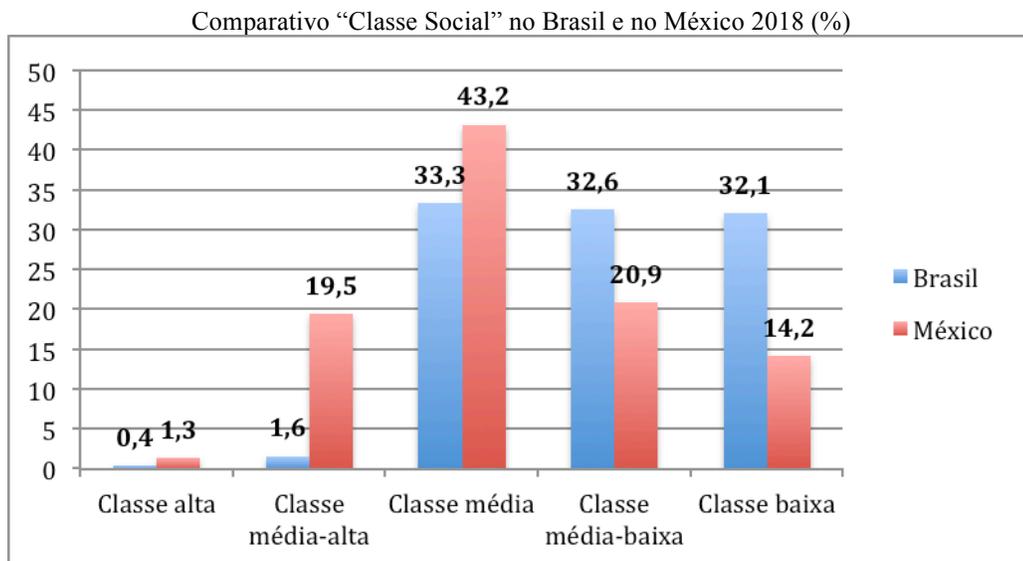
TELLES, H.; SANTOS, P.; LOPES, N. ¿Nuevos patrones de comportamiento político en Brasil?

- In: TELLES, H.; MORENO, A. (Orgs.). *El Votante Latinoamericano: Comportamiento electoral y Comunicación Política*. Ciudad de México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública (CESOP), 2015.
- THOMASSEN, J. *The European voter: A comparative study of modern democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, v. 211, jan. 1981.
- VAISHNAV, M. *Caste politics, credibility and criminality: political selection in India*. Columbia University, 2011.
- VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America*. New York: Harper and Row, 1972.
- WANG, T.; CHEN, L. Evaluation of Presidential Candidates' Personal Traits. In: ACHEN, C.; WANG T. (Ed.). *The Taiwan voter*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2017. pp. 170-197.
- WATTENBERG, M. P. *The Rise of Candidate-Centered Politics: Presidential Elections of the 1980s*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- WEBER, M. *Economía y sociedad*. México: FCE, 2014.
- WINTERS, M.; WEITZ-SHAPIRO, R. Lacking Information or Condoning Corruption. When Do Voters Support Corrupt Politicians?. *Comparative Politics*, v. 45, p. 418-436, 2013.
- ZECHMEISTER, E. J. Left-Right Identifications and the Latin American Voter. In: CARLIN, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2015. pp. 195-226.

ANEXO A – Aspectos sociodemográficos da amostra Brasil e México 2018

Classe social

A variável Q287 “Classe social” da pesquisa *World Values Survey* (WVS) refere-se à pergunta “As pessoas às vezes se descrevem como pertencendo à classe alta, à classe média ou classe baixa. O(A) Sr.(a) se descreve como pertencendo à...” com opções de resposta para Brasil: 1= “Classe alta”, 2= “Classe média alta”, 3= “Classe média”, 4= “Classe trabalhadora”, 5= “Classe baixa”. No questionário do México, as opções de resposta foram: 1= “Classe alta”, 2= “Classe média alta”, 3= “Classe média baixa”, 4= “Classe trabalhadora”, 5= “Classe baixa”. Ou seja, não tem a opção de “Classe média”, mas inclui “Classe trabalhadora”.



Fonte: Elaboração própria com dados de *World Values Survey* Brasil e México.

Para ambos os países, a variável foi recodificada como “Classe social” com os seguintes valores: 3= “Classe alta” (“Classe alta” e “Classe média alta”) e 2= “Classe média” (“Classe média”, “Classe média baixa” ou “Classe trabalhadora”) e 1=“Classe baixa”.

Nova variável “Classe Social”
no Brasil e no México 2018 (%)

	Brasil	México
Classe alta	2	21
Classe média	66	64,6
Classe baixa	32,1	14,4

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México.

Nível educativo

A variável Q275 “Nível educativo” da WVS refere-se à pergunta “Qual é o maior nível educacional que o (a) Sr. (a) alcançou?” No questionário brasileiro, as opções de resposta foram 0= “Não frequentou a escola/pré-escola”, 1= “Primeira a quarta série - anos iniciais do ensino fundamental” (Primário/Elementar), 2= “Quinta a oitava série - anos finais do ensino fundamental (Ginásio)”, 3= “Ensino médio (antigo segundo grau/científico)”, 6= “Educação superior (graduação, bacharelado, licenciatura)”, 7 = “Mestrado” e 8= “Doutorado”. Não existem opções com valores 4 e 5. No caso mexicano, devido ao sistema educativo ser diferente no nível fundamental e médio no número de anos de estudo, as respostas no questionário do México foram: 0= “Educação pré-escolar/ sem educação”, 1= ensino fundamental, 2= “Algo de secundaria”, 3= “Secundária”, 4=“Preparatória ou equivalente”, 5=“Estudos universitários incompletos”, 6= “Título universitário, graduação”, 7=“Mestrado” e 8= “Doutorado”.

Portanto, a variável “Nível educativo” foi recodificada para ambos os países com o seguintes valores: 0= “Sem educação”, 1= “Ensino fundamental”, 2= “Ensino médio, 3= “Ensino superior” e 4= “Pós-graduação”.

Nova variável “Nível educativo”
no Brasil e México 2018

	Brasil	México
Sem educação	4,7	4
Ensino fundamental	17,8	24
Ensino médio	61,7	56,8
Ensino superior	15,1	14
Pós-graduação	0,8	1,2

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México.

Nível de renda

A variável Q288 “Renda familiar” da WVS refere-se à pergunta “Gostaríamos de saber em qual dos grupos se situa a sua renda familiar”, com as opções de resposta de tipo escala para ambos os países entre 1 e 10, em que 1=“Nível mais baixo de salários” e 10= “Nível mais alto de salários”. Foi recodificada a variável criando “Nível de Renda” com os seguintes valores: 1= “Renda baixa”, 2= “Renda média”, e 3= “Renda alta”.

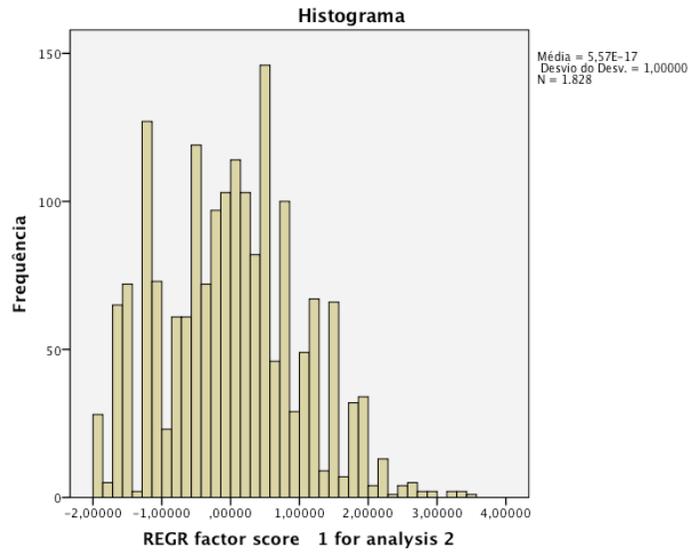
Nível de Renda no Brasil e México 2018		
	Brasil	México
Renda baixa	39,4	41,5
Renda média	55	48,2
Renda alta	5,6	10,2

Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil e México.

Status Socioeconômico

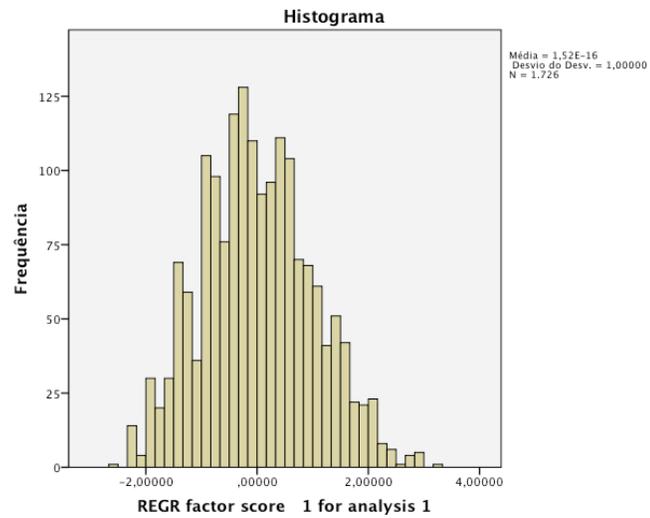
A variável “*Status Socioeconômico*” foi criada através de uma análise fatorial com base nas variáveis originais “Nível educativo”, “Nível de renda” e recodificando a variável “Classe Social”, invertendo os valores de modo que o valor mais alto, 5, seja para “Classe Alta” e o valor mais baixo, 1, para “Classe baixa”. A fatoração tem uma variância total explicada acumulada de 53,38% para o Brasil e 53,67% para o México. Os seguintes gráficos permitem ver a distribuição dos valores:

Distribuição dos valores de *Status Socioeconômico*
Caso Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* Brasil.

Distribuição dos valores de *Status Socioeconômico*
Caso México



Fonte: Elaboração própria com dados da *World Values Survey* México.

ANEXO B – Análise Fatorial dos valores morais (Capítulo 4)

	Matriz de componente rotativa ^a Brasil (Ondas 2-7) e México (Ondas 1-6)		
	Componente		
	1	2	3
Justificável violência contra outros	,745		
Justificável Homem bater na esposa	,741		
Justificável pais baterem nos filhos	,629		
Justificável suicídio	,559	,449	
Justificável homossexualidade		,766	
Justificável prostituição		,737	
Justificável divórcio		,682	
Justificável aborto		,595	
Justificável eutanásia		,534	
Justificável sexo casual	,489	,498	
Justificável pedir benefícios do governo sem ter direito			,757
Justificável evitar pagar passagem em transporte público			,694
Justificável roubar propriedade dos outros	,463		,571
Justificável aceitar suborno	,480		,552
Justificável não pagar impostos se tiver a chance	,333		,455

Variância total explicada 51,51%

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 5 iterações.

Matriz de componente rotativa^a Brasil (Ondas 2-7) e México (Ondas 1-7)

	Componente		
	1	2	3
Justifiable: homosexuality	,733		
Justifiable: divorce	,729		
Justifiable: prostitution	,716	,137	,191
Justifiable: abortion	,634	,229	,199
Justifiable: having casual sex	,583	,182	
Justifiable: euthanasia	,523	,211	,136
Justifiable: Violence against other people	,127	,752	,234
Justifiable: For a man to beat his wife		,740	,278
Justifiable: Parents beating children	,140	,630	-,234
Justifiable: suicide	,377	,459	,283
Justifiable: claiming government benefits			,733
Justifiable: avoiding a fare on public transport			,672
Justifiable: someone accepting a bribe	,130	,440	,571
Justifiable: Stealing property		,473	,571
Justifiable: cheating on taxes	,169	,228	,527

Variância total explicada 49,83%

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 4 iterações.

ANEXO C – Questionário para medir o nível de “Seguidor autoritário”¹¹⁰

Escreva:

- 4 se discordar muito da afirmação.
- 3 se não concordar totalmente com a afirmação.
- 2 se você discordar moderadamente da afirmação.
- 1 se você não concordar com a afirmação.

- +1 se você concordar levemente com a declaração.
- +2 se você concordar moderadamente com a afirmação.
- +3 se concordar totalmente com a afirmação.
- +4 se concordar muito com a afirmação.

Importante: Você pode achar que às vezes tem reações diferentes a diferentes partes de uma declaração. Por exemplo, você pode discordar muito ("-4") de uma ideia em uma declaração, mas concordar levemente ("+1") com outra ideia no mesmo item. Quando isso acontecer, combine suas reações e escreva como você se sente em equilíbrio (neste caso, um "-3").

1. As autoridades estabelecidas geralmente se mostram certas sobre as coisas, enquanto os radicais e manifestantes costumam ser apenas "bocas barulhentas" mostrando sua ignorância.
2. As mulheres devem prometer obedecer aos maridos quando se casarem.
3. Nosso país precisa desesperadamente de um poderoso líder que faça o que deve ser feito para destruir os novos caminhos radicais e a pecaminosidade que estão nos arruinando.
4. Gays e lésbicas são tão saudáveis e morais quanto qualquer outra pessoa.
5. É sempre melhor confiar no julgamento das autoridades competentes do governo e na religião do que ouvir os barulhentos agitadores de nossa sociedade que estão tentando criar dúvidas na mente das pessoas.
6. Ateus e outros que se rebelaram contra as religiões estabelecidas são sem dúvida tão bons e virtuosos quanto aqueles que frequentam a igreja regularmente.
7. A única maneira de o nosso país superar a crise é voltar aos nossos valores tradicionais, colocar alguns líderes duros no poder e silenciar os causadores de problemas que espalham más ideias.
8. Não há absolutamente nada de errado com os campos de nudismo.
9. Nosso país precisa de pensadores livres que tenham a coragem de desafiar os modos tradicionais, mesmo que isso perturbe muitas pessoas.
10. Nosso país será destruído um dia se não esmagarmos as perversões corroendo nossas fibras morais e crenças tradicionais.
11. Todos devem ter seu próprio estilo de vida, crenças religiosas e preferências sexuais, mesmo que isso os torne diferentes de todos os outros.
12. Os “modos antiquados” e os “valores antiquados” ainda mostram a melhor maneira de viver.
13. Você deve admirar aqueles que contestaram a lei e a opinião da maioria protestando pelos direitos ao aborto das mulheres, pelos direitos dos animais ou abolir a oração da escola.
14. O que nosso país realmente precisa é de um líder forte e determinado que esmague o mal e nos leve de volta ao nosso verdadeiro caminho.
15. Algumas das melhores pessoas em nosso país são aquelas que estão desafiando nosso governo,

¹¹⁰ O questionário foi retirado de: ALTEMAYER, B. *The Authoritarians* (2006). Winnipeg: Unpublished manuscript, Department of Psychology, University of Manitoba. .

criticando a religião e ignorando a "maneira normal de fazer as coisas".
16. As leis de Deus sobre aborto, pornografia e casamento devem ser rigorosamente seguidas antes que seja tarde demais, e quem as quebra deve ser fortemente punido.
17. Há muitas pessoas radicais e imorais em nosso país hoje, que estão tentando arruiná-lo para seus próprios propósitos sem Deus, a quem as autoridades devem colocar fora de ação.
18. O "lugar da mulher" deve estar onde ela quer estar. Os dias em que as mulheres são submissas a seus maridos e convenções sociais pertencem estritamente ao passado.
19. Nosso país será ótimo se honrarmos os caminhos de nossos antepassados, fazermos o que as autoridades nos mandam fazer e nos livrarmos das "maçãs podres" que estão arruinando tudo.
20. Não existe um "caminho certo" para viver a vida; todo mundo tem que criar seu próprio caminho.
21. Homossexuais e feministas devem ser elogiados por serem corajosos o suficiente para desafiar "os valores familiares tradicionais".
22. Este país funcionaria muito melhor se certos grupos de encenqueiros simplesmente calassem a boca e aceitassem o lugar tradicional de seu grupo na sociedade.

ANEXO D – Roteiro e vinhetas dos Grupos Focais do Brasil

Guia para a discussão

Bloco 1. Comportamento eleitoral o dilema entre escolher candidatos desonestos mas competentes/ Honestos mas incompetentes

1. Algumas pessoas consideram que “Honestidade” e “Competência” são as características mais valorizadas no momento de eleger as lideranças políticas. Gostaria, primeiro de discutir esses conceitos. Para vocês o que é a honestidade? E o que é a competência?
2. No entanto, essas características nem sempre podem vir juntas em um candidato. Nesse sentido, a gente tem visto muita coisa dessa equipe no dilema de escolher só uma, o que vocês prefeririam, um líder político que seja honesto ou um que dê resultados?
3. Eu gostaria que vocês debatessem sobre as seguintes afirmações:
 - 3.1...Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa. (desonesto mas competente)
 - 3.2...Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população. (competente com grau baixo de desonestidade)
 - 3.3...Sempre é preferível um líder político que seja honesto, mesmo que não faça muitas obras. (honesto com grau baixo de competência)
 - 3.4. Não faz diferença se um político faz muito ou pouco, o mais importante é que ele seja honesto. (não faz, mas não rouba)
4. Por que deve ser preferida honestidade sobre resultados (ou resultados sobre honestidade¹¹¹) no momento de escolher um candidato?
5. Dinâmica grupal. Vou apresentar um exemplo e gostaria de estabelecer um intercâmbio de opiniões sobre se votariam ou não nesses candidatos e por quê. Mostrar vinheta 1. Com exemplos de candidatos.

¹¹¹ Segundo os resultados da sétima onda de WVS no Brasil, a maioria dos entrevistados (62,4%) disse preferir um líder político “honesto” a um líder “que dê resultados” (19,9%). No México é o contrário, os entrevistados preferem em sua maioria um líder político “que dê resultados” (54,7%) a um “honesto” (28,8%).

5.1 Em qual destes dois candidatos votariam e por quê?

Apresentar vinhetas em vídeo 1a e 1b sem os títulos. (O candidato ideal ficou de fora, só é possível votar nesses aí, o que sobrou para vocês escolher são a e b)

Imaginem que agora estão concorrendo para um cargo de senador (uma vaga)

Vinheta 1a.

“Competente, mas desonesto”



Durante o processo eleitoral de 2018, o ex-senador Aécio Neves da Cunha (PSDB) é candidato a Deputado Federal e réu da “Lava-Jato”. Segundo informação oficial, o político foi denunciado pela PGR¹¹² pelos crimes de corrupção passiva, organização criminosa, na qual teve recebimentos indevidos de pelo menos por 2 milhões de reais; foi acusado também de tentar obstruir as investigações da justiça. Por outro lado, ao longo da sua carreira política, como deputado, senador e governador, fez diversas ações que beneficiaram a população, diminuiu a burocracia, diminuiu o próprio salário e impulsionou leis no sentido de simplificação e redução de impostos e ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos.

Vinheta 1b.

“Honesto, mas incompetente”



Deputado Federal
Adelmo Leão
Faz a diferença **1350**

Durante o processo eleitoral de 2018, o deputado federal Adelmo Carneiro Leão (PT) foi novamente candidato para ocupar uma vaga na Câmara dos Deputados. O político é conhecido por ter uma trajetória honesta e, até agora, segundo informação oficial, não foi envolvido em escândalos de corrupção nem em processos na justiça. No entanto, é também conhecido que, ao longo de sua gestão como deputado, teve uma baixa produtividade legislativa e as suas proposições não se traduziram em benefícios diretos para a população. Além disso, tem um histórico de se afastar do legislativo para ocupar outros cargos políticos.

¹¹² Procuradoria Geral da República. Inquérito n. 4.506/DF. Nº 138546/2017/GTLJ-PGR. Relator Ministro Marco Aurélio, 02-06-2017. Disponível em:

http://estaticog1.globo.com/2017/06/02/INQ_4506_N_138546-2017.pdf?_ga=2.160462270.263644840.1601652743-578917412.1601652742. Acesso em: 02 out. 2020.

5.2 Moderador: *Todo mundo gostaria de um candidato que fosse ao mesmo tempo honesto e competente, mas este não chegou ao segundo turno. Só ficaram estes dois. Em qual destes dois candidatos votariam e por quê? Apresentar as vinhetas 2a e 2b sem os títulos.*

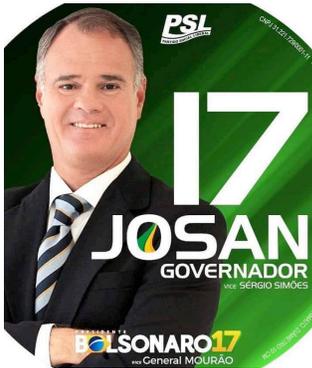
Vinheta 2a.

“Competente, mas desonesto”



Durante o processo eleitoral de 2018, Renan Calheiros Filho (MDB) é candidatado para se reeleger como Governador de Alagoas. O político, segundo algumas mídias e fontes não oficiais, tem denúncias por atos de corrupção passiva e ativa e lavagem de dinheiro. Além disso, é suspeito de ter recebido “pagamento de vantagem indevida” (R\$ 800 mil) da Odebrecht para sua campanha eleitoral em 2014. Por outro lado, o político é conhecido por ter uma gestão eficaz e dar resultados para a população, como ampliação dos serviços de saúde e construção de obras estruturantes.

Mostrar Vinheta 2a (Honesto, mas incompetente)



Durante o processo eleitoral de 2018, Josan Leite Pereira Barros (PSL) é candidatado para o pleito de Governador de Alagoas. O político é conhecido por ter uma trajetória honesta e, até agora, segundo algumas mídias e fontes não oficiais, não foi envolvido em escândalos de corrupção, nem em processos na justiça. No entanto, não tem experiência na gestão pública e, se ganhar, será seu primeiro cargo político. Também não tem sido bem-sucedido nos últimos processos eleitorais.

5.3 Moderador: Para o seguinte caso imagine que só existe uma vaga e tem que eleger apenas entre dois candidatos. Se você fosse do estado do Ceará, em qual destes dois candidatos votariam e por quê? Apresentar vinhetas 3a e 3b.

Vinheta 3a. “Competente, mas desonesto”



Durante o processo eleitoral de 2018, José Nobre Guimarães foi candidato à reeleição para o quarto período consecutivo como deputado federal. O político é considerado como um dos mais produtivos na Câmara, com mais de 400 propostas legislativas que têm favorecido os cearenses. Mas também, segundo informação oficial, o político se envolveu em escândalos de corrupção: é réu pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro (incluindo R\$ 97 mil em propinas), que ainda não foram comprovados. Sua trajetória foi marcada também pelo fato de que em 2005, seu assessor, José Adalberto Vieira, foi flagrado no aeroporto em São Paulo com 100 mil dólares escondidos na cueca, e mais de R\$ 209 mil numa maleta de mão, motivo pelo qual o assessor foi preso. O fato ocorreu em meio aos desdobramentos do escândalo do “mensalão”, um esquema que envolvia transporte de dinheiro em malas para compra de deputados.

Mostrar Vinheta 2a (Honesto, mas incompetente)



Durante o processo eleitoral de 2018, Ronaldo Manchado Martins concorreu para deputado federal. Ele já foi deputado entre 2002 e 2010, tendo pertencido a diferentes partidos, e foi membro da “bancada evangélica”. O político é considerado pouco produtivo, suas propostas legislativas deixam muito a desejar e pode-se dizer que não tiveram um impacto maior para o povo cearense. No entanto, segundo informação oficial, o candidato não esteve envolvido em escândalos de corrupção e sua conduta moral é irrepreensível.

Moderador: E se você soubesse que José Nobre Guimarães é do PT, e que o escândalo anterior precipitou o afastamento do então deputado José Genoíno, irmão de Guimarães, da presidência do PT. Na época, José Nobre Guimarães era deputado estadual e presidente do PT no Ceará¹¹³. Isso muda sua posição?

¹¹³ Agência Folha. Folha de São Paulo. “Petista preso diz ter obtido dinheiro com verduras” 09-092005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70373.shtml> Acesso em: 20 out. 2020. Andrea Viana. “Justiça livra José Guimarães de investigação dos dólares na cueca”. 28-06-2012, Jornal Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/joao-bosco/justica-livra-jose-guimaraes-de-investigacao-dos-dolares-na-cueca/> Acesso em: 20 out.2020; Marina Cardoso. “Deputado petista hostilizado em voo não foi preso com dinheiro na cueca”. Jornal Estadão, 02-10-2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/deputado-hostilizado-em-voo-nao-foi-preso-com-dinheiro-na-cueca/> Acesso em: 20 out.2020.

6. Vinheta impressa: *Este ano há eleições de prefeitos no Brasil. Para o caso da sua cidade, dois candidatos chegaram ao segundo turno, em qual deles votaria e por quê?*

A) O prefeito atual tenta se reeleger neste ano, foi eficiente com os recursos públicos de saúde, controlou o orçamento e procurou sempre que não houvesse desvios de recursos públicos nem corrupção e a revisão da conta pública foi impecável. Porém, os resultados apontam que os serviços de saúde foram insuficientes para enfrentar a pandemia de COVID-19.

B) Do outro lado, um secretário da saúde do governo estadual concorre para o cargo de prefeito, que foi o grande responsável por melhorar os serviços de saúde e ampliou a infraestrutura hospitalar, o que permitiu garantir em grande parte do estado leitos suficientes para enfrentar a pandemia de COVID-19, mas faturou de forma excessiva e teve escândalos de corrupção na compra de equipamentos para hospitais.

Moderador: Agora pense o seguinte suposto: você já sabe que, no segundo caso, o candidato desviou dinheiro e que ele é desonesto, mas quando você precisou, ele ajudou a conseguir uma vaga para a sua mãe no hospital. Isso muda sua posição?

Bloco 2. Moralidade e política

7. Moderador: Falando de moralidade, do que é correto e correto, justificável e injustificável, algumas pessoas acham que o que um político faz na sua vida privada não interessa para ocupar um cargo na vida pública e que, portanto, a moralidade pública é mais importante que a moralidade privada. No entanto, outras pessoas consideram que é igualmente importante tanto a moralidade privada quanto a moralidade pública de um político. Mas também há quem pensa que o comportamento moral na esfera privada diz muito de uma pessoa e que, portanto, isso reflete no seu comportamento na âmbito público. Qual é a visão de vocês a respeito?

8. *Nas eleições de prefeito ficaram duas opções. Em qual destes dois candidatos votariam e por quê?*

David Miranda (PSOL) já foi vereador e deputado federal. Miranda é um ativista social. O político não tem escândalos de corrupção e suas contas públicas foram sempre transparentes. David Miranda é abertamente homossexual e está casado com um jornalista norte-americano. A principal proposta de Miranda é a defesa dos direitos humanos, em específico da comunidade LGTB, defende a eutanásia e também a legalização do aborto.

Marcello Crivella (Republicanos) já foi governador do RJ, senador e prefeito duas vezes em cada cargo e é o prefeito atual do RJ. O político tem algumas controvérsias no âmbito público: é investigado por enviar dinheiro a paraísos fiscais, também por

improbidade administrativa e foi acusado de utilizar o cargo de prefeito para beneficiar a IURD e igrejas evangélicas. A IURD tem críticas por fazer propaganda eleitoral para o Crivella, o que é um crime eleitoral. Crivella é conservador e considerado o “homem de família”, casado há duas décadas com sua esposa e tem três filhos. Ele é contra aborto, a eutanásia, rejeita as religiões africanas e classifica a homossexualidade como “conduta maligna”.

9. No pleito ao paço municipal (eleições de prefeito) ficaram para o segundo turno os seguintes candidatos. Em qual destes dois candidatos votariam e por quê?

José Otávio Germano (Progressistas) já foi deputado estadual e federal, vereador e secretário de Transportes, da Justiça e Segurança. Germano é de pensamento mais liberal, e em seu discurso aponta diminuir as desigualdades sociais e ampliar as liberdades. Sua vida privada foi sempre alvo de escândalos: Germano traiu a sua esposa e teve episódios de violência intrafamiliar. Um dia aconteceu que duas transexuais vieram fazer um barraco no prédio de Germano, elas cobraram dívidas não pagas pelo deputado por seus favores sexuais. O político foi condenado a pagar R\$ 10 mil, corrigidos monetariamente, a uma transexual de Porto Alegre. No entanto, no âmbito público, Germano não tem condenações por improbidade administrativa e suas contas foram transparentes.

Valter Nagelstein (PSD) já foi vereador pela terceira vez. Valter é conhecido por chamar os manifestantes de “vândalos”, porém ele não tolera modos de pensar diferentes dos seus; é líder do grupo de extrema direita “Armas pela Vida e é um dos autores do projeto “escola sem partido” em Porto Alegre. Em sua vida privada é considerado como “homem de bem” “pai de família” é casado e tem filhos. No entanto, na vida pública, teve alguns episódios de não entregar contas transparentes da sua gestão. Além disso, recentemente foi acusado de oferecer serviços em troca de votos, o que é crime eleitoral.

Moderador: E se você soubesse que Germano ajudou a difundir que todos fiquem em casa, assim como ter distanciamento social durante a pandemia, enquanto que Valter foi negacionista e, inclusive, postou piadas nas redes sociais sobre as mortes. Isso muda sua posição?

- 8. Nestes momentos, o que é mais importante para o país, os valores sociais (moralidade pública) ou os valores pessoais (moralidade privada)?*
- 9. O que é preferível: um candidato cuja conduta foi considerada “errada” na esfera privada, mas apropriada na esfera pública, ou um candidato cuja conduta privada foi considerada “irrepreensível”, mas na esfera pública tem sido inadequada?*
- 10. Algumas pessoas acham que sempre que um político seja competente ou eficiente é possível aceitar alguma conduta “errada” na esfera privada. Outras pensam que sempre que um político seja competente ou eficiente é possível aceitar alguma conduta “errada” na esfera pública. Qual é a sua opinião?*

ANEXO E – Guía y viñetas de los Grupos Focales de México

Guía de preguntas para la discusión

Bloque 1. Comportamiento electoral o dilema entre elegir candidatos deshonestos pero competentes/ Honestos aunque incompetentes

1. Algunas personas consideran que “Honestidad” y “Competencia” son las características más valorada al momento de elegir a los líderes políticos. Me gustaría primero discutir esos conceptos. Para ustedes qué es honestidad? Y qué es competencia?
2. Sin embargo, esas características no siempre pueden venir juntas en un candidato. En ese sentido, ante el dilema de elegir sólo una, cuál preferirían ustedes, un líder político que sea honesto o uno que dé resultados y por qué?
3. Ahora, les pediría que ustedes puedan opinar/debatir sobre las siguientes afirmaciones:
 - 3.1...No hay diferencia si un político roba o no, lo importante es que haga las cosas que la población necesita. (deshonesto pero competente)
 - 3.2...Un político que hace mucho y que roba un poco merece el voto de la población (competente con bajo grado de deshonestidad)
 - 3.3...Siempre es preferible un líder político que sea honesto, aunque que no realice muchas obras. (honesto con grado bajo de competencia)
 - 3.4. No importa si un político no hace nada, lo más importante es que él sea honesto. (No hace, pero tampoco roba)
4. Por que debe ser preferido resultados sobre honestidad o viceversa¹¹⁴ al momento de elegir a un candidato?
5. Dinámica grupal. Voy a presentar unos ejemplos y me gustaría establecer un intercambio de opiniones respecto a si votarían o no en esos candidatos y por qué. Mostrar viñeta 1 con ejemplos de candidatos.

Mostrar viñetas en video con ejemplos de candidatos.

¹¹⁴ Segundo os resultados da sétima onda de WVS no Brasil, a maioria dos entrevistados (62,4%) disse preferir um líder político “honesto” a um líder “que dê resultados” (19,9%). No México é o contrário, os entrevistados preferem, em sua maioria, um líder político “que dê resultados” (54,7%) a um “honesto” (28,8%).

Viñeta 1a.

“Deshonesto, pero competente”



Durante el proceso electoral de 2018, Cuauhtémoc Blanco es candidato al gobierno de Morelos por los partidos MORENA, PT, PES. Cuauhtémoc Blanco es considerado como uno de los mejores jugadores de la historia del fútbol mexicano, y recientemente fue presidente municipal de Cuernavaca. De acuerdo con información oficial, durante su gestión fue acusado de desviar mensualmente dinero público para ocho de sus familiares. También, en 2017

fue acusado de estar involucrado en el asesinato de un empresario¹¹⁵. Por otro lado, durante su gestión en Cuernavaca se realizó un número importante de obras públicas y respecto a la inseguridad, el ex jugador dice que defenderá a la población como defendió la camiseta de la Selección Mexicana.

Viñeta 1b.

“Honesto, aunque incompetente”



Durante el proceso electoral de 2018, Víctor Caballero Solano es candidato al gobierno de Morelos por los partidos PAN y MC. Víctor Caballero es médico, ha sido diputado y ha ocupado diversos cargos en la administración pública, como la Secretaría de Salud. En su trayectoria política se ha destacado por ser honesto y, de acuerdo con información oficial, no tiene ningún escándalo de corrupción o proceso en la justicia. Sin embargo, también es conocido que el político no ha generado resultados para la población morelense y que como legislador fue poco productivo. Respecto a la inseguridad, el candidato dice que su experiencia e integridad es una garantía para resolver los problemas de inseguridad.

¹¹⁵ Jesús Castillo. *Acusan a Cuauhtémoc Blanco de estar implicado en muerte de empresario*. Jornal El Financiero. Disponible en: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/acusan-a-blanco-de-estar-involucrado-en-muerte-de-empresario>. Acceso em: 19 nov. 2020.

Viñeta 2a

“Deshonesto, pero competente”



Durante el proceso electoral de 2018, Mauricio Vila Dosal es candidato a gobernador de Yucatán por los partidos PAN-MC. Mauricio Vila ya fue diputado estatal y recientemente alcalde de Mérida. De acuerdo con información oficial, el político fue denunciado por desviar 219 millones de pesos para empresas fantasma cuando fue alcalde¹¹⁶. En 2018 Mauricio Vila fue denunciado cinco veces: cuatro ante la Fiscalía General de Justicia del Estado de Yucatán e una en la Procuraduría General de la República (PGR)¹¹⁷. Por otro lado, también es reconocido como un político que da resultados: como diputado promovió diversas iniciativas y modificaciones de ley

entre las que destacan la que tipifica el maltrato animal, la de gestión integral de residuos sólidos y como alcalde realizó diversas obras de servicios sanitario y pavimentación de calles.

Viñeta 2b

“Honesto, aunque incompetente”



Durante el proceso electoral de 2018, Mauricio Sahuí Romero (PRI-PVEM) registra su candidatura al gobierno de Yucatán. El político ya fue diputado federal (2012-2015) y, hasta ahora, ha tenido una trayectoria honesta, según información oficial, Mauricio Sahuí no tiene escándalos de corrupción ni procesos en la justicia. Sin embargo, también es conocido que en su gestión como diputado tuvo una baja productividad legislativa, poco se presentaba a las sesiones del congreso y sus propuestas no se tradujeron en beneficios directos para la población de su distrito.

¹¹⁶ Yoissi Moguel. *Denuncian a Mauricio Vila por empresas fantasma en Yucatán*. Jornal el Financiero. 03-05-2018 <https://www.elfinanciero.com.mx/elecciones-2018/denuncian-a-mauricio-vila-por-empresas-fantasma-en-yucatan>

¹¹⁷ María Cabadas. *Acusan al panista Mauricio Vila por empresas fantasma y desvíos multimillonarios*. Journal La Razón de México 05-06-2018. Disponible em: <https://www.razon.com.mx/mexico/con-franelero-mauricio-vila-desvio-otros-6-mdp/> Acceso em: 19 nov. 2020.

Viñeta 3a

“Deshonesto, pero competente”



Durante el proceso electoral de 2017, Hilario Ramírez Villanueva, mejor conocido como “Layín”, registra su candidatura independiente al gobierno de Nayarit. Layín, de origen humilde, fue alcalde del municipio de San Blas y se dio a conocer a nivel nacional luego de que en una entrevista admitiera “sí robé, pero poquito” y justificar que con una mano robaba pero con la otra le daba a los pobres. Según algunos medios y fuentes no oficiales, el entonces alcalde fue conocido por lanzar dinero a las personas durante sus eventos, realizar costosas fiestas y bailes para el pueblo, como la celebración de su cumpleaños en la cual se obsequiaron 50 mil cervezas, se sacrificaron 50 reses y asistieron 35 mil personas. Algunos medios estimaron en 15 millones de pesos el costo, donde se presentó la banda El Recodo. Durante la fiesta, el alcalde le levantó la falda a una joven en dos ocasiones. El candidato asegura que sus amistades pagaron la celebración. Por otro lado, las personas en San Blas le reconocen por dar resultados y cumplir sus promesas de campaña.

Viñeta 3b

“Honesto, aunque incompetente”



Durante el proceso electoral de 2017, Antonio Echavarría García registra su candidatura al gobierno de Nayarit por los partidos PAN, PRD, PY y PRS. Antonio Echavarría proviene de una familia encumbrada en la política, su padre fue gobernador (1999-2005) y en cabeza una fuerte corriente política en el estado, su madre fue diputada estatal y actualmente senadora. Echeverría es conocido por tener una trayectoria honesta hasta ahora, según algunos medios y fuentes no oficiales, Echeverría no ha estado envuelto en escándalos de corrupción ni procesos en la justicia. Sin embargo, tampoco se ha destacado en el sector empresarial, no tiene experiencia en la administración pública y de ganar sería su primer cargo político.

5.1 ¿Por cuál de estos dos candidatos votarían y por qué? Presentar viñetas en video 1a e 1b sin los títulos. (El candidato ideal quedó fuera de la competencia y sólo es posible votar por estos, es lo que sobró para ustedes, escoger entre a y/o b .

6. Viñeta impresa. *Piense en el siguiente supuesto: este domingo hay elecciones a gobernador en su estado y que solo hay dos candidatos, a cuál de ellos elegiría y por qué?*

- C) El secretario de salud estatal es candidato a gobernador e en la próxima elección. Durante su gestión en la secretaría fue eficiente con los recursos públicos de salud, controló la aplicación del presupuesto y vigiló siempre que no hubiese desvío de recursos públicos ni corrupción y su cuenta pública fue impecable. Sin embargo, los resultados apuntan que los servicios de salud estatal fueron insuficientes para enfrentar la pandemia de COVID-19.
- D) El otro candidato, es un subsecretario de salud del gobierno federal, quien fue el gran responsable de mejorar los servicios de salud y amplió la infraestructura hospitalaria y permitió garantizar en gran parte del país camas suficientes para enfrentar la pandemia de COVID-19, sin embargo, facturó al doble las compras públicas y tuvo escándalos de corrupción en la compra de respiradores y equipos para los hospitales.

Moderador: Ahora piense en el siguiente supuesto: Usted ya sabe que en el segundo caso el candidato desvió dinero y que es deshonesto, sin embargo, cuando usted lo necesito le ayudó a conseguir un cuarto de hospital equipado para su mamá. ¿Esto cambia su posición?

Bloque 2. Moralidad y política

7. Moderador: Hablando de moral, de lo que es correcto e incorrecto, justificable e injustificable, hay quien piensa que lo que hace un político en su vida privada no importa para ocupar un puesto en la vida pública y que por tanto la moral pública es más importante que la moral privada. Sin embargo, otras personas consideran que la moralidad pública y privada de un político es igualmente importante. Pero también hay quienes piensan que el comportamiento moral en el ámbito privado dice mucho de una persona y que esto, por tanto, se refleja en su comportamiento en el ámbito público. ¿Qué opina de esto?

8. *Pronto habrá elecciones de diputados locales y solo hay estas dos opciones. ¿A cuál de ellos elegiría y por qué?*

- a) Pedro César Carrizales Becerra, alias El Mijis (MORENA). El Mijis ha realizado trabajo comunitario en municipios de San Luis Potosí, especialmente de reinserción social con jóvenes pandilleros. No tiene escándalos de corrupción o de inmoralidad pública. Sin embargo, en su vida personal, el propio Mijis reconoce haber formado parte de pandillas en su juventud, de ser adicto a las drogas y al alcohol, de participar de diversas peleas entre grupos de pandillas por lo cual estuvo preso en diversas ocasiones. Por otra parte, Carrizales ha sido discriminado y criticado por su vestimenta de “cholo” y por llevar tatuajes por todo el cuerpo.

b) Octavio Arredondo Mata (PAN-MC). Arredondo tiene mucha experiencia política y en la administración pública. Sin embargo, el político tiene algunas controversias en el ámbito público: dentro del partido, de cometer violencia política contra candidatas mujeres¹¹⁸ y de cometer actos de corrupción cuando fue Secretario de Comunicaciones en el gobierno de San Luis Posotsí. En el ámbito privado, es conservador, religioso, y es considerado como el hombre de familia, está casado con su esposa hace ya varios años y tiene hijos.

Habrán elecciones de presidentes municipales unos meses. Por cuál de estos dos candidatos votarían y por qué?

Germano (Partido Progresista) ha sido diputado, regidor y secretario de Transportes, Justicia y Seguridad estatal y federal. Germano es de un pensamiento más liberal y en su discurso evoca a disminuir las desigualdades sociales y ampliar las libertades. Su vida privada siempre ha sido objeto de escándalos: Germano traicionó a su esposa y tuvo episodios de violencia doméstica. Un día sucedió que dos transexuales vinieron a hacer un escándalo en el edificio Germano, cobrando unos pagos pendientes del diputado por favores sexuales. Un juez le ordenó al político pagar indemnización de 40 mil pesos a un transexual de Veracruz. Por otro lado, en la esfera pública, Germano no tiene condenas por irregularidad administrativa, corrupción y sus cuentas fueron transparentes.

Walter (Partido Conservador) ya fue regidor tres veces. Walter es conocido por llamar “vándalos” a los manifestantes, y por tanto, no tolera formas de pensar diferentes a las suyas y es líder del grupo de extrema derecha “Armas por la Vida”. Su vida privada, sin embargo, es considerada como “buen hombre” “hombre de familia” está casado y tiene hijos. Sin embargo, en la vida pública, tuvo algunos episodios de no entregar cuentas transparentes de su gestión. Además, recientemente fue acusado de ofrecer servicios a cambio de votos, lo cual es un delito electoral.

Moderador: Y si supieras que Germano ayudó a difundir de que todos se quedan en casa además de tener distancia social durante la pandemia, mientras que Walter fue negacionista de la pandemia e incluso publicó bromas de mal gusto en las redes sociales sobre las muertes. ¿Eso cambia tu posición?

7. ¿Qué es preferible: un candidato cuya conducta se consideró “incorrecta” en el ámbito privado, pero adecuada en el ámbito público, o un candidato cuya conducta privada se consideró “impecable” pero en el ámbito público ha sido inadecuada?

¹¹⁸ Mayra Tristan. El Sol de San Luis. “Acusan de doble discurso al candidato Octavio Arredondo. Tomado de: <https://www.elsoldesanluis.com.mx/local/acusan-de-doble-discurso-al-candidato-octavio-arredondo-mata-1729079.html>. Acceso em.: 02 dez 2020

8. Algunas personas piensan que siempre que un político sea competente o eficiente es posible aceptar alguna conducta “incorrecta” en el ámbito privado. Otros piensan que siempre que un político sea competente o eficiente, es posible aceptar alguna conducta “incorrecta” en la esfera pública. ¿Cuál es su opinión?
9. En estos momentos, ¿qué es más importante para el país, los valores sociales (moral pública) o los valores personales (moral privada)?

ANEXO F – Proposta de variáveis para medir atitudes sobre as características dos candidatos

Para medir de forma mais específica as atitudes dos eleitores respeito de fenômenos eleitorais como “*desonesto, mas competente*” e “*honesto, mas incompetente*” seria importante incluir nos questionários de pesquisas pré-eleitorais e pós-eleitorais, como a pesquisa pós-eleitoral do CSES e suas parcerias na América Latina, perguntas como:

1. Quais atributos de um político seriam mais valorizados por você? Avalie dentro de uma escala de 1 até 5, em que 1= menor valor e 5= Maior valor.¹¹⁹

Que seja...	1	2	3	4	5
Competente					
Carismático					
Honesto					
Líder forte					
Líder religioso					
Temeroso de Deus					
Da minha ideologia					
Experiente					

2. Pense no candidato “X”. O Candidato “X” (por causa do tipo de pessoa que ele é ou por algo que ele fez -) já fez você se sentir?¹²⁰

- a) Raiva
- b) Esperança
- c) Medo dele
- d) Confiança
- e) Inspiração
- f) Antipatia
- g) Simpatia

3. *E o que é melhor em sua opinião?*¹²¹ *Um líder político que seja:*
 a) “*Desonesto, mas competente*” b) “*Honesto, mas incompetente*”?

¹¹⁹ Elaboração própria.

¹²⁰ Elaboração própria com dados da *American National Election Studies* (ANES) Ver os questionários pré-eleitorais e pós-eleitorais da ANES desde 1980. Disponível em: <https://electionstudies.org/data-center/>. Acesso em: 09 abril 2020.

¹²¹ A pergunta foi elaborada com base em: MARTÍNEZ ROSÓN, M. M. Yo prefiero al corrupto: el perfil de los ciudadanos que eligen políticos deshonestos pero competentes. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, v. 153, p. 77-94, 2016. A autora utiliza a pesquisa de LAPOP, 2006, cuja pergunta foi: *Uno siempre quiere lo mejor para el país, pero a veces hay que escoger... ¿De las siguientes opciones, cuál cree es la mejor para el país? ¿Un presidente honesto pero incapaz o un presidente capaz pero deshonesto?*

3. A seguinte bateria de perguntas foi elaborada a partir de alguns indicadores do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2002 e 2018. A proposta é que alguns indicadores do ESEB fossem implementados pelo *Estudio Nacional Electoral Mexicano* (ENEM) para analisar os graus de tolerância identificados no eleitor mexicano (ver capítulo 6) a respeito do dilema eleitoral proposto nesta tese.

Na sua opinião...	Concorda	Discorda
a) Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.		
b) Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.		
c) Sempre é preferível um líder político que seja honesto, mesmo que não faça muitas obras.		
d) Não faz diferença se um político faz muito ou pouco, o mais importante é que ele seja honesto.		